

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Janice Helena Chaves Marinho

O funcionamento discursivo do item *onde* :  
uma abordagem modular

Belo Horizonte  
2002

O funcionamento discursivo do item *onde* :  
uma abordagem modular

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Lingüística, elaborada sob a orientação da Professora Doutora Maria Sueli de Oliveira Pires.

Janice Helena Chaves Marinho

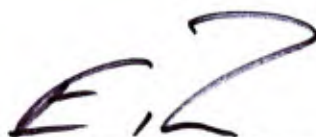
FALE – UFMG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Belo Horizonte, 06 de maio de 2002

Tese aprovada em 06/05/2002 pela Banca Examinadora constituída  
pelos Professores Doutores:

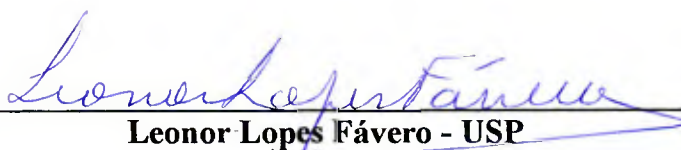
---

**Maria Sueli de Oliveira Pires - UFMG**  
**Orientadora**



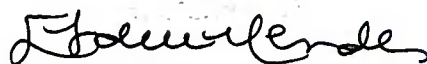
---

**Georges-Eddy Roulet - Université de Genève**



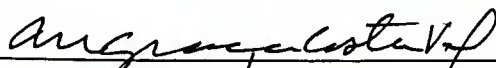
---

**Leonor Lopes Fávero - USP**



---

**Eliana Amarante de Mendonça Mendes - UFMG**



---

**Maria da Graça Ferreira da Costa Val - UFMG**

A Antonieta Cunha e Carolina Antunes,

por terem me apontado o caminho quando eu era ainda uma  
aluna de Graduação na FALE/UFMG.

Ao Chico,

Pela disposição em discutir comigo partes deste trabalho.

Ao Chiquinho e ao Rubens,

Por serem tão camaradas com a mamãe.

## Agradecimento Especial

Ao Prof. Eddy Roulet, por me acolher na Universidade de Genebra, onde me proporcionou condições para trabalhar, e principalmente pela constante dedicação na co-orientação desta pesquisa, nas leituras cuidadosas e nas observações valiosas e incentivadoras.

## Agradecimentos

Ao Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, pela liberação de meus encargos docentes durante dois anos para a realização deste trabalho:

À Sueli Pires, pelas contribuições que me ofereceu como orientadora de pesquisa e pela paciência e serenidade que teve comigo durante o processo de produção deste trabalho;

À Graça Costa Val, pelo constante incentivo e pela disposição à leitura crítica e construtiva do projeto de pesquisa, de artigos, e deste trabalho em sua fase inicial;

À Profª. Dra. Leonor Lopes Fávero, pelas valiosas observações e sugestões durante o exame de qualificação;

À Carla Coscarella, por se dispor a ler o trabalho em sua fase inicial e pelos toques que me deu;

À Ana Maria, Geruza e Zanja, companheiras de pesquisa, pela leitura atenta e crítica de partes deste trabalho;

À Eva Capitaio, pelo apoio constante durante minha estada em Genebra;

À Anne Grobet, pelo apoio que me deu durante o período em que estive desenvolvendo meus estudos na Universidade de Genebra, e também por juntamente com Corinne Rossari e Laurent Fillietaz terem me acolhido tão bem no *bureau L205-A, à Rue de Candolle, 2*, do qual guardo boas lembranças, e terem ainda me presenteado com exemplares de seus trabalhos (artigos e teses) cuja leitura foi fundamental no desenvolvimento desta pesquisa;

Ao Prof. Antoine Auchlin, por se dispor a ler e avaliar um dos meus trabalhos para fins de *Attestation du séminaire* e pelos valiosos comentários que me ajudaram no prosseguimento da pesquisa;

Às minhas colegas, em especial Adriana Tenuta, Dora, Rosângela, Evelyne e Eunice, e aos meus amigos e familiares pelas contribuições para as análises do uso do *onde* ;

Aos meus alunos cujos textos constituíram o *corpus* deste trabalho;

À minha amiga Lucinha Jacob, pela revisão cuidadosa do *résumé*;

Ao CNPq, uma entidade do Governo Brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico, pelo apoio financeiro concedido (Bolsa de Estudos no Exterior) que me permitiu cursar o Seminário de Inverno do *DES en Linguistique* 1999-2000, na Universidade de Genebra.

“Mesmo se a finalidade primeira é descrever, penso que o trabalho do analista de discurso não se limita à descrição. Mesmo porque a descrição tem que ser interpretada. Melhor dizer então que sua finalidade não é descrever nem interpretar mas compreender – isto é, explicitar – os processos de significação que trabalham o texto; compreender como o texto produz sentidos através de seus mecanismos de funcionamento.” Eni Orlandi

## Resumo

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo o estudo do funcionamento discursivo do item *onde*. Partindo da hipótese de que esse item atua na organização do discurso, como conector que liga segmentos discursivos, investigo a sua atuação no discurso, em especial no texto acadêmico escrito, adotando como referencial teórico-metodológico o Modelo de Análise Modular. Em função do *corpus* selecionado para esta pesquisa, um conjunto constituído de textos monológicos (que apresentam a estrutura de uma intervenção), e estando o meu interesse centrado na descrição e explicação do funcionamento desse item na organização do discurso, abordo sucessivamente a dimensão hierárquica, a organização relacional e inferencial, a organização informacional, a dimensão referencial, para finalmente focalizar a organização tópica dos textos. A adoção desse percurso de análise me permite aprofundar, sob todos esses aspectos, a compreensão sobre o funcionamento do item *onde* no discurso.

## Résumé

Le présent travail a pour objectif l'étude du fonctionnement discursif du mot « onde ». Je pars de l'hypothèse selon laquelle ce mot fonctionne dans l'organisation du discours comme un connecteur qui relie les constituants du discours. À partir de là, j'examine son fonctionnement discursif, notamment dans le text académique. J'adopte l'approche d'Analyse Modulaire du discours développée à Genève comme hypothèse théorique et méthodologique. En fonction du *corpus* choisi, constitué par des textes monologiques (qui présentent la structure d'une intervention), et étant donné mon intérêt pour la description et l'explication du fonctionnement de ce mot dans l'organisation du discours, j'aborde successivement la dimension hiérarchique, l'organisation relationnelle et inférentielle, l'organisation informationnelle, la dimension référentielle, et finalement l'organisation topicale des textes. Le parcours d'analyse choisi me permet d'approfondir, sous ces aspects, la compréhension du fonctionnement du mot « onde » dans le discours.

## Sumário

0. Apresentação	13
Capítulo 1 – Introdução	16
1.1. Colocação do problema	16
1.2. O Modelo de Análise Modular	31
1.2.1. Em direção ao modelo de análise do discurso	33
1.2.2. O modelo e instrumento de análise do discurso	37
1.3. A constituição do <i>corpus</i>	42
Capítulo 2 – A dimensão hierárquica	45
2.1. O discurso como negociação	45
2.2. Análise do <i>corpus</i> sob a perspectiva da dimensão hierárquica	51
2.2.1. A segmentação em atos	53
2.2.2. Análise da estrutura hierárquica dos textos	65
Capítulo 3 – A organização relacional	74
3.1. A determinação das relações de discurso	77
3.2. Análise do <i>corpus</i> sob a perspectiva da organização relacional	79
3.2.1. As instruções do <i>onde</i>	80
3.2.2. Análise da organização relacional dos textos	91
3.2.2.1. O <i>onde</i> empregado como marcador de relação de comentário	100
3.2.2.2. O <i>onde</i> introduz comentário ou argumento ?	133
3.2.2.3. O <i>onde</i> numa relação argumentativa	150
3.3. Conclusão	183

Capítulo 4 – A organização informacional e a organização tópica	186
4.1. A organização informacional	188
4.1.1. O <i>onde</i> como traço de ponto de ancoragem tópica	207
4.1.1.1. O <i>onde</i> seria traço de ponto de ancoragem tópica?	220
4.1.2. O <i>onde</i> não constitui traço de ponto de ancoragem tópica	232
4.2. A organização tópica	241
4.2.1. A dimensão referencial	242
4.2.2. A organização tópica dos textos	251
4.2.2.1. A organização tópica do texto 1	252
4.2.2.2. A organização tópica do texto 2	257
4.2.2.3. A organização tópica do texto 3	262
4.3. Conclusão	267
Capítulo 5 – Considerações finais	269
Bibliografia	273
Lista de figuras	283
Anexos	285
<i>Corpus</i> recortado	286
Exemplos de motivação independente	303

## 0. Apresentação

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo o estudo do funcionamento do item *onde* no discurso. Partindo da hipótese de que esse item atua na organização do discurso, como conector que liga constituintes discursivos, e adotando como referencial teórico o Modelo de Análise Modular, investigo o seu funcionamento no discurso, em especial no texto acadêmico<sup>1</sup> escrito, bem como as relações discursivas que se dão entre os constituintes por ele ligados e as informações situadas na memória discursiva.

Início este trabalho com a colocação do problema a ser investigado. O item *onde* é considerado, pela tradição gramatical do português, como um advérbio relativo que utilizamos para fazer referência a “lugar em que se situa a ação verbal”. No entanto, ele tem sido empregado diferentemente, sem uma clara referência a “lugar”, tanto no texto oral quanto no escrito. A impressão que o seu uso pode nos dar, quando nos deparamos com alguns de seus empregos, é a de que ou ele estaria “mal colocado” e deveria ser eliminado ou substituído por algum outro elemento, ou a ele deveríamos atribuir um valor diferente do tradicionalmente descrito. Não acreditando na primeira hipótese, mas empenhada em tentar defender a segunda, iniciei o levantamento de um *corpus* formado de textos produzidos por alunos universitários, matriculados em disciplinas oferecidas pelo Departamento de Letras Vernáculas da FALE/UFMG, nos quais o *onde* é usado na junção de constituintes discursivos<sup>2</sup>. Em suas ocorrências nesses textos<sup>3</sup>, defendo a hipótese de que ele atua como elo entre constituintes textuais que se ligam por relações discursivas textuais.

Nesse mesmo capítulo, apresento o Modelo de Análise Modular do discurso, o qual consiste num instrumento de análise, que pode ser aplicado a todas as formas de discursos possíveis e realizadas (oral ou escrito, espontâneo ou fabricado, dialógico ou monológico)<sup>4</sup>. Esse modelo entende a organização do discurso como um sistema (ou processo) de negociação entre os interlocutores, em que intervêm informações lingüísticas, textuais e situacionais, e que pode ser composto em (sub)sistemas reduzidos a informações simples e descrito sob diferentes aspectos. Como explicam

---

<sup>1</sup> Chamo de texto acadêmico o texto produzido como trabalho acadêmico (cf. p.42).

<sup>2</sup> Exceto em sua segunda ocorrência no texto 6 e em sua ocorrência no texto 8 onde ele é usado não em fronteira de ato, mas em seu interior, como se verá no capítulo 3.

<sup>3</sup> Idem nota 1.

<sup>4</sup> Cf. Roulet, Filliettaz e Grobet (2001).

Burger et al. (inéd.), o modelo genebrino subscreve a idéia de que o discurso resulta da consideração simultânea das três ordens: dos fatos da língua, das configurações textuais e das atividades sociais situadas e não é, portanto, redutível a apenas uma delas. Como articula estreitamente os planos lingüístico, textual e situacional, a abordagem modular se inscreve numa abordagem transversal e não-reducionista.

Pelo método proposto nesse modelo, cada dimensão pode ser descrita de forma independente, numa primeira fase de *découpage*, que deverá ser completada, numa segunda fase, com a *couplage* das informações obtidas com a descrição das dimensões.

As produções linguageiras podem ser objeto de descrições múltiplas que portam sobre os aspectos variados de suas organizações. Numa abordagem transversal dessas produções, não existe uma ordem preferencial no tratamento dos diferentes aspectos do discurso. Em função do *corpus* analisado e dos objetivos do analista, pode-se escolher uma ordem a ser seguida, visando-se à integração dos componentes analisados para que se possa dar conta da complexidade da organização do discurso. Como o *corpus* desta pesquisa é constituído de textos monologais (que apresentam a estrutura de uma intervenção) e como meu interesse está centrado em descrever e explicar o funcionamento do item *onde* na organização do discurso, abordo sucessivamente a dimensão hierárquica, a organização relacional e inferencial, a organização informacional, a dimensão referencial, para finalmente focalizar a organização tópica dos textos.

No capítulo 2, trato da análise dos textos do *corpus* e, principalmente, dos trechos desses textos em que o *onde* ocorre, sob a perspectiva da dimensão hierárquica. Proponho configurações hierárquicas para os textos<sup>5</sup>, através das quais descrevo as minhas interpretações para a negociação neles presente. As estruturas hierarquizadas são importantes, pois aparecem como a face emergente desse processo de negociação. A análise das estruturas hierárquicas visa à descrição da estrutura que sustenta o discurso e ainda permite que se descreva como a atuação do *onde* pode ser interpretada.

Através das configurações hierarquizadas dos textos, podem-se descrever as relações que ligam os constituintes textuais. Essas relações são definidas pelos

---

<sup>5</sup> A conselho do Prof. Roulet, visando a uma simplificação, propus macroestruturas hierarquizadas aos textos do *corpus*, necessárias para a sua análise do ponto de vista da dimensão hierárquica, e estruturas hierárquico-relacionais, por meio das quais explicito a hierarquia entre os constituintes bem como as relações pelas quais eles se ligam, apenas aos trechos desses textos em que o *onde* é usado. Estas últimas são apresentadas no capítulo 3.

conectores, que são o objeto da análise relacional. Assim, no capítulo 3, passo a analisar a forma de organização relacional, a qual se ocupa dos tipos de relações existentes entre os constituintes discursivos e do papel dos conectores no discurso. É em relação aos aspectos que constituem as estruturas hierárquico-relacionais que vou investigar o papel do *onde*. Completando a análise relacional, procedo à análise inferencial, descrevendo os percursos inferenciais que são efetuados para chegar a uma interpretação do funcionamento desse item.

No capítulo 4, abordo a organização informacional e a organização tópica do discurso. A fim de investigar o papel do *onde* na progressão informacional dos trechos em que ocorre, procedo à descrição dos encadeamentos entre os constituintes textuais e as informações previamente introduzidas na memória discursiva, por meio da identificação dos pontos de ancoragem e dos objetos de discurso (ou propósitos) ativados a cada ato. Após essa etapa de análise, que consiste numa abordagem estática das relações entre as informações, parto para a análise da organização tópica, a qual trata da dinâmica do fluxo informacional, ou seja, da maneira como são geradas as escolhas e os encadeamentos dos objetos de discurso no desenvolvimento dos textos.

Para tanto, apresento a análise de três dos textos do *corpus* sob a perspectiva da dimensão referencial, visto que as informações dela provenientes (conhecimentos partilhados pelos interlocutores) se mostram bastante importantes para que, combinadas com as informações extraídas de outras dimensões e formas de organização, eu possa proceder à última etapa da análise, ou seja, à forma de organização tópica desses três textos.

No quinto e último capítulo deste trabalho, apresento minhas considerações finais a respeito da análise do funcionamento discursivo do *onde* numa abordagem discursiva modular.

## Capítulo 1: Introdução

### 1.1. Colocação do problema

Textos acadêmicos escritos são construídos com base num modelo de gênero em que operações como por exemplo as de estruturação tópica, de condensação de idéias, de supressão de redundâncias e ambigüidades, de explicitação dos tipos de relações estabelecidas entre os elementos lingüísticos que o compõem, de reformulação ou reorganização da sua seqüência argumentativa, etc. são freqüentemente realizadas<sup>6</sup>. O autor as realiza visando a disciplinar seu texto, principalmente porque este vai ser lido e avaliado por um professor, ou pela própria academia.

Isso não quer dizer, entretanto, que não se possam neles encontrar traços de outros gêneros textuais, já que, como constata Bronckart (1999: 138), “qualquer que seja o gênero a que pertençam, os textos, de fato, são constituídos segundo modalidades muito variáveis por segmentos de estatutos diferentes (segmentação de exposição teórica, de relato, de diálogo, etc.)”.

Mas, de modo geral, acredito que, quanto mais atento está o autor às propriedades do texto que produz, mais parece empregar estratégias que considera próprias ao gênero desse texto. Assim, na produção de um texto acadêmico, o autor procura expressar, com o uso de marcas lingüísticas, as relações que existem entre as informações contidas no seu texto, entre as unidades de seu discurso, já que elas nem sempre são evidentes.

Essas marcas lingüísticas são designadas de conectores pragmáticos. Podem ser conjunções, advérbios ou locuções adverbiais, pronomes relativos, enfim, cuja função é a de, como assinala Rossari (inéd.:4), “significar uma relação (donde o termo *conector*),

---

<sup>6</sup> Essas operações não seriam marcas do texto escrito, mas dos tipos discursivos (regularidades de organização lingüística e de marcas lingüísticas) que constituem o texto o qual chamamos de acadêmico. Bronckart (1999: 185) afirma que é o contexto da ação de linguagem no seu conjunto que exerce influência sobre as diferenças, por exemplo, de registro lexical e sintático mais ou menos elaborado e não a variante oral/escrita em si mesma, que constitui uma das propriedades do contexto, desempenhando um papel secundário.

relação que se estabelece entre entidades lingüísticas ou contextuais (donde o termo *pragmático*)”.

O interesse pelo estudo dessas marcas se deve a seu importante papel no discurso. Nas diferentes abordagens da análise do discurso, dedica-se bastante atenção a elas. A Pragmática, que reativou o interesse pelo estudo da argumentação, trata com especial atenção dos conectores, considerados “um dos mecanismos essenciais da persuasão da linguagem” (Maingueneau, 1996:63). A Pragmática integrada de Ducrot concebe os conectores como morfemas que possuem uma significação instrucional, na medida em que oferecem instruções àqueles que devem interpretar um enunciado. Para o modelo genebrino de análise modular do discurso, os conectores pragmáticos são definidos como marcadores das relações existentes entre os diversos tipos de constituintes da estrutura hierárquica; são eles que oferecem instruções sobre as relações hierárquicas entre constituintes discursivos e/ou relações pragmáticas entre constituintes discursivos e informações estocadas na memória discursiva (Roulet, 1995). Para a Pragmática cognitiva, uma corrente mais recente nos estudos da linguagem, os conectores são elementos que funcionam como guias para a interpretação, cuja função é minimizar os esforços cognitivos do interlocutor.

Os conectores são vistos, então, nas diferentes abordagens, como elementos que desempenham funções no discurso. Seu emprego pode ser de fundamental importância para a interpretação, visto que são eles que vão guiar o interlocutor em seu percurso interpretativo (Reboul & Moeschler, 1998).

Koch (1987) assinala que o uso inadequado dos conectores interfrásticos constitui um dos maiores problemas na produção e recepção de textos. O emprego inadequado dos conectores pode levar a dificuldades na leitura, uma vez que interfere no estabelecimento de inferências bem como na formulação de previsões, processos que fazem parte da compreensão da linguagem.

Ao tratar dos domínios de processamento das informações envolvidos na leitura, Coscarelli (1999) afirma que o mau uso de elementos coesivos pode causar grandes problemas para o leitor. Entre os elementos relacionados à compreensão do texto, a autora chama a atenção para os anafóricos, cujo mau uso pode provocar ambigüidade, constituindo um fator de dificuldade para a leitura., e para os conectivos, pois o mau uso ou a ausência dos conectivos também pode afetar a compreensão. “A presença de um

conectivo indicando a relação entre as partes do texto orienta o trabalho de construção de uma representação coerente do texto pelo leitor, facilitando a compreensão. A falta de conectivos, por outro lado, ou seja, a ausência de marcas ostensivas da intenção do autor, provavelmente será um fator dificultador da leitura.” (p.62)

Trabalhando com textos produzidos por alunos universitários, textos escritos pelos alunos como atividades para avaliação, chamou a minha atenção o uso do item *onde* em seqüências onde o percebia empregado sem um referente, explícito (presente no cotexto) ou latente. Ele parecia estar mais ligando unidades discursivas, como um conector ou conectivo textual<sup>7</sup>, do que representando um antecedente expresso em enunciado anterior<sup>8</sup>. O emprego desse item nesses textos me parecia ser um problema na medida em que causava dificuldade de compreensão da relação que estaria então estabelecendo ou indicando entre os segmentos por ele ligados. Via o seu emprego, nesses casos, como um exemplo de mau uso de um elemento coesivo que implicava o comprometimento da legibilidade do texto. A freqüência dessas suas ocorrências nos textos, no entanto, levou-me a perguntar qual seria o seu papel ali: teria alguma função discursiva ainda não investigada pelos estudiosos da língua? Perguntei-me também sobre a possibilidade de ele estar sofrendo alterações as quais permitiriam que atuasse diferentemente do que até então registraram as descrições que dele se fizeram.

A palavra *onde*, em português, é classificada nas gramáticas da língua portuguesa como advérbio relativo de lugar ou como pronome relativo, que introduz uma oração subordinada adjetiva, cujo antecedente é locativo. Em algumas gramáticas, o *onde* está arrolado ainda entre os advérbios de lugar ou entre os advérbios interrogativos que indicam circunstâncias de lugar. Não existe uma consistência na sua classificação nem tampouco se tecem, nas gramáticas, comentários sobre os seus diferentes empregos. Os autores, de modo geral, se limitam a incluírem-no em listas de advérbios ou de pronomes relativos e a apresentarem alguns poucos exemplos - frases isoladas - em que ele pode ser empregado, acrescentando, se muito, pequenas observações, como faz Bechara (s/data: 154), por exemplo, ao afirmar que “os

---

<sup>7</sup> O termo conectivo textual é utilizado para se referir a “palavras ou locuções envolvidas no ‘amarramento’ textual das porções de informação progressivamente liberadas ao longo da fala” (Risso, 1993). Para Castilho (1998), o conectivo textual desempenha função tanto no envolvimento interacional quanto no estabelecimento da coesão textual, tendo dessa forma um papel cumulativo do ponto de vista da estruturação do texto. Dessa forma, considero esse termo sinônimo de conector.

<sup>8</sup> O uso desse item nos textos produzidos por candidatos a exames vestibulares (situação em que a produção de textos é artificial e em que o aluno está tenso) já havia chamado a minha atenção.

advérbios relativos, como os pronomes relativos, servem de ligar a oração a que pertencem com a outra oração. Nas idéias de lugar empregamos *onde*, em vez de *em que*, *no qual* (e flexões): A casa onde mora é excelente.”

Quando considerado como pronome relativo, diz-se que ele se refere normalmente a um termo anterior chamado de antecedente, o qual delimita ou restringe. Cegalla, em sua *Novíssima Gramática*, entre as curtas observações que apresenta sobre os relativos, diz que “*Onde*, como pronome relativo, tem sempre antecedente e equivale a *em que*: A casa *onde* (= em que) moro foi de meu avô” (p.155). Mas Bechara (op.cit.:101) ao contrário afirma que “os pronomes relativos *quem* e *onde* podem aparecer com emprego absoluto, sem referência a antecedentes”. Em casos como “Moro *onde* mais me agrada”, ele observa que muitos autores preferem subentender um antecedente adaptável ao contexto, interpretando o *onde* como o *lugar em que*<sup>9</sup>.

No entanto, este autor nos confunde ao apresentar a classificação das orações quanto à ligação entre si. Ele cita que as orações podem ser divididas em conectivas, as que são introduzidas por “palavras especiais de conexão chamadas *conectivos*” (conjunções coordenativas, conjunções subordinativas, pronomes e advérbios relativos), e justapostas, que se ligam à oração anterior sem conectivos. Segundo ele, são justapostas “as orações que, numa série, não se ligam à anterior por palavras especiais de conexão”, e essas orações se separam da anterior ou se caracterizam “por palavras de natureza pronominal ou adverbial intimamente relacionadas com os relativos, mas sem referência a antecedente”, como ocorre no exemplo: “A ordem pública periga onde se não castiga.”(p.220). Ora, por essa descrição, o *onde*, quando usado sem antecedente, não é considerado conectivo. Ele deixa então de atuar como elemento de ligação entre as orações? Ele foi anteriormente considerado um pronome relativo com emprego absoluto, cujo antecedente é recuperável pelo contexto (cf. § acima), e agora é considerado “palavra de natureza pronominal ou adverbial intimamente relacionada com os relativos”. Afinal, ele é ou não um pronome relativo?. Essas questões servem para mostrar as inconsistências no tratamento que se dá ao *onde*.

Segundo ainda os nossos gramáticos, além de assinalar a subordinação, o pronome relativo exerce uma função sintática na oração que introduz. Bechara (1978)

---

<sup>9</sup> Os grifos nessas citações são dos autores. Cito aqui esses dois autores mais por comodidade, uma vez que são os seus livros que se encontram em minhas mãos neste momento, do que por considerá-los exemplares mais representativos ou mais dignos do estudo tradicional do português.

assinala que o pronome relativo exerce uma função sintática indicada pelo papel que desempenha na oração a que pertence e que essa função não tem nada a ver com a exercida pelo seu antecedente. Os relativos *onde*, “donde” e “aonde” funcionam como adjunto adverbial e se empregam, nas referências a lugar, em vez de *em que*, *de que* e *a que* (p.121).

Os manuais de redação que se preocupam com o respeito às regras de estruturação das orações, dos períodos e das frases ditadas pela gramática tradicional também registram que o *onde* expressa *lugar em que* e que, dessa forma, deve ser usado apenas com referência a lugar. O seu uso noutros casos implica erro, como salienta o *Manual de Redação do Estadão* no site [www.estado.com.br/redac/geral.html](http://www.estado.com.br/redac/geral.html), que inclui entre “os cem erros mais comuns”, os quais merecem portanto “atenção redobrada”, casos como “A tese onde”, usada no lugar de “A tese em que”. Como roteiro para fugir desse “erro”, são oferecidos exemplos com a recomendação de que nestes casos se “use sempre *em que*, *na qual* ou *no qual* e não *onde*: *O conjunto definiu uma formação em que* (e não *onde*) *todos cantavam.* / *Na oração em que* (em vez de *onde*).../ *O release em que*.../ *Eram dois discos radicais em que a fluência melódica*.../ *É a única faixa em que Hermeto toca*.../ *Distribuiu memorando em que*.../ *Uma carta em que*... / (...) *O século em que*.../ *O ano em que*.../ *Neste dia ensolarado em que*.../ *Nesta época em que*... / (...) *Uma guerra em que*...”

A palavra *onde*, então, é tradicionalmente descrita com o valor semântico de localização física. A tradição gramatical lhe atribui uma acepção de “lugar onde se situa a ação verbal”. Nos usos que se tem feito dessa palavra, no entanto, fica evidenciado, através desses exemplos listados no manual e também de exemplos que podem ser extraídos de textos como os que compõem o *corpus* deste trabalho, que lhe atribuímos ainda outras acepções como a de lugar abstrato, nocional<sup>10</sup>, evento, tempo, não a limitando à expressão de lugar físico, embora mantendo a referência a uma localização.

São recorrentes ocorrências do *onde* em que ele atua sem fazer referência a um “lugar físico”. Nestes casos, extraídos de textos produzidos por alunos de graduação, ele atua como um pronome relativo cujo antecedente se encontra expresso no segmento

---

<sup>10</sup> Kersch (1996) denomina de *lugar abstrato, nocional* “uma noção de espaço abstrata, por ser apenas do domínio das idéias”.

anterior. mas que expressa lugar nocional ou tempo, como exemplifico em (1), (2) e (3)<sup>11</sup>:

- (1) MC é uma estilista formada em arquitetura e administração de empresas que apresentou sua primeira coleção *onde* une audácia e sobriedade.
- (2) O verso em Whitman, é feito de enumerações e paralelismos. Whitman inovou na poesia numa época *onde* tudo o mais já tinha mudado.
- (3) A quarta ideologia surge no século XX, *onde* tem-se uma Universidade pluralista e massificada, com objetivo principal sendo o bem social.

Nesses casos, a substituição do *onde* por *em que* ou por *quando* torna as construções mais aceitáveis aos padrões estabelecidos pela tradição gramatical, haja vista a recomendação citada nos manuais de redação <sup>12</sup>.

- (1') *MC é uma estilista formada em arquitetura e administração de empresas que apresentou sua primeira coleção em que/na qual une audácia e sobriedade.*
- (2') *O verso em Whitman, é feito de enumerações e paralelismos. Whitman inovou na poesia numa época em que tudo o mais já tinha mudado.*
- (3') *A quarta ideologia surge no século XX, quando se tem uma Universidade pluralista e massificada, com objetivo principal sendo o bem social.*

---

<sup>11</sup> Exemplos citados em Marinho (1999 : 165).

<sup>12</sup> Questão não negligenciada quando se trata da produção de textos acadêmicos, principalmente escritos.

Em outros casos, como nos exemplos abaixo, no entanto, a sua simples substituição por *em que* já não tem o mesmo efeito e também não contribui para facilitar a interpretação dos enunciados, visto que ele não faz referência a um antecedente claramente expresso no contexto:

- (4) O governo tem interesse em não dar educação ao povo brasileiro, pois uma sociedade culta é uma sociedade ativa, falante, que sabe se colocar no lugar de cidadão e sabe os seus direitos. Pode-se reivindicar por aquilo que se quer e não deixar tudo como os governantes querem que seja. A sociedade participa e atua nas decisões para o seu próprio bem. O governo quer é uma população analfabeta, sem idéias, sem conhecimento dos direitos, *onde* um governante faz o que quer e o povo não atua, nem tem palavra ativa.
- (5) O redigir é visto pelos professores como aplicação de regras gramaticais, *onde* assinalam todos os erros de grafia, pontuação, sintaxe, e depois, atribuem nota ou conceito por subtração. O aluno não faz redação para aplicar a língua, faz para o professor corrigir, e dependendo da nota adquirida, desenvolvem uma relação negativa com a língua materna, torna-se inseguros e bloqueiam sua criatividade, sufocam a expressão pessoal.
- (6) Derivação e composição são processos formadores de palavras que auxiliam o falante na sua necessidade de comunicação, contribuindo para a praticidade da língua, *onde* não há necessidade de decorarmos uma lista de palavras para cada situação, e sim combinarmos elementos já existentes.

Nos exemplos (4), (5) e (6), considero que a substituição do *onde* por *em que* ou *no qual* não tornaria essas passagens mais facilmente compreensíveis nem mais bem articuladas segundo os padrões gramaticais.

Focalizando mais cuidadosamente esses exemplos, num exercício de dissecação dessas estruturas<sup>13</sup>, percebi a possibilidade de interpretarmos a existência de uma relação argumentativa entre os segmentos lingüísticos ligados pelo *onde*. Em (4), é possível defender que haja entre os segmentos (a) e (b) uma relação argumentativa: (a) *O governo quer é uma população analfabeta, sem idéias, sem conhecimento dos direitos.*(b) *visto que/porque um governante faz o que quer* (c) *e o povo não atua, nem tem palavra ativa*. Complicando a descrição do emprego do *onde* em casos como esse, percebo que esse item remete a um antecedente não cotextual, que pode ser inferido dos segmentos anteriores, quando se defende que uma sociedade culta *sabe se colocar no lugar de cidadão e sabe os seus direitos*, não permitindo assim que o governante faça o que quer. Esse antecedente seria uma idéia parecida com “um país ou uma sociedade não culta. não educada, portanto passiva”.

O mesmo raciocínio interpretativo pode ser dado aos outros exemplos. Em (5) podemos interpretar que há uma relação de conseqüência entre os segmentos ligados pelo *onde*: (a) *O redigir é visto pelos professores como aplicação de regras gramaticais*, (b) *de modo que (na redação do aluno) assinalam todos os erros de grafia, pontuação, sintaxe, e depois, atribuem nota ou conceito por subtração*. E pode-se também interpretar que o *onde* remete a um antecedente que pode ser inferido a partir de informações cotextuais (o ato de redigir), que seria *texto* ou *redação do aluno*.

Em (6), o funcionamento do *onde* pode ser visto como o de um elemento que une dois segmentos ligados entre si numa relação argumentativa do tipo de explicativa: (a) *Derivação e composição são processos formadores de palavras que auxiliam o falante na sua necessidade de comunicação, contribuindo para a praticidade da língua*, (b) *pois/uma vez que não há necessidade de decorarmos uma lista de palavras para cada situação, e sim combinarmos elementos já existentes*. Nesse caso, o *onde* estaria ligando dois segmentos entre cujos conteúdos proposicionais percebe-se a relação argumentativa: derivação e composição são processos que contribuem para a praticidade da língua, pois graças a eles não há necessidade de os falantes decorarem uma lista de palavras para cada situação.

---

<sup>13</sup>A construção poderia, por exemplo, ser analisada em termos de proposições lógicas: P1:O governo quer uma população analfabeta.; P2: Uma população analfabeta não tem idéias, conhecimento dos direitos, nem palavra ativa; C: Portanto o governo quer uma população analfabeta que não tem idéias, conhecimento dos direitos, nem palavra ativa.

Essas primeiras análises me levaram a levantar a hipótese de que ocorre uma ampliação no campo de atuação do *onde*. Em casos como os de (4) a (6), e possivelmente também nos outros casos exemplificados em (1) a (3), o *onde* parece atuar no plano discursivo (e não apenas no plano frástico). Ele não se limita a funcionar como elemento de delimitação ou restrição, que restringe a extensão de um termo (que faz referência a lugar ou não) pertencente à oração anterior, função exercida pelo pronome relativo, mas, atuando numa estrutura mais ampla, funciona como elemento que encadeia ou liga segmentos lingüísticos entre os quais existe uma conexão argumentativa.

Essa atuação do item *onde* no plano discursivo, observada em textos escritos, pode ser encontrada também em textos orais, como exemplifico abaixo<sup>14</sup>:

- (7) A indústria brasileira, especificamente a mineira, atingiu determinado estágio *onde*, sem dúvida nenhuma, podemos ser considerados atores importantes no cenário do mercado mundial industrial.
- (8) A Universidade de Minas Gerais está com 40% do peso da sua folha para pagar inativo, que vai dar aula para fora. (...) As pessoas me falam que tem que tirar a folha dos inativos. Sim, e vai pagar quem? O INPS? Através da contribuição do trabalhador? O trabalhador vai ganhar um salário mínimo? E ele é que vai sustentar a aposentadoria dos professores, *onde* algumas são cortadas em função do teto. E quem vai pagar? Então, digo: temos que pensar um conjunto de problemas.

No exemplo (7), considero que o *onde* liga segmentos discursivos entre os quais se interpreta uma relação argumentativa: (a) *A indústria brasileira, especificamente a mineira, atingiu determinado estágio* (b) *de modo que/por isso/daí, sem dúvida nenhuma, podemos ser considerados atores importantes no cenário do mercado mundial industrial*. Ao mesmo tempo em que conecta esses segmentos, esse item

---

<sup>14</sup> Esses trechos foram extraídos da transcrição de debates realizados no Congresso Universitário/UFMG, em novembro de 1995.

anafórico remete a uma informação próxima a “com o alcance de determinado estágio”, que inferimos a partir da enunciação de (a).

Em (8) o *onde* parece remeter a “aposentadoria”, introduzindo um comentário através do qual se apresenta mais uma informação sobre a aposentadoria dos professores ou introduzindo, quem sabe, um argumento em defesa de uma idéia. A sua presença nesse trecho mostra que ele possibilita ao locutor a construção de uma estrutura mais simplificada, compactada, se comparada à que possivelmente explicitaria mais claramente o que este gostaria de afirmar, que para mim poderia ser algo como: “E ele (o trabalhador) é que vai sustentar a aposentadoria dos professores, fazendo com que algumas (das aposentadorias) sejam cortadas em função do teto”.

Em um outro trabalho que desenvolvi sobre a atuação do *onde* aplicado à sentença e aplicado ao discurso<sup>15</sup>, através de ampla exemplificação, extraída tanto de manifestações orais quanto de escritas, procurei mostrar que ele parece também atuar na organização do discurso como articulador da estruturação tópica. Em (9), abaixo, o *onde* teria um papel cumulativo na medida em que, como advérbio relativo, se referiria a um antecedente cotextual (*um subprograma*) e, como conectivo textual, atuaria na articulação da estruturação tópica do discurso, apresentando uma nova direção à informação em curso ao introduzir novos tópicos e subtópicos (unidades discursivas semanticamente centradas):

- (9) Então, dentro dessa política da universidade, de buscar, também, a interiorização e estreitar, cada vez mais, a relação com o ensino fundamental, temos um subprograma, que é a educação para o trabalho. *onde* trabalhamos muito nessa perspectiva de questionar a educação apenas para o adestramento. É um trabalho muito interessante, porque são vários pontos de vista e há alguns questionamentos.

Esse exemplo, extraído da transcrição de uma entrevista com um professor universitário, ilustra uma mudança de tópico ou de orientação do locutor no desenvolvimento da informação em curso. O *onde* está retomando o termo

---

<sup>15</sup> Marinho (1998)

“subprograma” e, ainda, contribuindo para a interrelação<sup>16</sup> entre dois tópicos do discurso, “estreitar relação com o ensino fundamental” e “questionar a educação apenas para o adestramento”.

Ainda nesse trabalho, discuti exemplos em que a atuação do *onde* pode ser considerada a de um articulador entre tópicos, na condição de elemento não integrado à estrutura sintática da sentença. Ou seja, nesses exemplos “ele é empregado pelos usuários da língua ainda que não tenha qualquer função sintática”(Marinho, 1998: 219). Em (10) e (11), por exemplo, o *onde* não está sintaticamente integrado à sentença a que pertence, tanto que dá a impressão de ser um elemento descartável de modo que sua exclusão, nesses casos, não prejudicaria a frase, numa perspectiva estritamente sintática:

- (10) Geralmente são três os entrevistados *onde* cada entrevista é separada pelo tempo comercial e ao final do programa há quase sempre uma apresentação musical.
- (11) Todos nós somos programados para falar, temos uma propensão inata para a linguagem. Aprender a falar é uma evolução natural *onde* precisamos ouvir para selecionar nosso vocabulário.

O seu uso nesses casos reforça a idéia de que o *onde* pode exercer a função de articulador discursivo, que contribui para a interrelação entre tópicos. E a partir dessa investigação preliminar, em que focalizo o *onde* como um elemento coesivo textual, foi-me possível mostrar (e defender) que ocorre uma ampliação no seu campo de atuação na medida em que ele funciona não só como elemento que remete um termo a seu antecedente (como faz o anafórico), mas também como elemento que liga entidades lingüísticas cujos conteúdos semânticos mantêm entre si relações argumentativas.

Kersch (1996), tendo também constatado, em sua experiência de docente, um largo emprego da palavra *onde* distinto do prescrito pela tradição gramatical, tanto na escrita quanto na fala formal, resolveu pesquisar os seus usos diferenciados em situações comunicativas reais. Para tanto a autora coletou assistemática e

---

<sup>16</sup> Embora se registre oficialmente o uso de hífen depois de prefixos como inter- e super-, entre outros, antes de h e r, ou em vocábulos formados pelo prefixo co-, não o emprego neste trabalho, como já o têm feito vários autores estudiosos da linguagem.

sistematicamente dados de fala e escrita extraídos de diferentes situações que, após terem sido por ela quantificados e analisados, puderam levá-la a investigar as suas hipóteses, formuladas a partir de um estudo exploratório do tema, que são as seguintes (cf. Introdução<sup>17</sup>):

- “1. Enquanto pronome relativo, a palavra *onde* pode retomar lugar, espaço físico, lugar, espaço nocional, tempo, evento e posse, preenchendo a lacuna deixada por *cujo*.
2. *Onde*, pronome relativo ou conetivo, com valores distintos do previsto pela tradição gramatical, é usado por pessoas cultas, inclusive doutores e lingüistas, não sendo de uso exclusivo de quem não sabe a língua.
3. Na língua escrita, os contextos argumentativos e explicativos favorecem o uso da palavra *onde* como pronome relativo e conetivo, com valores distintos do previsto pela tradição gramatical.
4. Também na fala formal, *onde*, pronome relativo ou conetivo, com valores distintos do previsto pela tradição gramatical, é usado, em contextos argumentativos.”

Sua abordagem teórica seguiu uma orientação funcionalista, que considera ser o uso da linguagem determinado pelas necessidades de comunicação. Para investigar o uso do *onde*, visando a testar suas hipóteses, a autora desenvolveu um estudo sobre o tratamento que é dispensado aos pronomes relativos pela tradição gramatical e por estudiosos do português brasileiro falado, que pesquisaram suas características, empregos e funções.

O estudo da tradição gramatical pôde evidenciar que o *onde* figura, em algumas descrições, entre os advérbios e os pronomes relativos, em outras, entre os advérbios relativos, e que a maior preocupação dos gramáticos é normalizar o uso de *onde*, *aonde* e *donde*. Outra preocupação generalizada é com a prescrição de que ele “deve ser usado com sentido aproximado a *em que*, *no qual*, fazendo referência a um antecedente de lugar”.

Para o estudo das relativas no português brasileiro, a autora focalizou o trabalho de Tarallo (1983), no qual ele estabelece três estratégias de relativização na fala urbana de São Paulo: a) variante com lacuna (*gap-leaving variant*); b) estratégia do pronome resumptivo/lembrete (*resumptive pronoun variant*); c) relativa cortadora (*PP-chopping*

---

<sup>17</sup> Não cito páginas de seu trabalho porque a edição por mim consultada estava em disquete e sofreu alterações em sua formatação ao ser impressa.

*variant*). Tarallo ainda atestou que o sistema padrão da relativização deriva relativas do movimento *qu-*<sup>18</sup>, enquanto as três variantes não-padrão não são derivadas pela regra de movimento, mas pela de apagamento, ou seja, elas são o resultado de um processo de apagamento (*deletion*) (Tarallo, 1983: 250). O autor ainda constatou que a relativa padrão (com *piedpiping*) está caindo em desuso em situações informais ou menos formais, dando lugar a outras formas de relativização, o que, segundo Kersch (op.cit.), pode explicar “por que os usuários demonstram dificuldade ao produzir uma relativa padrão”. Ainda segundo Kersch, as relativas com *onde* – pouco trabalhadas por Tarallo – correspondem às do primeiro tipo, que seriam “uma forma de esquiva do *piedpiping*”, fenômeno que se caracteriza por apresentar um movimento de todo o constituinte. A autora sugere que o uso do *onde* seria uma forma de evitar um fenômeno *piedpiping*, que envolve um maior número de regras, e “a outra estratégia de relativização<sup>19</sup> encontrada por Tarallo na fala urbana de São Paulo”.

Kersch (op.cit.) desenvolveu ainda um estudo histórico da palavra *onde*, mostrando como ela passou do latim para o português, quais as suas acepções e as funções que possuía no português arcaico. Com esse estudo, ela mostrou que, apesar da condenação imposta pela tradição gramatical, os usos diversificados do *onde* que fazemos hoje não são uma inovação na língua, mas representam a sobrevivência de regras do português antigo.

Para verificar a atuação do *onde* em outras línguas, a autora realizou um estudo do funcionamento do *onde* no espanhol, por se tratar de uma língua neolatina, e no alemão, por ser uma língua de origem diferente da do português, constatando apenas que “o uso de *onde* com acepção diferente da de lugar, espaço físico, também existe em outras línguas, embora não saibamos com que frequência”.

Uma importante contribuição de seu trabalho de descrição desse item é a postulação da existência do “*onde* discursivo”, denominação dada por Bonfim (1993), “porque estabelece uma ligação intra e extrafrástica entre segmentos do texto, por necessidade argumentativa” (Bonfim, id.: 101)<sup>20</sup>. Segundo Kersch (op.cit.), no século

---

<sup>18</sup> O sintagma *qu-* na oração relativa é movido para a posição COMP – complementizador.

<sup>19</sup> Não fica claro, pela redação da autora, se o usuário tenderia a evitar a variante com pronome lembrete a qual, como afirma Tarallo, é mais usada por falantes das classes sociais menos privilegiadas, sendo por isso estigmatizada, ou a variante cortadora, que é uma inovação na língua.

<sup>20</sup> BONFIM, Encida do R. Monteiro. *Varição e Mudança no Português Arcaico: o caso de u e onde*. Rio de Janeiro: Revista Palavra n. 1, 1993. (apud Kersch, 1996)

XIII se verifica o aparecimento desse item com valor discursivo. No português arcaico, existiu “um *onde discursivo*, que é um conetivo coordenativo, podendo expressar idéias de conclusão e explicação. Em menor escala é usado com idéia de adição e como conetivo subordinativo foi usado, no português arcaico, com idéia de condição e finalidade”. Desde o português arcaico, encontra-se, então, o uso do *onde* como relativo, fazendo referência a lugar e também a tempo, e como conectivo, com valor discursivo, tendo “função de coesão, quer referencial, quer seqüencial”.

Após desenvolver um estudo exploratório, por considerá-lo necessário para o levantamento das informações de que precisava para o alcance do objetivo de seu trabalho, ou seja, uma redescrição da palavra *onde* no português do Brasil, a autora, através de números e exemplos, apresentou os resultados de sua pesquisa, mostrando evidências em favor das hipóteses que inicialmente levantara. Primeiramente evidenciou, através de tabelas, que o “onde, com valores distintos dos previstos pela tradição gramatical, ocorre tanto na fala quanto na escrita formais”<sup>21</sup>. E ainda que “o contexto explicativo favorece o uso do *onde* com valores diferenciados”. Esses valores são: lugar abstrato, espaço nocional; tempo; posse (em substituição a *cujo*); coisa (em substituição a *o qual* preposicionado ou *que*) e o *onde discursivo*, com valor de conectivo. Segundo ela, isso confirma sua afirmação de que a descrição dessa palavra nas gramáticas tradicionais está incompleta, fazendo-se, então, necessária sua redescrição.

A partir da investigação que iniciei sobre a ampliação no campo de atuação do *onde*, com a constatação desse fenômeno nas duas manifestações lingüísticas - na fala e na escrita -, e do estudo desenvolvido por Kersch (1996) sobre a existência do “*onde discursivo*”, usado como conectivo em contextos argumentativos, levantei a hipótese de que o *onde* atua na organização discursiva<sup>22</sup>. Como afirma Risso (1996: 447), a análise do comportamento de itens que atuam na organização discursiva “constitui um campo extraordinariamente fértil para a investigação de fenômenos da estruturação textual-interativa e, portanto, para o tratamento de questões gramaticais que transcendem o âmbito da frase”. Dessa forma, considere interessante e digna de estudo a investigação mais minuciosa do funcionamento desse item na organização do discurso.

---

<sup>21</sup> Grifo da autora.

<sup>22</sup> Assim como vários outros itens (*agora*- ver Risso 1993, *então*- ver Risso 1996, *mas*- ver Rodrigues 1995), o *onde* parece estar atuando no seqüenciamento e na organização do discurso.

Trabalhando à luz da Lingüística Textual, que considera as noções de coerência e coesão como padrões mais evidentes de textualidade, tratei o *onde* como um recurso de coesão, cuja função é a de estabelecer relações entre os elementos lingüísticos do texto e cujo uso teria por finalidade proporcionar a interpretação dessas relações, permitindo a construção da coerência pelos usuários.

À luz dessa teoria, as ocorrências do *onde* nos trechos analisados, nas quais ele é usado sem respeitar a sua função convencionalmente descrita de fazer referência a *lugar em que*, ou sem se referir a um antecedente cotextual não locativo, resultariam em problemas que contribuiriam para que o leitor não fosse capaz de “construir a interpretação adequada” (Koch, 1990). Mas as análises (ainda preliminares) que pude desenvolver até aquele momento sobre o uso desse item me permitiram, inicialmente, considerar que ele não tem uma função específica – como a de reativação de referentes, função exercida pelos pronomes relativos. Em diversas ocorrências, o *onde* não está apenas relacionando duas orações, representando um item já referido na oração anterior como elemento anafórico que remete a um termo particular do texto, sendo assim um mecanismo de coesão referencial, mas está também funcionando como elemento que faz o encadeamento dos enunciados. Ou seja, ele seria ainda um mecanismo de coesão seqüencial, que atua na continuidade do sentido do texto (Koch, 1996).

Nessa perspectiva, o *onde* atua tanto como um anafórico, no âmbito da sentença, retomando um antecedente expresso, que indica lugar físico ou nocional em que se situa uma ação verbal, ou também a noção de tempo e de posse, quanto como conectivo textual responsável pelo estabelecimento da coesão, ao aplicar-se a uma seqüência discursiva, encadeando enunciados, reativando referentes e sinalizando relações textuais e discursivas entre eles (Marinho, 1998).

Após essa etapa de análise preliminar, em que eu focalizava o *onde* interessada em investigar o seu uso no estabelecimento de relações semânticas e pragmáticas entre as partes do texto, foi possível mostrar que ele, de acordo com a hipótese anteriormente levantada, atua também na organização discursiva. Mas restavam ainda muitas questões para serem investigadas, visando-se à descrição e à explicação de seu uso, como por exemplo: (i) O que possibilita a esse item atuar como conectivo textual?; (ii) Que relações textuais ou extratextuais se estabeleceriam ou se indicariam com o *onde*?; (iii)

Por que, mesmo atuando como conectivo textual, ele não perde sua foricidade<sup>23</sup>, visto que continua fazendo referência, ainda que nem sempre de forma evidente, a elementos apontados pelo texto?: (iv) Como descrever e explicar o seu funcionamento discursivo?

Para dar prosseguimento à pesquisa, visando a responder a tais questões e compreender como se dá o funcionamento desse item no discurso escrito acadêmico, parti em busca de um referencial teórico que permitisse uma descrição das propriedades e das funções do *onde* numa perspectiva tanto sintática quanto semântica quanto discursiva, visto que para se trabalhar sobre a linguagem é preciso considerar pelo menos essas três dimensões (Franchi, 1988).

Escolhi, então, desenvolver o estudo desse item utilizando como suporte teórico-metodológico o Modelo de Análise Modular do discurso, que vem sendo desenvolvida por Roulet e sua equipe, na Universidade de Genebra, uma vez que esta visa a superar as limitações de outras propostas teóricas, as quais freqüentemente apresentam descrições parciais, não permitindo que se forme uma representação global e coerente da organização e do funcionamento do discurso, que inclui os componentes lingüístico, textual e situacional (Roulet, 1991, 1999, 2000).

## 1.2. O Modelo de Análise Modular

O modelo genebrino de análise do discurso desenvolveu-se num quadro diferente da análise do discurso de orientação francesa, nascida da convergência do marxismo, da psicanálise e da lingüística<sup>24</sup>, e também da lingüística textual alemã, a qual se centra sobre a noção de coerência.

Esse modelo, inicialmente apresentado por Roulet et al.(1985:1-7) como um “modelo pragmático da articulação do discurso”, seria mais um resultado da interseção dos diversos trabalhos de várias correntes de pesquisa, tais como: (1) a obra de Bakhtin, na qual este afirma ser o objeto da lingüística o discurso enquanto interação verbal e introduz os conceitos de dialogismo e polifonia - indispensáveis para a compreensão da

---

<sup>23</sup> É fórico o elemento que propicia a busca ou a recuperação de informação, por remissão a um ponto do enunciado ou à situação de enunciação. (Neves, 1993)

<sup>24</sup> Cf. Maingueneau, 1993.

articulação do discurso; (2) a teoria apresentada pelo lingüista americano discípulo de Sapir, Pike, na qual introduz o conceito de estrutura hierárquica - toda forma de comportamento humano pode ser analisada num primeiro nível em um certo número de constituintes ligados por funções específicas e cada um desses constituintes, por sua vez, é analisado em constituintes de nível inferior e assim sucessivamente até se chegar às unidades do comportamento verbal, como o enunciado ou a palavra; (3) as reflexões filosóficas anglo-saxônicas (Austin, Searle, Grice) sobre o ilocutório e o implícito, que contribuem para uma mudança de paradigma nos estudos lingüísticos; (4) as pesquisas sociológicas americanas (Goffman, Sacks e Schegloff) sobre a interação face a face, em particular nas conversações, trazendo grande contribuição para a descrição da articulação do discurso e da compreensão do papel do implícito na interação; (5) as pesquisas sociolingüísticas aplicadas sobre os diversos tipos de conversações autênticas (Sinclair e Coulthard, Stubbs, Labov, Henee e Rehbock), que, integrando as abordagens dos filósofos da linguagem e as dos sociólogos, contribuíram para sistematizar a estrutura dos diálogos e para a formulação de regras de encadeamento e de interpretação dos elementos do discurso; (6) a teoria da enunciação de Ducrot e Anscombre, a qual ultrapassou a descrição dos atos de linguagem isolados para estudar o encadeamento dos atos de linguagem no discurso bem como os conectores argumentativos que marcam esses encadeamentos.

Inspirando-se em todos esses trabalhos e influenciada principalmente pela concepção bakhtiniana de discurso como interação verbal, a equipe genebrina se propõe a integrar e a ultrapassar essas diferentes abordagens - que, via de regra, se limitam ao estudo de exemplos fabricados ou de atos isolados e que se voltam apenas quer para o nível lingüístico, quer para o textual, quer para o social -, desenvolvendo uma concepção de discurso como a combinação de informações das dimensões lingüística, textual e situacional e propondo, em versões posteriores do modelo, um instrumento de análise da organização do discurso, que recebe o nome de abordagem modular (Roulet, 1991).

Concordando com Rossari (1993:3) que *“la mise en train de la recherche étant de toute façon toujours beaucoup plus éloquente que tout metadiscours sur la légitimité du choix d'une méthodologie ou d'un cadre théorique”*, apresento, em poucas palavras, algumas das idéias dos principais teóricos cujos trabalhos contribuíram para o

deslocamento da lingüística do enunciado em direção à análise do discurso, apenas para situar as concepções de língua e de discurso que orientaram a escolha de tal abordagem.

### 1. 2.1. Em direção ao modelo de análise do discurso

Como explica Roulet (inéd.), a equipe genebrina teve como ponto de partida o texto da aula inaugural de Bally na Universidade de Genebra, em 1913, em que este apresenta a possibilidade de se observarem as regularidades na maneira como utilizamos a língua na enunciação. Para que se descrevam essas regularidades, Bally, segundo Roulet (op.cit.), “propõe desenvolver, entre as lingüísticas da língua e da fala distinguidas por Saussure, uma lingüística da enunciação (ou estilística), que abre o caminho para uma análise do discurso”.

Suas reflexões mais importantes para o desenvolvimento de uma análise do discurso, como assinala Roulet (op.cit.), residem na relativização do papel do lingüístico em relação ao situacional e ao gestual. Para Bally, o discurso não deve ser concebido como uma unidade lingüística, mas como resultado da combinação de informações lingüísticas e de informações situacionais – que incluem os conhecimentos do ambiente cognitivo imediato e as representações de mundo. Dessa forma, aponta-se a necessidade de se considerar, ao lado da lingüística da língua, uma disciplina que se interessa pela articulação entre o lingüístico e o situacional no discurso. Embora tenha trabalhado com enunciados isolados ou apenas breves seqüências de enunciados, pode-se encontrar em seu trabalho, segundo Roulet, uma primeira forma de análise do discurso. Suas idéias são retomadas e desenvolvidas mais tarde, nos anos sessenta, por outros estudiosos que defendem a necessidade de se passar da análise do enunciado para a análise da enunciação<sup>25</sup>.

Um deles é Benveniste, cujo trabalho surge como uma primeira abordagem enunciativa da problemática dos tipos de seqüências (narrativa, deliberativa, etc.). Benveniste se propôs a estudar a subjetividade na língua, tomando como ponto de partida o sistema pronominal: “os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio

---

<sup>25</sup> Como lembra Roulet (op.cit.), a obra de Bakhtin, contemporânea da de Bally, será conhecida nos países ocidentais. somente nos anos setenta.

para essa revelação da subjetividade na linguagem” (Benveniste, 1991: 288), e o sistema verbal. De seu estudo das marcas de subjetividade na língua, o autor introduz a distinção entre dois planos de enunciação: o da história (narrativa de acontecimentos passados) e o do discurso. O primeiro se caracteriza pelo não envolvimento do locutor, já que consiste numa simples apresentação de fatos que aconteceram (no passado) sem a sua intervenção. Já o segundo plano é de ordem inversa: alguém, em determinado momento, em determinado lugar, se dirige a alguém, enunciando-se como locutor e organizando o que diz na categoria de pessoa. O discurso, para Benveniste, se situa no plano da enunciação, por ele definida como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 1989: 82). O estudo da enunciação, como afirma Muzzi (1999), é o ponto fundamental da reflexão de Benveniste sobre a linguagem. Seu trabalho serviu de base para vários outros e impulsionou os estudos de outras marcas da subjetividade no discurso, como os indicadores de modalidade, de atitude do falante, os índices de avaliação, de distanciamento ou de adesão do locutor ao seu discurso<sup>26</sup>.

Outra importante contribuição do autor foi considerar o diálogo como condição constitutiva da “pessoa”. Para ele, como lembra Roulet (op.cit.), o diálogo é a estrutura fundamental enquanto o monólogo, apesar da aparência, deve ser colocado como uma variedade sua. Para Benveniste, o sistema lingüístico nasce de uma enunciação e se organiza na e para a enunciação, e “o que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (p.87, grifo do autor).

Outro teórico cujas reflexões trouxeram grande contribuição aos estudos sobre a enunciação é Bakhtin. Seus escritos, que, embora produzidos nos anos trinta, só foram conhecidos no Ocidente nos anos setenta, tiveram significativa influência sobre os estudos do discurso e do texto. O autor, concebendo a linguagem como fundamentalmente dialógica, desenvolveu uma abordagem interacionista do discurso. Para ele. “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor” (Bakhtin, 1986: 112), o que evidencia ser o traço mais marcante de seu pensamento a “compreensão da interação verbal como um fenômeno essencialmente social” (Costa Val, 1996: 92). E o

---

<sup>26</sup> Cf. Koch, 1992.

diálogo – entre interlocutores e entre discursos-, para ele, é condição da linguagem e do discurso. “*A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função desse interlocutor*” (Bakhtin, idem:112). Ela se determina pelo fato de proceder de alguém assim como pelo fato de se dirigir a alguém. Dessa forma ela é “território comum do locutor e do interlocutor” (ib.:113).

Bakhtin, por considerar a linguagem como atividade social e dialógica, oferece uma importante contribuição para os estudos do discurso. A partir de suas colocações, é que se chega à concepção de língua como atividade composta de três dimensões (ou subsistemas): discursivo, semântico e sintático.

A Lingüística, durante muito tempo, se dedicou ao estudo da língua tomando-a como um fenômeno homogêneo, um produto no qual se deveriam buscar as unidades até a dimensão da sentença. Mas a Lingüística da Enunciação surge, inspirada em Bakhtin e também em Benveniste, em oposição a essa Lingüística do Enunciado, como uma corrente nos estudos da linguagem que considera a língua como uma atividade social, como um processo no qual se manifestam suas condições de produção. Como lembra Castilho (1998: 11), “assim concebida, a língua é um conjunto de usos concretos, historicamente situados, que envolvem sempre um locutor e um interlocutor, localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico conversacional previamente negociado”.

Se se entender a linguagem como “mero código”, portanto como um produto acabado, e a compreensão como “decodificação mecânica”, a reflexão sobre as expressões lingüísticas pode ser dispensada. Mas se se entender a linguagem como “uma sistematização aberta de recursos expressivos cuja concretude significativa se dá na singularidade dos acontecimentos interativos, a compreensão já não é mera decodificação e a reflexão sobre os próprios recursos utilizados é uma constante em cada processo.” (Geraldí,1993: 18)

A observação e a interpretação dos fenômenos lingüísticos deve, então, levar em consideração, além das expressões e do modo como são produzidas, os diversos fatores culturais e contextuais (as relações entre os interlocutores, as imagens que fazem uns dos outros, o contexto histórico-cultural, a situação de comunicação) que contribuem para a sua significação.

Para se trabalhar sobre a linguagem, faz-se necessário considerar não só as regras de construção das expressões lingüísticas utilizadas, de que se ocupa a Sintaxe, ou as de representação da realidade, de que se ocupa a Semântica, mas também as regras que são próprias à produção das conversações ou negociações intersubjetivas, de que se ocupa a Pragmática.

Para a investigação do funcionamento do *onde* no discurso, como objetivo nesta pesquisa, adoto uma concepção de língua que permita ultrapassar os processos de análise os quais freqüentemente se limitam a focalizar as expressões, visando à sua classificação gramatical. Para dar conta do emprego do *onde* em reais situações de interação verbal, não há como não considerar, além das regras de construção das expressões em que ocorre, as condições de seu emprego, o contexto em que se realiza, as ações praticadas pelos interlocutores para atingirem os propósitos que motivam a produção de seu discurso.

Castilho (op.cit.:12) propõe que, para a apreensão da enunciação, se comece por uma observação intuitiva da língua, tomando-se como ponto de partida a Semântica e a Pragmática, para em seguida se passar para uma “observação mais ‘técnica’ da língua como um enunciado”, constituindo-se a Sintaxe como ponto de chegada. Cito essa sua proposta, sem problematizar sobre a adoção ou não desse percurso, para enfatizar a posição adotada pelo autor de que qualquer língua natural se compõe de três módulos: o discursivo, o semântico e o gramatical.

Enfim, não se deve trabalhar sobre a linguagem sem levar em consideração que a língua é um conjunto de subsistemas que se estrutura simultaneamente em diferentes dimensões. Qualquer fenômeno lingüístico que se quiser observar deve ser focalizado tendo em vista sua interrelação com informações provenientes das diferentes dimensões. A combinação das informações das diferentes dimensões e formas de organização é que, segundo uma abordagem modular do discurso, permite a análise global do fenômeno estudado.

## 1. 2.2. O modelo e instrumento de análise do discurso

Para a investigação das propriedades e das funções do *onde* numa perspectiva tanto discursiva quanto semântica quanto sintática, escolhi utilizar um modelo e instrumento de análise que pretende dar conta da complexa organização de discursos.

O modelo desenvolvido por Roulet (1991, 1995, 1996, 1997, 1999 e 2000) surge como um interessante instrumento de análise visto que oferece um quadro metodológico o qual permite que se compreendam a complexidade e a heterogeneidade da organização dos discursos. Ele se propõe a fornecer um quadro de reflexão e de instrumentos heurísticos próprios para favorecer a descrição da organização de discursos autênticos e não um procedimento mecânico de análise que poderá conduzir, se rigorosamente aplicado, a uma boa descrição do discurso estudado (cf. Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001).

O modelo procura integrar, num quadro unificado, os componentes lingüístico, textual e situacional<sup>27</sup>. Como assinala Pires (1997), o Modelo de Análise Modular possibilita distinguir, e não dissociar, o que é distinto; é um modelo “capaz de conciliar as dimensões lingüística, discursiva e situacional de uma forma dinâmica, sem, entretanto, modificar a lógica da organização de cada uma delas” (p.27).

Tomando como objeto de estudo o discurso como interação verbal situada em suas dimensões lingüísticas, textuais e situacionais, o modelo permite que se estudem todos os aspectos ligados à interação verbal. Roulet adota a hipótese de que um objeto que possui uma organização bastante complexa pode (e deve) ser decomposto num certo número de sistemas de informações simples e autônomos, que podem, por sua vez, ser descritos num primeiro momento de maneira independente, sem referência a outros sistemas de informações. Ou seja, o autor baseia-se na hipótese de que um objeto complexo como o discurso pode ser analisado adotando-se uma abordagem que permite o tratamento, por exemplo, das estruturas sintática, referencial e hierárquica de um diálogo independentemente umas das outras para, depois, num outro momento, proceder-se à combinação das informações resultantes das análises de cada uma das estruturas.

---

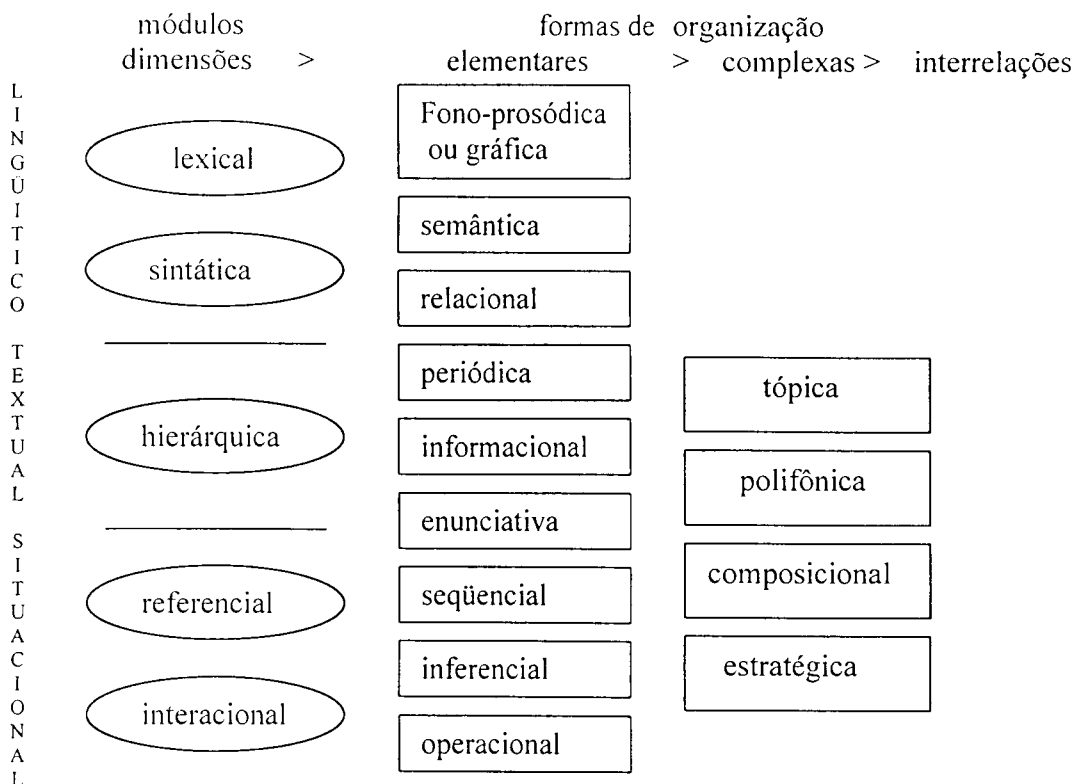
<sup>27</sup> A análise do discurso integra a lingüística da língua como um de seus componentes, ao lado dos componentes textual e situacional. (cf. Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001)

Assim, nessa abordagem, identificam-se inicialmente os sistemas de informações elementares (subsistemas) ou módulos que entram na composição dos discursos. Postula-se que cada módulo fornece uma descrição do dispositivo de que trata a qual é nocionalmente independente dos outros módulos. Posteriormente, procura-se mostrar como as informações resultantes desses módulos se combinam, se interrelacionam na produção e na interpretação do discurso.

O Modelo de Análise Modular parte da hipótese de que cada um dos componentes é constituído de subsistemas de conhecimento independentes (módulos), distribuídos em subconjuntos nas três dimensões: sintático e lexical (dimensão lingüística); hierárquico (dimensão textual); referencial e interacional (dimensão situacional). Esses subsistemas fornecem informações simples que serão combinadas com as extraídas de 9 formas de organização elementares (fono-prosódica ou gráfica, semântica, relacional, periódica, informacional, enunciativa, seqüencial, inferencial e operacional), etapas preliminares para que se possa chegar finalmente à descrição de 4 formas de organização complexas (tópica, polifônica, composicional e estratégica), conforme o esquema proposto por Roulet (1999:32) que reproduzo abaixo<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Este quadro sofreu modificações na última versão do modelo apresentada em Roulet, Fillietaz e Grobet (2001 : 51). O modelo de análise modular mais recente apresenta 7 formas de organização elementares (fono-prosódica ou gráfica, semântica, relacional, informacional, enunciativa, seqüencial e operacional) e 5 formas de organização complexas (periódica, tópica, polifônica, composicional e estratégica).



**Figura 1: Modelo de Análise Modular**

O dispositivo modular permite passar da descrição das dimensões modulares, as categorias das formas ovais, para a descrição das formas de organização elementares ou complexas, as categorias das formas retangulares. A combinação das informações extraídas de cada uma dessas categorias é assegurada pelas regras de *couplage*. São elas, e não a posição de cada categoria no quadro, que determinam as combinações possíveis dessas informações. Segundo Roulet (1999a), essas regras, que estão apenas parcialmente descritas, permitem definir os tipos de constituintes discursivos e as formas de organização elementares, as categorias discursivas complexas e as formas de organização complexas e possibilitam que se combinem informações provenientes dos diferentes módulos e/ou informações complexas para que se possa explicar as formas de organização complexas de discursos específicos<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> Em trabalho mais recente, Roulet esclarece que inicialmente era seu objetivo formular com precisão o maior número possível de regras de *couplage*, mas logo se deu conta de que isso seria prematuro e de que seria necessário em primeiro lugar descrever de maneira mais aprofundada as combinações de

A organização do discurso, então, pode ser descrita passando-se sucessivamente da “descrição das dimensões modulares à descrição das formas de organização elementares, seguindo-se a descrição das formas de organização complexas, antes de abordar o estudo das interrelações significativas que se podem observar entre as formas de organização complexas” (Roulet, 1999a:148).

Para o autor, a pedra de toque desse modelo “reside na combinação de uma capacidade descritiva (considerando-se a complexidade dos discursos observados) e de uma capacidade explicativa (ligada à formulação de restrições, como por exemplo as regras que determinam as estruturas hierárquicas possíveis)” (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001:41). O modelo assim se apóia sobre o movimento dialético constante entre a análise de discursos autênticos e a formulação de hipóteses tão restritas quanto possível sobre a organização do discurso. (idem, ib.)

Resumindo, a abordagem modular da organização do discurso hoje concebida por Roulet “implica uma dupla exigência: a) decompor a organização complexa do discurso em um número limitado de sistemas (ou módulos), reduzidos a informações simples e b) descrever de maneira tão precisa quanto possível a forma como essas informações simples podem ser combinadas para dar conta das diferentes formas de organização dos discursos analisados” (idem: 42).

Assim, cada dimensão pode ser descrita de forma independente e reduzida a seus elementos mais simples, numa primeira fase, chamada de *découplage*, que será completada por uma segunda fase, a de *couplage* das informações obtidas com a descrição das dimensões, permitindo o tratamento da complexidade dos discursos.

Esse modelo de arquitetura “heterárquica”, que autoriza a *couplage* entre todos os módulos e formas de organização, se distingue de outras abordagens do discurso por atribuir lugar central aos módulos sintático, hierárquico e referencial, porque são eles que determinam as estruturas que sustentam o discurso e ainda são os responsáveis pela recursividade do sistema, ou seja, são os que permitem que, com um número finito de informações, se possa descrever uma infinidade de estruturas discursivas (*clauses*, trocas, estruturas conceituais e praxeológicas).

Finalmente, o Modelo de Análise Modular desenvolvido em Genebra se mostra um instrumento bastante geral que, com a ajuda de um número limitado de unidades,

---

informações sobre as quais repousam as diferentes formas de organização. (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001)

relações e princípios gerais, visa a poder ser aplicado a todas as formas de discurso possíveis e realizáveis – dialógico e monológico, escrito e oral, espontâneo ou fabricado, literário ou não literário – em línguas naturais.

No desenvolvimento deste trabalho, serão gradativamente apresentados de maneira detalhada os módulos e formas de organização que considero mais diretamente relevantes e interessantes para a abordagem do problema inicialmente colocado: o funcionamento discursivo do *onde*.<sup>30</sup>

A abordagem modular, como afirma Roulet (2000) constitui uma hipótese metodológica que promete ser capaz de descrever a complexidade da organização do discurso. O termo *organização*, como assinala Roulet (inéd.), marca a orientação cognitiva do modelo, que passa a integrar as representações e estruturas mentais – conceituais e praxeológicas-, bem como a sua ampliação a outras dimensões e formas de organização do discurso, como a referencial, tópica, polifônica, composicional e estratégica. Mas ela não deve ser considerada um reflexo de mecanismos psicológicos, do funcionamento do espírito humano. O que o autor propõe, como ressalta, é “construir um modelo que permite simular a complexidade da organização do discurso, em seus componentes lingüístico, textual e situacional, mas sem pretender dar conta da maneira como nosso espírito trata efetivamente desses componentes” (Roulet, 2000:192) A abordagem modular não se ocupa das operações mentais ligadas à produção ou à interpretação do discurso. Ela consiste na descrição de forma sistemática das propriedades da organização do discurso. Assim, ela não deve ser confundida com os modelos inferenciais, cuja preocupação é a explicitação de percursos interpretativos, nem com os modelos da competência discursiva, que postulam uma ancoragem cognitiva de suas categorias de análise (Burger et al., inéd.).

Todo esse trabalho de observação e desconstrução da organização de textos, conforme observa Roulet (1999), possibilita que se descubram e se compreendam os princípios que regem sua organização e os meios utilizados para obtê-la nos planos lingüístico, textual e situacional.

Concluindo, com a adoção desse quadro teórico, empregando a metodologia por ele apresentada, proponho-me a analisar os textos do *corpus*, em especial os trechos nos

---

<sup>30</sup> Ao leitor interessado em conhecer mais detalhadamente esse modelo, recomendo a leitura do capítulo 2 de Roulet (1999: 26-36) e/ou do capítulo 2 de Roulet, Filliettaz e Grobet (2001 : 27-52), em que o autor o apresenta de forma bastante didática.

quais o *onde* é empregado, examinando sucessivamente as dimensões, as formas de organização elementares e finalmente as combinações entre as informações extraídas dos diferentes aspectos de organização dos discursos, visando a investigar as questões inicialmente levantadas.

### 1.3. A constituição do *corpus*

Para a análise do funcionamento discursivo do *onde*, utilizo um *corpus* composto de textos produzidos por alunos universitários – alunos da Faculdade de Letras ou alunos de outras faculdades, que cursavam disciplinas ministradas na FALE (Introdução ao texto técnico e científico, do currículo de Ciência da Computação) ou na FAFICH (Português I, do currículo de Comunicação Social). Os textos foram produzidos no período que vai de 1995 a 1998.

15 textos são de autoria de alunos de Letras (12 de alunos do 1º período e 3 de um aluno do 4º período). 2 textos foram produzidos por alunos de Ciência da Computação, 3 por alunos de Comunicação Social. Esses 20 textos foram escolhidos para compor o *corpus* por serem produções verbais efetivas, realizadas na e para a academia, e por apresentarem ocorrências do *onde*.

O texto acadêmico escrito é aqui concebido como uma espécie de texto que é produzido como atividade acadêmica, que aborda temas referentes a essa atividade e que apresenta predominantemente a forma de uma dissertação. Na produção desse gênero de texto, em função de uma preocupação com um certo rigor técnico-formal, ocorre com frequência o emprego de uma linguagem dita técnica e científica em seu nível padrão, ou seja, uma linguagem objetiva, direta e que segue as normas gramaticais.

A preocupação com um rigor quanto à linguagem empregada nas produções acadêmicas é transmitida nas aulas de português já desde as séries anteriores ao ingresso dos alunos na universidade. Como mostra Batista (1997), as aulas de português tomam como objeto privilegiado de ensino a disciplina gramatical. As atividades desenvolvidas nessas aulas – a leitura, a escrita, a linguagem oral - se transformam e se direcionam para o ensino dos aspectos da tradição gramatical. “Na alternância das atividades nas

diferentes instâncias de produção, a professora (de português) tende, ao corrigir os exercícios de estudo de texto, linguagem oral e redação a, antes de tudo, corrigir os usos da língua feitos pelos alunos em suas relações com as prescrições dessa tradição” (Batista, 1997: 103). Essa tendência ao ensino gramatical conduz os alunos, ao longo de sua experiência na escola, a relacionarem o texto por eles escrito na instância do exercício a objeto de correção. O texto produzido pelos alunos na academia tende então a ser visto como aquele em que se deverá empregar uma linguagem consoante – ou não muito distante de – as regras prescritas pela tradição gramatical.

Quanto ao contexto de produção, definido como um conjunto de fatores que pode exercer influência sobre a forma como o texto é organizado<sup>31</sup>, todos os textos foram produzidos para o professor. Dessa forma eles são concebidos como produto da interação verbal entre aluno e professor. Eles foram escritos como uma atividade de avaliação, por meio da qual os alunos permitiriam ao professor conhecer e avaliar sua aprendizagem quer dos temas discutidos em aula (ensino de gramática, derivação e composição, ideologia, etc.), quer das características de determinado gênero textual ou de determinado tipo discursivo, também discutidas em aula. Ainda, todos eles foram produzidos fora da sala de aula e em momento desejado pelos alunos, com ou sem consulta a dicionários, a gramáticas, às anotações que porventura tenham feito durante as aulas, enfim, a qualquer material ou a qualquer pessoa que desejassem.

A produção dos textos escritos pelos alunos de Letras foi sempre antecedida de ampla discussão dos temas propostos e mesmo da leitura de artigos (e/ou livros) que os abordam - haja vista as citações presentes em alguns deles.

Todos os textos foram por mim digitados tal como se encontram em seus originais, sem alteração na paragrafação, sem mudanças na ortografia, no emprego dos sinais de pontuação, na concordância ou na regência, na colocação pronominal, etc. Tive o cuidado de conferir o registro de cada um deles a fim de garantir a fidelidade ao material efetivamente produzido pelos alunos. Ao final de cada texto, entre parênteses, acrescento apenas a informação sobre o curso do aluno bem como a disciplina por ele freqüentada (LPI = Língua Portuguesa 1; P1 = Português 1; LPIV = Língua Portuguesa 4; ITTC = Introdução ao texto técnico e científico), para que se possa atestar a veracidade de sua fonte.

---

<sup>31</sup> Cf. Bronckart (1999).

Além do *corpus*, utilizo por vezes, para a análise do funcionamento do *onde*, alguns exemplos que coletei ao longo desta pesquisa. Esses exemplos são trechos de textos acadêmicos escritos por alunos de pós-graduação ou trechos extraídos livros ou de artigos publicados (em revistas ou revistas científicas) em que se encontram empregos diferenciados do *onde*, ou seja, empregos não considerados pela tradição gramatical. A idéia da utilização desses exemplos surgiu como mais uma forma de mostrar que o uso do *onde* de forma diferente do prescrito pela tradição gramatical não deve ser visto como decorrência de uma eventual falta de domínio da língua escrita pelos alunos de graduação. Com a utilização desses exemplos que, por sugestão da orientadora dessa pesquisa, chamo de exemplos de motivação independente, é possível mostrar que os empregos diferenciados do *onde* podem ser encontrados também em trabalhos escritos por alunos de pós-graduação, professores universitários ou jornalistas, enfim, por autores considerados cultos e com domínio da língua escrita padrão.

Os textos que compõem o *corpus* da pesquisa bem como os exemplos de motivação independente se encontram nos anexos deste trabalho<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Os textos do *corpus* se apresentam segmentados em atos e devidamente numerados.

## Capítulo 2 – A dimensão hierárquica

Para o estudo das funções textuais e discursivas do item *onde*, focalizo, inicialmente, o módulo hierárquico, uma vez que este define os constituintes de base da estrutura do texto bem como as regras que permitem gerar as estruturas hierárquicas de todos os textos possíveis. Nele se estruturam os constituintes discursivos em três diferentes níveis de análise: trocas, intervenções e atos; e a esses constituintes se aplicam as operações próprias dos outros módulos de ordem discursiva.

A estrutura hierárquica textual é considerada o resultado de um processo de negociação subjacente a toda interação. A noção de negociação nos permite compreender o princípio da recursividade, que determina a possibilidade de construir uma infinidade de discursos. Sendo assim, antes de tratar da análise dos textos sob a perspectiva da dimensão hierárquica, convém fazer algumas considerações sobre a concepção de discurso como negociação permanente entre interlocutores, a qual é adotada nessa abordagem modular.

### 2.1. O discurso como negociação

Embora, após Bakhtin, se conceba todo texto ou discurso<sup>33</sup> como fundamentalmente dialógico, já que pressupõe uma interação entre discursos e entre interlocutores - falante/ouvinte, escritor/leitor-, acredito que se podem chamar os textos escritos que compõem o *corpus* desta pesquisa de monológicos, uma vez que em sua estrutura se caracterizam como tal - em sua forma exterior, não se configuram explicitamente como dialogais, já que não são produzidos por dois interlocutores, nem apresentam dois enunciadores principais (cf. Roulet et al., 1985: 72).

Como já postulado por Roulet et al. (idem), textos monológicos apresentam não a estrutura de troca – unidade discursiva de nível superior centrada em um tema, a qual representa o objeto de negociação entre os interlocutores -, que é a proposta para todo e

---

<sup>33</sup> Os termos texto e discurso são por vezes tomados como sinônimos, já que essas noções coincidem no caso de comunicações escritas, em que unidade comunicacional e unidade temática geralmente coincidem.

qualquer diálogo, mas, sim, a estrutura de uma intervenção – cada constituinte de uma troca, exceto se se almeja simular uma estrutura de troca<sup>34</sup>. Em seu trabalho de 1987, Roulet assinala que todo discurso monológico, ou seja, que tem a estrutura de uma intervenção, visa a satisfazer à chamada *completude interativa*, a qual indica que uma intervenção está completa, na medida em que o enunciador não quer que seu discurso seja percebido como inconcluso, incoerente, pouco claro. Ele procura satisfazer à completude interativa abrindo comentários que ora visam a especificar uma função ilocucionária, ora situam o contexto de comunicação, por exemplo.

Como já assinalei anteriormente, os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa foram produzidos por alunos universitários, atendendo à solicitação do professor, geralmente após a discussão de determinado tema em sala de aula<sup>35</sup>. Analiso-os, então, a partir da hipótese de que cada um deles é um espaço de negociação entre os interlocutores que apresenta uma estrutura de intervenção, semelhante à de uma resposta a uma questão anteriormente apresentada – a proposta, pelo professor, de produção do texto.

Proponho analisar a organização desses textos, considerando, como Roulet (1999), que todo discurso deve ser concebido como um processo de negociação entre interlocutores, através do qual estes apresentam uma informação, formulam uma pergunta ou uma resposta, desenvolvem uma discussão, etc. Segundo o modelo genebrino de análise do discurso, deve-se partir da hipótese de que toda atividade linguageira apresenta o seguinte esquema de negociação :

---

<sup>34</sup> Um texto escrito apresenta geralmente uma estrutura de intervenção, como a de uma resposta a uma questão dada. No entanto, se o autor pretender simular uma troca entre dois interlocutores, seu texto poderá apresentar uma estrutura de troca.

<sup>35</sup> As propostas de produção de textos aos alunos da disciplina ITTC nem sempre foram antecedidas de discussões (muitas vezes foi o aluno que escolheu o tema sobre o qual quis escrever).

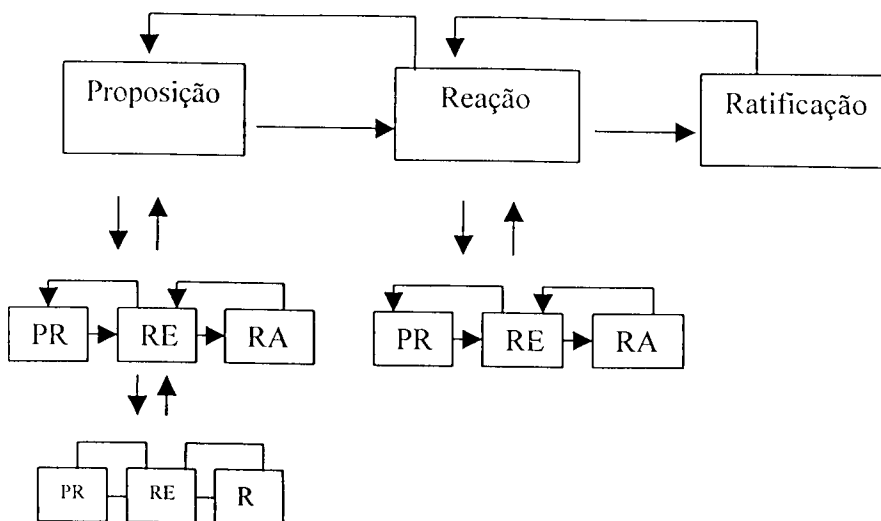


Figura 2: Representação do processo de negociação

A negociação pode-se desenvolver de maneira linear, num só nível, sendo hierarquicamente representada por uma troca formada de 3 intervenções, ou pode apresentar ainda níveis secundários, diferenciados, conforme a necessidade ou não de obtenção de mais informações, fazendo-se necessária a abertura de troca(s) secundária(s) (cf. Roulet, 1999 : 36-38).

Como mostra a Figura 2, uma proposição, uma pergunta, por exemplo, se formulada de maneira clara, causa uma reação, uma resposta, se não, força os interlocutores a abrirem uma negociação secundária para seu esclarecimento. A reação, por sua vez, pode ser uma resposta completa, o que conduz à fase de ratificação, ou incompleta ou pouco clara, o que implica a abertura de negociação secundária, e assim sucessivamente. As setas nessa figura servem para indicar os vários caminhos que podem ser percorridos nesse processo.

No caso de uma atividade linguageira que se realiza entre dois interlocutores levando à produção dos textos como os que compõem o *corpus* desta pesquisa, parto da hipótese de que há uma negociação que pode ser assim esquematizada :

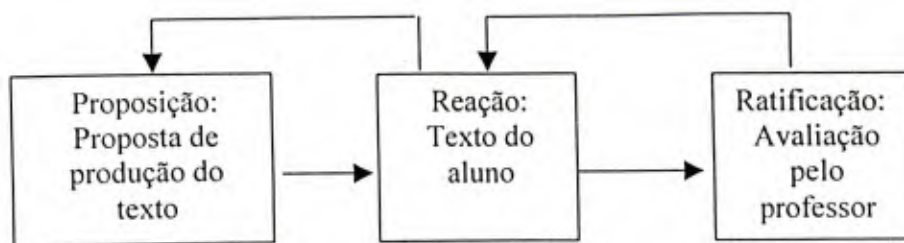


Figura 3: Representação da negociação entre professor e aluno

A negociação entre eles se desenvolve de forma linear, num só nível, visto que, como resposta à proposta de produção do texto pelo professor, abordando o problema por este colocado, o aluno constrói seu texto, que será posteriormente avaliado pelo mesmo professor<sup>36</sup>.

Segundo esse esquema de negociação, então, cada texto aqui analisado corresponde à fase de reação e se realiza sob a forma de uma intervenção, na qual se procura alcançar a completude interativa ou monológica<sup>37</sup>.

Cada texto é produzido visando a responder uma questão anteriormente colocada, a discutir sobre algum assunto proposto pelo professor ou de interesse do aluno, ou a comentar sobre um filme ou um programa de TV. Cada um pode ser representado então numa estrutura de intervenção, mais ou menos complexa, formada de intervenções ou atos, mas não de trocas secundárias.

A descrição do quadro interacional dos textos do *corpus*, conforme apresento abaixo, pode ser correlacionada a essa interpretação da negociação que se dá entre os interlocutores. A consideração da dimensão interacional do discurso se faz interessante visto que permite mostrar como os textos escritos produzidos pelos alunos compõem a cena textual.

O módulo interacional trata da materialidade da interação, que se distingue de outras informações situacionais, textuais ou lingüísticas constitutivas dos discursos. Segundo Roulet (1999:33), o módulo interacional define “as propriedades materiais da situação de interação do discurso e das situações de interação que ele representa: canal

<sup>36</sup> Para poder tratar de uma forma geral essa negociação envolvida na produção dos textos do *corpus*, escolhi abstrair as eventuais situações em que se registraria um pedido do aluno de esclarecimento sobre a proposta do trabalho, ou uma possível discussão entre professor e aluno sobre a relevância da proposta apresentada, ou sobre a pertinência do tema abordado, ou ainda sobre o sistema de avaliação do texto, por exemplo, visto que tais situações implicariam a abertura de negociações secundárias.

<sup>37</sup> Os termos completude interativa e interacional são substituídos por completude monológica e dialógica, respectivamente, em Roulet, Fillietaz e Grobet (2001).

escrito ou oral, alternância de turnos de fala ou de escritura, número de interactantes, co-presença ou distância espaço-temporal entre estes, reciprocidade ou não da comunicação.”

O papel do módulo interacional é delimitar os níveis de interação e especificar suas características. As informações interacionais são interessantes para o estudo dos outros componentes do modelo de análise na medida em que se pode estabelecer correlações entre os dados interacionais e, por exemplo, a maior ou menor presença de conectores ou a maior ou menor frequência de traços tópicos no texto. Ao analisar um texto filosófico de Ricoeur, Roulet (1999) observa uma correlação entre o seu quadro interacional e a sua organização informacional. A frequência dos traços tópicos, que favorece a construção de sentido do texto pelo leitor, se correlaciona ao caráter monogerado da interação, à distância espaço-temporal e à não reciprocidade da comunicação.

O quadro interacional deve ser definido como a configuração da relação entre os sujeitos – os interactantes -, no plano da materialidade da interação. Segundo Burger (1997), um quadro de interação se apresenta como uma estrutura em níveis. Os diferentes níveis da interação delimitam materialmente as possibilidades de construção do discurso. Um nível resulta de uma combinação dos seguintes parâmetros: o canal utilizado (escrito, oral, visual), o modo de comunicação (tipo de “presença” dado pela distância espaço-temporal entre os interactantes) e o tipo de elo comunicacional (unidirecional ou recíproco).

Uma interação supõe ao menos dois pólos que interagem entre si. Assim, considera-se que um nível de interação se compõe de duas posições ocupadas pelos interlocutores. Considerando a relação entre o aluno e o professor no momento da produção do texto, proponho o seguinte quadro interacional:

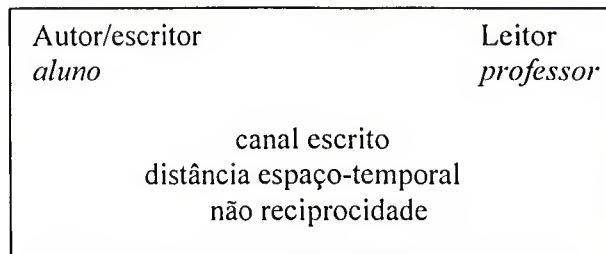


Figura 4: Texto acadêmico escrito: nível e posições de interação

O quadro interacional neste caso é simples, pois comporta apenas um plano (nível) de interação, composto de duas posições de interação: autor/escritor e leitor, entidades interacionais que definem cada interactante sob o ângulo das condições materiais de sua participação na interação e no discurso.

Nos textos do *corpus*, de modo geral, tem-se uma situação de interação tal como a que proponho nesse esquema. Trata-se de uma interação à distância, visto que autor (aluno) e leitor (professor) não se encontram face a face no momento da produção dos textos.

É interessante lembrar que existe ainda uma distância entre os papéis sociais dos interactantes. O professor é quem tem maior domínio do tema abordado pelos alunos, quando se trata da produção de textos sobre questões teóricas estudadas nas disciplinas, como o ensino de gramática ou os processos de formação de palavras ou ainda as diferentes abordagens teóricas (no caso dos textos produzidos pelos alunos de Letras), assim como é também ele que vai avaliar o trabalho lingüístico do aluno através de seu texto.

Ainda com relação à distinção de papéis, tem-se que, como observa Pires (2000), na situação de interação provocada pelo professor, o aluno/ autor, ciente dessa distinção, temendo expor-se ao risco de ser mal interpretado ou censurado, coloca-se como um enunciador que tende a assumir uma posição não comprometedora, marcada pelo senso comum. Dessa forma ele se anularia ou mascararia o ato enunciativo individual. Essa postura do aluno/autor se faz evidente nos textos do *corpus* através da preferência que faz pelo emprego, por exemplo, das construções impessoais – passivas e construções de indeterminação do sujeito-, pelo emprego da terceira pessoa ou da primeira pessoa do

plural em lugar do uso da primeira pessoa do singular, por meio da qual ele se apresentaria como o sujeito de seu texto.

Nos textos do *corpus*, não se pode dizer também que haja um elo de reciprocidade da comunicação visto que cada texto é construído pelo autor, apresentando então apenas um enunciador principal. A distância espacial favorece um elo unidirecional, já que, estando os interactantes distantes, não há possibilidade de uma parte contar com a reação da outra. Dessa forma, a distância espaço-temporal e social bem como a não possibilidade de uma produção com reciprocidade poderão influir na organização dos textos.

## 2.2. Análise do *corpus* sob a perspectiva da dimensão hierárquica

A estrutura hierárquica é considerada a face emergente da dinâmica de um processo de negociação (Roulet, 1999:46). Através dela, projeta-se a dinamicidade do processo que se desencadeia entre os interlocutores.

É na dimensão hierárquica que se definem os constituintes de base da estrutura do texto – a troca (T), a intervenção (I) e o ato discursivo<sup>38</sup> (A) – que se estruturam em níveis de análise diferentes, e ainda os três tipos de relações existentes entre eles. É também nesse módulo que são definidas, no âmbito da performance, as regras que permitem gerar as estruturas hierárquicas de todos os textos possíveis (cf. Roulet, 1999 :48-49).

As regras que regem uma estrutura hierárquica são: (1<sup>a</sup>) toda troca é formada de intervenções, em princípio duas para as trocas confirmativas – as trocas rituais, “que servem para estabelecer, confirmar ou finalizar uma relação entre os participantes de uma interação verbal” (Pires, 1997: 30)-, três para as reparadoras – as trocas “que têm como conteúdo a transação ou a negociação propriamente dita que se estabelece entre os interlocutores” (idem, ib.), ou até mesmo cinco, sete ou mais intervenções, no caso de reações negativas; (2<sup>a</sup>) uma intervenção é formada pelo menos de uma intervenção ou

---

<sup>38</sup> Nas versões do modelo desenvolvidas a partir de 1996, Roulet fala apenas em *ato* e não mais em *ato discursivo*.

de um ato, que pode ser precedido ou seguido de um ato, uma intervenção ou de uma troca; (3<sup>a</sup>) todo constituinte (T, I ou A) pode ser formado de constituintes do mesmo nível coordenados. Com esse sistema de regras recursivo, aqui apresentado de maneira informal, como em Roulet (1999: 48), é possível a geração de todas as estruturas textuais possíveis.

Para a análise do *corpus* sob a perspectiva da dimensão hierárquica, parto da hipótese já mencionada em item anterior de que os textos que o compõem apresentam uma estrutura de intervenção. Conforme a forma de negociação presente no texto, podem-se propor hipóteses interpretativas segundo as quais essa intervenção é complexa e, portanto, composta por outras intervenções, que por sua vez se compõem por atos seguidos de uma nova intervenção ou por outras intervenções, etc, cumprindo-se a exigência de se chegar à completude interativa ou monológica, ou seja, ao fechamento da questão tratada em cada texto.

A estrutura hierárquica possibilita a visualização das hierarquias e relações existentes entre os constituintes, sendo assim considerada uma ferramenta preciosa para a descrição do discurso. Ela descreve os três tipos de relações existentes entre os constituintes do texto, a saber: de dependência, independência e interdependência (cf. Roulet 1996, 1999, 2000). Os constituintes dependentes são os que têm sua presença ligada à presença de outro. O constituinte dependente, que tanto pode ser uma troca, quanto uma intervenção ou um ato, é chamado de subordinado e pode ser suprimido do texto sem comprometer sua estrutura global. A ele se relaciona o constituinte, que pode ser uma intervenção ou um ato, chamado de principal, por ser um constituinte obrigatório e responsável pelo sentido da intervenção<sup>39</sup>.

A relação de independência se dá quando se tem constituintes cuja presença independe da de outro, como é o caso das intervenções ou atos coordenados. Já a relação de interdependência ocorre quando um constituinte da estrutura hierárquica não pode existir sem o outro, como, por exemplo, uma intervenção de resposta que tem sua existência dependente da de uma intervenção de pergunta e vice-versa.

A estrutura hierárquica textual se assemelha à estrutura tradicionalmente atribuída à proposição, como lembra Roulet (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001). Em

---

<sup>39</sup> Para verificar qual dos constituintes é principal em relação a outro, Roulet (op.cit.) propõe que se use o critério da supressão, que consiste em retirar/apagar do texto os constituintes subordinados e reter apenas aquele que pode constituir sozinho a intervenção.

ambas pode haver a ocorrência de um constituinte de nível superior (troca ou proposição) na estrutura de um constituinte de nível inferior (intervenção ou sintagma) e a ocorrência de um constituinte de mesmo nível na estrutura do constituinte de nível intermediário (intervenção ou sintagma), assegurando-se a recursividade do sistema. Esse isomorfismo entre as estruturas hierárquicas, sintáticas e textuais, no entanto, não implica que se confundam os dois modos de estruturação. Sua constatação é o resultado da observação dos fatos discursivos. Uma característica fundamental da estrutura hierárquica textual, freqüentemente negligenciada pelos críticos do Modelo de Análise Modular, que a distingue da estrutura hierárquica sintática, é o postulado de que a estrutura hierárquica textual é o resultado de um processo de negociação subjacente a toda e qualquer interação, como já tratado em 2.1.

Para que se proponha uma estrutura hierárquica a um discurso, faz-se necessária a sua segmentação em unidades textuais mínimas ou atos. O ato é uma categoria definida como a menor unidade delimitada de uma parte a outra por uma passagem pela memória discursiva - tal como entendida por Berrendonner (1983: 230), ou seja, “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores”. A partir dos critérios de segmentação apresentados em Rossari (1996: 164-168) e Roulet (1999: 138-141), que comento no próximo item deste trabalho, propus a segmentação ou recorte (*découpage*) dos textos do *corpus* em atos, e numerei-os, conforme estão apresentados nos anexos deste trabalho.

### **2.2.1. A segmentação em atos**

Para a descrição da estrutura hierárquica que se propõe a um discurso, procede-se inicialmente à segmentação dos textos em unidades discursivas mínimas ou atos e posteriormente à análise de sua estrutura hierárquica.

Um problema crucial para todos os modelos de análise do discurso, como assinala Roulet (2000), é detectar a unidade textual mínima ou a unidade da estrutura hierárquica. Para o autor, numa perspectiva modular do discurso, é o ato que constitui a unidade textual mínima. Este ato, entretanto, não deve ser confundido com o ato de linguagem, como se propôs inicialmente em Roulet et al. (1985), já que não se realiza

necessariamente sob a forma de uma proposição gramatical, principal ou subordinada. Ele pode se realizar, sim, sob a forma de um sintagma nominal ou preposicional, comportando as propriedades das unidades chamadas de semi-atos e “clauses”, por Rubattel (1987, 1989)<sup>40</sup> e Auchlin (1993)<sup>41</sup> e por Berrendonner (1990) respectivamente.<sup>42</sup>

Segundo Rubattel (op.cit.), os segmentos que não têm a forma de uma proposição como os sintagmas preposicionais, por exemplo, equivalem à proposição subordinada correspondente, visto que eles desempenham no discurso o mesmo papel de uma forma proposicional. Assim, numa frase como:

*A decisão das autoridades deve ser respeitada, apesar da ausência de bases legais.*

o sintagma *apesar da ausência de bases legais* equivale à proposição subordinada correspondente *embora faltem bases legais*. Ambos têm o papel de contra-argumento. Dessa forma, tem-se na seqüência lingüística *A decisão das autoridades deve ser respeitada, apesar da ausência de bases legais* duas unidades discursivas: uma unidade discursiva *apesar da ausência de bases legais* que mantém uma relação interativa com a outra unidade *A decisão das autoridades deve ser respeitada*. Auchlin (op.cit.) faz uma observação análoga a essa, propondo que sintagmas deslocados e tematizados, como por exemplo:

*Essas bases legais, elas fazem falta.*

sejam tratados como unidades discursivas que se ligam a um ato principal por uma função interativa de “a propósito”. O trabalho desses autores pôde mostrar então que o ato de linguagem não constituiria uma unidade textual mínima.

Também Berrendonner (1983, 1990) propôs uma definição para a unidade textual mínima. Afirmando ser urgente a necessidade de se encontrar um substituto para a unidade de língua mais operável que a frase tradicional, Berrendonner (1990) propõe que a “clause” (ou enunciação) seja uma unidade discursiva mínima com função comunicativa, entendendo-se por função comunicativa o fato de se operar uma

---

<sup>40</sup> Apud Roulet, 1991

<sup>41</sup> Apud Roulet, 1991(a obra citada encontrava-se à época inédita).

<sup>42</sup> cf. Roulet, 1991: 64-65.

transformação qualquer na memória discursiva. Cada “clause”, como diz o autor, é um operador que toma por argumento um estado prévio da memória discursiva, ao qual se aplica para transformá-lo, e que produz, à guisa de resultado, um novo estado da memória discursiva (Berrendonner, 1990:26).

Na frase:

*Está nevando e ela vai durar muito tempo.*<sup>43</sup>

tem-se duas “clauses”, visto que há a passagem pela memória discursiva - o pronome *ela* retoma uma informação presente na memória discursiva: *está nevando* implica haver neve, e *ela* (a neve) é que vai durar muito tempo. A “clause”, como assinala Roulet (1991), responde a critérios de identificação precisos e engloba precisamente os casos tratados por Rubattel e por Auchlin.

Também Rossari (1996), discutindo a identificação das unidades discursivas - necessária para a representação de uma estrutura hierárquica, a qual se funda sobre a segmentação do discurso em unidades atômicas e sobre o reconhecimento das relações de dependência discursiva que tais unidades exercem entre si - , mostra que o ato partilha as propriedades da “clause”, tratada por Berrendonner, e da “discourse unit” - considerada por Schiffrin (1987) a unidade mínima sobre a qual operam os marcadores discursivos - , na medida em que não coincide sistematicamente com nenhuma unidade da sintaxe, da semântica ou da pragmática. A autora coloca ainda o ato em relação com as unidades periódicas, como o sintagma entonativo, ou o movimento discursivo sinalizado pelo ponto (Auchlin & Ferrari, 1994).

Grobet (2000), tendo em vista a necessidade de precisar uma definição da unidade mínima do discurso a qual deverá servir de quadro de referência para a análise da estrutura informacional, faz um exame das noções que têm sido consideradas, por diferentes autores, como unidade discursiva, a fim de situar o ato – a unidade que lhe parece mais pertinente – em relação às outras noções, bem como tentar solucionar os problemas que ainda existiriam para se chegar a essa definição da unidade discursiva mínima.

Inicialmente a autora mostra que a unidade interacional do turno de fala não constitui uma unidade discursiva mínima satisfatória, já que não forma uma unidade

---

<sup>43</sup> Exemplo citado pelo Prof. Roulet, em 14/12/1999, no seminário de Análise do Discurso do D.E.S., na Université de Genève (Unige).

mínima e sua delimitação (*repérage*) pode se verificar problemática. Roulet (2000a) apresenta uma ampla discussão a fim de mostrar que a definição de turno de fala como unidade de base da estrutura hierárquica suscita numerosos problemas inclusive já discutidos por outros autores que trabalham com a interação verbal.

O enunciado formado por uma frase, considerado a unidade mínima ideal para a análise do discurso na abordagem de Daneš (1974), também não deve ser definido como unidade, tendo em vista, como ressalta Grobet, a dificuldade de seu uso para se descreverem as estruturas do discurso oral. A frase se caracteriza pela sua especificidade gráfica – inicia-se por uma letra maiúscula e termina por um ponto final, característica que não se aplica ao discurso oral, mas apenas ao modo de realização escrito de um movimento periódico, que resulta de outra forma de organização discursiva, a periódica.

A Pragmática do discurso de Reboul & Moeschler (1998), modelo que se inscreve no quadro da teoria da pertinência, adota o enunciado como unidade discursiva de referência. Dessa forma, sua hipótese de base segundo a qual é possível dar conta do discurso a partir do enunciado é muito difícil de ser aplicada, assim como é difícil definir e compreender a noção de enunciado, como observa Roulet (2000a). Nesse artigo em que rebate as críticas feitas pelos autores ao modelo genebrino de análise do discurso, Roulet procura mostrar que essa hipótese deve ser questionada, uma vez que o enunciado, tal como por eles concebido, não é uma noção que serve para ser adotada como unidade discursiva de referência. O enunciado é considerado por Reboul & Moeschler (1998: 41-42) como uma “frase em uso”, e, como assinala Roulet (op.cit.), a frase não é uma unidade sintática bem definida e, na melhor das hipóteses, ela se confunde com a proposição<sup>44</sup>.

A proposição, que forma a unidade sintática máxima, também não constituiria a unidade discursiva mínima, visto que, como proposto por Rubattel (op.cit.), certas unidades menores que a proposição podem ser funcionalmente consideradas equivalentes às unidades do tamanho da proposição (como mostrado anteriormente).

---

<sup>44</sup> Além disso, o autor aponta que “Devant les obstacles rencontrés dans la définition de l'énoncé, on peut penser qu'il vaut mieux prendre le problème de la définition des unités discursives par un autre bout. Qu'est-ce qui peut justifier une définition de l'unité discursive ou pragmatique à partir d'une unité linguistique (énoncé = «phrase en usage»), dans une perspective manifestement *botton-up* (du phonème à l'énoncé), alors qu'on sait qu'il existe des unités discursives non verbales? Ne faut-il pas adopter plutôt, comme le suggerait Bakhtine dès 1930, une perspective *top-down*, de l'interaction verbale à l'énonciation (1982,289) ?” (Roulet, 2000a).

Grobet (op.cit) investiga ainda outra unidade que poderia servir de base para a análise da estrutura informacional, a unidade prosódica, chamada algumas vezes de “contorno entonativo”, outras de “sintagma entonativo”. Embora seja essa uma unidade importante para a segmentação do discurso oral, cujas unidades são necessariamente de natureza prosódica (Morel, apud Grobet 2000), a autora prefere não considerá-la unidade mínima do discurso, uma vez que uma definição sobre essa base levaria à postulação de que existiria uma diferença radical entre o tratamento do discurso oral e o do discurso escrito ou não pontuado prosodicamente. Somente as unidades do discurso oral seriam delimitadas pela prosódia, enquanto as unidades do discurso escrito teriam que ser tratadas de uma outra maneira, que estaria ainda por definir. E mais, se se considera haver um contínuo entre o discurso oral e o escrito, tal definição dificilmente se sustenta.

Finalmente, Grobet (op.cit.) trata do ato hierárquico, que constitui a menor unidade da estrutura hierárquica para Roulet. O ato, definido pelo sistema de regras da dimensão hierárquica como uma unidade terminal em relação à troca e à intervenção, ratifica, segundo Roulet, o papel central da dimensão hierárquica no modelo genebrino de análise modular. Então ele é que vai ser considerado como a unidade discursiva mínima, embora suscite problemas para a sua delimitação efetiva, já que sua definição pelas regras da dimensão hierárquica não fornece indicação sobre suas fronteiras.

Filliettaz (2000: 260) observa que a terminologia *atos discursivos*, adotada anteriormente por Roulet (1991), parece pouco desejável para qualificar as unidades textuais mínimas que compõem a estrutura hierárquica do discurso, visto que essas unidades remetem especificamente às configurações semióticas que textualizam a atividade, e que seria mais interessante que fossem designadas de *atos textuais*. Num prolongamento de uma reflexão sobre as unidades mínimas de que pode prover-se um modelo de análise do discurso, visando a distinguir as unidades que estão implicadas na organização operacional do discurso, sobre a qual trabalha, Filliettaz destaca três entidades que, para ele, são claramente distintas:

- (a) O ato textual: constitui a menor unidade da dimensão hierárquica textual do discurso. Remete a um conjunto de informações estocadas na memória discursiva. Funciona como entidade determinada dentro do

processo de negociação e, por isso, entra nas configurações semióticas hierarquizadas.

- (b) A ação mínima: corresponde a uma unidade praxeológica da dimensão referencial do discurso. É definida com a ajuda de critérios psicossociais. Coincide com a menor unidade comportamental guiada cognitivamente por um objetivo ou uma intenção.
- (c) O ato discursivo: corresponde à menor unidade da estrutura operacional e resulta da *couplage* entre uma unidade textual e uma unidade praxeológica mínima.

O autor distingue essas unidades entendendo que a maneira como se definem as unidades discursivas está relacionada à concepção da estrutura operacional, a qual “sustenta” a interação.

Definir a unidade textual mínima mostra-se assim um trabalho bastante delicado. Para a análise que pretendo realizar neste trabalho, vou admitir que o ato – ato textual para Filliettaz (2000), ato hierárquico para Grobet (2000) e ato para Roulet, Filliettaz e Grobet (2001) - é a unidade mínima e deve ser definida como “a menor unidade delimitada de uma parte a outra por uma passagem pela memória discursiva” (Roulet, 1999: 145). Pela fronteira esquerda, ele se apóia sobre os conhecimentos prévios ou informações resultantes do contexto ou do cotexto, mantendo uma “relação de pressuposição”, no sentido clássico do termo, com essas informações. Pela fronteira direita, a enunciação de cada ato provoca a estocagem de informações que ele ativa em virtude de uma “regra de produção”: “para que  $p \in M$  (memória discursiva), é preciso realizar uma enunciação de  $p$ ” (Berrendonner, 1990:27).

Para a segmentação do discurso em atos, devido a uma dificuldade para a delimitação efetiva das fronteiras de ato, fazem-se necessários outros critérios resultantes de diferentes níveis da organização do discurso.

Rossari (1996: 162-163) propõe que, para a segmentação do texto em atos, se mobilizem dois tipos de critérios: a) os critérios relativos ao reconhecimento das unidades da macrossintaxe, suscetíveis de sinalizar uma mudança de estado da memória discursiva, tal como entendida por Berrendonner, critérios motivados pelos pontos comuns que compartilham o ato e a “clause”; b) os critérios relativos às indicações deixadas pelo tratamento periódico da cadeia discursiva, critérios motivados pelo fato

de que a única associação que parece pertinente para a identificação das unidades discursivas é a com as unidades periódicas, conforme Schiffrin (1987) e Ferrari & Auchlin (1995). As condições de aplicação desses critérios dependem das estruturas nas quais intervém a segmentação em ato.

A autora afirma que a segmentação é adequada se a entidade que funciona como ato puder ser provida de uma função interativa, ou seja, é preciso que ela seja dotada de uma função comunicativa mínima. Para tanto, ela deve ser pragmaticamente autônoma. A autonomia pragmática de uma unidade é verificada através da reconstrução, ao seu redor, de uma estrutura predicativa. Como os critérios (a) e (b) não são nem necessários nem suficientes para todas as estruturas, faz-se necessário completá-los com um outro critério que, associado a esses dois, os tornará sistematicamente operatórios. Esse terceiro critério, (c), consiste na reconstrução da forma predicativa (paráfrase por “*et ce*” / “e isso”). No exemplo:

*Ele veio. Com prazer.*

a autora mostra que *Com prazer* consiste numa unidade autônoma pragmaticamente e passível de ser segmentada em ato, na medida em que esse elemento aceita a paráfrase: *Ele veio e isso com prazer*. Já no exemplo:

*Ele veio. Portanto.*

o último elemento não é autônomo já que a paráfrase não é aceitável: *\*Ele veio e isso portanto*. Segundo Rossari, o critério (c) permite diferenciar as unidades de função “conectiva” das que modificam a memória discursiva acrescentando-lhe uma informação.

Roulet (1999: 145-150), procurando precisar o método da segmentação em atos, apresenta uma explicação dos critérios que permitem resolver os casos delicados que surgem quando da realização dessa tarefa.

A passagem pela memória discursiva, que indica a fronteira entre dois atos, é assinalada pela possibilidade de se utilizar indiferentemente como anáfora um pronome ou uma expressão definida para marcar a correferência, ou seja, pela possibilidade de se retomar a informação sob a forma de um pronome ou de uma expressão definida.

Nos enunciados:

*Meu vizinho esteve aqui. Ele está doente.*

*Meu vizinho, ele está doente.*<sup>45</sup>

tem-se dois atos, pois há passagem pela memória discursiva, visto que se pode neles retomar a informação *meu vizinho* tanto sob a forma do pronome *ele*, quanto sob a forma de uma expressão definida, como por exemplo *o bravo homem: Meu vizinho esteve aqui. O bravo homem está doente.* ou *Meu vizinho, o bravo homem está doente.*

Já no enunciado:

*Meu vizinho pensa que ele está doente.*

tem-se apenas um ato visto que não há passagem pela memória discursiva, pois *meu vizinho* só pode ser retomado pelo pronome *ele*. A retomada de *meu vizinho* pela expressão definida implicaria uma construção agramatical: *\*Meu vizinho pensa que o bravo homem está doente.*

Esse critério de considerar a passagem pela memória discursiva, proposto por Berrendonner, como mencionado anteriormente, permite resolver os casos em que se tem orações reduzidas, orações adjetivas restritivas ou explicativas, certas subordinadas não separadas da principal<sup>46</sup> por uma vírgula (como as finais, por exemplo), como assinala Roulet com os seguintes exemplos:

*Retornando tarde, ele (o bravo rapaz) não teve tempo de te chamar.*

*Trouxe este livro para Suzana para que ela (a brava garota) comece logo a trabalhar.*

*Este livro, que (o qual) é interessante, é difícil de ler.*<sup>47</sup>

*O livro que você comprou para mim me agrada muito.*

Os três primeiros exemplos analisam-se em dois ou três atos distintos, enquanto o último, em que não há a passagem pela memória discursiva, se analisa em apenas um ato<sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup> Serão apresentadas versões em português dos exemplos citados por Roulet (op.cit.).

<sup>46</sup> Utilizo a nomenclatura tradicional por considerar que ela pode ser facilmente interpretada, por ser de domínio público.

<sup>47</sup> Em francês, somente o pronome relativo que introduz uma oração relativa apositiva (ou explicativa) pode ser substituído por *lequel* (o qual).

Pode-se também aplicar esse critério nos casos em que há construções deslocadas:

*Desse livro, eu jamais ouvi falar.*

*Esse livro, eu jamais ouvi falar dele.*

No primeiro enunciado, tem-se apenas um ato, visto que o simples deslocamento de um termo. o complemento verbal, não implica uma passagem pela memória discursiva. Já no segundo, tem-se dois atos distintos, pois se percebe que há a passagem pela memória discursiva visto que a retomada de *esse livro* pode ser feita ainda por uma expressão definida: *Esse livro, eu jamais ouvi falar dessa droga*<sup>49</sup>.

Mas restam ainda alguns casos para os quais esse critério não se aplica. Roulet (op.cit.), assim, sugere alguns procedimentos para que se possa decidir quanto à segmentação em atos.

Para os casos de sintagmas iniciais no enunciado, sugere-se que eles sejam desenvolvidos de modo que se possa neles introduzir um correferente para se verificar seu estatuto de ato distinto:

*Apesar do luto, Júlia retomou seu trabalho = Apesar do luto que Júlia carregava, ela (a brava garota) retomou seu trabalho.*

*Em frente a casa, Paulo instalou um banco. = Em frente à casa que meu vizinho comprou, ele (o bravo homem) instalou um banco.*

Os sintagmas iniciais *Apesar do luto* e *Em frente a casa* têm estatuto de ato distinto. Por analogia, atribui-se estatuto de ato aos elementos (advérbios e locuções adverbiais), deslocados à esquerda, do tipo: amanhã, com um cuidado especial, felizmente, etc. bem como às orações subordinadas adverbiais antepostas.

Quanto às construções descontínuas como:

---

<sup>48</sup> A relativa restritiva não constitui um ato distinto tendo em vista que não possui função interativa. Ela acrescenta uma predicação ao termo antecedente como o faria um adjetivo (cf. Rossari, 1996: 158).

<sup>49</sup> No seu exemplo, Roulet usa a expressão *un tel navet*, que significa popularmente “uma obra de arte sem valor, sem interesse”, sendo por mim traduzida por *essa droga*, expressão que utilizamos coloquialmente quando queremos desqualificar alguma coisa.

*Esta jovem mulher, que perdeu seu cachorro, o procura em todos os lugares.*

considera-se que os constituintes descontínuos *Esta jovem mulher* e *o procura em todos os lugares*, separados pela inserção da oração adjetiva, são atos distintos, visto que com essa inserção operou-se uma reestruturação textual atestada pela possibilidade de se introduzir uma expressão de chamamento do tipo: *Esta jovem mulher, que perdeu seu cachorro, ela (a pobre) o procura em todos os lugares* (Roulet, 1999:146-147).

A partir, então, da colocação desses critérios, da utilização dos instrumentos heurísticos propostos por Berrendonner e Roulet, tem-se instrumentos confiáveis para a segmentação dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa em unidades textuais.

Entre essas unidades textuais e as unidades sintáticas (períodos ou orações) não existem fronteiras estanques, assim como também não existe uma correspondência regular entre a segmentação em atos e a estrutura sintática. Roulet (op. cit.:147) chama a atenção para o fato de que se deve distinguir uma articulação puramente textual de uma articulação puramente sintática:

*Eu não vou passear, o tempo está muito ruim.*

*Meu vizinho pensa que ele está doente.*

No primeiro exemplo, a relação entre os dois atos é puramente textual, os constituintes são articulados por uma relação interativa de argumento. No segundo exemplo, a relação entre as proposições é exclusivamente sintática, a estrutura do enunciado tem origem na sintaxe.

Pode haver, no entanto, uma construção ao mesmo tempo sintática – que articula duas proposições numa proposição máxima - e textual – que articula dois atos numa intervenção -, como em:

*Suzana chegou atrasada, porque ela (a pobre) perdeu seu trem.*

A presença da conjunção *porque* é indicador da articulação sintática e a possibilidade de substituição do pronome anafórico *ela* por uma expressão nominal definida atesta a articulação textual. O ato, unidade textual mínima, pode coincidir, mas não coincide sistematicamente com nenhuma unidade sintática.

Para a segmentação dos textos do *corpus* em atos, procurei seguir essas orientações. Guiei-me, principalmente, pelo critério que me parece mais eficaz e produtivo que é considerar a autonomia pragmática da unidade, ou seja, a entidade que funciona como ato deve ser provida de uma função interativa. Assim, chega-se a um ato quando não existem mais relações interativas<sup>50</sup> no interior de uma seqüência discursiva composta por constituintes que mantêm entre si relação de dependência. A ausência das relações interativas é um indicador, então, de que não há mais a possibilidade de divisão dessas seqüências em atos.

Considereei ainda necessário adotar os seguintes ajustes na segmentação e na numeração em atos, a fim de simplificar o estabelecimento das estruturas hierárquicas dos textos:

(1<sup>o</sup>) as estruturas clivadas nem sempre foram numeradas como se constituíssem um ato distinto, embora se possa considerar que nelas se tem dois atos, visto que está presente a relação de topicalização: “(5) *É ela que permite aos indivíduos articular frases numa língua* (6)sem nunca ter tido a oportunidade de estudá-la.” (texto 4);

(2<sup>o</sup>) os elementos (termos) intercalados nas orações não constituem atos distintos, como por exemplo em: “(28) Portanto, interessa somente às classes dominantes, *e especialmente às instituições governamentais*, a imposição e manutenção do ensino tradicional, (29) pois enquanto nossos alunos continuarem se degladiando contra as normas e regras gramaticais, (30) não haverá espaço para a formação de homens detentores de amplo conhecimento e com total capacitação ao discernimento das falcaturas realizadas por nossos governantes.”(texto 4); “(1)A língua portuguesa, *assim como todas as outras línguas*, tem como objetivo possibilitar que as pessoas se compreendam mutuamente.” (texto 7); “(22) Uma criança *ao longo de sua vida*, já possui uma gramática implícita (23)e a escola teria o objetivo de enriquecê-la com leituras e produção de textos.”(texto 9); ou também em “(11)compartilhado, *também intuitivamente*, pelos membros da comunidade (texto 10)”;

(3<sup>o</sup>) os apostos do tipo explicativo e especificativo não são considerados atos distintos: (32)“Tudo isso é gramaticar –(33) o melhor método de ampliar, (34)reforçar

---

<sup>50</sup> Como mostrarei no próximo capítulo, as relações interativas são as que se dão no nível dos constituintes da intervenção. Elas se distinguem em argumentativas, contra-argumentativas, reformulativas, de topicalização, de antecipação, de comentário, de clarificação e de sucessão (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001: 172).

(35) e agilizar a gramática, *a de todos e a de cada um em particular.*” (Luft 1995) (texto 6); “(7) Jô Soares é uma das pessoas mais cultas de nosso país (8) e sua experiência no humor, *praticadas na Globo, outra emissora de TV,* e no próprio SBT através de programas próprios para esta área...” (texto 12); “(1) A charge, *meio de comunicação não verbal,* é uma crítica ou caricatura feita sobre algum fato ou contexto da atualidade.” (texto 13); “Os autores explicitam as diferenças entre o senso comum (*conjunto de crenças e valores herdados de gerações anteriores*) e o bom senso (*crítica e reelaboração do senso comum*).” (texto 19);

(4<sup>o</sup>) termos ou orações coordenadas justapostas muitas vezes não foram numeradas em atos distintos: “(1) É um assunto muito complexo de se tratar (2) e envolve vários fatores que influenciam o modo de se ensinar gramática na escola (3) como: *a questão social, a tradição do ensino, o medo a comodidade de não mudar o ensino, a liberdade de se expressar, etc.* (4) *A maneira de se ensinar a língua materna, as noções falsas de língua e gramática, a obsessão gramaticalista, a distorcida visão de que ensinar uma língua seja ensinar a escrever “certo”, o esquecimento a que se relega a prática da língua,* (5) e mais que tudo: (6) a postura opressora e repressiva, alienada e alienante desse ensino, (7) como em geral de todo o nosso ensino em qualquer nível e disciplina.” (texto 1); “(12) Estas regras, (13) que têm haver com o bem falar e escrever, (14) *são aprendidas pela experiência, pela exposição a atos de fala e escrita, pela convivência constante com bons textos e livros, e não pela insistência gramaticalista das escolas.*” (texto 3); ou também em “(40) Assim, a propaganda também nos orienta *sobre como agir, o que vestir, o que consumir, o que preferir, etc.*” (texto 19);

(5<sup>o</sup>) os sinais de pontuação nem sempre serviram de índice para a segmentação, tendo em vista que muitas vezes não são empregados adequadamente, como em: “(1) A maneira tradicional de se ensinar a língua materna, faz com que as pessoas tenham preconceitos escolares que lhes bloqueiam a expressão.” (texto 3); ou em “(22) A formulação de um programa de ensino a ser ministrado em todo o País, constituiu tarefa sob responsabilidade dos órgãos governamentais, (23) possuindo estes um amplo controle sobre a formação cultural do povo brasileiro.” (texto 5).

Nem sempre, então, procedi ao recorte a partir de uma análise rigorosa, em que se apresenta uma divisão em atos bastante detalhada. Nos textos mais extensos, visando a simplificar os esquemas arbóreos que se obtêm com a análise de cada texto, através

dos quais se visualizam as hierarquias e as relações discursivas entre os constituintes, optei por uma segmentação menos detalhada. No texto 7, por exemplo, considerei como um só ato distinto a seqüência “tendo em seu lugar um método que ajudasse os alunos a escrever, falar e expor melhor suas idéias”, sendo que poderia ter proposto uma segmentação diferente, em pelo menos 3 atos. Assim, não segmentei em atos termos coordenados, como citado em (4<sup>o</sup>) acima, embora constituam constituintes discursivos do mesmo nível hierárquico.

Entretanto, nos trechos em que há ocorrências do item *onde*, fiz a opção por um recorte em atos de forma mais refinada, de modo a possibilitar que a sua representação na estrutura hierárquica assim como a análise de sua atuação sejam, ao menos, mais precisas.

### 2.2.2. Análise da estrutura hierárquica dos textos

O esquema de negociação pode ser considerado, conforme Filliettaz (1997:72), como o princípio subjacente sobre o qual se funda a dimensão hierárquica textual. Como afirma o autor, se as estruturas hierárquicas funcionam como as estruturas que sustentam o discurso no nível textual, deve-se considerar que o esquema de negociação corresponde a um dos princípios gerais que sustentam a organização textual do discurso.

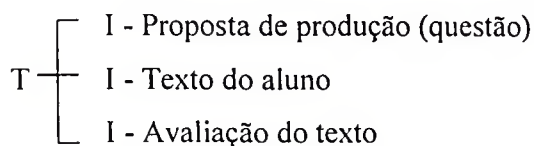
As estruturas hierárquicas aparecem, então, como a face emergente do processo de negociação subjacente às interações verbais. Chega-se a essas estruturas a partir de hipóteses interpretativas das interações. Tais hipóteses devem ser levantadas e testadas, visando-se a chegar às mais defensáveis. O estabelecimento das estruturas hierárquicas, na concepção modular do discurso, constitui uma etapa essencial e incontornável de análise da organização do discurso, visto que elas aparecem ao mesmo tempo como constitutivas dessa organização, como motivadas e como produtos de um processo dinâmico (cf. Roulet, inéd.). É a estrutura hierárquica o componente central de toda organização complexa. Uma concepção de estrutura hierárquica análoga pode ser encontrada em trabalhos recentes de lingüistas, filósofos e psicólogos (Roulet, op. cit.). Segundo o autor em Roulet, Filliettaz e Grobet (2001), lingüistas americanos, em trabalhos recentes sobre as estruturas do discurso, quer dialógico quer monológico,

utilizam uma concepção de estrutura hierárquica bem próxima da do modelo genebrino. Na filosofia da linguagem, autores como Ricoeur, Vanderveken e Searle, cada um à sua maneira, consideram a hipótese de uma estrutura hierárquica de níveis diferentes. Também alguns psicólogos da interação (Clark, Bronckart, Trognon) lidam com a noção de hierarquia de partes ou com o caráter hierárquico da organização textual (cf. p.87-88).

Há críticas a esse modelo hierárquico, por ser considerado complexo, formal e por dificultar ou impedir a multiplicidade dos “possíveis interpretativos”, nas palavras de Charaudeau (1996). No entanto, se se concebe a estrutura hierárquica não como uma combinatória formal, mas como uma possível hipótese interpretativa do processo de negociação subjacente a toda troca languageira, percebe-se que ela é um instrumento heurístico bastante eficaz para a descrição dessa negociação, na medida em que ela define claramente os constituintes e as relações que se estabelecem entre eles nos diferentes níveis de análise, as relações discursivas, as estratégias de estruturação do discurso, etc.

Para os textos do *corpus* propus macroestruturas hierárquicas construídas conforme minhas hipóteses interpretativas de cada um deles. Como já mencionado em item anterior, parto do princípio de que cada um dos textos é um espaço de negociação que apresenta uma estrutura de intervenção, semelhante à estrutura de uma resposta a uma questão anteriormente colocada pelo professor, quando propôs a produção do texto.

O esquema abaixo ilustra a representação hierarquizada que proponho para o processo como um todo que se instaura entre o professor e o aluno:



**Figura 5: Representação genérica**

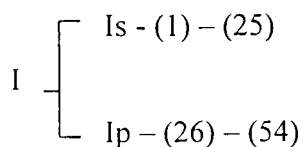
Interpreto que essa configuração hierarquizada, a qual articula apenas três intervenções constitutivas de uma única troca (T)- uma I com função ilocucionária iniciativa, uma I de natureza reativa e, finalmente, uma I avaliativa-, corresponde ao esquema da negociação existente entre os interlocutores, manifestando o percurso

percorrido pelos interlocutores para o alcance da completude interacional ou duplo acordo, que autoriza o fechamento da negociação (cf. Roulet et al., 1985: 15).

Pires (2000: 24) utiliza um esquema praticamente igual a este para mostrar que o texto-produto escolar pode ser repensado como “uma reação do aluno-autor a uma motivação ou, até mesmo, a uma provocação desencadeada pelo professor para cumprir um certo ritual de ensino-aprendizagem” e que dessa forma pode-se atribuir ao texto uma função mediadora entre professor e aluno, “que passam a desempenhar o papel de interlocutores em um espaço de trocas reparadoras”. Em trabalho anterior, Pires (1999: 353), a autora já afirmara que “toda e qualquer produção escrita constitui uma provocação ao leitor, agindo como um impulsionador de interpretações possíveis.” Dessa forma, o texto escrito dialoga com o leitor, promovido a interlocutor envolvido no processo de construção de sentido do texto.

Para os textos dos alunos, então, proponho configurações hierárquicas que correspondem às configurações de uma intervenção reativa. Essas estruturas hierárquicas, como já assinalai anteriormente, descrevem uma das possíveis interpretações que deles se podem construir. Existe sempre uma margem de interpretação, de modo que elas não devem ser vistas como descrições definitivas, mas como meios de se formularem hipóteses quanto às estruturas de intervenção, formadas de atos e intervenções subordinados em diferentes níveis, ligados pelas funções interativas.

Analisando as configurações hierárquicas que proponho para os textos do *corpus*, percebe-se que é recorrente a seguinte macroestrutura hierárquica, como a que proponho para o Texto 1:



**Figura 6: Esquema hierárquico genérico**

O texto é hierarquicamente representado em uma intervenção formada por duas intervenções complexas, as quais se constituem por outras intervenções encaixadas, conforme se pode ver no esquema hierárquico apresentado a seguir.

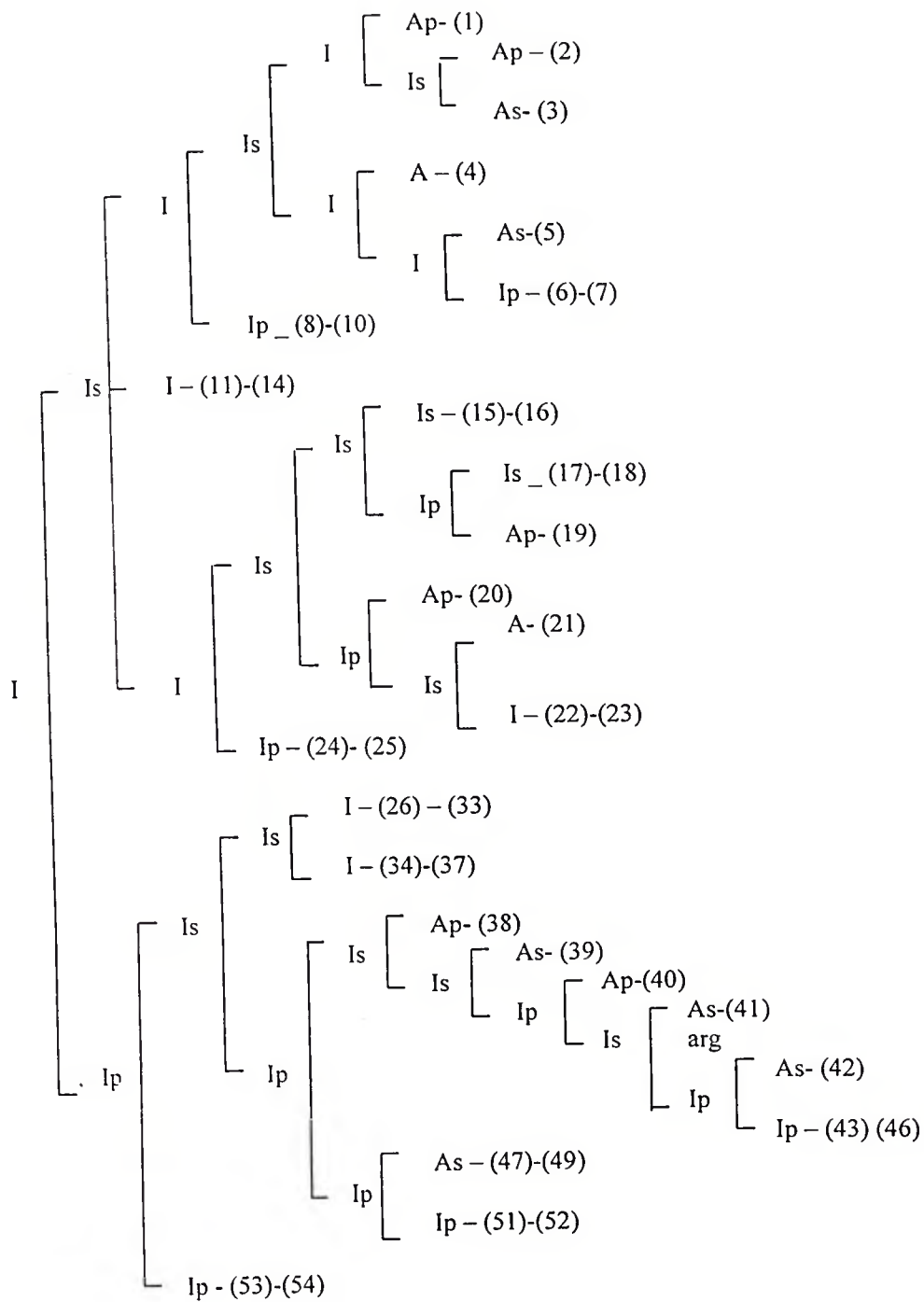


Figura 7: Estrutura hierárquica do texto 1

O esquema hierárquico de um texto é estabelecido inicialmente, seguindo-se o princípio da modularidade, com a definição dos constituintes da estrutura hierárquica que se faz pelo sistema de regras que regem essa estrutura (cf. p.51-52). A intervenção, como já exposto anteriormente, é formada pelo menos por dois constituintes (uma I e um A, dois A, uma I e uma T, um A e uma T, duas I). Ela é definida como a maior unidade monológica, uma vez que representa cada fase do esquema de negociação. Utilizando-se informações provenientes de outras fontes, tem-se que as intervenções, como constituintes de uma troca, se ligam por relações ilocucionárias (que correspondem aos atos performativos apontados por Searle). Já no nível das intervenções encaixadas, eu definiria a intervenção como uma unidade formada por constituintes que se ligam numa relação interativa (a que se dá no nível dos constituintes das intervenções). Dessa forma, pode-se construir uma estrutura hierárquica constituída por uma grande intervenção – I-(1)-(54) - que deverá, por sua vez, ser formada por outras intervenções encaixadas, ligadas por relações interativas – Is-(19)-(25) e Ip-(26)-(54), que poderão ser formadas por outras intervenções encaixadas – I-(1)-(10) ou Is-(38)-(46) - e assim sucessivamente, até se chegar ao ato.

Ainda, para o estabelecimento da estrutura hierárquica das intervenções mais complexas, o analista pode apoiar-se nas indicações hierárquicas fornecidas pelos conectores que articulam os constituintes discursivos. O papel dos conectores no estabelecimento das estruturas discursivas é tratado no próximo capítulo, que trata da organização relacional do discurso.

O que justifica que a (macro)estrutura apresentada na Figura 6 possa servir para representar a minha leitura dos textos é o fato de os alunos inicialmente colocarem o problema sobre o qual vão dissertar, apresentarem em seguida argumentos relacionados ao problema (sua defesa ou seu ataque) para, finalmente, apresentarem seu ponto de vista, ou seja, sua conclusão sobre o problema. A conclusão, que no esquema representado na Figura 7 compreende a intervenção formada pelos atos (26) a (54), é que contém a proposição mais importante do texto, a qual não pode ser suprimida sem comprometer o seu sentido – resultando daí o seu estatuto de principal<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Os textos 12 e 20 apresentam uma macroestrutura hierárquica diferente. Eles podem ser descritos como formados por uma intervenção constituída de 5 intervenções independentes, no caso do texto 12, ou por uma Ip seguida de uma Is, como no texto 20.

Utilizando o critério da supressão, a partir do qual se permite detectar os constituintes subordinados, os quais podem ser apagados uma vez que não são eles que contêm as informações fundamentais da questão proposta para a produção dos textos, é possível verificar a pertinência dessa configuração.

O texto 2, por exemplo, para o qual proponho a estrutura abaixo, poderia ser resumido apresentando-se apenas alguns atos principais:

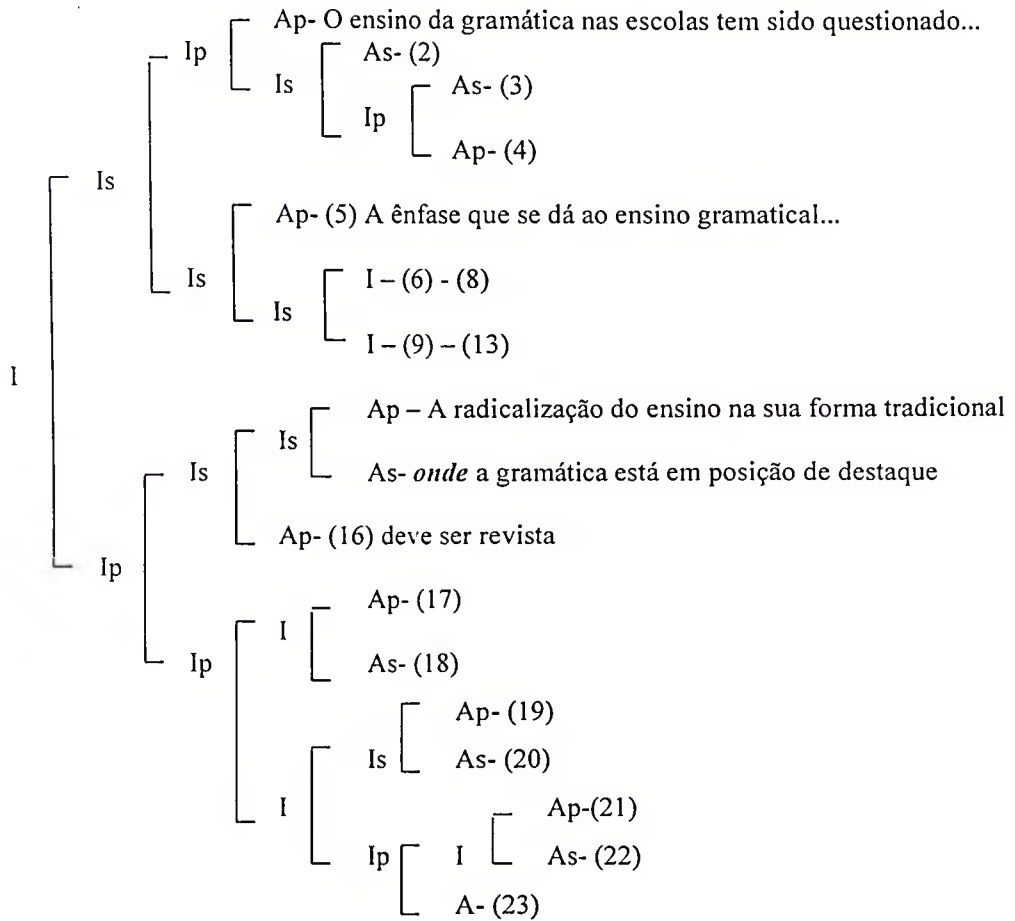


Figura 8: Estrutura hierárquica do texto 2

Poderiam ser retidos os seguintes atos para se ter um breve resumo do texto:

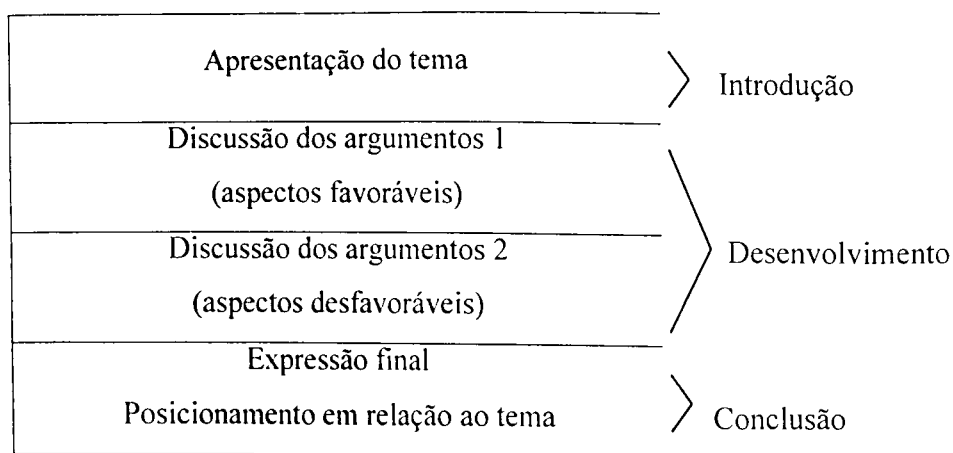
(1) *O ensino da gramática nas escolas tem sido questionado, atualmente, por muitos lingüistas e outros estudiosos da área.*

(14) *A radicalização do ensino na sua forma tradicional*, (16) *deve ser revista*, (17) *de forma a dedicar maior parte do tempo para trabalhos com obras e textos de todos os níveis*, (19) *e o aluno possa desenvolver seu raciocínio*, (21) *tornando-se um brilhante escritor*

Esses constituintes, que têm estatuto de principal, seriam suficientes para que se pudesse reter as informações essenciais apresentadas pelo aluno para expressar seu ponto de vista sobre o tema proposto. Em torno desses atos tem-se, então, outros que mantêm com eles relações de dependência em diferentes níveis de encaixe para formar as intervenções. (1) pertence a uma Ip que é constituinte da intervenção subordinada (Is) através da qual se apresenta um argumento (ou justificativa) para a intervenção principal (Ip), formada pelos atos (14)-(23), a qual pode ser relacionada à conclusão do texto.

Examinando-se os textos do *corpus*, verifica-se que há entre eles muitas semelhanças. Em primeiro lugar, suas condições de produção - o objetivo para sua produção, o gênero textual, o contexto social de circulação, etc.- foram as mesmas para todos eles.

Em segundo lugar, textos como esses normalmente seguem um mesmo modelo de gênero, em função das diversas orientações comumente apresentadas para os alunos sobre como se estrutura ou se organiza um texto dissertativo, argumentativo. Segundo os manuais de redação freqüentemente utilizados pelos professores que trabalham a produção de textos na escola, uma dissertação se constrói seguindo-se um esquema semelhante ao abaixo apresentado:



**Figura 9:** Esquema de um texto dissertativo

Esse esquema poderia ser também representado numa configuração hierarquizada, assemelhando-se à superestrutura apresentada por Van Dijk (1978: 160) para a argumentação. Segundo o autor, o esquema que estabelece a ordem global de um texto argumentativo se compõe das categorias básicas de *justificação e conclusão*, que se situam no nível hierárquico mais elevado. No caso do texto científico<sup>52</sup>, ele se compõe das categorias de *colocação do problema e solução*. A categoria de *hipótese* pode dividir-se em categorias distintas como *contexto, circunstância, legitimidade, reforço*, etc., assim como a de *colocação do problema* deverá se dividir em *observações, explicação, hipótese, previsão, teste*, etc. em função do tipo de argumentação desenvolvida.

A estrutura de praticamente todos os textos do *corpus* se encaixa perfeitamente nesse esquema. Analisando os textos do *corpus* cujo tema é “o ensino de gramática nas escolas”, por exemplo, percebe-se que, já no primeiro parágrafo de cada um deles, se apresenta o tema tratado. Em seguida são introduzidos os argumentos a ele relacionados, os quais serão discutidos em um (textos 2, 6 e 18), dois (textos 5 e 7), três ou até mais parágrafos (textos 1, 3, 4 e 8). Toda essa parte é usada, segundo minha interpretação, como argumento ou justificação para a apresentação pelos alunos/autores de seu ponto de vista, de seu posicionamento em relação à questão, com o qual escolhem, então, concluir seu texto<sup>53</sup>.

Através das configurações hierarquizadas dos textos, são descritas as relações existentes entre os constituintes textuais. A análise dessas relações constitui outra importante etapa da descrição da organização discursiva. Essas relações podem estar ou não marcadas pelos conectores pragmáticos. Assim, através das estruturas hierárquicas, é possível investigar o papel dos conectores no estabelecimento das relações de discurso e, portanto, é possível investigar como pode ser interpretado o funcionamento do *onde* nos textos do *corpus*.

---

<sup>52</sup> O texto científico se apresenta como uma variante especial das estruturas argumentativas, segundo Van Dijk (op.cit.).

<sup>53</sup> Bronckart (1999 : 226-227) mostra que o protótipo (modelo abstrato de que os produtores e os receptores do texto dispõem) de uma seqüência argumentativa – que aparece nos discursos teóricos - se apresenta em 4 fases sucessivas, sendo que na primeira se propõe uma constatação de partida, na segunda apresentam-se elementos para uma conclusão provável, na terceira apresentam-se contra-argumentos, que operam uma restrição à orientação argumentativa e que podem ser apoiados ou refutados por lugares comuns, exemplos, etc., e na quarta, a fase de conclusão, integram-se os efeitos dos argumentos e contra-argumentos.

Como as relações discursivas de superfície são indicadas pelos conectores, os quais desempenham importante papel na estruturação do discurso, passo para o próximo capítulo. no qual trato da organização relacional dos textos, uma vez que esta forma de organização está bastante ligada à estrutura hierárquica – ela permite o tratamento da estrutura hierárquica e da estrutura relacional simultaneamente - e é ela que trata da contribuição dos conectores na organização do discurso.

A descrição da organização relacional constitui um passo importante, no meu entender indispensável, para a investigação do funcionamento discursivo do *onde*, visto que, segundo a minha hipótese quanto à sua atuação no discurso, além do papel de pronome (advérbio) relativo, esse item desempenha o papel de conector argumentativo, na medida em que é empregado na ligação de constituintes discursivos que mantêm entre si uma relação argumentativa.

### Capítulo 3. A organização relacional

A descrição da organização relacional constitui, como afirma Roulet (1999), um outro importante aspecto da elucidação da interpretação de um texto. Nessa forma de organização focalizam-se os tipos de relações existentes entre os constituintes da estrutura hierárquica e as informações de origem textual ou situacional, bem como o papel dos conectores no discurso.

Como nos mostra Roulet (1996, 1999, 2000), a organização relacional é a que trata das relações ilocucionárias e interativas<sup>54</sup> que há entre os constituintes do texto, definidos na estrutura hierárquica, e as informações presentes na memória discursiva<sup>55</sup>. As relações ilocucionárias, iniciativas ou reativas, são as que se dão no nível dos constituintes de uma troca e as interativas, no nível dos constituintes das intervenções. Estas últimas costumam ser marcadas pelos conectores. Os conectores, assim como os marcadores do tipo “por favor” ou “com licença”, por exemplo, que são indicadores da função ilocucionária de um pedido, dão instruções sobre as informações necessárias para a interpretação do discurso. Assim, eles são considerados como importantes para esta forma de organização, já que vão permitir que se interpretem as relações de discurso.

O tipo de vínculo que se estabelece entre um constituinte discursivo e um estado da memória discursiva pode ser sinalizado, então, por marcas cuja função é explicitar a relação (Rossari, 1993 :3). A descrição da organização relacional é assim construída a partir da acoplagem (*couplage*) entre as informações obtidas com a análise da dimensão hierárquica, relativas à definição dos constituintes textuais, e as informações, de ordem lexical e sintática, relativas às instruções dadas por essas marcas<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> O termo *relação interativa* foi proposto para se referir à relação entre os atos (inter-ato) da estrutura hierárquica.

<sup>55</sup> Inicialmente pensava-se que os conectores ligavam principalmente os constituintes do discurso, ou as informações por eles veiculadas, mas Berrendonner (1983) mostrou que os conectores, como os anafóricos, se encadeiam frequentemente nas informações que não aparecem no texto, que estão estocadas na memória discursiva. (cf. Roulet, 1999 :74) Essas informações da memória discursiva têm sua fonte ou no constituinte anterior ou no ambiente cognitivo imediato ou então nos conhecimentos enciclopédicos dos interactantes.

<sup>56</sup> Rossari (inédito : 11) diz que, nos trabalhos da escola de Genebra (Roulet et al., 1985), “os conectores desempenham um papel central: eles são classificados segundo sua função discursiva, o que indica que eles são sobretudo concebidos como as manifestações da estrutura do discurso”.

Mas pode acontecer, e não raro acontece, de a relação entre um constituinte e uma informação estocada na memória discursiva não estar marcada. Neste caso, descreve-se a organização relacional a partir da acoplagem (*couplage*) entre as informações de natureza hierárquica e as de natureza referencial<sup>57</sup>, relativas aos conhecimentos do universo do discurso estocados na memória discursiva.

A descrição da organização relacional pode ser feita utilizando-se um número restrito de relações genéricas<sup>58</sup> que, embora encubram as nuances mais finas, são suficientes para descrever todas as formas de discurso, tanto dialógico quanto monológico. Assim, utiliza-se a noção de argumento para recobrir as relações interativas denominadas de causa, explicação, justificação, conseqüência, etc. Para as relações ilocucionárias iniciativas, utilizam-se as categorias genéricas de pergunta, pedido, informação ou asserção, e para as reativas, as categorias de resposta e ratificação (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001).

A descrição das relações genéricas fornece uma esquematização através da qual se situam as relações ilocucionárias e interativas entre os constituintes discursivos e as informações estocadas na memória discursiva. Dessa esquematização podem-se extrair informações que poderão ser combinadas com as extraídas das representações de outras formas de organização. Mas, para considerar as diferenças entre essas relações, visando ao tratamento de um enunciado em particular, procede-se, num momento posterior à análise das relações genéricas, à descrição das relações discursivas específicas com a aplicação de um princípio geral de cálculo inferencial, em função das propriedades lingüísticas e contextuais desse enunciado (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001).

Na versão do modelo modular de 1999, Roulet distingue as formas de organização elementares relacional e inferencial e trata-as separadamente, e até mesmo independentemente. Ao analisar um diálogo cinematográfico, extraído do filme *La poison*, o autor descreve a sua organização inferencial sem que tenha precisado descrever a sua organização relacional (Roulet, 1999 : cap.6). Nessa versão, busca-se com a análise da organização relacional tratar somente das relações entre os constituintes discursivos e as informações estocadas na memória discursiva, relações que são importantes para a construção

---

<sup>57</sup> O módulo referencial descreve as representações das atividades e dos seres e objetos que constituem o universo do discurso (v. p. 242).

<sup>58</sup> A proposta de utilização de relações genéricas é apresentada nos últimos trabalhos de Roulet. Segundo o autor, essa proposta tem a vantagem de evitar "o duplo perigo das taxonomias *a priori* de relações", que se aplicam apenas ao discurso monológico, não respondendo assim às necessidades da análise das interações cotidianas, e da proliferação de relações de discurso estabelecidas a partir da observação de diversos tipos de discursos, também monológicos, como a da Rethorical Structure Theory (Roulet, 2001).

e a interpretação do discurso, enquanto com a análise da organização inferencial visa-se a tratar dos processos de inferência que conduzem à interpretação do enunciado num determinado contexto.

Já na versão apresentada em Roulet, Fillietaz e Grobet (2001: cap.6), o autor não mais distingue essas duas formas de organização, mas as une de modo que a análise da organização relacional passa a buscar, de um lado, identificar as relações ilocucionárias e interativas genéricas entre os constituintes da estrutura hierárquica e as informações estocadas na memória discursiva – para compreender as generalizações que escapam do tratamento específico da teoria da Pertinência- e, de outro lado, descrever o percurso inferencial que permite determinar a relação específica existente entre um constituinte e uma informação da memória discursiva. A análise da organização relacional resulta, assim, da descrição das relações genéricas a qual deverá ser completada pela descrição dos percursos inferenciais que conduzem à interpretação de cada uma das seqüências estudadas.

De minha parte, considero mais interessante essa última proposta de abordagem da organização relacional, visto que ela possibilita que se descrevam de maneira genérica as relações discursivas bem como a atuação dos conectores no estabelecimento dessas relações e que a essa descrição se junte a explicação para o papel dos conectores na interpretação dos textos alcançada a partir do tratamento inferencial de cada caso em particular. Com essa abordagem, pode-se, numa única forma de organização, focalizar a questão das relações discursivas genéricas existentes no texto, ou em determinado enunciado extraído do texto, e em seguida buscar a explicação, através de um cálculo inferencial, para a determinação da informação estocada na memória discursiva que é ligada a um constituinte discursivo através da relação marcada por um conector ou para a determinação da relação não marcada existente entre os constituintes.

Dessa forma, os conectores passam a ser vistos não só como elementos em torno dos quais o discurso se articula, mas também como guias para a interpretação, como elementos que podem facilitar a compreensão dos enunciados em que aparecem.

### 3.1. A determinação das relações de discurso

Os conectores empregados num texto normalmente explicitam as relações interativas<sup>59</sup> que podem ser, numa lista reduzida de categorias definidas de forma genérica, as de argumento, contra-argumento, reformulação, comentário, topicalização, sucessão, preparação (*préalable*) e clarificação<sup>60</sup> (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001, Roulet 2001).

As marcas mais freqüentes dessas relações são:

- a) *porque, pois, visto que, uma vez que, devido a, se, então, portanto, de modo que, assim, etc.* – nas relações de argumento;
- b) *mas, porém, entretanto, no entanto, embora, apesar de, mesmo que, ainda que, somente, etc.* – nas relações de contra-argumento;
- c) *ou seja, ou melhor, enfim, finalmente, em suma, etc.* - nas relações de reformulação<sup>61</sup>;
- d) *quanto a, no que se refere a, com relação a, etc.*, ou o deslocamento à esquerda - nas relações de topicalização;
- e) *em seguida, depois, etc.* - nas relações de sucessão.

Segundo Roulet (1999), os conectores, além de marcarem as relações interativas, oferecem indicações quanto à hierarquia dos constituintes por eles articulados. Assim, como descrito em Roulet et al. (1985: 111-193), os conectores interativos que expressam uma relação argumentativa do tipo causal ou explicativa ou de justificativa introduzem sempre um constituinte subordinado, enquanto os que expressam uma relação argumentativa do tipo conclusiva ou consecutiva introduzem um constituinte principal. Os conectores contra argumentativos do tipo *mas* introduzem um constituinte principal e os do tipo *embora*, um

---

<sup>59</sup> Reboul e Moeschler (1998) afirmam que a hipótese dos conectores como marcadores de funções interativas não procede visto que o modelo genebrino, enquanto um programa de pesquisa fechado, se basearia **exclusivamente** em informações lingüísticas e não procuraria integrar as informações não lingüísticas e as informações lingüísticas num programa de pesquisa centrado na interpretação dos enunciados. Os autores não são justos ao fazerem essa afirmação, pois desconsideram que o modelo, já em versões anteriores, procura tratar os conectores não como elementos que unem principalmente os constituintes do discurso, mas como elementos que unem os constituintes discursivos às informações que se encontram estocadas na memória discursiva (informações lingüísticas e/ou não lingüísticas).

<sup>60</sup> As relações interativas de preparação (*préalabe*) e de clarificação são mais próprias do discurso oral e a relação de sucessão recobre somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narrativa. Na obra coletiva de 2001, são listadas, mas não definidas, essas oito relações interativas genéricas (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001 :172).

<sup>61</sup> Os conectores reformulativos são os que indicam por seu semantismo uma relação de equivalência entre duas formulações ou uma relação de recapitulação da formulação anterior.

constituente subordinado. Os conectores reformulativos introduzem sempre constituintes principais e os de topicalização, constituintes subordinados.

Nem todas as relações interativas são expressas por marcadores. A ausência de marca ou de um conector pode ocorrer porque, para certas relações, como as de comentário<sup>62</sup>, preparação e clarificação, não existem marcadores específicos, ou ainda porque a relação referencial entre os conteúdos ou as enunciações de dois atos já é bastante evidente, o que torna a presença do marcador desnecessária (Roulet, op.cit.). Quando as relações discursivas entre os atos e as informações da memória discursiva não são explicitadas por um conector, o analista vai se basear na possibilidade de inserção de outros marcadores no texto a fim de que possa identificar as relações bem como determinar o estatuto funcional e hierárquico da unidade discursiva (Rossari, 1992).

Numa construção como: *estou com dor de cabeça; vou tomar uma aspirina*, a relação de argumento, fundada na relação referencial de causa e efeito, é facilmente interpretada<sup>63</sup> sem o conector, e por isso sua presença se faz desnecessária. Para confirmar a interpretação atribuída à relação aí existente, basta introduzir no exemplo um marcador específico dessa relação: *estou com dor de cabeça, por isso/portanto/de modo que vou tomar uma aspirina*. Os conectores, assim, servem para indicar uma relação interativa<sup>64</sup>, facilitando ou desencadeando o percurso inferencial sobre o qual se baseia a relação (Rossari, 1999).

Se a relação interativa não é explicitada por um conector e se não é possível a introdução de conectores para indicá-la, visto que não existem marcadores específicos para ela, sua determinação tem de ser feita com base em informações referenciais e também em certos postulados adotados pelo modelo. Postula-se que uma relação interativa é de preparação (*préalable*) se o constituinte subordinado preceder o principal, e de comentário, se o constituinte subordinado suceder o principal. Assim, numa construção como: *A escola doutrina os homens mostrando como devem se portar perante a sociedade*, em que o constituinte principal é seguido pelo constituinte subordinado, considera-se que o ato subordinado se liga ao principal por uma relação interativa de comentário.

---

<sup>62</sup> O pronome relativo cuja atuação não se limita ao interior da frase deveria, a meu ver, ser considerado marca de relação de comentário, visto que sempre introduz um constituinte subordinado que expressa um comentário em relação ao constituinte principal que o precede.

<sup>63</sup> É facilmente interpretada pelas pessoas de nossa cultura, que comumente tomam o analgésico Aspirina quando sentem dores de cabeça.

<sup>64</sup> Como assinala Roulet (1995), “discourse markers select a meaning relation from whatever potential meanings are provided through the content of discourse, and then display that relation (...) or, I would add, qualify it (...), rather than create it.”

### 3.2. Análise do corpus sob a perspectiva da organização relacional

Ao analisar os textos do *corpus* do ponto de vista hierárquico, propus a eles – aos trechos em que se tem o uso do *onde* - estruturas hierarquizadas que correspondem a uma possível interpretação dos mesmos e através das quais se explicita essa interpretação, visto que elas possibilitam a visualização das hierarquias entre os constituintes discursivos.

Para a análise dos textos do ponto de vista da organização relacional, procuro conjugar os esquemas hierarquizados com as informações de ordem lexical e sintática dos conectores empregados, no caso das relações marcadas, ou com as informações de ordem referencial, no caso das relações não marcadas. Chego assim a estruturas hierárquico-relacionais nas quais se explicitam as hierarquias e as relações para representar sua organização relacional.

Nas estruturas hierárquico-relacionais que proponho para os textos do *corpus*, com o intuito de atingir uma descrição mais refinada de sua organização relacional, indico, através das formas abreviadas *arg*, para argumento, *c-arg*, contra-argumento, *ref*, reformulação, *com*, comentário e *top*, topicalização, as relações interativas que, segundo minhas interpretações, ligam os constituintes das estruturas hierárquicas. Através dessas estruturas propostas é possível situar as relações interativas genéricas, em diferentes níveis.

Como já mencionado anteriormente, a análise da organização relacional do discurso resulta da acoplagem (*couplage*) das informações extraídas da análise das estruturas hierárquicas com as informações de ordem lexical e sintática, relativas às instruções dos conectores. Antes de iniciar as análises da organização relacional das intervenções em que o *onde* ocorre, visando a investigar qual seria o seu papel no estabelecimento das relações discursivas, procedo, no próximo item, recapitulando o que de certa forma foi apontado na Introdução deste trabalho e antecipando alguns pontos que serão tratados na descrição das análises relacionais, a uma discussão das suas propriedades gramaticais (lexicais, morfossintáticas e semânticas) a fim de poder definir as instruções dadas por ele sobre os procedimentos que devem ser seguidos para a interpretação dos enunciados.

### 3.2. 1. As instruções do item *onde*

Como já exposto na Introdução deste trabalho, o *onde* é classificado nas gramáticas do português como advérbio de lugar, advérbio interrogativo e ainda como advérbio ou pronome relativo que possui antecedente com idéia de lugar<sup>65</sup>. Para alguns gramáticos, ele é um advérbio ou pronome relativo quando tem antecedente expresso; para outros, no entanto, ele pode ser considerado um relativo quando seu antecedente está expresso ou quando está latente. Como se vê, não há consistência quanto à classificação desse item nas nossas gramáticas, mas há unanimidade quanto a seu valor semântico locativo.

O *onde* é descrito como “o advérbio que indica estada, permanência ‘em’ um lugar” (Almeida, 1983:318), ou seja, é o advérbio que traz a preposição “em” incluída no seu significado. A ele se opõe “aonde”, que indica movimento “para” um lugar (Imagino *aonde* ele quer ir) e “donde”, que indica movimento “de” um lugar (A cidade *donde* saímos era mais tranqüila). Dada a significação relativa que encerra, o *onde* (lugar em que), assim como outros advérbios relativos<sup>66</sup>, pode ligar orações. As orações por ele introduzidas, segundo nossos gramáticos, devem ser analisadas em subordinadas adjetivas. Numa frase como “Queremos saber *onde* ele está”, analisa-se o *onde* como um advérbio conjuntivo visto que essa frase é desdobrável em “Queremos saber o lugar” e “*onde* ele está” (Almeida, op.cit.).

Os gramáticos assinalam ainda que o *onde*, além de marcar a subordinação, assim como os relativos, exerce uma função sintática de adjunto adverbial de lugar na oração a que pertence. Na frase exemplificada acima, sua função é a de adjunto ou complemento adverbial de “está”.

Segundo a descrição tradicional, então, pode-se dizer que o advérbio relativo *onde* oferece a seguinte instrução: **usa-se esse item numa operação de subordinação da oração que inicia ao elemento antecedente, presente ou implícito no contexto anterior, que expressa “lugar físico em que se situa a ação verbal”.**

---

<sup>65</sup> Bechara (s/data) arrola o *onde* na classe dos pronomes relativos e na dos advérbios relativos. Já Almeida (1983) menciona-o apenas entre os advérbios relativos.

<sup>66</sup> Quando (tempo em que), como (maneira por que) e por que (motivo por que).

Hadermann (1993) desenvolveu um estudo morfossintático da palavra *où* (onde, em francês) - palavra banal em aparência, mas que dissimula uma grande complexidade de funcionamento, como ressalta a autora -, visando a mostrar que os diferentes empregos discursivos dessa palavra se prendem a um valor único que existiria na língua.

Essa palavra conhece múltiplos empregos. Ela funciona como um interrogativo usado para se fazer uma pergunta; ela pode aparecer em contextos exclamativos, designando um ponto particular conhecido pelo locutor; ela aparece em estruturas relativas para retomar um antecedente locativo ou temporal; ela pode figurar com preposições que a antecedem (*d'où, par où, vers où, jusqu'où, pour où*) e ela ainda aparece como parte de locuções conjuntivas como *où que, au prix où, au cas où, au moment où*, etc. Por isso ela é classificada pelos gramáticos tanto como advérbio, quanto como pronome, quanto como conjunção<sup>67</sup>, evidenciando-se, assim, uma dificuldade categorial. A ausência de categorias rigorosamente estabelecidas explica, segundo a autora, a dificuldade que os lingüistas experimentam para classificar essa palavra, que se insere em diversos paradigmas: o paradigma dos relativos, o paradigma dos interrogativos e o conjunto das locuções conjuntivas.

Mas embora aceite diversos empregos, *où* apresenta um só valor fundamental que é o de indeterminação do lugar, visto que contém um sema [+ indefinido]. Essa sua indeterminação semântica o torna apto ao emprego relativo, visto que o sintagma antecedente permite a saturação dessa indefinição. Para o seu emprego interrogativo, a indefinição deve ser saturada cataforicamente pela resposta. No emprego conjuncional, ocorre a perda de seu emprego relativo<sup>68</sup> e também de seu semantismo locativo.

A autora, que opta por não adotar nenhum modelo teórico em particular na sua pesquisa, descreve de forma detalhada a palavra *où*, nos seus diversos empregos. Como me interessa mais pelo estudo do *où* relativo, visto que o *onde* focalizado neste trabalho equivale ao pronome (advérbio) relativo, apresento de forma sintetizada a análise que Hadermann faz dessa palavra em seu emprego relativo.

Inicialmente a autora mostra que a frase relativa é considerada uma proposição subordinada, na medida em que se encaixa noutra frase, ocupando uma posição

---

<sup>67</sup> No português do Brasil, o *onde* não faz parte de locuções conjuntivas como no francês e não é considerado uma conjunção. A forma "onde que" tem sido freqüentemente ouvida - acredito que ocorra principalmente no discurso oral. Como não há ocorrências dela nos textos do meu *corpus*, não vou investigá-la neste trabalho.

<sup>68</sup> No emprego conjuncional, *où* perde a sua foricidade.

hierarquicamente inferior. Mas a autora defende a hipótese de que a relativa é criada num processo de nominalização interna, em que a frase se torna um nome de discurso, apto a assumir as funções nominais do substantivo, do adjetivo e do advérbio.

*Où* é usado como relativo retomando um antecedente locativo<sup>69</sup> - com valor locativo intrínseco (topônimos e topógrafos) ou extrínseco (o traço locativo é explicitado por outras indicações topológicas, como a valência do verbo, o semantismo do antecedente, a preposição que introduz o antecedente, ou a relação continente/conteúdo)<sup>70</sup>. Assim, pode ser definido como “uma proforma locativa” - proforma porque contém um valor lacunar e pronominal. Como contém uma preposição virtual locativa, *où* é definido como uma “proforma preposicional locativa”. Seu valor lacunar será preenchido anaforicamente pela referência ao antecedente. E graças a seu constituinte preposicional, assume na proposição nominalizada a função de complemento indireto ou de adjunto.

Mas *où* não é necessariamente precedido de antecedente. Seu antecedente no entanto se encontra virtualmente presente na proforma nominalizadora *où*, que, no nível sintático, funciona como um anafórico “sem antecedente”, ou com antecedente implícito, embora no nível semântico não tenha saturado o seu valor lacunar, permanecendo indefinido o seu semantismo.

Desse estudo do *onde* relativo em francês, depreende-se que ele possui as seguintes propriedades: é uma proforma (anafórica); possui um componente preposicional graças ao qual pode assumir a função de complemento locativo ou adjunto locativo na proposição nominalizada; é um locativo (espacial ou temporal).

Segundo a descrição de Hadermann, então, tem-se que o *onde* relativo oferece a seguinte instrução: **usa-se esse item numa proposição subordinada, na qual ele pode assumir a função de complemento ou adjunto locativo, para retomar um antecedente locativo.**

Num estudo do *onde* no português do Brasil, visando a uma redescricao desse item, como já citado anteriormente também na Introdução (cf.1.1), Kersch (1996) mostra que ele recebe tratamento diferenciado por gramáticos e por lingüistas. Ele é

---

<sup>69</sup> A autora assinala que o traço [+locativo] não é necessariamente de conteúdo espacial concreto. (p.193)

<sup>70</sup> Ao tratar do emprego do *où* temporal, a autora menciona que essa palavra coexiste com a palavra *que* enquanto relativos que se referem a um  $SN_{temp}$ . O que separa essas duas palavras é o fato de *où* conter um sema localizador (existe uma sobreposição entre as noções de *tempo* e *lugar* que ocorre com a palavra *où*) e uma preposição virtual.

considerado pela grande maioria dos gramáticos como um pronome relativo ou um advérbio relativo usado em indicações de lugar, tendo sentido aproximado de “em que” ou “no qual”, e exercendo a função de adjunto adverbial.<sup>71</sup>

O pronome relativo é considerado pelos lingüistas como um elemento que contribui para a organização e coesão do discurso. Ele remete a um nome - anteriormente expresso ou implícito -, o qual representa, sendo assim considerado um elemento coesivo, responsável pela coesão referencial. O *onde* é então considerado um pronome relativo responsável pela coesão referencial. Mesmo se não tiver um antecedente expresso, será considerado elemento de coesão referencial, “pois remete ao universo textual” (Kersch, op.cit.). A autora postula que ele pode também ser considerado um elemento de coesão seqüencial na medida em que assume, às vezes, o papel de conjunção explicativa ou conclusiva. Nesses casos em que se tem o seu uso no que considera contextos explicativos, a autora o chama de “onde discursivo”.

Kersch então considera que no português brasileiro tem-se um *onde* elemento de coesão referencial, que retoma um antecedente com idéia de espaço físico ou nocional, tempo, posse e coisa e ainda um *onde* elemento de coesão seqüencial, que estabelece relação de conclusão, ou de explicação, condição e finalidade<sup>72</sup>. Na conclusão de seu trabalho a autora afirma a existência tanto no português arcaico quanto no seu uso atual de “dois onde: um pronome relativo, fazendo referência a lugar - espaço físico, lugar - espaço nocional, tempo, posse e coisa; outro, conectivo coordenativo, com idéia de conclusão, que denominamos *onde discursivo*.”<sup>73</sup> Ao *onde* conectivo coordenativo se atribuem diferentes valores semânticos: valor de conclusão, nesse caso ele teria sentido aproximado de “e assim”, “com o que”, “de modo que”, “por isso” e “portanto”; valor de explicação ou causa; e em menor escala outros valores (condição e finalidade).

Segundo essa proposta de redescrição do *onde*, pode-se dizer que ele oferece as seguintes instruções: **usa-se o “onde relativo” para retomar um antecedente com a idéia de lugar físico, lugar nocional, tempo, posse e coisa; usa-se o “onde conectivo**

---

<sup>71</sup> Kersch (1996a) menciona que, até a década de 30, o *onde* figura nas gramáticas apenas como advérbio ou advérbio relativo. Já nas gramáticas contemporâneas ele aparece como pronome relativo e como advérbio.

<sup>72</sup> A autora esclarece que o *onde* estabelecendo relação de condição e finalidade carece ainda de maior investigação.

<sup>73</sup> Grifos da autora.

coordenativo” para ligar orações e estabelecer uma relação – possivelmente – de conclusão.

Nas análises anteriores que desenvolvi sobre o *onde* (Marinho 1998,1999), conforme cito anteriormente, também no capítulo introdutório, procuro mostrar que esse item tem se comportado diferentemente do prescrito pela tradição gramatical. Em muitas de suas ocorrências, ele não se limita a funcionar no nível da sentença, retomando um termo (que faz referência a lugar ou não) pertencente à oração anterior, como faz um pronome relativo, segundo as descrições tradicionais, mas, atuando ao nível do discurso, o *onde* funciona como um elemento que encadeia ou liga segmentos lingüísticos, contribuindo para a organização do discurso. A meu ver não se trata de dois *onde*, mas de um elemento que apresenta empregos diferentes – de relativo ou de conector pragmático.

Procurando dar continuidade ao estudo do *onde*, inicio esta pesquisa tomando o modelo de análise modular do discurso como referencial teórico, visto que este visa a superar as limitações de outras propostas teóricas, que freqüentemente apresentam descrições parciais, não permitindo, assim, que se possa formar uma representação global e coerente da organização e do funcionamento do discurso.

Numa primeira tentativa de descrição do comportamento do *onde* no texto escrito, à luz dessa teoria, chego a propor que ele poderia introduzir ora um argumento - sendo equivalente a “porque”, “já que”-; ora uma reformulação – sendo equivalente a “ou seja”, “além disso”, “ainda”-, ora uma consequência, diante da apresentação de um fato – equivalendo a “tanto que”, “de modo que”, “de tal forma que”<sup>74</sup>. A partir do que propõe Roulet (1995) sobre os conectores pragmáticos (ou marcadores discursivos), que oferecem instruções sobre as relações discursivas entre os constituintes ou entre estes e as informações estocadas na memória discursiva, indicando de maneira convencional a relação interativa, revejo esta colocação. O conector evidencia ou qualifica uma relação de significado, dessa forma um mesmo conector não poderia ser

---

<sup>74</sup> Cf. Projeto de Pesquisa: O item “onde”: uma interpretação lingüístico- discursiva, aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Lingüísticos: Lingüística Textual e Análise do Discurso - Linha E.

capaz de marcar relações assim tão distintas (tanto do ponto de vista hierárquico quanto do ponto de vista pragmático)<sup>75</sup>.

Re-examinando os dados, mantendo a hipótese de que o *onde* atua no discurso como um conector pragmático, proponho admitir que esse item é usado algumas vezes marcando uma relação de comentário, como faz o relativo cuja atuação não se limita ao interior da frase e, em outras ocorrências, ele é usado ligando constituintes entre os quais interpreto a existência de uma relação argumentativa, em função das informações de ordem referencial<sup>76</sup>. Neste caso levanto a hipótese de que ele é um conector capaz de atuar tanto numa relação de comentário quanto numa relação argumentativa genérica.

Considero, então, que o *onde*, no âmbito do discurso, tem (i) um emprego relativo, sendo um marcador de uma relação de comentário, e (ii) um emprego argumentativo, interpretado em função das informações de ordem referencial, sendo um conector que pode articular constituintes que se ligam por uma relação argumentativa. Um problema que surge com a colocação de (ii) diz respeito ao fato de que, embora o *onde* esteja sendo empregado conectando um argumento a uma conclusão, ele não poderia ser chamado de conector argumentativo, visto que não evidencia nem marca a relação argumentativa, que pode ser interpretada independente de sua presença. No exemplo a seguir, o *onde* pode ser suprimido sem que a sua supressão interfira no valor argumentativo do constituinte por ele introduzido:

- (1) Segundo GAREBER E GOLDSTEIN (1996), quando uma barra teste de porcelana é submetida a uma carga de flexão que excede o limite elástico da barra, a porcelana não é capaz de vergar e vem a falhar. Entretanto, se a porcelana receber suporte de um material rígido como na união adesiva ao dente, produz resistência adequada para sustentar a função, **onde** o vergamento é evitado, e a porcelana não falha. (monografia - Pós-Graduação em Odontologia/UFMG)

---

<sup>75</sup> Se sustentasse essa análise, teria de considerá-lo um conector “curinga” que, por atuar introduzindo constituintes de estatuto hierárquico subordinado ou principal e também marcando relações interativas de valores diferentes, não estaria ligado a instruções que impõem uma interpretação ao enunciado em que se encontra.

<sup>76</sup> Com a revisão das análises anteriormente propostas, deixo de sustentar a hipótese de que ele atuaria como um conector reformulativo.

O constituinte introduzido pelo *onde* pode ser interpretado como a conclusão ou o resultado que se obtém com a produção de resistência da porcelana adequada para sustentar sua função. Essa interpretação é obtida mesmo se tivermos: [1]*Entretanto, se a porcelana receber suporte de um material rígido como na união adesiva ao dente,*[2] *produz resistência adequada para sustentar a função;* [3] *o vergamento é evitado,*[4] *e a porcelana não falha,* visto que o valor argumentativo do constituinte formado pelos últimos dois atos dessa seqüência não depende da presença do *onde*, mas é percebido em função dos conhecimentos enciclopédicos dos interactantes.

Um outro exemplo pode mostrar o emprego do *onde* introduzindo agora um argumento, sem, no entanto, poder ser apontado como o responsável pelo estabelecimento da relação interativa:

- (2) SCHEERER & RIJK (1993) avaliaram a resistência de fratura das coroas de cerâmica em relação ao módulo elástico das estruturas de suporte. Foi concluído que a resistência de fratura de uma coroa totalmente cerâmica depende do módulo de elasticidade do material de suporte, *onde* a força de fratura aumenta com o aumento do módulo elástico. De um ponto de vista clínico, este estudo sugere que o módulo de elasticidade das estruturas de suporte pode ter um efeito significativo sobre a longevidade e durabilidade das restaurações cerâmicas, devendo ser um fator de consideração ao se selecionar um material para o núcleo. (monografia - Pós-Graduação em Odontologia/ UFMG)

Neste exemplo a supressão do *onde* não altera o valor argumentativo do constituinte. Além disso, a sua substituição por um marcador convencional dessa relação a evidenciaria, tornando mais fácil a tarefa de constituir um contexto de interpretação do enunciado: [1]*Foi concluído que a resistência de fratura de uma coroa totalmente cerâmica depende do módulo de elasticidade do material de suporte,* [2] *porque/visto que a força de fratura aumenta com o aumento do módulo elástico.* O *onde* então nesse caso introduz o argumento e não a conclusão como faz no exemplo (1). e a relação entre os constituintes que ele liga pode ser interpretada independentemente da sua presença.

As instruções que ele parece conter nesse dois casos, embora sejam da mesma natureza (argumentativa), apontam para direções diferentes (introduzir uma conclusão/um resultado ou introduzir uma causa), o que pode causar algum transtorno para a interpretação do enunciado em que o *onde* se encontra, na medida em que elas não permitem precisar o estatuto do constituinte discursivo, nem servem para guiar o interlocutor na constituição do contexto de interpretação.

Uma hipótese que acredito poder propor para tentar compreender como um único conector pode oferecer instruções tão diversas (até mesmo contraditórias), é a de que as instruções oferecidas pelo conector podem ser de naturezas diferentes e de níveis diferentes. Luscher (1989), num artigo que se inscreve numa pesquisa sobre o papel das diferentes marcas lingüísticas que intervêm na interpretação e na produção do discurso<sup>77</sup>, postula que são coladas aos conectores instruções em número limitado, visto que elas podem ser sistematicamente ligadas ao processo inferencial assim como à interpretação do enunciado. Essas instruções se aplicam numa certa hierarquia, seguindo uma ordem de possibilidades de realização de uma ou outra instrução. Essas instruções obedecem a uma certa ordem de execução – algumas não podem ser executadas antes que outras tenham sido previamente realizadas – que tem importância crucial na descrição dos conectores. Graças à aplicação das instruções, os conectores servem para guiar o processo inferencial, diminuindo assim o custo de tratamento do enunciado (Luscher, op.cit.).

As instruções que necessariamente devem ser aplicadas são chamadas de instruções de base. Já as instruções virtuais, realizadas apenas se a aplicação das instruções de base não forem suficientes para a produção de uma interpretação completa do enunciado, são consideradas de segundo nível. As instruções de base são obrigatórias – têm de ser aplicadas – enquanto as de segundo nível são facultativas e sua aplicação depende do **princípio de pertinência**, o princípio de base da teoria da pertinência, segundo o qual todo ato de comunicação traz em si mesmo a garantia de sua pertinência ótima, ou seja, o locutor produz um enunciado o mais pertinente dentro das circunstâncias para que valha a pena interpretá-lo<sup>78</sup>. Luscher, em Moeschler et al.

---

<sup>77</sup> O trabalho do autor visa “contribuir com os estudos sobre o papel e a função dos conectores para a interpretação dos enunciados no quadro da pragmática inferencial” (Luscher, 1989: 143).

<sup>78</sup> A teoria da pertinência será abordada com mais detalhes no próximo item.

(1995), esclarece que dizer que as instruções são *obrigatórias* significa dizer que uma dentre elas deve obrigatoriamente intervir e não que elas devem todas intervir.

As instruções oferecidas pelo conector são então organizadas hierarquicamente, de modo que cada etapa do processamento corresponde a uma condição sobre a interpretação. Se o enunciado satisfaz a determinada condição, a interpretação pode cessar ou pode continuar o processamento. O percurso interpretativo só termina quando se chega a uma interpretação consistente com o princípio de pertinência (Reboul e Moeschler, 1998), segundo o qual comunicar é implicar que a informação comunicada é pertinente.

O procedimento que descreve um conector e evidencia o percurso interpretativo que ele impõe é sintetizado por Reboul e Moeschler (op.cit.: 94), seguindo a formulação de Luscher (1994), no seguinte esquema:

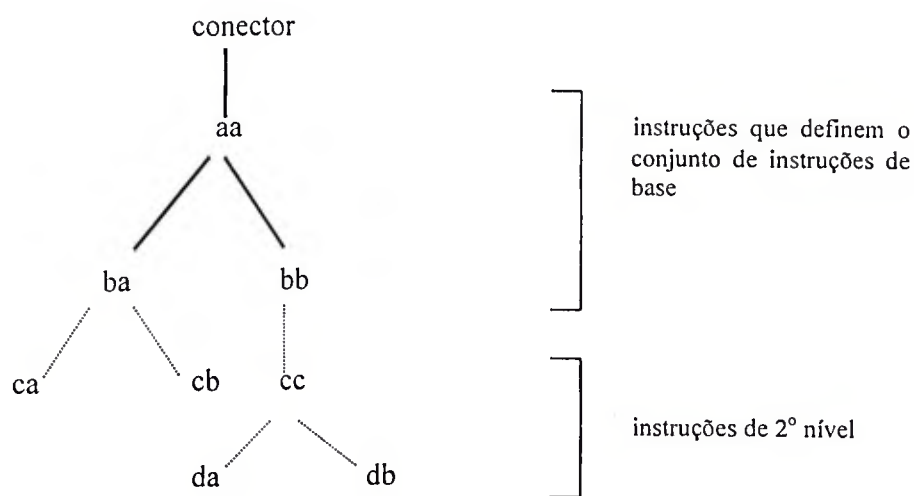


Figura 10: Esquema instrucional

Segundo Luscher (op.cit.: 135), o esquema instrucional deve poder integrar as quatro principais características das instruções que são: (a) cada instrução corresponde a uma operação do processo de tratamento do enunciado que contém um conector; (b) essas operações se desenvolvem e podem ser descritas segundo uma certa ordem, respeitando uma hierarquia; (c) certas instruções correspondem a operações obrigatórias e outras, a operações potenciais; (d) devido ao número restrito de operações de

tratamento, as instruções podem ser comuns a diversos conectores (nesse caso, esses conectores podem ser introduzidos num mesmo esquema).

Esse esquema evidencia a ligação das instruções ao conector e das instruções entre si, mostrando que cada emprego do conector demanda a aplicação de uma ou de várias instruções. Ele permite também, como assinala Luscher (op.cit.), representar as alternativas que as instruções de segundo nível podem oferecer. Esse tipo de representação pode dar conta da variação das interpretações dos conectores. Se se interpreta o enunciado que contém o conector de maneira não consistente com o princípio de pertinência, ou seja, se não se alcança uma interpretação “completa”<sup>79</sup> do enunciado, tem-se que o caminho escolhido no processamento ligado ao conector não foi o mais interessante, visto que não se obtêm todas as informações para se chegar à interpretação pretendida, ou então que o locutor se enganou quanto à escolha do conector<sup>80</sup>. A interpretação pretendida do conector, então, demandaria a escolha de um outro caminho.

Admitindo essa hipótese sobre a hierarquia de instruções do conector, proponho que ao *onde* estão atadas diferentes instruções correspondentes aos empregos desse item. Se o *onde* funciona como um elemento que introduz um constituinte, atuando em fronteira de ato, e que se refere a uma informação presente explícita ou implicitamente em constituinte anterior (que seria o seu antecedente), pode-se formular esse procedimento como requerendo a aplicação da instrução: **retomar uma informação dada anteriormente (explícita ou implicitamente) estabelecendo com ela um elo de (cor)referência**. Uma vez que a informação retomada pelo *onde* tende a apresentar um semantismo locativo, essa instrução pode ser assim expressa: **retomar uma informação dada anteriormente (explícita ou implicitamente) e estabelecer com ela um elo de (cor)referência, fundado numa noção de lugar**<sup>81</sup>.

Se o *onde* atua como um elemento que, num emprego argumentativo, interpretado em função das informações de ordem referencial, introduz uma conclusão ou uma conseqüência em relação a uma informação presente no contexto ou dele inferida, pode-se formular esse procedimento como requerendo a aplicação da seguinte

---

<sup>79</sup> No texto original, fala-se em *la bonne interprétation*. (Reboul e Moeschler, 1998 : 94)

<sup>80</sup> Com essa abordagem procedural, pode-se dar conta dos empregos dos conectores tidos como problemáticos, principalmente os considerados não-padrão.

<sup>81</sup> Quando digo *lugar*, refiro-se não a um lugar necessariamente espaço físico concreto, mas a localização, noção que remete a espaço nocial, tempo, posse, evento.

instrução: **apresentar uma conclusão em relação a uma informação dada anteriormente, a qual é por ele retomada ou, de maneira simplificada, retomar uma informação dada anteriormente apresentando-a como uma causa.** E se ele introduz uma causa ou um motivo em relação a uma informação precedente que se apresenta como um resultado ou conclusão, pode-se conceber essa sua atuação em termos da seguinte instrução: **apresentar uma causa em relação a uma informação dada anteriormente, a qual é por ele retomada ou retomar uma informação dada anteriormente apresentando-a como uma conclusão.**

As instruções do *onde* poderiam ser representadas de forma resumida no esquema abaixo:

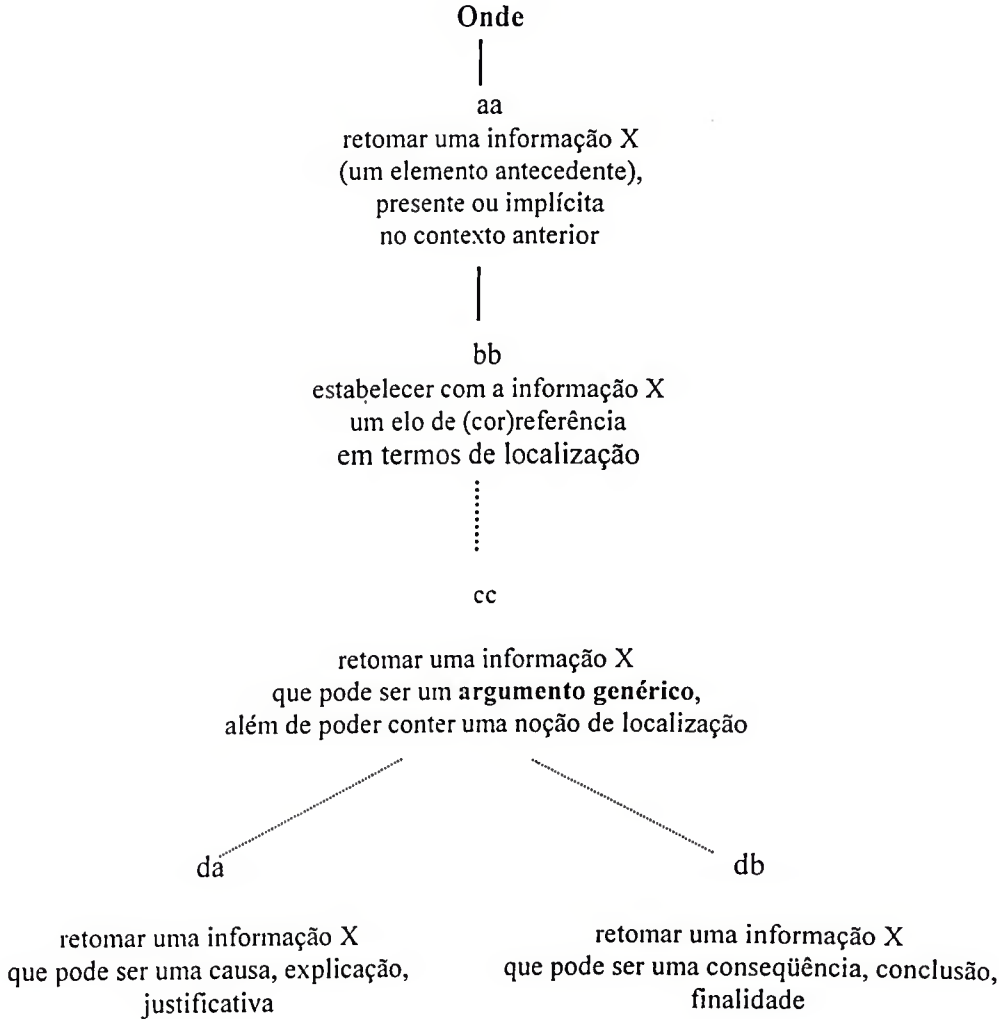


Figura 11: Esquema instrucional do *onde*

Segundo minha hipótese, as instruções ligadas pelos traços contínuos são as instruções de base (obrigatórias), e por isso intervêm em todos os empregos do *onde*, enquanto as instruções ligadas pelas linhas pontilhadas são as de segundo nível (facultativas) e por isso não são atribuídas a todos os constituintes por ele introduzidos.

Se somente as instruções de base forem aplicadas, tem-se que o emprego do *onde* é o de um relativo marcador de uma relação interativa de comentário. Se as instruções *aa*, *bb*, *cc* e *da* forem aplicadas, tem-se que o emprego do *onde* é argumentativo; ele é um elemento fórico, que propicia a busca de informação anterior, que pode ser uma causa, e ainda um elemento que introduz um resultado ou uma consequência. Se forem aplicadas as instruções *aa*, *bb*, *cc* e *db*, o seu emprego é também argumentativo, mas o *onde* estará retomando uma informação que pode ser uma consequência, e estará introduzindo uma causa ou um motivo. As duas instruções de segundo nível, *da* e *db*, por apontarem para direções opostas, são excludentes. Assim, num mesmo emprego do *onde*, *da* e *db* não se realizarão.

Tendo proposto a formulação das instruções do *onde*, as quais são importantes para a descrição do seu funcionamento no discurso e principalmente para a busca de uma explicação dos seus diferentes empregos, passo agora à descrição da organização relacional dos textos, focalizando os trechos em que o *onde* se encontra.

Inicialmente procuro identificar as relações genéricas entre os constituintes ligados por esse item, descrevendo a organização relacional de cada trecho em que ele se encontra. Num momento posterior, procedo à descrição dos percursos inferenciais que conduzem à interpretação da relação interativa específica entre o constituinte introduzido por ele e uma informação presente na memória discursiva.

### **3.2.2. Análise da organização relacional dos textos**

Através das estruturas hierárquico-relacionais que proponho para os textos do *corpus*, principalmente para os trechos em que se tem o uso do *onde*, pretendo descrever sua organização relacional e discutir o papel do *onde* no estabelecimento das relações discursivas entre os constituintes textuais e as informações da memória discursiva bem como a sua significação nessas relações.

Como já mencionado anteriormente, os conectores interativos, que desempenham importante papel nessa forma de organização, visto que atuam na estruturação do texto, marcam a relação entre um ou entre os constituintes hierárquicos subordinados (A, I ou T) e o constituinte principal de uma intervenção. Segundo Roulet et al. (1985), eles se distinguem uns dos outros por suas propriedades gramaticais e também por suas propriedades pragmáticas<sup>82</sup>. Quanto às suas propriedades gramaticais, os conectores pertencem às categorias sintáticas das conjunções de coordenação, das conjunções de subordinação e dos advérbios. Quanto às suas propriedades pragmáticas, eles se classificam entre os que marcam um constituinte principal ou um constituinte subordinado, e entre os que introduzem um argumento, um contra-argumento ou entre os que reformulam atos ou intervenções<sup>83</sup>.

O modelo de análise modular postula que os conectores interativos marcam os constituintes discursivos, atribuindo-lhes um estatuto hierárquico. Como exposto em 3.1, os conectores argumentativos do tipo *pois, porque, já que*<sup>84</sup> são considerados elementos que marcam um constituinte que tem estatuto de subordinado<sup>85</sup>, já os conectores argumentativos do tipo *portanto, por isso, de modo que*, são considerados elementos que marcam um constituinte principal. Os conectores reformulativos, como *isto é, ou seja, em suma* também são considerados elementos que marcam constituintes principais. Os conectores contra-argumentativos se diferenciam entre os que introduzem constituintes principais, como os do tipo *mas, porém, entretanto*, e os que introduzem constituintes subordinados, como os do tipo *embora, ainda que, mesmo que*.

A análise da organização relacional dos textos é feita em duas etapas. Primeiramente procede-se à descrição das relações discursivas genéricas, com base nessas propriedades estruturais dos conectores acima citadas. Na etapa seguinte, procede-se à descrição das relações específicas entre um constituinte e uma informação da memória discursiva, com base nas propriedades inferenciais dos conectores, que

---

<sup>82</sup> Não pretendo neste trabalho descrever essas propriedades, mas recomendo ao leitor interessado a leitura do segundo capítulo do referido livro.

<sup>83</sup> Os conectores assim como os organizadores textuais servem de índices para a segmentação do texto em atos, na ausência de sinais de pontuação. Ainda, são os conectores que permitem ao analista atribuir um estatuto hierárquico a cada unidade textual e determinar a natureza das funções interativas que unem essas unidades (Rossari, 1992).

<sup>84</sup> Uma mesma função interativa, como a de um argumento com o ato principal, por exemplo, pode ser marcada por conectores de estatutos gramaticais diferentes: conjunções de coordenação ou de subordinação.

<sup>85</sup> É sempre bom lembrar que a subordinação de um ato não é necessariamente marcada por uma subordinação sintática. (cf. Roulet et al., 1985).

oferecem instruções sobre como tratar as informações por eles conectadas e sobre as implicações contextuais inferíveis dos segmentos lingüísticos em que se encontram. A presença de um conector num segmento lingüístico permite ao leitor precisar o estatuto discursivo do constituinte por ele introduzido e ainda guia o leitor na constituição do contexto de interpretação.

Então, para a análise da atuação do *onde* nos textos do *corpus*, inicialmente apresento as representações da organização relacional de cada um dos trechos em que ele se encontra, utilizando esquemas hierárquico-relacionais<sup>86</sup> que permitem a visualização das indicações hierárquicas fornecidas pelos conectores ao articularem os constituintes discursivos.

Com a ajuda dos esquemas, descrevo, numa primeira etapa de trabalho, a organização relacional genérica dos trechos em que se tem as ocorrências do *onde* e em seguida focalizo esse item procurando examinar mais cuidadosamente o seu papel na estrutura hierárquico-relacional.

Apresento a descrição da organização relacional de cada trecho analisado na seguinte ordem: (1<sup>o</sup>) focalizo os casos em que esse item introduz um constituinte subordinado que se liga ao precedente numa relação interativa de comentário; (2<sup>o</sup>) focalizo os casos que me parecem dúbios, visto que permitem tanto a interpretação de que os constituintes conectados pelo *onde* estão ligados por uma relação interativa de comentário, quanto a de que eles se ligam por uma relação genérica de argumento; (3<sup>o</sup>) focalizo os casos em que o *onde* introduz um constituinte que se liga ao anterior por uma relação genérica de argumento. Entre os casos focalizados em (3<sup>o</sup>), há aqueles em que o *onde* introduz um constituinte subordinado e ainda aqueles em que ele introduz um constituinte principal.

Uma vez apresentada a descrição da organização relacional de cada trecho, em especial dos trechos com o *onde*, completando essa primeira etapa do trabalho de análise, passo para a segunda etapa, que consiste no cálculo das relações discursivas específicas a partir das instruções oferecidas pelo *onde* e das informações de ordem hierárquica e referencial.

---

<sup>86</sup> A dimensão hierárquica e a organização relacional são distintas. No entanto, escolho focalizá-las juntas, visto que o esquema hierárquico-relacional permite não só situar os constituintes em diferentes níveis, mas ainda determinar as relações que possam existir entre os constituintes discursivos e também entre um constituinte e uma informação da memória discursiva. Além disso, as relações discursivas indicadas na estrutura hierárquica são o objeto da organização relacional.

Procedo à descrição dos percursos inferenciais que permitem determinar as informações em que se encadeia o *onde* ou o constituinte introduzido por ele. Essa descrição visa a explicitar os processos de inferência (ou de raciocínio) que conduzem as minhas interpretações do funcionamento do *onde* bem como da intenção que suponho pretendida pelo autor ao empregá-lo.

Para dar conta dos processos interpretativos operados pelos sujeitos na comunicação, Sperber e Wilson (1986/95) propõem uma teoria da interpretação dos enunciados em contexto. Essa teoria se situa no mesmo quadro das teorias chomskianas sobre a linguagem, visto que concebe a linguagem como um instrumento de descrição do mundo muito mais do que como um instrumento de comunicação (Luscher, 1989). Segundo Sperber e Wilson (op.cit.), a comunicação é uma questão de inferência muito mais do que de código<sup>87</sup>. As inferências são tomadas como informações que o leitor<sup>88</sup> adiciona ao texto. Elas são feitas levando-se em consideração elementos do texto e do contexto, além dos conhecimentos do leitor – seu conhecimento lingüístico e de mundo.

As inferências são o resultado de processos cognitivos, ou seja, são operações cognitivas que o leitor realiza para construir proposições novas a partir de informações que encontrou no texto. Como explica Coscarelli (1999), essas operações ocorrem quando o leitor relaciona as palavras, organizando redes conceituais no interior do texto, e também quando busca informações em suas experiências que o ajudarão a recuperar os elementos faltosos no texto, completando o que não está explícito nele. Elas são, portanto, feitas a partir de informações do texto e se devem ao fato de que nenhum texto é suficientemente completo de modo que possa dispensar o leitor de completá-lo com informações do seu conhecimento prévio<sup>89</sup>.

A hipótese da teoria da Pertinência<sup>90</sup> é a de que os seres humanos procuram ser pertinentes, ou seja, eles prestam atenção apenas aos fenômenos que lhes parecem

---

<sup>87</sup> Os modelos tradicionais da comunicação tomam a língua como um código e a comunicação como a transmissão de uma mensagem construída a partir desse código.

<sup>88</sup> Escolho utilizar o termo “leitor” para referir-me ao destinatário (ouvinte ou leitor) e o termo “autor” para referir-me ao locutor (falante/ comunicador ou autor), motivada pelo fato de nesta pesquisa estar trabalhando com textos escritos.

<sup>89</sup> cf. Coscarelli (1999 : 129)

<sup>90</sup> A obra dos autores, *Relevance. Communication and cognition*, foi traduzida em francês como *La Pertinence. Communication et cognition*. Todas as duas versões têm sido consultadas no Brasil. Assim, utilizam-se tanto Teoria da Relevância quanto Teoria da Pertinência para referir-se a este modelo ostensivo-inferencial. Escolhi utilizar os termos *Pertinência* e *pertinente* a partir da tradução do francês, embora tenha estudado a teoria na sua versão original e faça citação a esta versão neste trabalho, para

pertinentes – que são de seu interesse e que se ajustam aos contextos comunicativos. Em outras palavras, o autor/locutor produz o enunciado mais pertinente em determinada circunstância e o leitor/destinatário lhe presta atenção porque supõe que o enunciado seja pertinente. Para manifestar sua intenção comunicativa, o autor tem de escolher um de uma série de diferentes estímulos ostensivos a fim de tornar sua intenção informativa mutuamente manifesta – tanto para ele quanto para o leitor. No interesse de ser entendido, ele eliminaria qualquer estímulo<sup>91</sup> que requeresse maior esforço, e escolheria o estímulo mais compatível com as suas intenções comunicativa e informativa. Assim, comunicar é implicar que a informação veiculada seja pertinente, o que garante a presunção de pertinência ótima, que pode ser assim formulada: o estímulo ostensivo é pertinente o suficiente para merecer que o destinatário se esforce para processá-lo. Esse estímulo deve ser rico em efeitos contextuais – alteração de crenças do indivíduo (Silveira e Feltes, 1999) – e econômico em termos de esforço cognitivo (ou esforço de processamento). Quanto mais esforço cognitivo o estímulo exige do leitor, menos pertinente ele é e quanto mais efeitos contextuais ele produz, mais ele é pertinente.

Essa hipótese de que comunicar é requisitar a atenção de alguém através de um estímulo ostensivo corresponde ao Princípio de Pertinência, segundo o qual “todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua pertinência ótima” (Sperber e Wilson, 1986/95: 158). Com esse princípio os autores propõem que somente as informações que conduzem o tratamento do enunciado a uma interpretação que produz mais efeitos e que não requer esforços intervêm no contexto. O Princípio de Pertinência pressupõe a determinação do contexto de interpretação, entre todos os contextos possíveis. Como afirmam Silveira e Feltes (1999), esse princípio tem potencial para explicar como uma interpretação é selecionada no processo de compreensão, entre muitas interpretações pragmáticas compatíveis com a decodificação lingüística.

Segundo os autores, uma informação é pertinente se ela se combina com as suposições contextuais, ou seja, com as proposições que formam o contexto de interpretação de um enunciado (quer dizer, as premissas sobre as quais trabalha o mecanismo dedutivo inferencial em funcionamento). As suposições contextuais

---

manter uma afinidade com a terminologia utilizada pelo Prof. Roulet, cujo modelo e instrumento de análise está sendo por mim aplicado.

<sup>91</sup> Um estímulo é um fenômeno designado para alcançar efeitos cognitivos. O estímulo ostensivo – ou enunciado -atrai a atenção da audiência e deve focar essa atenção nas intenções do comunicador (Sperber e Wilson, 1986/95: 153).

combinadas com a forma lógica de um enunciado produzem um efeito contextual, que pode tomar três formas diferentes: implicação contextual; fortalecimento de uma suposição ou eliminação de uma suposição.

“Uma implicação contextual é um tipo especial de implicação lógica, derivada pelo uso de um conjunto restrito de regras dedutivas que derivam um conjunto finito de conclusões de qualquer conjunto finito de premissas” (Wilson e Sperber, 1991:381). Ela consiste na suposição que resulta da combinação de informações dadas, já existentes (que formam o conjunto de suposições que constituem o ambiente cognitivo do indivíduo<sup>92</sup>), com informações novas. Ou seja, ela resulta da contextualização de uma informação nova no contexto de suposições já existentes.

Uma suposição já existente pode sofrer uma mudança, que pode ser seu fortalecimento ou seu enfraquecimento, em função da modificação da certeza com que pode ser mantida. Outro efeito contextual que pode ser produzido no tratamento de um enunciado é a eliminação de uma suposição anteriormente formada em caso de contradição com uma outra suposição. A suposição considerada mais fraca, visto que para ela se tem menos evidências, é eliminada.

Wilson e Sperber (op.cit.) afirmam que a idéia intuitiva que está por trás dessas definições é a de que a pertinência é alcançada quando a adição de uma proposição ao contexto o modifica de uma forma que vai além de uma mera incrementação desse contexto com essa proposição e todas as suas implicações lógicas. A produção de implicações contextuais é um caso especial de uma noção mais geral de modificação contextual que emerge quando se derruba a suposição de que as únicas proposições usadas na compreensão são as que se acredita serem verdadeiras. Para estabelecer a pertinência de um enunciado, o autor deve procurar um contexto com o qual o enunciado vai interagir para produzir implicações contextuais. O leitor, por sua vez, ao processar uma proposição, procura pelas implicações contextuais num contexto pequeno e imediatamente acessível, que consiste nas proposições que acabaram de ser processadas e, em seguida, pode acrescentar novas suposições a partir de informações estocadas na memória em entradas enciclopédicas atadas aos conceitos, desde que a

---

<sup>92</sup> O ambiente cognitivo consiste em tudo o que é acessível ao indivíduo, direta ou indiretamente, ou seja, não só as percepções imediatas e conscientes e as informações que ele mantém no nível do consciente, mas também as percepções e as informações às quais vai ter acesso potencialmente num dado momento (Luscher, 1989).

informação numa dada entrada enciclopédica possa ser acessada somente pela presença no conjunto de proposições em curso de um conceito ao qual ela está ligada. Os autores ilustram essa questão dizendo que um enunciado que menciona *álcool* deixa acessível um conjunto de proposições na entrada enciclopédica ligada ao conceito de álcool. Essas, por sua vez, dão acesso a outras entradas enciclopédicas ligadas aos conceitos que elas contêm, e assim indefinidamente. Tem-se dessa forma, as implicações contextuais derivadas de contextos menores e mais facilmente acessíveis e outras derivadas de contextos maiores, menos facilmente acessíveis.

Um enunciado é pertinente num contexto se ele tem ao menos um efeito contextual. E quanto mais numerosos forem os efeitos, mais pertinente será o enunciado. Os efeitos contextuais são levantados por processos mentais, como mostrado acima, e esses processos envolvem esforço, certo dispêndio de energia. Assim, a pertinência depende ainda de outro fator: o esforço cognitivo. O esforço cognitivo é também mobilizado para a interpretação. Ele diz respeito ao custo do tratamento ligado ao nível da atenção, às operações dedutivas, ao acesso às informações estocadas na memória, etc. Para obter efeitos contextuais de uma dada proposição derivados de contextos menores, requer-se menor esforço do que para obter efeitos derivados de contextos maiores e menos acessíveis. Esses dois fatores – efeitos contextuais e esforço cognitivo – devem então ser considerados na estimativa dos graus de pertinência. A pertinência de uma suposição é uma noção comparativa, uma questão de equilíbrio entre efeitos contextuais e esforços cognitivos (Moeschler, 1989).

A seleção do contexto é uma das principais questões para a interpretação de uma informação, visto que é parte do processo de interpretação. O contexto, que não é dado de antemão, mas construído ao longo do processamento das informações, consiste num conjunto de suposições que provêm do mecanismo dedutivo, da memória enciclopédica do indivíduo, da memória de curto-termo, das habilidades perceptuais e de outras habilidades cognitivas do indivíduo e ainda do ambiente físico. A busca da pertinência guia esse processo de seleção/construção do contexto no processamento da informação.

Se por meio de um estímulo se constrói um contexto que permite que se alcancem os efeitos contextuais adequados com um mínimo de esforço, tem-se que a informação pode ser otimamente processada. Um estímulo é um fenômeno designado para alcançar efeitos cognitivos. Para se produzir um efeito cognitivo específico, deve-

se produzir um estímulo que, ao ser otimamente processado, alcance apenas o efeito pretendido. O estímulo deve ainda revelar as intenções de sua produção, ou seja, ele deve provocar no leitor expectativas definidas de Pertinência, que será alcançada com a reconhecida intenção informativa do autor. Os estímulos, usados na comunicação ostensiva, provocam a participação efetiva do autor e também do leitor, visto que, enquanto o autor procura tornar mutuamente manifesto que este é pertinente, o leitor deve procurar apresentar um comportamento cognitivo apropriado, prestando-lhe a devida atenção. Assim, é de interesse do autor produzir o estímulo (ou enunciado) mais pertinente de uma série de estímulos possíveis – que exija um mínimo de esforço cognitivo para um máximo de efeitos contextuais-, e o leitor deve partir do princípio de que este estímulo escolhido pelo autor é o mais pertinente, de modo que valha a pena processá-lo.

Resumindo, o modelo de comunicação elaborado por Sperber e Wilson é um modelo ostensivo-inferencial centrado no Princípio de Pertinência. O enunciado é uma ostensão, uma evidência direta da intenção do autor, que vai ser enriquecido com informação contextualmente acessível, por meio de inferências. Ou seja, para compreender o que está lendo, o leitor precisa fazer inferências. Assim, interpretar um enunciado envolve operações interpretativas de caráter inferencial – sobre a base de uma forma lógica e de hipóteses contextuais, o mecanismo dedutivo infere a forma proposicional e os efeitos contextuais do enunciado.

Roulet se apóia em certas aquisições dessa teoria de Sperber e Wilson para descrever as inferências que determinam as relações específicas entre os constituintes e as informações estocadas na memória discursiva. Como ressalta o autor em Roulet (1999) e em Roulet, Filiettaz e Grobet (2001), a teoria da Pertinência permite que se descrevam de maneira satisfatória os processos inferenciais do ponto de vista dos interlocutores que participam da situação de interação, que nela estão inseridos e dessa forma conhecem o grau de acessibilidade às informações referenciais. Mas ela suscita problemas para o analista que pode apenas indireta e parcialmente ter acesso a essa situação. Estando sem acesso às informações referenciais, o analista deve se limitar a formular *a posteriori* hipóteses sobre os percursos inferenciais que conduzam à interpretação das relações interativas específicas<sup>93</sup>. Como

---

<sup>93</sup> Roulet (1999) comenta que essa situação é menos problemática para o analista que pode ser considerado o destinatário de certos discursos escritos. De fato, como destinatária dos textos produzidos pelos alunos, não foi para mim difícil selecionar o contexto ao longo do processamento dos mesmos.

assinala Charolles (1990:135), uma implicação contextual é totalmente dependente de hipóteses sobre a situação comunicativa as quais não são logicamente determináveis, visto que são ligadas aos conhecimentos do receptor quanto ao que ocorre em determinada situação. ou seja, quando a todo tipo de conjunturas que possam ser vislumbradas em determinada situação. Dessa forma, como conclui Roulet (op.cit.), a teoria da Pertinência não permite prever nem calcular às cegas as inferências, o que consiste numa limitação dessa teoria. Apesar disso ela constitui um importante construto teórico para o estudo da organização do discurso.

Para a descrição dos percursos inferenciais que conduzem à interpretação de cada uma das seqüências estudadas, Roulet opta pela não utilização do jargão próprio da abordagem de Sperber e Wilson, que propõem que, no processo inferencial, são hipotetizados três níveis representacionais: o nível da forma lógica, que depende da decodificação lingüística; o nível da explicatura, em que se desenvolve a forma lógica através de processos inferenciais – há a passagem da forma lógica à forma proposicional; e o nível da implicatura, em que a partir da explicatura constroem-se inferências pragmáticas – há a passagem da forma proposicional à interpretação do enunciado (Silveira e Feltes, 1999).

Para descrever o percurso inferencial que conduz à interpretação de uma proposição, por exemplo, postula-se o envolvimento de um mecanismo inferencial o qual possui duas fases. A primeira consiste num processo de explicitação, que conduz à identificação dos referentes dos pronomes e das expressões definidas. A segunda fase é a de implicação, que conduz à interpretação da proposição, a partir da combinação da forma proposicional resultante da fase de explicitação com as informações lingüísticas e referenciais.

Na descrição dos processos inferenciais ligados à presença do *onde*, parto já da forma proposicional (a informação lingüística enriquecida, resultante da combinação das informações lexical e sintática com as informações referenciais, acessíveis na memória discursiva). Procuo combinar a forma proposicional com as instruções oferecidas pelo *onde* e as informações de ordem referencial, para chegar à interpretação final e poder determinar a relação interativa entre os constituintes ligados pelo *onde*.

### **3.2.2.1. O *onde* empregado como marcador de relação de comentário**

O *onde* em seu emprego relativo se liga correferencialmente a uma informação que via de regra tem sua fonte (ou antecedente) no constituinte anterior. Essa informação é retomada pelo *onde* como “*lugar*” *em que*, não sendo este lugar necessariamente físico/espacial. Nas ocorrências em que atua como um relativo que introduz uma relativa chamada de restritiva ou determinativa, ele se encontra no interior de um ato, não servindo assim de índice para a segmentação em unidades discursivas mínimas, não podendo então ser considerado um conector. Já nas ocorrências em que introduz uma relativa explicativa ou apositiva, ele se encontra em fronteira de ato, servindo de índice para a segmentação do texto, e pode ser considerado um conector, visto que liga dois constituintes discursivos. Nesse caso ele introduz um constituinte de estatuto subordinado e exerce a função na organização relacional de marcar a relação interativa de comentário que liga os constituintes por ele conectados.

Os esquemas hierárquico-relacionais <sup>94</sup>, que passo a apresentar e a descrever neste item 3.2.2.1, evidenciam o *onde* funcionando como um elemento que retoma uma informação X, dada no cotexto – no próprio constituinte em que o *onde* se encontra ou no constituinte anterior-, com retomada total, parcial ou similar, estabelecendo com ela um elo de correferência.

No trecho representado na figura 12, tem-se o *onde* atuando no interior de um ato como um relativo cujo antecedente se encontra explícito no cotexto.

---

<sup>94</sup> Nesses esquemas, por uma questão de espaço no papel, nem todos os atos estão acompanhados dos respectivos números, os quais podem ser facilmente deduzidos.

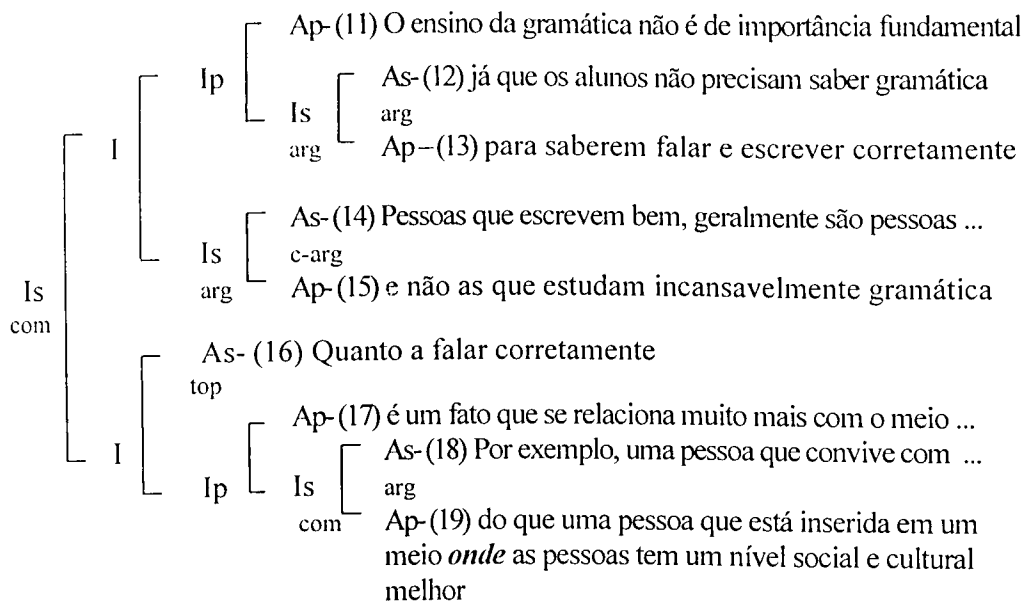


Figura 12: texto 8

Pode-se descrever a organização relacional dessa intervenção da seguinte maneira: ela é formada por duas intervenções que mantêm uma relação de independência entre si; elas são, pois, constituintes hierarquicamente coordenados. A primeira intervenção é formada por duas intervenções que se ligam por uma relação de argumento, marcada pelo conector argumentativo *já que*. A segunda intervenção é encabeçada pela marca de extração *quanto a*, que marca uma relação de topicalização entre o As (16) e a Ip -(17)-(19). Essa Ip é constituída por um Ap e uma Is, a qual é iniciada pelo marcador denominativo *por exemplo*, que se ligam por uma relação interativa de comentário.

O *onde* aparece no interior do ato (19), ligando duas proposições, funcionando como um pronome relativo determinativo, se se refere à sintaxe. Ele tem um antecedente cotextual explícito, o termo *um meio*, que considero o “lugar” em que *as pessoas têm um nível social e cultural melhor*, apoiando-me em seu valor locativo, segundo o qual ele localiza o antecedente (agente ou processo) no espaço físico ou nocional. O termo *Um meio* pode ser considerado um termo de valor locativo

extrínseco, cuja noção relativa pode ser explicitada pela relação continente/conteúdo<sup>95</sup>, visto que tem por correlato *as pessoas que têm um nível social e cultural melhor*, que no meio se situam, se localizam.

A descrição do percurso inferencial que conduz à interpretação da atuação do *onde* na seqüência em que se encontra complementa a descrição acima, na medida em que permite explicitar o cálculo inferencial do qual resulta a interpretação possível dessa seqüência como também explicar o seu funcionamento nessa seqüência. Para descrever o percurso inferencial, sigo os passos de Roulet<sup>96</sup>, que se propõe a tratar dos mecanismos inferenciais que conduzem o leitor a uma determinada interpretação sem utilizar o jargão próprio a determinada abordagem.

O mecanismo inferencial pode ser descrito de “maneira informal e indicativa” (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001: 195). Assim, formulam-se uma ou duas premissas a partir de informações lingüísticas (uma informação lingüística ou uma informação lingüística enriquecida), em seguida formula-se uma outra premissa a partir da informação lexical e gramatical do conector (a instrução oferecida pelo conector), e finalmente formula-se mais uma outra premissa a partir de informações de ordem referencial. A combinação dessas premissas conduz à interpretação da seqüência analisada bem como da atuação do conector – o seu papel para a compreensão do enunciado pelo leitor. A interpretação da seqüência repousa, então, na acoplagem (*couplage*) das informações lingüísticas e referenciais.

Como apresentadas no item 3.2.1, se as instruções *aa*, *bb* e *ca* forem aplicadas, seguindo-se um percurso mais automático e portanto imediato, tendo em vista as descrições tradicionais do funcionamento desse item, tem-se que o emprego do *onde* é o de um relativo marcador de uma relação interativa de comentário. Se a aplicação dessas instruções for suficiente para a compreensão do enunciado em que o *onde* se encontra, o processo pode ser finalizado. Nesse caso, então, tem-se que a função do *onde* é mesmo a de um elemento anafórico que sinaliza a relação correferencial – uma relação de identidade do item lexical com o antecedente.

---

<sup>95</sup> A relação continente/conteúdo constitui um dos traços fundamentais para definir a noção de lugar, como afirma Hadermann (1993). No caso de um antecedente de valor locativo extrínseco, ou seja, um elemento para cuja interpretação locativa intervêm elementos do contexto, a relação locativa é explicitada por indicações topológicas como: a valência locativa do verbo principal ou subordinado, o semantismo do antecedente, a preposição que introduz o antecedente e/ou a relação continente/conteúdo.

<sup>96</sup> Roulet (1999, 2000) e Roulet, Filliettaz e Grobet (2001).

Se a aplicação dessas instruções não for considerada suficiente para a interpretação do enunciado, ou seja, se as instruções não forem consideradas suficientes para guiar o leitor na constituição de um contexto no qual o enunciado seja pertinente, procuram-se aplicar as instruções *aa*, *bb*, *cb* e *da*, ou *aa*, *bb*, *cb* e *db*, seguindo-se um outro percurso mais elaborado. Essas últimas instruções são, então facultativas, e são ativadas em função da busca por uma interpretação “completa” do enunciado.

O percurso inferencial<sup>97</sup> ligado ao uso do *onde* nessa ocorrência pode ser assim examinado:

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que uma pessoa que convive com pessoas de nível social menos favorecido tem maior tendência a falar de maneira incorreta.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que uma pessoa inserida em um meio/um lugar onde as pessoas têm um nível social e cultural melhor tem menor tendência a falar de maneira incorreta.
Premissa 3	informação lexical (instrução do onde)	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado em certa forma de localização.
Premissa 4	informação referencial	O meio social pode ser o “lugar” onde as pessoas estão inseridas ou onde elas vivem.
Conclusão	interpretação	O autor afirma ao leitor que uma pessoa inserida em um meio no qual estão inseridas pessoas que têm um nível social e cultural melhor tem menor tendência a falar de maneira incorreta.

A interpretação de que *o autor afirma ao leitor que uma pessoa inserida em um meio no qual estão inseridas pessoas que têm um nível social e cultural melhor tem menor tendência a falar de maneira incorreta* é obtida com a aplicação das instruções

<sup>97</sup> Os percursos inferenciais apresentados neste capítulo foram descritos com base em Roulet, Fillietaz e Grobet (2001: 191-199).

do *onde* num percurso mais automático<sup>98</sup> Dessa forma, a descrição do percurso inferencial que guia a interpretação do uso do *onde* nessa ocorrência evidencia que ele funciona como um relativo (anafórico) que retoma uma informação, cuja fonte está explícita no constituinte anterior, sob a forma “em que/ no qual”.

No trecho esquematizado a seguir, tem-se também um outro exemplo de ocorrência do *onde* relativo no interior de um ato.

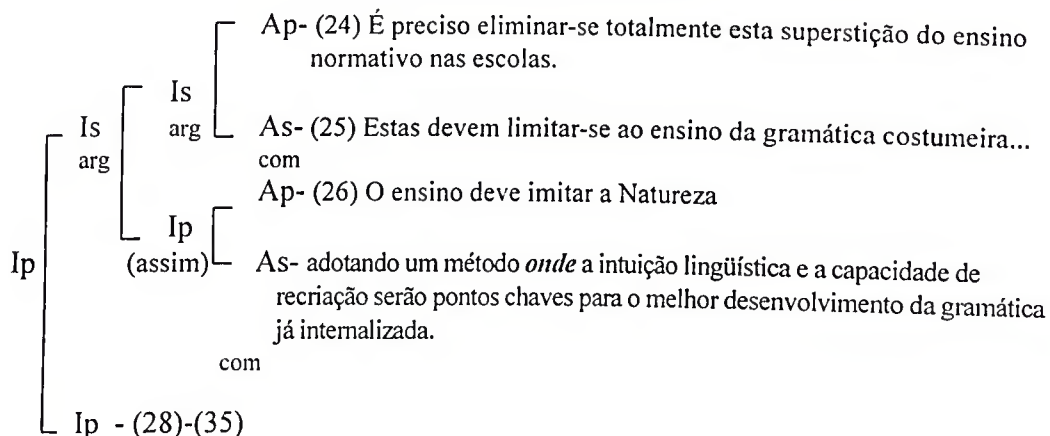


Figura 13: texto 6

A intervenção formada pelos atos (24)-(35) praticamente não é marcada. Dessa forma, para a interpretação das relações discursivas aí presentes, torna-se necessário lançar mão do instrumento heurístico que consiste em introduzir entre os constituintes os conectores que poderiam explicitar essas relações. O conector “assim”, apresentado entre parênteses, a meu ver, se inserido nesse trecho, tornará explícita a relação argumentativa que liga as intervenções Is-(24)-(25) e Ip-(26)-(27).

Na intervenção esquematizada nessa figura, tem-se o *onde*, no interior de um ato, ligando duas proposições. Ele remete ao antecedente cotextual *um método* em cuja extensão intervém, na medida em que a restringe. Esse antecedente pode ser considerado como um antecedente de valor locativo extrínseco, visto que a relação continente/conteúdo, para cuja interpretação contribuem elementos do contexto, é explicitada. O *método* é o continente em relação a seus correlatos *a intuição lingüística e a capacidade de recriação* que são os conteúdos. Vejamos como essa relação pode ser

<sup>98</sup> Não se faz necessário, então, aplicar outras instruções.

evidenciada na descrição do percurso inferencial que se efetua para se chegar à interpretação do uso do *onde* nessa ocorrência.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que, para o desenvolvimento da gramática já internalizada pelos alunos, as escolas devem adotar um outro método de ensino da língua.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que as escolas devem adotar um método que valoriza a intuição lingüística do aluno e sua capacidade de recriação.
Premissa 3	informação lexical (instrução do <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado em certa forma de localização.
Premissa 4	informação referencial	A intuição lingüística e a capacidade de recriação poderão ser pontos chaves no método de ensino que deverá ser adotado nas escolas.
Conclusão	interpretação	O autor afirma ao leitor que as escolas devem adotar um método <b>no qual/onde</b> a intuição lingüística e a capacidade de recriação serão pontos chaves para o desenvolvimento da gramática já internalizada.

A descrição do percurso inferencial que explicita o cálculo o qual conduz à interpretação do uso do *onde* nesse trecho permite precisar o seu valor de um relativo que retoma uma informação cuja fonte está explícita no constituinte anterior, o termo *um método* (com o qual mantém um elo correferencial em termos de localização), também sob a forma “em que/ no qual”.

No trecho representado na figura 14 abaixo, tem-se o *onde*, em fronteira de ato, introduzindo um constituinte subordinado que se liga ao anterior por uma relação que interpreto como sendo de **comentário**.

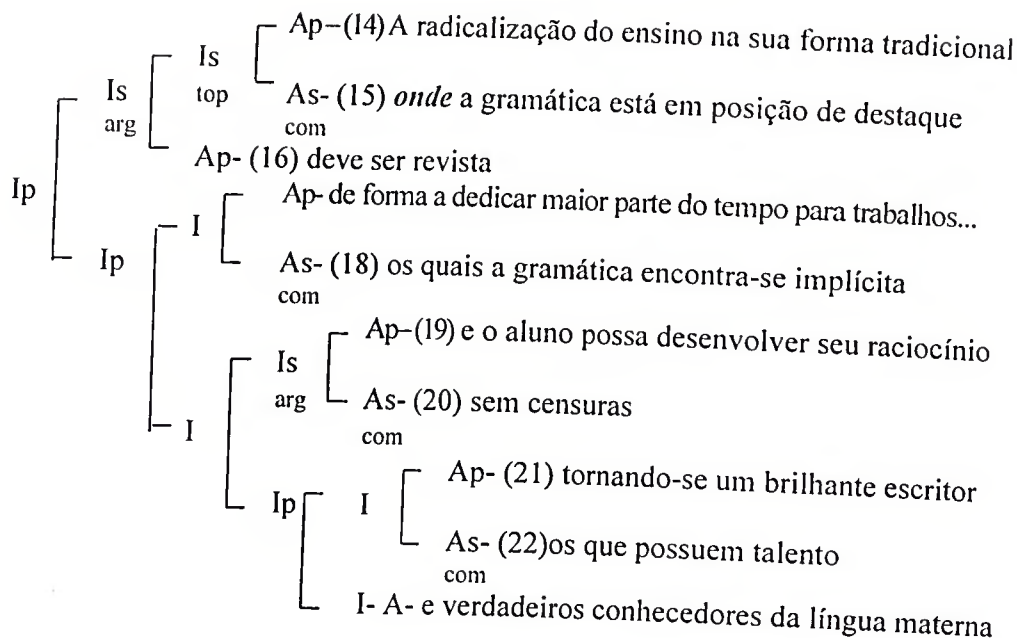


Figura 14: texto 2

A organização relacional dessa intervenção é marcada pelo conector “de forma a”, que explicita uma relação argumentativa entre as duas intervenções que dela são constituintes. Há ainda, nessa intervenção, a relação interativa de comentário, aqui marcada pelos relativos *onde* e “os quais”. Entre as intervenções formadas pelos atos (17)-(18) e (19)-(23), hierarquicamente independentes, interpreto que não exista uma relação interativa, visto que as duas intervenções se encontram apenas coordenadas entre si. Entre a intervenção Is-(19)-(20) subordinada à intervenção Ip-(21)-(22)-(23), interpreto que há uma relação não-marcada de argumento, pela possibilidade de se introduzir aí um conector do tipo “portanto / assim”: “... tornando-se, *portanto*, um brilhante escritor...”.

Quanto à atuação do *onde* nesse trecho, interpreto que ele se apresenta como um relativo, que exerce a função sintática de adjunto adverbial<sup>99</sup> na oração a que pertence, e que é empregado fazendo referência a um antecedente (o qual foi discursivamente reelaborado, visto que remete a *o ensino na sua forma tradicional* e não a todo o SN). Seu uso é anafórico, na medida em que remete a uma informação dada anteriormente,

<sup>99</sup> Essa informação obtém-se com a análise do módulo sintático, não desenvolvida neste trabalho, mas de certa forma contemplada com a apresentação, no capítulo 1, da descrição das propriedades sintáticas/gramaticais do *onde* no português padrão.

presente na memória discursiva, a qual é ativada ao ser enunciada numa menção anterior, que seria *o ensino da língua portuguesa /o ensino do português na sua forma tradicional*.<sup>100</sup> Do ponto de vista hierárquico-relacional, tem-se que a sua função é marcar uma relação de comentário que liga o constituinte subordinado por ele introduzido ao constituinte principal anterior<sup>101</sup>.

O estatuto subordinado do ato introduzido pelo *onde* é confirmado pelo fato de ele, sendo interpretado como um comentário, no qual o autor apresenta uma observação sobre o ensino tradicional do português, que pode ser considerada apenas o acréscimo de uma informação secundária do ponto de vista da relevância tópica, poder ser suprimido: *A radicalização do ensino na sua forma tradicional deve ser revista*.

O tratamento do processo inferencial que rege a organização relacional do trecho que compreende (14) a (16) permite indicar a informação com a qual o *onde* estabelece uma relação de referência.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que o ensino da língua portuguesa se radicaliza na sua forma tradicional.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que a gramática ocupa posição de destaque no ensino da língua portuguesa na sua forma tradicional.
Premissa 3	informação lexical (instrução do <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de (co)referência, fundado em certa forma de localização.
Premissa 4	informação referencial	O ensino da língua portuguesa na sua forma tradicional é o “lugar” onde a gramática recebe destaque.

<sup>100</sup> Talvez o que cause alguma estranheza no uso do *onde* nesse trecho seja o fato de ele não remeter ao antecedente explícito, que é o SN “a radicalização do ensino na sua forma tradicional” (ou mesmo ao seu núcleo), mas sim à informação inferida a partir da enunciação desse SN: “o ensino da língua portuguesa na sua forma tradicional”.

<sup>101</sup> Embora Roulet, em Roulet (1999) e Roulet, Filliettaz e Grobet (2001), afirme que não há marcas específicas para a relação interativa de comentário, considero que o pronome relativo que introduz uma relativa explicativa ou apositiva pode exercer a função de marcar essa relação, visto que sempre introduz constituintes subordinados que seguem constituintes principais e sinaliza a inserção de uma observação sobre o assunto que vem sendo tratado.

Conclusão	interpretação	O autor afirma ao leitor que a radicalização do ensino da língua portuguesa na sua forma tradicional, <b>no qual</b> a gramática está em posição de destaque, deve ser revista.
-----------	---------------	---

A interpretação de que *o autor afirma ao leitor que a radicalização do ensino da língua portuguesa na sua forma tradicional, no qual a gramática está em posição de destaque, deve ser revista* é conseguida com a aplicação automática das primeiras instruções do *onde*. Nesse trecho, como o percurso inferencial permite determinar, o *onde* se encadeia numa informação presente na memória discursiva, ativada com a enunciação do constituinte anterior. Do ponto de vista sintático, ele a retoma sob a forma “em que/ no qual”.

No segmento representado na Figura 15, abaixo, tem-se também o emprego do *onde* introduzindo um constituinte subordinado que se liga ao anterior por uma relação de comentário.

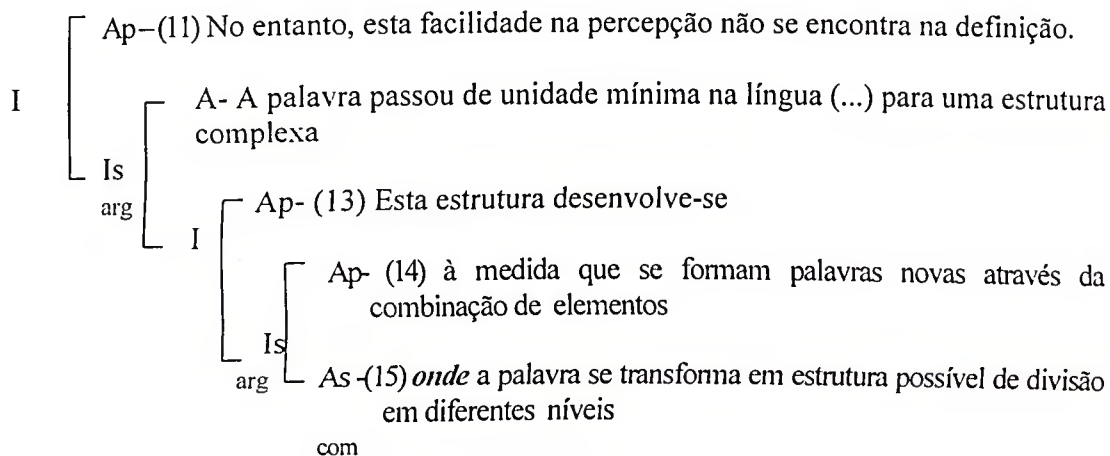


Figura 15: texto 14

Nessa intervenção, que é marcada principalmente pelo conector contra-argumentativo “no entanto”, por meio do qual ela se liga à intervenção precedente, o *onde* pode ser interpretado como um elemento anafórico cujo antecedente se encontra no cotexto. Ele faz referência à informação *a combinação de elementos*, associando-se

semanticamente a ela. No entanto, ele não pode ser simplesmente substituído por ela: *?na combinação de elementos a palavra se transforma em estrutura possível de divisão em diferentes níveis*. Na retomada do antecedente, vê-se que se opera a perda de sua preposição virtual, que deverá ser substituída por outra. Procedendo dessa forma, tem-se a possibilidade de interpretar o enunciado da seguinte maneira: *devido à* ou *através da/por meio da combinação de elementos, a palavra se transforma em estrutura possível de divisão em diferentes níveis*.

O emprego do *onde* relativo equivalente a uma forma “que/o qual preposicionado” ocorre em francês, como descreve Hadermann (1993). A alternância entre “o qual preposicionado”<sup>102</sup> e *onde* se dá na maioria dos casos em que há entre o antecedente e um sintagma da proposição relativa uma relação locativa. Só não pode ocorrer a alternância quando o antecedente é uma indicação toponímica – nesse caso o uso de “o qual preposicionado” não convém - ou quando a forma “o qual preposicionado” atualiza uma preposição que traz precisões quanto à relação espacial que o *onde* não traz.

No português, encontramos exemplos<sup>103</sup> de emprego o *onde* numa alternância com as formas relativas “em que/no qual”: *Os textos retratam situações do dia-a-dia das crianças e não uma história onde existe aquele herói inatingível e invencível; MC é uma estilista formada em arquitetura e administração de empresas que apresentou sua primeira coleção onde une audácia e sobriedade; Whitman inovou na poesia numa época onde tudo o mais já tinha mudado*. O emprego do *onde* em casos como esses, em que o termo por ele retomado não expressa lugar físico, mas sim tempo, espaço nocial, evento etc., não é raro. Na verdade ele é bem mais freqüente do que gostariam os defensores das normas impostas pelas gramáticas tradicionais. Haja vista as inúmeras recomendações que se encontram em manuais didáticos quanto à proibição do emprego do *onde* nesses casos.

Podemos encontrar também o uso desse item numa alternância com uma outra forma relativa preposicionada: *O que é a gramática? É um livro onde [com o qual] se aprende a escrever certo; É o sistema de débito em conta, onde [por meio do qual] o associado autoriza o desconto ser processado diretamente na sua conta corrente; O*

---

<sup>102</sup> *lequel/prépositionnel*

<sup>103</sup> Todos os exemplos apresentados neste parágrafo e no seguinte são extraídos de textos produzidos por vestibulandos ou por alunos de graduação.

autor sugere, então, uma nova forma de ensino do Português, *onde* [através da qual] deveria se desenvolver a capacidade de comunicação aprimorando se a gramática internalizada que a criança já possui ao chegar na escola. Esses casos, que também não são aceitos pela tradição, podem ser encontrados tanto em textos orais quanto em texto escritos.

Kersch (1996) registra esse emprego do *onde* nos dados que analisa e acredita que a escolha pelo seu uso no lugar de uma forma “o qual preposicionado” (ou no lugar de “cujo”) pode ser motivada por uma fuga de uma forma mais complexa ou ainda pelo desejo de se evitar o uso de uma construção menos usual e, portanto, mais distante do falar habitual do falante. Acredito que, nos textos acadêmicos escritos, essa alternância se deva principalmente à possibilidade de fuga de uma construção mais complexa. Uma vez que o *onde* é usado para a retomada de uma informação dada anteriormente ao mesmo tempo em que para a introdução de uma oração relativa, servindo de elemento de ligação entre constituintes discursivos, seu emprego parece impor menos dificuldades à estruturação do enunciado.

Nesse trecho, configurado na figura 15, o funcionamento do *onde* é o de um relativo, numa perspectiva sintática, e de um conector que introduz um ato subordinado a um Ap precedente, numa perspectiva hierárquica. Os constituintes por ele ligados se unem por uma relação interativa que interpreto como sendo de comentário.

A descrição dos percursos inferenciais que conduzem à determinação da relação interativa entre os constituintes ligados pelo *onde* nesse trecho pode ser usada para o exame da presença desse item.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que palavras novas são formadas através da combinação de elementos.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que a palavra se transforma em estrutura possível de divisão em diferentes níveis.

Premissa 3	informação lexical (instrução do <i>onde</i> )	Se se usa <i>onde</i> é para retomar uma informação X, presente no cotexto ou na memória discursiva, e estabelecer com ela uma relação de correferência, fundada geralmente numa noção de localização .
Premissa 4	informação referencial	A combinação de elementos pode ser o “lugar”, além do motivo ou ainda do meio, que possibilita que a palavra se transforme em estrutura possível de divisão em diferentes níveis.
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que <b>devido à</b> ou <b>por meio da</b> combinação de elementos, a palavra se transforma em estrutura possível de divisão em diferentes níveis.

A explicitação das etapas da análise é importante na medida em que revela como se chega à identificação das relações entre os constituintes. A informação inferencial, acessível na memória discursiva, tem papel fundamental nesse processo, visto que é ela que conduz à interpretação de que o *onde* é usado para retomar uma informação dada anteriormente, explícita ou implicitamente, numa alternância com uma forma “devido à qual”. Ainda, a possibilidade de se interpretar que *é devido à combinação de elementos que a palavra se transforma em estrutura possível de divisão em diferentes níveis*, faz emergir aí uma instrução do relativo *onde* considerada de segundo nível, que é a de retomar uma informação anterior, ligada à noção de *combinação de elementos*, que pode ser o motivo ou a causa do que é enunciado no constituinte em que ele se encontra, ou seja, que *a palavra se transforma em estrutura possível de divisão em diferentes níveis*.

Na ocorrência descrita na figura 16, abaixo, tem-se outro exemplo do emprego do *onde* numa alternância com uma outra forma relativa preposicionada.

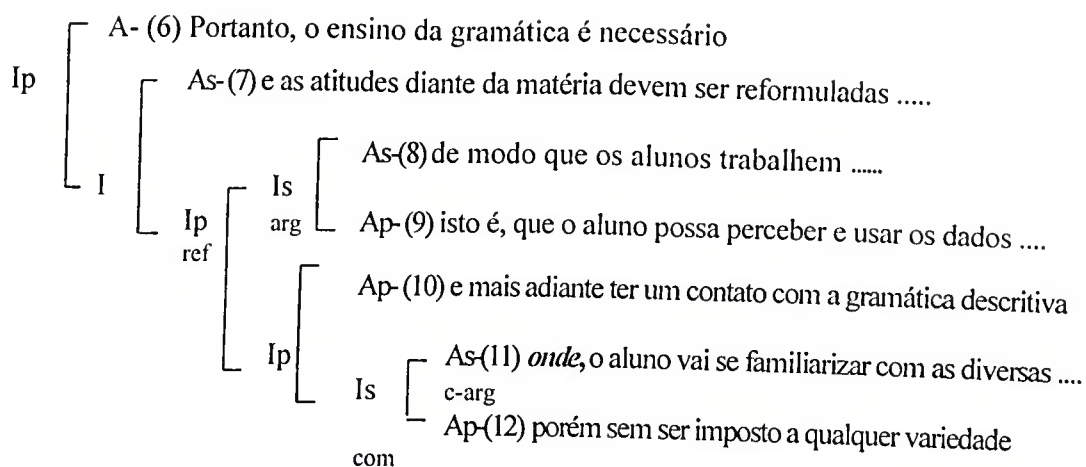


Figura 16: texto 18

A organização relacional dessa intervenção se mostra bastante marcada, haja vista a grande presença de conectores discursivos. Os conectores “portanto” e “de modo que” explicitam as relações interativas de natureza argumentativa, “isto é” marca uma reformulação e “porém” explicita uma relação contra-argumentativa. O conector “e” introduz a intervenção formada pelos atos (7)-(12), marcando a relação de independência entre ela e o ato (6). Já em (10), o conector “e” não atua como em (7), visto que os constituintes por ele ligados se encadeiam numa relação argumentativa.

Quanto à atuação do *onde*, tem-se que ele introduz uma intervenção subordinada que se liga ao ato principal precedente por uma a relação interativa de **comentário**. Pode-se interpretar que ele funciona como um relativo cujo antecedente, *um contato com a gramática descritiva*, se encontra expresso no ato anterior. Mas ele não retoma essa informação ativada anteriormente mantendo sua preposição virtual, podendo assim alternar com a forma “em que/no qual”. Prova disso é que a sua substituição por essa forma relativa resultaria numa estrutura que eu não consideraria aceitável: *?...e mais adiante ter um contato com a gramática descritiva em que/no qual o aluno vai se familiarizar com as diversas variedades da língua*. Esse item nesse caso pode ter sido usado retomando uma informação anterior, numa alternância com uma forma relativa “o qual preposicionado”, a qual traria mais precisão quanto à relação que o autor quer estabelecer entre as informações por ele ligadas: *... e mais adiante ter um contato com a*

*gramática descritiva por meio do qual o aluno vai se familiarizar com as diversas variedades da língua...*

Considerando as informações de ordem referencial, pode-se interpretar que há ainda entre o constituinte introduzido por esse item e uma informação estocada na memória discursiva uma relação semântica final. Como essa interpretação escapa ao tratamento da organização relacional genérica dos constituintes ligados pelo *onde*, considero importante propor uma descrição dos percursos inferenciais que conduzem à interpretação de sua atuação nesse trecho. Para que possa evidenciar como se chega à interpretação da relação expressa pelo *onde*, procedo à descrição do cálculo da relação específica nesse trecho em particular.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que o aluno deve ter contato com a gramática descritiva (com o conjunto de leis que são seguidas pelos falantes).
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que o aluno deve se familiarizar com as variedades da língua portuguesa e com as regras do português sem ser imposto a qualquer variedade.
Premissa 3	informação lexical (instrução do <i>onde</i> )	Se se usa <i>onde</i> é para retomar uma informação X, presente no cotexto ou na memória discursiva, e estabelecer com ela uma relação de correferência, fundada geralmente numa noção de localização .
Premissa 4	informação referencial	O contato com a gramática descritiva do português pode ser o “lugar”, além do motivo, para o aluno se familiarizar com as variedades e com as regras da língua sem ser imposto a qualquer variedade.
Conclusão	interpretação	O aluno poderá ter um contato com a gramática descritiva do português <b>por meio do qual</b> vai se familiarizar com as variedades e com as regras da língua sem ser imposto a qualquer variedade.

Uma relação de finalidade pode ser inferida com a ajuda das informações lingüísticas e referenciais. Os professores, numa mudança de atitude, devem permitir

que o aluno tenha um contato com a gramática descritiva a fim de que este se familiarize com as regras do português e com as diversas variedades dessa língua sem ser imposto a qualquer uma delas.

Pode-se, entretanto, aplicando-se apenas as instruções do *onde* relativas à retomada de uma informação que contenha uma noção de localização, interpretar que a relação que liga a Is-(11)-(12) à Ap-(10) é uma relação de comentário e de que o *onde*, numa alternância com a forma relativa “por meio do qual”, atua como um relativo. Até porque essa interpretação é a que se mostra mais imediata, podendo ser considerada a mais pertinente.

Em sua ocorrência descrita na figura 17, abaixo, o *onde* funciona como um relativo que introduz um constituinte subordinado o qual se liga ao anterior, de estatuto de principal, por uma relação de comentário.

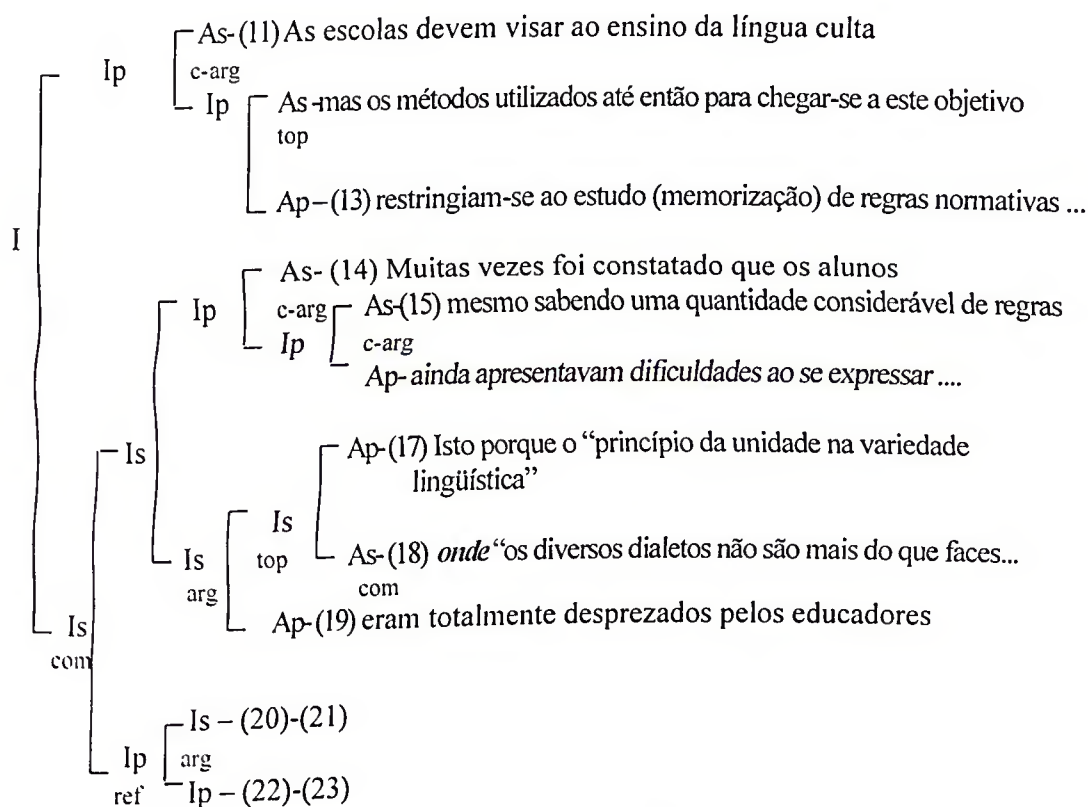


Figura 17: texto 6

A organização relacional dessa intervenção é marcada pelos conectores contra-argumentativos “mas”, “mesmo” e “ainda” e pelos conectores argumentativo “porque” e “assim”. Inicialmente o autor critica os métodos de ensino da língua utilizados nas escolas, que privilegiam o estudo de regras normativas. Em seguida comenta sobre as dificuldades que os alunos apresentam para ler e escrever, embora saibam uma quantidade dessas regras, e tenta justificar essas dificuldades. Finalmente, conclui que as aulas de português são enfadonhas e não despertam o interesse dos alunos.

O *onde* aparece em (18), introduzindo um As, marcando uma relação de comentário com o ato precedente. Ele remete à informação estocada na memória discursiva a partir da enunciação de seu antecedente *o princípio da unidade na variedade lingüística, segundo o qual os dialetos não são mais do que faces da mesma língua*. Esse antecedente pode ser descrito como locativo na medida em que se tem *os diversos dialetos* como conteúdo do *princípio da unidade na variedade lingüística*. O uso do *onde*, no entanto, traz uma dificuldade, visto que ele não torna precisa a relação espacial entre os segmentos como o faz a forma “o qual preposicionado”.

A escolha pelo uso do *onde* numa alternância com a forma “segundo o qual” na retomada de um antecedente locativo poderá ser determinada no cálculo inferencial resultante da combinação das informações lingüísticas, hierárquicas e referenciais.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que o princípio da unidade na variedade lingüística era desprezado pelos educadores.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que os diversos dialetos são faces de uma mesma língua.
Premissa 3	informação lexical (instrução do <i>onde</i> )	Se se usa <i>onde</i> é para retomar uma informação X, presente no cotexto ou na memória discursiva, e estabelecer com ela uma relação de correferência, fundada geralmente numa noção de localização .
Premissa 4	informação referencial	O princípio da unidade na variedade diz respeito ao fato de que, na soma de dialetos, que é uma língua, existe uma variante – chamada língua culta – que mantém a unidade lingüística.

Premissa 5	informação referencial	O princípio da unidade na variedade pode explicar ou justificar a existência dos dialetos como faces de uma mesma língua.
Conclusão	interpretação	O autor afirma ao leitor que, <b>segundo o princípio da unidade na variedade</b> , o qual era desprezado pelos educadores, os dialetos são faces de uma mesma língua.

A interpretação a que se chega, com a combinação das informações lingüísticas, hierárquicas e referenciais e com a aplicação das instruções do *onde*, é que *segundo o princípio da unidade na variedade os dialetos são faces de uma mesma língua*. O *onde*, então, nessa ocorrência, remete a uma informação presente no cotexto, introduzindo um comentário, ou seja, uma observação que o autor julga pertinente para um esclarecimento sobre *o princípio da unidade na variedade*. Pode-se interpretar também que a inserção desse comentário se deva à intenção do aluno, autor do texto, de mostrar para seu leitor, o professor, o conhecimento ou o domínio que tem do assunto sobre o qual teve de dissertar.

Também no trecho que passo a descrever agora, o *onde* atua como um conector que introduz um ato subordinado que segue um ato principal, marcando a relação de **comentário** que liga esses dois constituintes, conforme proponho com a configuração abaixo.

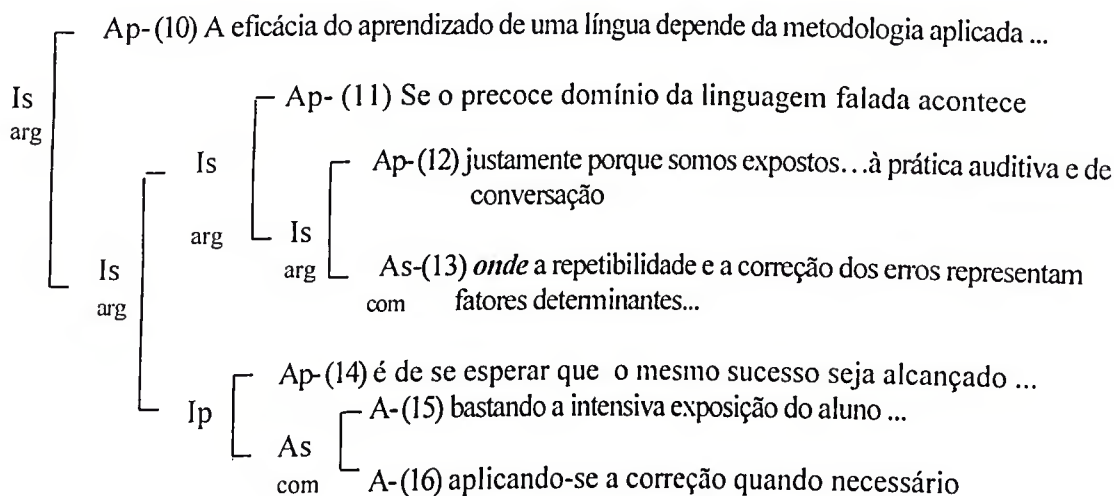


Figura 18: texto 5

A organização relacional da Is formada pelos atos (11)–(16) é marcada pelos conectores “se” e “porque”, ambos usados para indicar relações argumentativas: a relação argumentativa potencial, que pode ser formulada da seguinte maneira: “*se P então Q*”, sendo que o segmento P compreende os atos (11) a (13) e Q, os atos (14) a (16); e, no interior desta, a relação argumentativa “*P porque Q*”, sendo o segmento P equivalente ao ato (11) e Q ao ato (12). Tem-se ainda nessa intervenção, introduzindo o Ap-(12), a marca de extração<sup>104</sup> “justamente” que se encadeia numa informação da memória discursiva, para determinar de modo preciso a causa do *precoce domínio (do aluno) da linguagem falada*.<sup>105</sup>

O item *onde*, presente em (13), atua como um relativo que introduz um comentário com o qual o autor, mais do que apresentar uma explicação ou um pormenor do antecedente *a prática auditiva e de conversação*, acrescenta a informação de que a repetição e a correção dos erros cometidos pelos falantes contribuem de forma determinante para o aprendizado da língua falada. Percebe-se aí, com a introdução desse ato, um ligeiro desvio do tópico predominante até então que é *o domínio da oratória/da linguagem falada*. O uso do *onde* é anafórico, visto que ele faz referência à informação da memória discursiva que é ativada com a enunciação do antecedente presente no ato anterior.

A descrição da relação que liga o *onde* a uma informação da memória discursiva a qual tem sua fonte num antecedente que se encontra no constituinte anterior pode ser feita por meio da explicitação do percurso inferencial ligado à presença desse item.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que nós, falantes nativos, somos expostos desde a infância à prática/ao uso da língua.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que a possibilidade de repetição das construções lingüísticas faladas e a correção dos erros cometidos pelos falantes nativos são fatores determinantes para o completo domínio da oratória.

<sup>104</sup> As marcas de extração são elementos que pressupõem o pertencimento do objeto que eles introduzem a uma entidade referencial mais vasta (Gobet, inédito).

<sup>105</sup> Essa representação da organização relacional não mostra, entretanto, que “justamente” se encadeia numa informação que não está presente no contexto, mas que deve ser buscada na memória discursiva, e que seria algo semelhante a “e não a outro motivo”.

Premissa 3	informação lexical (instrução do <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado em certa forma de localização.
Premissa 4	informação referencial	É praticando/usando a língua falada que os falantes a dominam precocemente/desde a infância, adquirindo o completo domínio da oratória.
Premissa 5	informação referencial	A prática/o uso da língua é o “ <b>lugar</b> ” onde os falantes têm a possibilidade de repetição das construções lingüísticas faladas e da correção dos erros por eles cometidos.
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que nós, falantes nativos, dominamos precocemente a língua justamente porque a praticamos desde a infância e que <b>nessa prática</b> a repetição das construções lingüísticas faladas e a correção dos erros cometidos pelos falantes nativos são fatores decisivos para o completo domínio da oratória.

A descrição do percurso interpretativo serve para determinar a relação interativa que liga os constituintes conectados pelo *onde*. Tem-se uma relação de comentário que pode, a meu ver, ser caracterizada como um parêntese inserido pelo autor com o intuito de apresentar dados ou informações que considera relevantes em defesa da razão para *o precoce domínio da linguagem falada* que é a exposição dos falantes desde a infância à *prática auditiva e de conversação*. O ato (13) promove uma leve mudança do tópico discursivo *o domínio da linguagem falada*, que será, no entanto, retomado em (14).

As inserções parentéticas em textos falados, como defende Jubran (1996, 1999), são digressões que têm importante papel na atividade interativa, visto que promovem uma conjunção entre o produto lingüístico e o processo interativo, pela interferência de dados enunciativos importantes no estabelecimento da significação proposicional, de base informacional, que constrói a centração tópica. Para a autora, os parênteses, que são desvios momentâneos do tópico discursivo, podem ser classificados apoiando-se numa correlação de gradiência do desvio tópico com a propriedade de conjugarem o interativo com o textual. Eles podem ser menos desviantes do tópico, quando esclarecem ou exemplificam os enunciados de relevância tópica, ou mais desviantes,

quando apresentam uma tendência a focalizar o processo de enunciação – quebram o fluxo temático para enfocar algum aspecto do ato enunciativo.

Esse fenômeno da parentetização, que é estudado por Jubran (op.cit.) no texto falado, ocorre também no texto escrito. Acredito que os do primeiro tipo, os menos desviantes do tópico discursivo, que são relacionados com a construção tópica do texto, sejam mais freqüentes nestes textos do que os do segundo tipo, os mais desviantes, que são relacionados ao processo de enunciação.

A meu ver, tem-se com (13) uma inserção parentética correlacionada com o conteúdo tópico. Segundo Jubran (1999), este tipo de parêntese se encontra na situação limite de reconhecimento de um segmento textual como parentético, visto que a propriedade de desvio tópico fica atenuada na medida em que a inserção parentética mantém uma proximidade com o tópico discursivo. As marcas formais do processo parentético - como pausas demarcadoras de parênteses, possibilidade de interrupção sintática do enunciado em que se encaixam e posterior retomada do mesmo, marcadores de suspensão e de retorno do tópico – é que auxiliam a identificação desse tipo de parêntese<sup>106</sup>.

Em (13), o parêntese se caracteriza não por quebrar o fluxo temático, mas por desviá-lo com o acréscimo de informações consideradas importantes pelo autor para o fortalecimento de seu argumento a respeito da relação entre a exposição dos falantes à prática de uso da língua e o precoce domínio da linguagem falada. Graças à possibilidade de repetição das construções lingüísticas e da correção dos eventuais erros cometidos pelos falantes que ocorrem na prática da língua é que eles adquirem o precoce domínio da linguagem falada. Em (14) tem-se a retomada do tópico de (12) por meio da expressão *o mesmo sucesso*, que se refere ao *domínio da linguagem (falada)*.

Em sua ocorrência que descrevo a seguir, por meio da configuração hierárquico-relacional apresentada na figura 19, o *onde* introduz um constituinte que se liga ao anterior por uma relação interativa de **comentário**, a qual me parece poder ser também caracterizada como parentética.

---

<sup>106</sup> Além dessas marcas formais de parentetização, que ocorrem nas fronteiras das inserções parentéticas, tem-se, no texto falado, as marcas prosódicas de alteração da tessitura e aceleração do ritmo de elocução (Jubran, 1999:134).

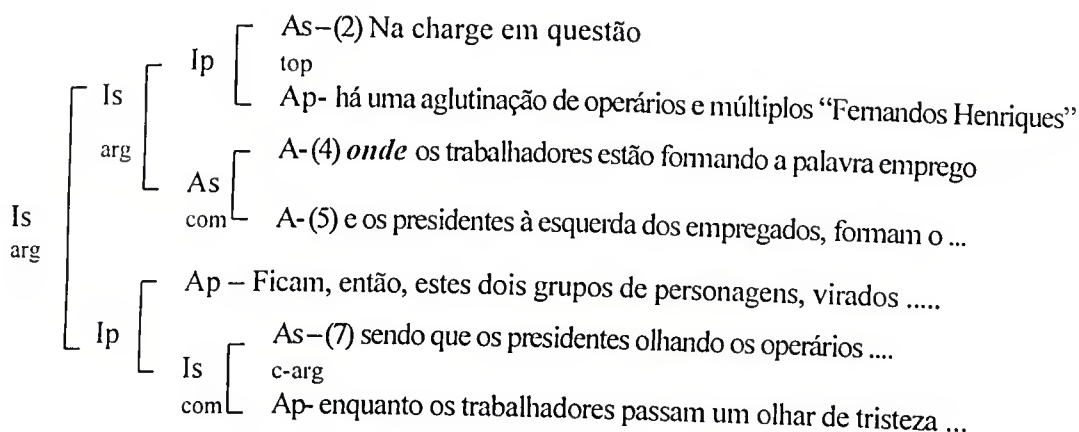


Figura 19: texto 13

A organização relacional dessa intervenção é marcada apenas pelo *onde* e pelo conector “então”, que explicita a relação argumentativa a qual liga as intervenções Is-(2)-(5) e Ip- (6)-(8). O *onde* funciona como um conector relativo que remete à informação *a charge em questão*.

No plano sintático, tem-se que esse referente do *onde* pode ser considerado de valor locativo extrínseco, se caracterizado pela possibilidade de manter com um correlato uma relação continente/conteúdo: a charge em questão contém os trabalhadores formando a palavra emprego e os presidentes formando o prefixo *des*.

No plano textual, o *onde* introduz um ato que se liga à intervenção precedente numa relação de comentário, que seria do tipo parentética. A inserção do As-(4)-(5) parece se dever à intenção do autor de explicar o que ele quer dizer com *uma aglutinação de operários e múltiplos “Fernandos Henriques”*. O autor parece desviar o foco de atenção do leitor do constituinte em que apresenta a charge, (2) *na charge em questão*, para a charge propriamente. Explicando melhor, o autor insere o parêntese para, focalizando a charge, descrevê-la como se a estivesse mostrando para o interlocutor. Quando menciona os trabalhadores formando a palavra *emprego* e os presidentes, à esquerda dos funcionários, formando o prefixo *des*, ele não esclarece ao leitor, como era de se esperar, por se tratar de um texto escrito e dessa forma não se estar diante da charge no momento em que se lê o texto, que se trata de desenhos caricaturados de minúsculos trabalhadores, colocados lado a lado, compondo as letras da palavra emprego, e de pequenos desenhos do presidente compondo o prefixo *des*. Eu

diria que ocorre neste caso um desvio do foco, como se se passasse da referência a um elemento intratextual para a referência a um objeto extratextual.

A explicitação do cálculo inferencial que efetuo para chegar à interpretação do funcionamento do *onde* nesse trecho pode contribuir para determinar a relação específica entre o constituinte introduzido pelo *onde* e uma informação que a ele se liga.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que na charge da qual está falando há uma aglutinação de operários e de “Fernandos Henriques”.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que os operários ou trabalhadores estão formando a palavra emprego e os presidentes que estão à esquerda dos trabalhadores formam o prefixo de negação <i>des</i> .
Premissa 3	informação lexical (instrução do <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado em certa forma de localização.
Premissa 4	informação referencial	A charge é o “ <b>lugar</b> ” onde é apresentada a palavra <i>desemprego</i> cujas letras são compostas pela aglutinação de desenhos de operários e de “Fernandos Henriques”, sendo que os desenhos dos trabalhadores formam as letras da palavra <i>emprego</i> e os desenhos do presidente formam o prefixo <i>des</i> .
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que na charge de que está falando (ou que lhe está mostrando) os desenhos dos trabalhadores formam as letras da palavra <i>emprego</i> e os desenhos do presidente formam o prefixo <i>des</i> .

Com essa explicitação do percurso inferencial, descrevo as etapas de análise que conduzem à minha interpretação do uso do *onde* a partir das suas instruções e das informações lingüísticas e referenciais. Nesse trecho, tem-se que ele se encadeia sintaticamente numa informação que tem sua fonte em constituinte anterior, (2) *na charge em questão*. Com a ajuda de informações de ordem referencial, evidencia-se que ele remete à charge objeto extratextual, a qual procura descrever para o

destinatário/leitor, a fim de possibilitar que este a “visualize”. E nessa descrição se procede a um desvio do foco de atenção do leitor.

A relação de comentário marcada pelo *onde* nos casos discutidos até agora se mostra de pelo menos dois tipos. No texto 2 (exposto na figura 14) e também em sua primeira ocorrência no texto 6 (exposto na Figura 17), o *onde* introduz um comentário que não indicia propriamente um desvio tópico. Esse comentário apenas veicula uma informação secundária, em termos de relevância tópica, a qual se insere numa estrutura que tem proeminência. As pausas delimitadoras das fronteiras inicial e final da relativa introduzida pelo *onde* – marcadas pelas vírgulas - assim como a interrupção e a retomada do enunciado, sem ruptura sintática, são, neste caso, marcas de inserção da relativa<sup>107</sup>. No texto 14, também não se opera um desvio do tópico discursivo.

Já nas ocorrências do texto 5 (Figura 18) e do texto 13 (Figura 19), o *onde* introduz parênteses que operam desvios do tópico discursivo. No texto 5, o parêntese se deve à necessidade sentida pelo autor de acrescentar informações que considera importantes para o fortalecimento de seu argumento a respeito da relação entre a exposição dos falantes à prática de uso da língua e o precoce domínio da linguagem falada, como já exposto anteriormente. No texto 13, eu diria que o parêntese tem um caráter mais elucidativo, na medida em que sua função é a de esclarecer, através da descrição da charge de que fala, o que significa a *aglutinação de operários e múltiplos “Fernandos Henriques”*. Os desvios provocados pelas inserções dos segmentos parentéticos, no entanto, não comprometem a continuidade tópica, visto que esses segmentos se correlacionam com o conteúdo tópico do texto.

Nos trechos extraídos dos textos examinados até agora, o *onde* funciona como um marcador da relação genérica de comentário; os constituintes introduzidos por ele podem ser suprimidos, uma vez que não são os que contêm as informações mais relevantes do segmento textual, tendo assim o estatuto de subordinado. Mas a análise de cada caso em particular permite determinar até agora dois tipos de relações específicas

---

<sup>107</sup> As relativas explicativas ou apositivas são orações que se inserem noutra oração, chamada de principal, e a sua inserção se marca sempre por pausas, algumas vezes pela interrupção da estrutura sintática da oração em que se encaixam e ainda pela posterior retomada do tópico. Além disso, sua função é explicar ou esclarecer o que está sendo declarado na principal. Elas então, a meu ver, se enquadram na definição das estruturas parentéticas. Mas nem todas as construções relativas devem ser consideradas parênteses, visto que nem todas promovem desvios momentâneos do tópico discursivo.

de comentário entre os constituintes ligados por esse item: o comentário metadiscursivo e a inserção parentética.

No exemplo de uso do *onde* que discuto a seguir, ele também atua como um conector que marca uma relação interativa de comentário. Essa relação me parece também do tipo parentética, visto que a inserção do constituinte por ele introduzido opera um desvio momentâneo do tópico.

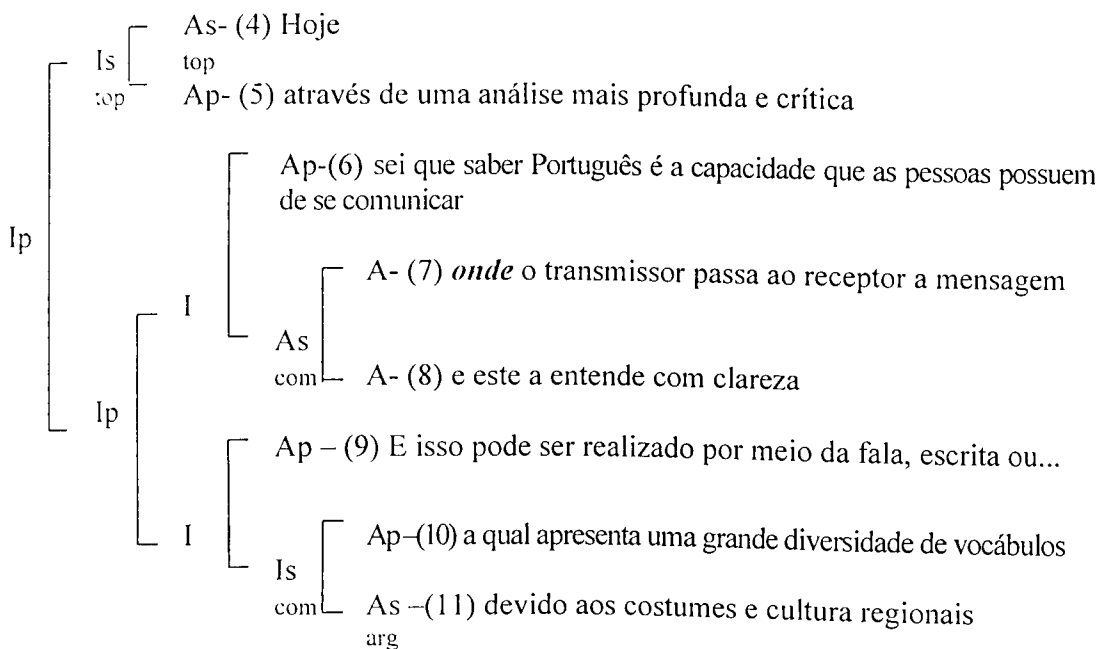


Figura 20: texto 17

Para a interpretação e posterior descrição das relações que ligam os constituintes dessa intervenção, tem-se que recorrer algumas vezes ao instrumento heurístico que consiste na inserção de conectores que poderiam explicitá-las. Por exemplo, a possibilidade da inserção de “mas” conectando as intervenções formadas pelos atos (1)-(3)<sup>108</sup> e (4)-(13), entre as quais não se encontram marcas, conduz à interpretação de que elas se ligam por uma relação contra-argumentativa. E com a inserção de um conector do tipo “além disso”, pode-se identificar a relação que liga as intervenções Ip-(4)-(11) e Is-(12)-(13) como uma relação genérica de argumento, visto que se opera nesta intervenção a continuação da explanação iniciada na Ip anterior.

<sup>108</sup> A intervenção formada por (1)-(3) não está configurada neste esquema hierárquico-relacional, assim como a Is-(12)-(13).

Para a interpretação de outras relações interativas que se estabelecem no texto, apóio-me em marcas sintáticas, como as construções reduzidas, ou em conectores, como os relativos *onde*, “a qual”, “pelo qual” e também na expressão conectiva “devido a”.

O *onde* introduz um constituinte ligado ao anterior por uma relação genérica de comentário. Para a descrição da sua atuação como marcador dessa relação, recorro à sua substituição por uma outra forma relativa. Inicialmente tomo por antecedente do *onde* o termo presente no cotexto que seria *a capacidade que as pessoas possuem de se comunicar*, cujo núcleo é “capacidade”. Substituo-a pela forma “na qual”, a fim de verificar se o *onde* se comporta nesse exemplo como um relativo equivalente a “em que/no qual”: \*... *sei que saber português é a capacidade que as pessoas possuem de se comunicar, na qual o transmissor passa ao receptor a mensagem e este a entende com clareza*. Como resultado obtenho uma estrutura que considero agramatical e inaceitável no português. Não tem sentido situar “transmissor” e “receptor” na “capacidade que as pessoas possuem de se comunicar”. Como o *onde* não pode alternar com a forma “em que”, tento verificar se ele, nesse trecho, pode fazê-lo com uma outra forma de relativo preposicionado.

Tento substituir o *onde* por uma forma “o qual preposicionado”, como “através da qual”, “a partir da qual” “segundo a qual”, “pela qual”, a fim de verificar como ele retoma o antecedente apontado, mas não chego novamente a nenhum resultado que me parecesse satisfatório.

Pergunto-me, então, se o *onde* não estaria se encadeando noutra referente. Recorrendo às informações de ordem referencial, levanto a hipótese de que ele permite recuperar alguma informação do tipo *no processo de comunicação*, que é introduzida na memória discursiva pelo ato (6). Essa informação me parece um referente possível, visto que “transmissor” e “receptor” podem ser seus correlatos numa relação continente/conteúdo: ... *sei que saber português é a capacidade que as pessoas possuem de se comunicar; no processo de comunicação o transmissor passa ao receptor a mensagem e este a entende com clareza*. Para a representação da organização relacional da intervenção formada por (4)-(11), a fim de evidenciar a relação entre o constituinte iniciado pelo *onde* e a informação da memória discursiva cuja fonte se encontra em (6), proponho a seguinte configuração:

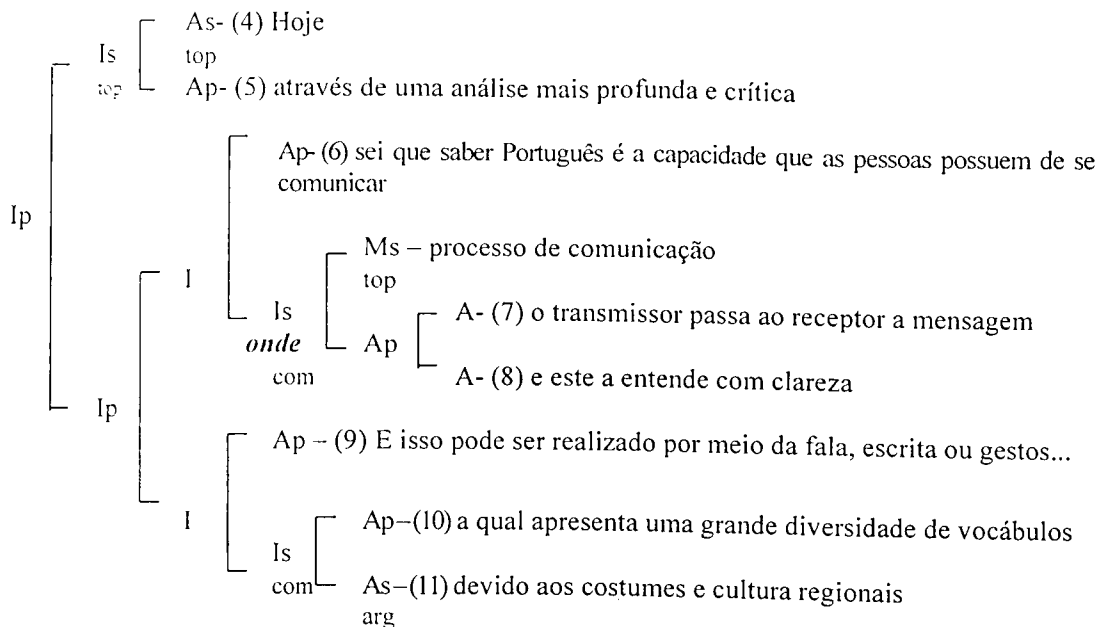


Figura 21: texto 17

Essa descrição mostra que o *onde* se liga a uma informação da memória discursiva e não a um antecedente cotextual, e que a relação interativa que liga os constituintes por ele conectados é de comentário do tipo parentético. Para a identificação do segmento parentético, apóio-me no desvio momentâneo do tópico que se opera com a inserção do constituinte introduzido pelo *onde* e também nas marcas formais do processo parentético que são a presença de pausas que o delimitam e o sinal de retorno à informação ativada em (6), através do anafórico “isso” que inicia a intervenção seguinte.

A descrição do percurso inferencial efetuado para a interpretação dessa atuação do *onde* se mostra interessante para explicar a origem dessa relação que considero parentética.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que saber português é a capacidade que as pessoas/falantes de português possuem de se comunicar.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que o transmissor que sabe português passa uma mensagem para o receptor sem estar necessariamente obedecendo aos padrões da norma culta e o receptor entende essa mensagem com clareza.
Premissa 3	informação lexical (instrução do <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado em certa forma de localização.
Premissa 4	informação referencial	Segundo a teoria da comunicação, que fundamentou o ensino de português nas escolas brasileiras durante as décadas passadas, o processo de comunicação é o “lugar” onde o transmissor passa ao seu receptor uma mensagem a qual é entendida com clareza.
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que saber português é a capacidade que as pessoas possuem de, <b>no processo de comunicação</b> , transmitir uma mensagem que será compreendida pelo receptor.

O exame da relação específica entre esse constituinte e a informação estocada na memória discursiva revela que essa relação pode ser caracterizada de comentário. Como com a inserção do As-(7)-(8) se opera um ligeiro desvio do tópico discursivo, cuja função é o esclarecimento ou a explanação da noção apontada em (6), pode-se dizer que essa relação é do tipo parentética.

Em sua segunda ocorrência no texto 16, configurada abaixo, o *onde* funciona como um relativo que retoma a idéia expressa pelo antecedente *neste exemplo*, presente em (15), a qual seria a palavra *luso-brasileiro*. A distância que se verifica entre o relativo e seu antecedente nesse caso pode causar certa dificuldade na interpretação de

seu emprego. Mas a possibilidade de sua substituição pela forma “em que”<sup>109</sup>, o fato de ele possuir valor semântico locativo, na medida em que situa a palavra *brasileiro* em *neste exemplo*, e ainda o fato de que sintaticamente exerce a função de adjunto adverbial seriam fatores que reforçam a interpretação de que seu emprego é o de um relativo.

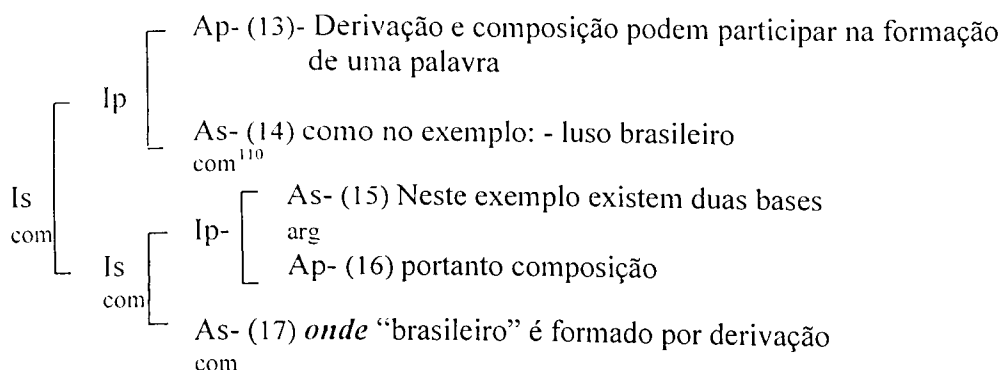


Figura 22: texto 16

A intervenção formada pelos atos (15)-(17) é interpretada como um comentário à Ip-(13)-(14) precedente, em que o autor menciona a participação dos processos de derivação e composição na formação de uma só palavra. Essa interpretação, embora pertinente, pode ser questionada se se procura entender o porquê de o autor ter estruturado esse segmento da forma como o fez. Se o *onde* é usado como pronome relativo, por que empregá-lo distante de seu antecedente, permitindo a inserção entre ele e o antecedente de um constituinte que ainda, por seu valor conclusivo, tem o estatuto de principal? Essa questão me levou a indagar se alguma outra interpretação poderia ser atribuída ao seu uso.

Dando prosseguimento ao processo de busca de uma interpretação para o funcionamento do *onde* nessa seqüência, procedo à sua substituição por outro conector ou por alguma expressão conectiva. Dessa forma, chego à hipótese de que ele, nesse trecho, poderia ser substituído pela expressão “sendo que”: *Neste exemplo existem duas bases, portanto composição, sendo que “brasileiro” é formado por derivação.* “Sendo

<sup>109</sup> Essa possibilidade fica mais evidente com a reestruturação dessa seqüência: *Neste exemplo, em que “brasileiro” é formado por derivação, existem duas bases, portanto (participa aí também a) composição.*

<sup>110</sup> Acho que o termo “como no exemplo: -luso-brasileiro”, do ponto de vista sintático, é uma oração (cujo verbo está subentendido) subordinada adverbial conformativa e, do ponto de vista textual, é um constituinte de estatuto subordinado que se liga ao anterior por uma relação de comentário.

que” é uma locução conjuntiva considerada causal, equivalente a “uma vez que”, “dado que”, “visto que”, etc., segundo Almeida (1983). Quando usada sem indicação de causa, ou de alguma outra idéia circunstancial, ela é considerada por este gramático “um abuso do gerúndio”. Sendo assim, Almeida sugere que “essa expressão insossa” seja substituída por “e” ou por ponto e vírgula.

A substituição de “sendo que” ou de *onde* por um conector causal não me parece possível: *\*Neste exemplo existem duas bases, portanto composição, visto que “brasileiro” é formado por derivação.* Ou *\*Neste exemplo existem duas bases, portanto composição, uma vez que “brasileiro” é formado por derivação.* Não se pode assim considerar que seu emprego seja argumentativo (ou que ele indique uma relação causal). A sua substituição pelo “e” ou por ponto e vírgula, acatando o conselho do gramático, serve para a junção das proposições: *Neste exemplo existem duas bases, portanto composição, e “brasileiro” é formado por derivação.* O “e” nesse enunciado indica, a meu ver, uma conjunção, uma conexão cujos conteúdos se adicionam. A presença do “e” serve para a estruturação do enunciado, mas não para a indicação da relação que aí se estabelece. Esta tem de ser obtida a partir do tratamento inferencial do enunciado.

Testando a aceitação de “sendo que” nesse enunciado por alguns falantes de português<sup>111</sup> com os quais convivo, constato que ele não é visto como problema. Talvez a sua presença não fosse necessária, mas a sua escolha por um falante não parece ser condenada pelas pessoas consultadas.

Ainda, para essas pessoas, o segmento introduzido por essa expressão representa uma observação do autor acerca do exemplo que está apresentando que se contrasta com a anterior de que na palavra luso-brasileiro, por existirem duas bases, participa em sua formação o processo de composição. Tanto *onde* como “sendo que” quanto “e” estariam introduzindo um constituinte que pode ser interpretado como uma observação a respeito do processo de formação dessa palavra que se acrescenta à anterior ou até que se contrasta com a anterior.

A equivalência do *onde* a “sendo que” e a “e” me leva a atribuir-lhe uma função de um operador discursivo que não é responsável por nenhuma indicação da relação que possa existir entre os constituintes que ele conecta, mas apenas pela sua articulação no discurso.

---

<sup>111</sup> Consultei meus familiares e algumas colegas, professoras da FALE, sem preocupação em proceder a uma análise quantitativa dos dados obtidos.

A explicitação do cálculo inferencial que conduz à interpretação desse enunciado pode contribuir para a determinação da relação específica que liga os constituintes conectados pelo *onde* nessa seqüência:

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que, na palavra <i>lusobrasileiro</i> dada como exemplo, há duas bases e portanto participa o processo de composição.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que a base “brasileiro” é formada por derivação.
Premissa 3	informação lexical (instrução do <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado em certa forma de localização.
Premissa 4	informação referencial	Os processos de composição e derivação participam na formação da palavra <i>lusobrasileiro</i> , visto que ela possui duas bases e que a base “brasileiro” é formada por derivação.
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que a base “brasileiro” é formada por derivação como um comentário acerca da participação do processo de derivação na formação do exemplo dado.

Combinando as informações lingüísticas e referenciais, contidas nas quatro premissas implicadas do trecho analisado, chego à interpretação de que o *onde* retoma uma informação que tem sua origem em constituinte anterior, e por meio dessa retomada insere um comentário acerca da participação do processo de derivação na formação do exemplo dado em cuja formação já participa o processo de composição.

Um outro emprego do *onde* relativo que surge nos textos do *corpus*, descrito na figura 23, abaixo, evidencia o funcionamento desse item marcando uma relação de comentário entre os constituintes discursivos, porém em alternância com a forma relativa “cujo”.

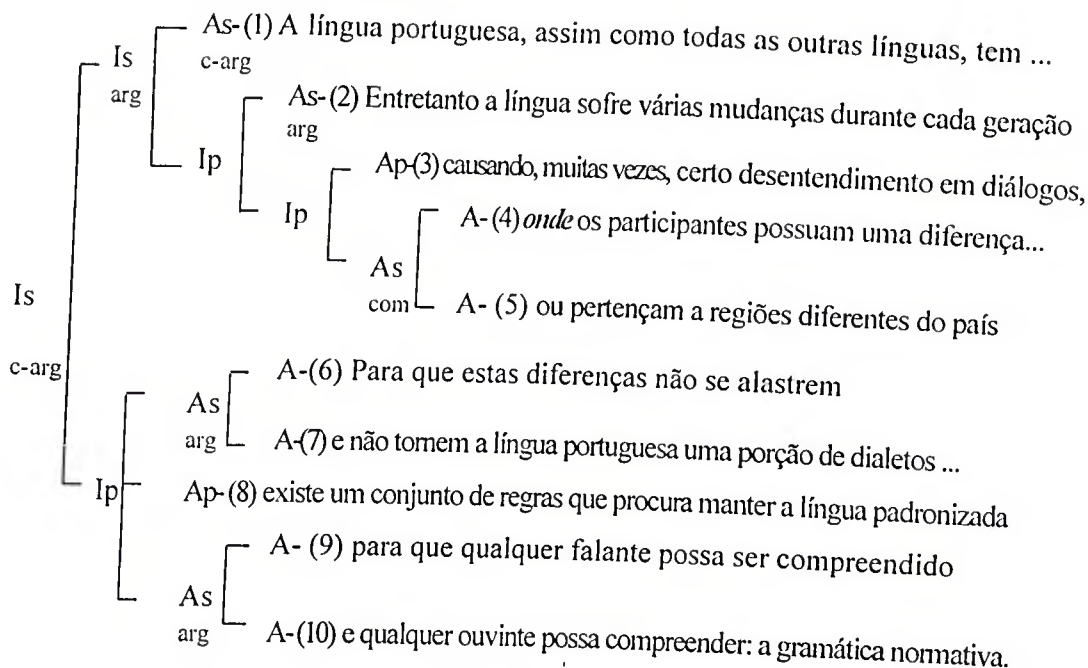


Figura 23: texto 7

A organização relacional dessa intervenção é marcada pelo conector contra-argumentativo “entretanto” e pelo conector “para que”<sup>112</sup>, usado duas vezes, subordinando os atos As-(6)-(7) e As-(9)-(10) a um mesmo ato principal.

O item *onde* aparece na Ip formada pelos atos (2)-(5). Ele introduz um As, formado por dois constituintes coordenados entre si, o qual se liga ao Ap precedente por uma relação interativa de comentário. O *onde* é um relativo que tem por antecedente o termo “diálogos”. Esse antecedente apresenta um correlato, “os participantes”, com o qual mantém uma relação que não considero de continente/ conteúdo, mas sim de possuidor/possuído: *em diálogos cujos participantes possuem uma grande diferença de idade ou pertençam a regiões diferentes do país*. Assim, o autor busca afirmar que as mudanças lingüísticas causam os desentendimentos quando os participantes dos diálogos possuem idades bem diferentes ou pertencem a diferentes regiões do país.

Kersch (1996) atribui o uso do *onde* no lugar de “cujo” ao fato de *onde* representar uma “estratégia menos complexa e não menos eficaz” na expressão das

<sup>112</sup> No modelo de organização do discurso proposto por Roulet, não há ainda uma decisão quanto à análise textual das proposições finais, visto que um constituinte introduzido por “para que” pode ser considerado subordinado do ponto de vista sintático, mas principal do ponto de vista textual. O conector “para que”, nesse trecho, a meu ver, introduz por duas vezes um constituinte subordinado tanto do ponto de vista sintático quanto do ponto de vista textual.

idéias. A autora menciona ainda que, numa perspectiva funcional, pelo fato de a forma “cujo” estar em desuso, sendo o seu uso considerado como “nada mais pedante, principalmente em língua oral”, “opta-se por uma forma mais ‘popular’ para significar o que significaria a forma mais erudita, menos usual”<sup>113</sup>.

A forma “cujo” ou suas variações não são hoje de uso corrente, haja vista o fato de não a encontrarmos em nenhum dos textos do *corpus*. Mas considero que a escolha pelo uso do *onde* numa alternância com a forma “cujo” pode ter sido motivada pela possibilidade de simplificação na estruturação dos enunciados que o *onde* oferece, na medida em que com ele se pode retomar uma informação, presente no cotexto ou dele inferida, e, ao mesmo tempo, encadeá-la com outras informações numa relação discursiva de outra natureza.

A descrição do percurso inferencial que conduz à interpretação da atuação do *onde* nesse trecho mostra que ele parece compactar a estrutura lingüística visto que, com o seu uso no lugar de “cujo”, se pode interpretar que, além da relação de comentário, existiria entre os constituintes por ele ligados uma relação genérica de argumento.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que as mudanças lingüísticas que ocorrem durante cada geração e em diferentes regiões do Brasil causam muitas vezes certo desentendimento em diálogos se os participantes dos diálogos possuem diferenças de idade ou pertencem a regiões diferentes do país.
Premissa 2	informação lexical (instrução de base do <i>onde</i> )	Se se usa <i>onde</i> é para retomar uma informação X, presente no cotexto ou na memória discursiva, e estabelecer com ela uma relação de correferência, fundada geralmente numa noção de localização.
Premissa 3	informação referencial	Os participantes dos diálogos podem possuir uma grande diferença de idade ou podem pertencer a regiões diferentes do país.

<sup>113</sup> Como já mencionado anteriormente, não cito as páginas em que se encontram as citações do trabalho de Kersch (1996) porque consultei uma versão em disquete a qual sofreu alterações em sua formatação.

Premissa 4	informação referencial	Certo desentendimento em diálogos pode ocorrer <b>caso</b> os participantes possuam diferenças de idade ou pertençam a regiões diferentes do país.
Premissa 5	interpretação	O autor diz ao leitor que as mudanças que a língua sofre causam certo desentendimento entre as pessoas <b>caso os participantes dos diálogos</b> possuam diferenças de idade ou pertençam a regiões diferentes do país.

Pelo exposto nesse quadro, aplicando-se as instruções de base do *onde* e combinando-a com as informações de ordem referencial, chega-se à interpretação de que ele pode ser empregado não só para marcar a inserção de um comentário, como também para introduzir um argumento potencial ao *desentendimento em diálogos*. Como mencionado anteriormente, o autor busca afirmar que as mudanças lingüísticas causam desentendimento *quando* ou *se* os participantes dos diálogos possuem idades bem diferentes ou pertencem a diferentes regiões do país.

Os casos descritos neste item dizem respeito ao uso do *onde* relativo. Como procuro mostrar, esse item, quando introduz uma relativa, pode ser considerado um marcador de uma relação genérica de comentário que liga um constituinte subordinado ao constituinte principal que o precede. A interpretação do enunciado em que se encontra é assegurada com a aplicação das instruções de base: retomar uma informação presente em constituinte anterior ou na memória discursiva e estabelecer com ela uma relação de correferência fundada numa certa noção de localização.

Mas em sua ocorrência no texto 7, embora se possa considerar o seu emprego como o de marcador de relação de comentário, função determinada com a aplicação de suas instruções de base, ele parece poder ser considerado também um elemento que tem um emprego argumentativo, por meio do qual se introduz um argumento - mesmo que potencial - à afirmação contida no ato que o precede se se aplica ainda uma de suas instruções de segundo nível<sup>114</sup>. Tem-se assim já uma possível dubiedade na interpretação do seu emprego, questão que passo a focalizar no próximo item.

<sup>114</sup> Como já exposto em 3.2.1, o percurso interpretativo só termina quando se alcança uma interpretação "completa" do enunciado. O que me leva neste caso a dar prosseguimento ao processamento deste

### 3.2.2.2. O *onde* introduz comentário ou argumento?

Em algumas de suas ocorrências, a interpretação do funcionamento do *onde* se mostra dúbia, na medida em que é possível interpretar tanto que esse item tem a função de marcar uma relação genérica de comentário, quanto que a sua função é ligar constituintes que se unem por uma relação genérica de argumento. Apresento nesta seção a descrição desses casos, a fim de investigar o seu papel para a compreensão dos segmentos em que se encontra.

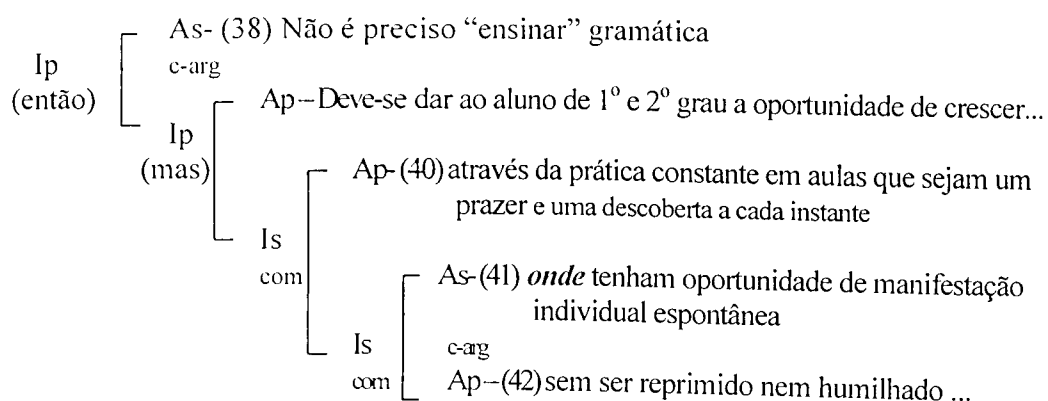


Figura 24: texto 3

Nessa ocorrência, o emprego do *onde* pode ser interpretado como o de um relativo, que introduz um constituinte subordinado ligado ao precedente de estatuto de principal numa relação de **comentário**. Ele possui um valor anafórico e a instrução que oferece ao leitor é a de retomar uma informação, apresentada no ato anterior – Ap (40)-, que seria *aulas*, termo que carrega a idéia de lugar físico, visto que designa sala ou classe, ou de lugar nocional, visto que também designa lição ou exposição.

A estrutura hierárquico-relacional tal como apresentada na figura 24, proposta em função dessa interpretação de seu emprego, revela que o alcance do *onde* se reduz ao ato precedente, em que se encontra o seu antecedente, *aulas que sejam um prazer e uma descoberta a cada instante*, nas quais os alunos terão a oportunidade de se manifestar espontaneamente, sem preocupação com as correções de seus “erros”.

---

enunciado é a escolha pelo aluno/autor do uso dos verbos em (4) e (5) no subjuntivo, por meio do qual se pode expressar incerteza ou suposição quanto ao que se enuncia.

Mas uma interpretação diferente para o alcance do *onde* bem como para a relação existente entre os constituintes por ele ligados nesse mesmo segmento, e dessa forma para o seu emprego, conduz à proposição de uma outra organização relacional a essa seqüência<sup>115</sup>:

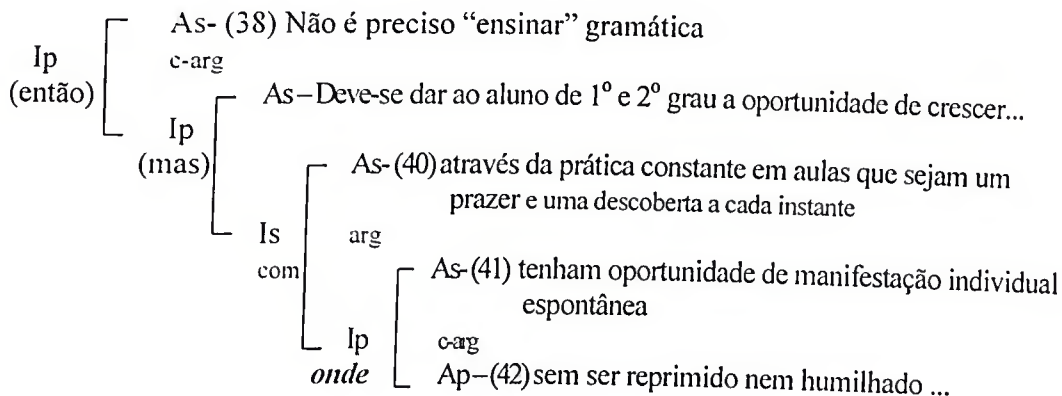


Figura 25: texto 3

Como evidenciado nessa configuração, o *onde* introduz uma intervenção principal, a qual se liga ao ato precedente por uma relação genérica de argumento. Nesse esquema, ele aparece destacado por ser interpretado como um conector que tem por função marcar uma relação que porta sobre uma intervenção e não apenas sobre o ato precedente. Seu emprego pode ser concebido então como o de um conector argumentativo que contém uma instrução como a de retomar uma informação X anterior que pode ser um motivo (ou um argumento) para a obtenção de um resultado. Assim a interpretação dessa seqüência pode ser a de um enunciado formado por proposições que se ligam por uma relação argumentativa do tipo *P de modo que Q*: *Deve-se dar ao aluno de 1º e 2º grau a oportunidade de crescer linguisticamente, através da prática constante em aulas que sejam um prazer e uma descoberta a cada instante, de modo que tenham oportunidade de manifestação individual espontânea sem ser reprimido nem humilhado por constantes correções de seus erros*. Os constituintes conectados

<sup>115</sup> O que me motiva a dar prosseguimento ao processo interpretativo, investigando a possibilidade de haver uma outra relação entre os constituintes conectados pelo *onde* é o fato de o aluno/autor ter usado um ato diretivo (39) seguido de atos em que as formas verbais estão no subjuntivo (sejam,tenham), indicando a meu ver uma justificação para esse ato revestido de certa autoridade.

pelo *onde* se ligam por uma relação argumentativa, resultante da interpretação do enunciado, do tipo final ou consecutiva<sup>116</sup>.

A interpretação de que o *onde* possa ter um emprego argumentativo na seqüência em pauta conduz à descrição do percurso inferencial ligado à sua presença. Como observa Luscher (1989), há duas formas de conceber a argumentação em termos de instruções para a inferência. Para tratar um enunciado interpretável como uma conclusão *r*, o interlocutor pode fazer hipóteses antecipatórias sobre as razões que tem o locutor de pensar sobre a conclusão *r*, e um argumento *P* ou *Q* pode vir em seguida confirmar suas hipóteses. O interlocutor pode também, num segundo procedimento, produzir implicações contextuais para interpretar um argumento *P*, sendo que uma dessas implicações pode ter a mesma forma da conclusão *r* visada pelo argumento *P*. No primeiro procedimento, tem-se que a presença de um conector discursivo indica ao interlocutor que o locutor não considera seu enunciado completo ou pertinente, visto que os atos discursivos não têm garantia de pertinência se tomados independentemente e o conector é que vai completá-los, contribuindo para reforçar as hipóteses antecipatórias. Já no segundo procedimento, a presença do conector reforça uma suposição contextual mutuamente manifesta.

O emprego do *onde*, então, deve ser investigado para que se examine se ele oferece instruções que favoreçam esses procedimentos.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que o professor deve dar ao aluno de 1º e 2º grau a oportunidade de desenvolver seus estudos lingüísticos através da prática constante em aulas que sejam um prazer e uma descoberta a cada instante.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que o aluno deve ter a oportunidade de manifestação individual espontânea sem repressões e humilhações com constantes correções de seus "erros" em aulas que sejam um prazer e uma descoberta a cada instante.

<sup>116</sup> Existe uma aproximação entre esses dois tipos de relação – final e consecutiva – quando se apresenta uma consequência que se associa a uma finalidade. Bechara (1978) cita que dessa associação resultam cruzamentos consecutivos-finais na construção da frase, responsáveis pelo aparecimento de locuções como *de modo a*, *de maneira a*, cujo emprego não é bem visto pelos gramáticos.

Premissa 3	informação lexical (instruções do <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para: 1. retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado numa noção de localização; 2. retomar uma informação que pode ser um motivo ou um argumento de uma conclusão <i>r</i> .
Premissa 4	informação referencial (chamada pelo <i>onde</i> )	Deve-se dar ao aluno a oportunidade de desenvolver seus estudos lingüísticos através da prática, <b>em aulas</b> que sejam um prazer e uma descoberta a cada instante, <b>de modo que/para que</b> ele tenha a oportunidade de manifestação individual espontânea sem repressões ou humilhações com constantes correções de seus “erros”.
Conclusão	interpretação	O autor afirma ao leitor que o professor deve dar ao aluno a oportunidade de desenvolver seus conhecimentos lingüísticos pela prática constante em aulas prazerosas <b>de modo que nessas aulas</b> o aluno possa se manifestar espontaneamente sem ser reprimido nem humilhado com constantes correções de seus “erros”.

O emprego do *onde* se faz necessário nessa seqüência visto que sua presença torna o enunciado completo. Os constituintes por ele ligados tomados independentemente não oferecem garantia de pertinência, mas ligados segundo as instruções de base atadas a ele de “retomar uma informação anterior e estabelecer com ela um elo de correferência”, se tornam capazes de veicular uma garantia de pertinência. E a sua presença ainda permite ao leitor reforçar uma suposição contextual obtida a partir da premissa referencial de que se deve oportunizar o aluno a desenvolver seus estudos lingüísticos em aulas prazerosas e interessantes, para que ele possa se manifestar sem repressões ou humilhações com constantes correções de seus “erros”.

A interpretação a que se chega com a combinação das informações lingüísticas e referenciais e das instruções oferecidas pelo *onde*, tanto as de base quanto de segundo nível, é a de que através dele se estabelece entre os constituintes e a informação da memória discursiva um elo de correferencialidade ao mesmo tempo em que um elo de finalidade (ou conseqüência).

No exemplo que abordo a seguir, também me deparo com a possibilidade de interpretar a relação discursiva entre os constituintes ligados pelo *onde* tanto como de comentário quanto como de argumento.

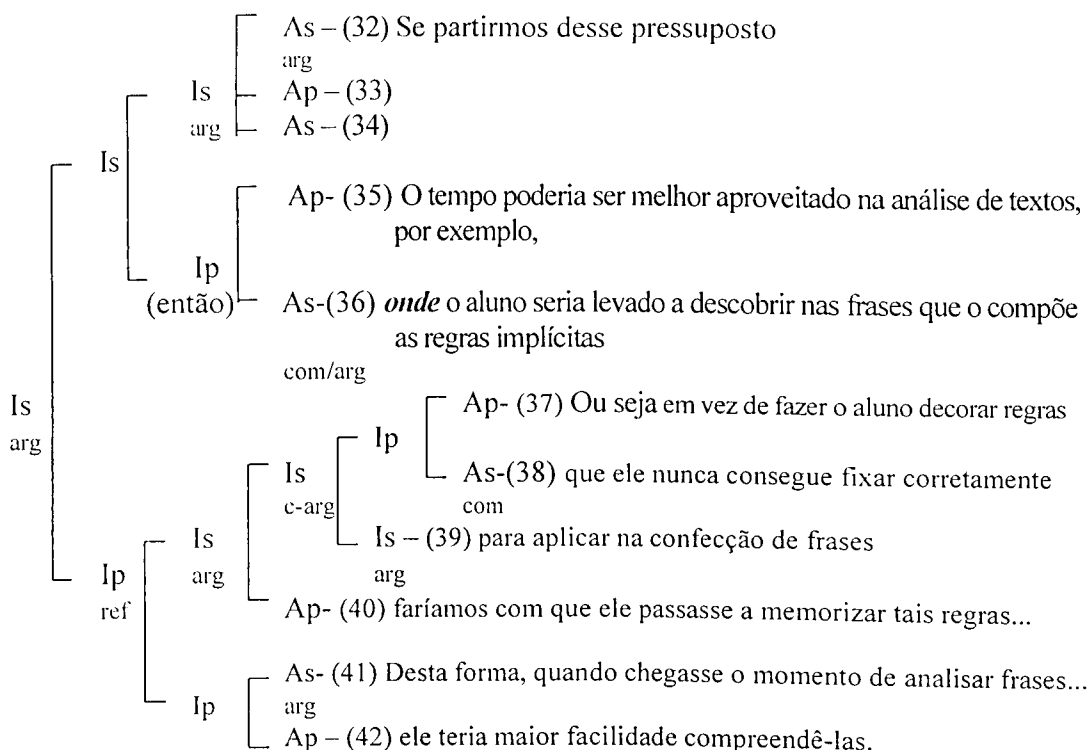


Figura 26: texto 4

A organização relacional dessa intervenção é principalmente marcada pelo conector reformulativo “ou seja”. A Is-(32)-(36) será reformulada na Ip formada por (37)-(42). O marcador “ou seja” indica, por seu semantismo, uma relação de equivalência que se quer estabelecer entre as duas formulações. Tem-se também nessa intervenção a presença do conector “se”, que marca um argumento potencial<sup>117</sup>, e da expressão “em vez de”, que explicita uma relação contra-argumentativa<sup>118</sup>, da expressão “desta forma”, que a meu ver marca uma conclusão apresentada na Ip-(41)-(42), e também do conector “quando”, que indica um argumento potencial<sup>119</sup>.

<sup>117</sup> “Se” é tratado como um marcador de argumento potencial, visto que sinaliza a possibilidade de realização do argumento.

<sup>118</sup> A expressão “em vez de” denota contraste e até oposição entre as proposições.

<sup>119</sup> “Quando” nessa ocorrência marca, assim como “se”, um argumento potencial. O modo subjuntivo do verbo também possibilita essa interpretação.

Quanto à análise da atuação do *onde*, pode-se dizer, inicialmente, que ele funciona como um relativo que se refere à expressão antecedente *na análise de textos*. Como um relativo, ele se associa semanticamente a seu antecedente, mas nessa ocorrência não pode ser simplesmente por ele substituído, visto que a estrutura resultante com a sua substituição não parece gramaticalmente bem formada: *\*na análise de textos o aluno seria levado a descobrir nas frases que os compõem as regras implícitas*. O *onde* se refere ao antecedente, mas não o retoma como faz uma forma ligada. Ele pressupõe a presença na memória discursiva desse referente e estabelece uma relação de comentário entre o constituinte por ele iniciado e a informação da memória discursiva.

Além dessa atuação com função referencial, o uso do *onde* poderia ser interpretado ainda como o de um elemento que introduz uma justificação que visa a sustentar um argumento anteriormente apresentado. Ao discutir os aspectos que deveriam ser observados pelos responsáveis pelo ensino da gramática, o autor do texto argumenta que muito tempo se perde nas aulas de gramática ao se ensinar regras que todos já conhecem, uma vez que todos têm um conhecimento implícito dessas regras. Assim, completando o seu raciocínio, o autor vai lançar a idéia ou o argumento de que o tempo *poderia ser melhor aproveitado na análise de textos* e vai justificar essa idéia dizendo que faz essa suposição porque acredita que o aluno seria levado a descobrir, nas frases que compõem os textos, as regras da língua, cuja memorização é sentida pelo autor como indispensável no ensino da gramática.

Segundo essa interpretação, o *onde* se encadeia na enunciação de (35), justificando a suposição expressa nesse ato<sup>120</sup>: *(Suponho que) O tempo poderia ser “melhor” aproveitado na análise de textos, por exemplo, visto que o aluno seria levado a descobrir nas frases que “o compõe” as regras implícitas*.

Considerar o seu emprego como de conector numa relação argumentativa não implica, a meu ver, negar o seu valor anafórico. Assim, diria que o *onde* faz referência a *análise de textos* como sendo o “lugar” em que o aluno descobriria as tais regras, além de conectar constituintes que se ligam por uma relação genérica de argumento (numa relação de justificação). O enunciado produzido pelo autor poderia ser assim parafraseado: *Suponho que o tempo poderia ser mais bem aproveitado na análise de*

---

<sup>120</sup> O uso do verbo no condicional reforça a meu ver essa leitura.

*textos, visto que, com a análise de textos/ao analisar textos, o aluno seria levado a descobrir as regras implícitas nas frases que os compõem.*

O exame do percurso inferencial ligado ao emprego do *onde* nessa seqüência surge então como um instrumento que possibilita a explicitação do cálculo do qual resulta a determinação de sua função nesse caso.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que supõe que o tempo dedicado ao ensino de língua poderia ser mais bem aproveitado, por exemplo, com a análise de textos, do que com o ensino de regras que o aluno já conhece.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que supõe que o aluno seria levado a descobrir (tomar consciência das) as regras implícitas nas frases que compõem os textos.
Premissa 3	informação lexical (instrução do <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado numa noção de localização.
Premissa 4	informação referencial	Se se quer que o ensino de língua signifique “aprendizado de normas” e “não imposição das regras”, deve-se aproveitar o tempo dedicado ao ensino com outras atividades, como, por exemplo, a análise de textos e não com o ensino/imposição de regras.
Premissa 5	informação referencial	A análise de textos seria o “ <b>lugar</b> ” ou “ <b>o meio</b> ” mais apropriado para o aluno descobrir (tomar consciência das) as regras implícitas nas frases que compõem os textos.
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que o tempo poderia ser mais bem aproveitado na análise de textos, <b>visto que, com a análise de textos</b> , o aluno seria levado a descobrir as regras implícitas nas frases que os compõem.

A informação mais acessível na memória discursiva é *na análise de texto*, a qual é retomada pelo *onde*. O emprego do *onde* como relativo é extraído da aplicação das suas instruções de base. Mas o fato de o autor ter julgado o aproveitamento do tempo

com essa atividade como sendo *melhor*, em relação ao aproveitamento do tempo nas aulas de gramática normativa, conduz à aplicação de suas instruções de segundo nível. Com isso se chega à interpretação de que o autor considera a *análise de textos* como a atividade que implica *melhor* aproveitamento do tempo dedicado ao ensino de português e de que o *onde* funcionaria ainda numa relação argumentativa.

Na ocorrência discutida abaixo, conforme mostro na configuração apresentada na Figura 27, o *onde* introduz um As. Num primeiro momento, com a aplicação de suas instruções de base, ele pode ser apontado como marcador de uma relação de comentário. Num segundo momento, entretanto, aplicando-se ainda instruções de segundo nível, ele pode ser interpretado como um elemento que atua numa relação de argumento entre (58) e uma informação da memória discursiva que tem sua fonte em constituinte anterior.

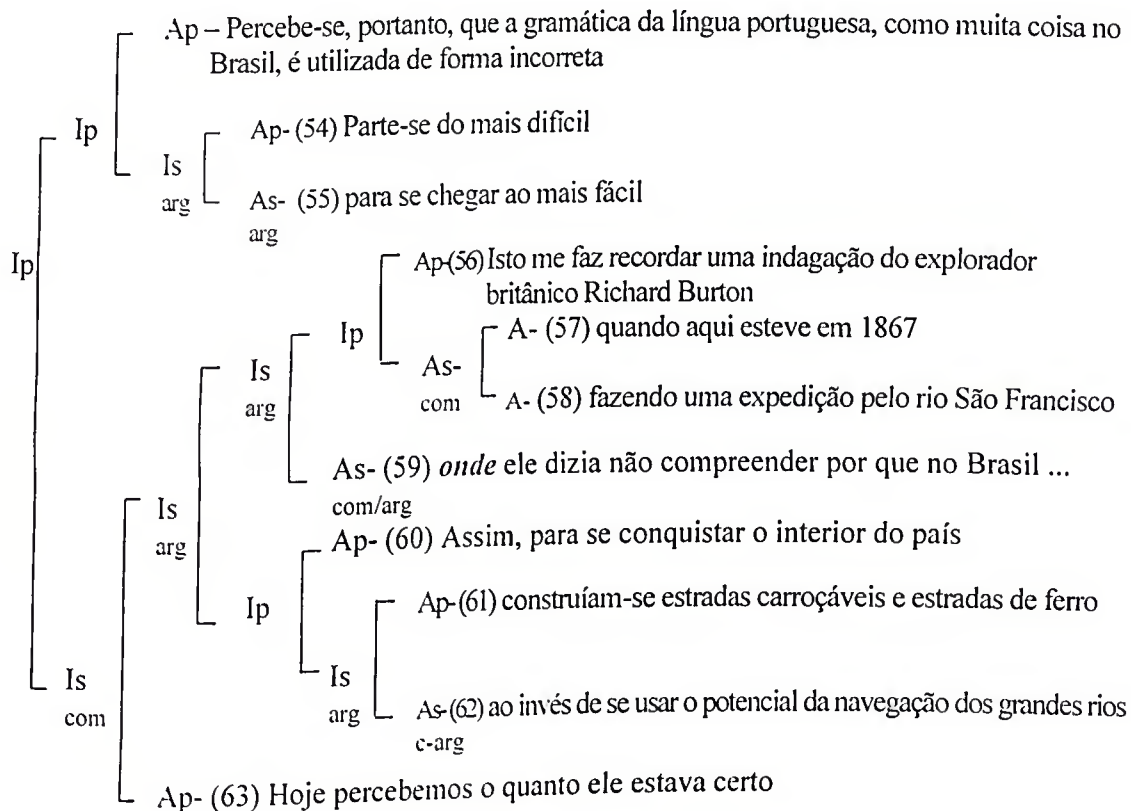


Figura 27: texto 4

Toda essa grande Is-(56)-(63) apresenta um comentário à asserção contida na Ip precedente em que o autor afirma que no Brasil muita coisa é utilizada de forma incorreta, pois se parte do mais difícil para se chegar ao mais fácil. O *onde* aparece introduzindo um ato que pode ser interpretado como uma observação acerca da indagação do explorador britânico. Nesse caso, ele tem o emprego de um relativo equivalente a “em que”: *Em(numa) sua indagação Richard Burton dizia não compreender por que no Brasil costumava-se usar os recursos naturais na ordem inversa da dificuldade em obtê-los*<sup>121</sup>. É interessante observar que há outros termos presentes no cotexto anterior os quais, por seu semantismo locativo, poderiam ser pensados como possíveis antecedentes do *onde*, como *aqui*, *expedição* e *rio São Francisco*, e também que a sua presença – eles se encontram inclusive mais próximos do *onde* do que o sintagma que contém *indagação*- pode ter influenciado o autor para a escolha do uso do *onde* nessa construção e não da forma relativa “na qual”, que inclusive precisaria essa retomada anafórica.

Mas ocorre-me ainda que o *onde* introduz um ato através do qual se apresenta não apenas um comentário, mas uma justificação ao fato de o enunciador ter se recordado da indagação feita por Richard Burton, para argumentar em favor da idéia de que no Brasil *parte-se do mais difícil para se chegar ao mais fácil*. O enunciador se recorda de uma indagação de Richard Burton, pois este se perguntava sobre a escolha do Brasil, na conquista do interior do país, pela construção de estradas quando poderia usar o potencial de navegação dos grandes rios que possuía. O funcionamento do *onde* pode ser visto, então, como o de um conector que retoma uma informação dada anteriormente e introduz uma justificação à enunciação de (56) a (58). Neste caso, é possível interpretar que existe ainda entre os constituintes por ele conectados uma relação argumentativa genérica, cujo alcance poderá ser determinado no cálculo inferencial.

A descrição do percurso inferencial que evidencia o caminho o qual conduz à interpretação de uma relação argumentativa genérica entre o constituinte introduzido pelo *onde* e uma informação acessível em constituinte anterior é a seguinte:

---

<sup>121</sup> É interessante observar que a substituição de *onde* por “uma indagação” é possível, mas que esse termo não se caracteriza como um locativo que situa o sujeito Richard Burton. A idéia que se quer transmitir seria mais a de que *por meio de uma indagação* Richard Burton expôs sua questão sobre o uso dos recursos naturais no Brasil.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que a idéia de que no Brasil parte-se do mais difícil para se chegar ao mais fácil o faz recordar de uma indagação que o explorador britânico RB fez quando esteve no Brasil em 1867.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que numa indagação RB dizia que não compreendia por que no Brasil costumava-se usar os recursos naturais na ordem inversa da dificuldade em obter esses recursos.
Premissa 3	informação lexical (instrução do <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado numa noção de localização.
Premissa 4	informação referencial	Numa indagação se pode dizer alguma coisa.
Premissa 5	informação referencial	Se alguém se recorda de uma indagação, é porque essa indagação serve para justificar uma colocação já feita em segmentos anteriores.
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que se recorda da indagação de RB <b>porque nessa indagação</b> ele disse que não compreendia por que no Brasil costumava-se usar os recursos naturais na ordem inversa da dificuldade em obter esses recursos.

A interpretação a que se chega a partir das instruções do *onde* e das informações referenciais é que ele se encadeia não apenas no conteúdo de (56)-(58), mas também na sua enunciação.

Na segunda ocorrência do *onde* no texto 5, são possíveis duas interpretações para o seu funcionamento, na medida em que a relação entre os constituintes por ele ligados pode ser interpretada como de comentário ou como argumentativa.

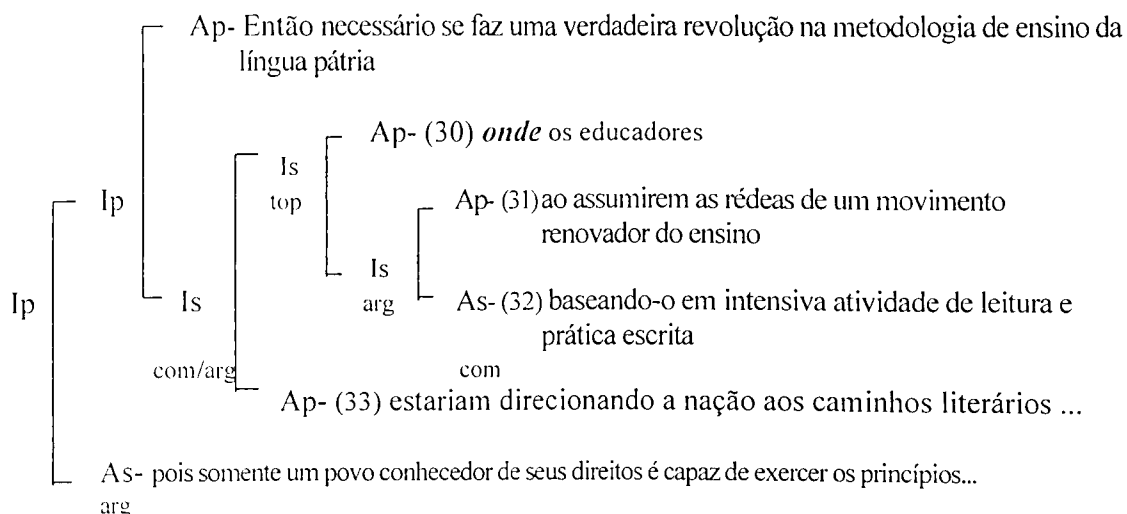


Figura 28: texto 5

A organização relacional dessa intervenção é marcada pelo conector “então”, que indica a relação argumentativa existente entre esta e a intervenção precedente, e ainda pelo conector “pois”, que introduz um ato levando-o a ser interpretado como um argumento à Ip-(29)-(33). Já o item *onde* encabeça uma intervenção que é formada pelos atos (30) a (33). Essa intervenção, que tem o estatuto de subordinada, se liga ao ato que a precede por uma relação que, consideradas as informações de ordem referencial, como mostrarei na descrição do cálculo inferencial que conduz à interpretação dessa seqüência lingüística, me parece ser mais argumentativa do que de comentário.

O emprego do *onde* pode ser interpretado como o de um relativo que marca uma relação interativa de comentário, uma vez que introduz uma Is que segue um Ap, o qual possui o termo cuja enunciação ativa a informação *uma verdadeira revolução na metodologia de ensino da língua pátria* a que o *onde* se refere, e que essa Is pode ser interpretada como um comentário do autor sobre em que consistiria ou como seria uma revolução na metodologia do ensino da língua. Chega-se a essa interpretação aplicando-se as suas instruções de base.

O *onde*, em seu emprego relativo, é tido como um elemento locativo equivalente a “em que”, conforme já mencionado, podendo assim ter o seu uso alternado com o deste relativo, ou seja, podendo ser substituído por ele. No entanto, nesse caso ele não

pode ser substituído por “em que” sem que essa substituição cause ao menos uma estranheza quanto à estrutura resultante dessa transformação: *Então necessário se faz uma verdadeira revolução na metodologia de ensino da língua pátria em que (na qual) os educadores (...) estariam direcionando a nação aos caminhos literários pertencentes a uma verdadeira democracia.*

Isso evidencia que o *onde* não funciona nessa seqüência como um relativo que retoma uma informação cuja fonte se encontra num antecedente cotextual sob a forma “em que”. No entanto, ele parece fazê-lo sob outra forma de relativo preposicionado: *Então necessário se faz uma verdadeira revolução na metodologia de ensino da língua pátria por meio/através da qual os educadores (...) estariam direcionando a nação aos caminhos literários pertencentes a uma verdadeira democracia.*

A informação retomada pelo *onde* tem sua fonte na enunciação de *uma verdadeira revolução na metodologia de ensino da língua pátria*, expressão que tem por núcleo a palavra *revolução*. Essa palavra no meu entender não representa um antecedente locativo, na medida em que não permite situar “os educadores” como um correlato, que seria o conteúdo numa relação continente/contido que caracteriza as palavras espaciais: os educadores como conteúdo da revolução na metodologia de ensino da língua. Dessa forma, o *onde* retoma essa informação, mas não estabelece com ela um elo de (cor)referência fundado numa noção de localização. A possibilidade de sua substituição pela forma “por meio/através da qual”, expressão que oferece a idéia de algo se processando, de algo em geração, conduz-me a refletir sobre a colocação de Moeschler (em Moeschler, 1991 e Moeschler et al, 1995), numa orientação cognitiva inspirada na teoria da pertinência, de que os conectores são expressões procedurais, ou seja, a eles se associa um procedimento (*procédure*) e não um conceito.

No quadro da pragmática da pertinência, segundo Moeschler et al. (1995: 238), distinguem-se dois tipos de operações cognitivas que intervêm ao nível do sistema central do pensamento: a representação e a computação. A representação, por um lado, faz intervir a parte criativa e dinâmica do processo interpretativo, que consiste em associar a todo enunciado certas proposições (ou suposições) que constituem o contexto de interpretação do enunciado. No processo de formação das suposições, estão envolvidas as informações contidas nos enunciados precedentes ou ainda as disponíveis no mecanismo dedutivo, as informações ligadas às entradas enciclopédicas dos

conceitos que pertencem à forma lógica do enunciado e as informações que pertencem à situação de enunciação. A computação, por outro lado, gera o conjunto de informações disponíveis a partir do enunciado e de seu contexto, a fim de derivar, de maneira dedutiva, as informações pertinentes para a comunicação.

A hipótese que se faz é a de que os conectores não têm um conteúdo representacional, ou seja, uma significação lexical, mas um simples conjunto de instruções sobre os procedimentos que devem ser seguidos pelo leitor para chegar à interpretação dos enunciados. Assim aos conectores se associa não um conteúdo representacional, mas um procedimento de interpretação, ou ainda, eles não contribuem para uma representação proposicional, mas simplesmente codificam instruções para o processamento de representações proposicionais.

Dessa forma, o leitor pode interpretar um enunciado que contém um conector com base não num conceito a ele associado que esteja contido em seu repertório lexical, mas com base nos conhecimentos das instruções a ele ligadas as quais permitem desencadear o procedimento de interpretação (Moeschler, 1991).

Para a interpretação da atuação do *onde* na seqüência em pauta, aplicam-se, além de instruções de base, instruções de segundo nível, ligadas ao seu emprego argumentativo, tendo em vista que, com base no contexto de interpretação dessa seqüência, ou seja, nas hipóteses contextuais levantadas a partir de sua enunciação, os constituintes conectados por ele se ligam por uma relação interativa genérica de argumento: *faz-se necessária uma verdadeira revolução na metodologia de ensino da língua pátria porque os educadores, por meio de uma revolução na metodologia de ensino da língua pátria, ao assumirem as rédeas de um movimento renovador do ensino, baseando-o em intensiva atividade de leitura e prática escrita, estariam direcionando a nação a uma verdadeira democracia.* A intervenção por ele introduzida, nesse caso, remete não a um SN antecedente presente no ato que o precede, mas a todo o ato precedente.

A interpretação do uso do *onde* com o escopo tanto de retomar uma informação anterior, estocada na memória discursiva, quanto de justificar a asserção expressa em (30), apresentando uma causa ou motivo para que haja *uma verdadeira revolução na metodologia de ensino da língua pátria*, parece ser pertinente.

Essa relação semântica de causa que pode ser interpretada como ligando os constituintes conectados pelo *onde* resulta de um cálculo inferencial, que apresento abaixo:

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que é necessário haver uma revolução na metodologia de ensino da língua pátria.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que, se os educadores liderassem um movimento renovador do ensino, baseando este ensino em intensiva atividade de leitura e prática escrita, estariam direcionando a nação aos caminhos da democracia.
Premissa 3	informação lexical (instruções do <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado em certa forma de localização ou ainda retomar uma informação que pode ser apresentada como uma causa /uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	Numa “revolução” na metodologia do ensino da língua os educadores seriam os responsáveis pela formulação do programa de ensino.
Premissa 5	informação referencial	Os educadores baseariam o ensino em atividades de leitura e prática escrita e não na imposição de normas e regras gramaticais.
Conclusão	interpretação	O autor afirma ao leitor que uma revolução na metodologia de ensino da língua pátria é apresentada como o “lugar”, além da causa, de os educadores basearem o ensino em atividades de leitura e prática escrita.

Com a ajuda das informações de ordem lingüística e principalmente de ordem referencial, chega-se à interpretação de que o *onde* retoma uma informação da memória discursiva cuja fonte se encontra no Ap anterior, ao mesmo tempo em que, por retomar

uma informação que pode apresentar uma causa ou motivo, conecta constituintes ligados por uma relação de argumento.

Também em sua ocorrência no trecho descrito na figura seguinte, o *onde* pode ser interpretado como um elemento por meio do qual o autor introduz um comentário ou um argumento em relação ao que afirmara anteriormente.

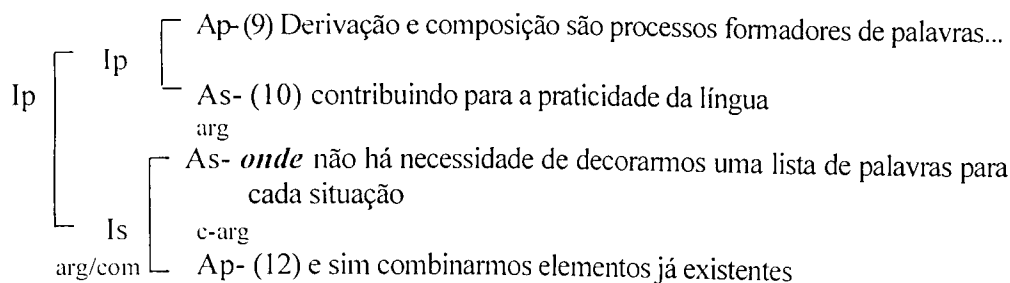


Figura 29: texto 16

Na seqüência extraída do texto 16 que vai de (9) a (17), tem-se duas ocorrências do *onde* em empregos diferentes. Na segunda, já exposta na página 127 (figura 22), ele pode ser interpretado como um marcador da relação de comentário, embora se possa questionar se ele seria responsável pela indicação da relação entre os constituintes que conecta. Na primeira, representada nesta figura, ele é descrito como um elemento que introduz uma Is, apresentando-a como um comentário ou como um argumento à Ip precedente. Podemos interpretar essa Is como uma observação através da qual o autor pretende explicar (ou definir) o que entende por “praticidade da língua”: ... *contribuindo para a praticidade da língua, que consiste no fato de que não há a necessidade de decorarmos uma lista de palavras para cada situação, e sim combinarmos elementos já existentes*. Nesse caso, o *onde* funciona como um relativo que remete a uma informação que possui sua fonte no constituinte precedente. Mas ele não mantém seu valor semântico de lugar, visto que não situa a não necessidade de decorarmos listas de palavras nem a possibilidade de combinarmos elementos já existentes na língua na *praticidade da língua*. Ele também não pode ser considerado, do ponto de vista sintático, um adjunto adverbial na oração em que se encontra. Seu uso parece então se dever à alternância com uma forma relativa mais complexa. Por mais que eu tente, no

entanto, não consigo chegar a uma forma relativa que pudesse substituí-lo sem alterar o sentido do enunciado em que se encontra ou sem torná-lo agramatical<sup>122</sup>. Essa impossibilidade de substituição do *onde* por uma outra forma relativa, que evidencia a sua ligação a uma informação estocada na memória discursiva e não a um antecedente cotextual, me leva a não interromper a aplicação de suas instruções, ou seja, me leva a dar prosseguimento ao processo interpretativo que conduz à compreensão de seu funcionamento.

Em função então dessa impossibilidade, intervém uma instrução do *onde* que prevê o seu emprego numa relação argumentativa. Aplicando-se essa instrução, pode-se interpretar a Is-(11)-(12) por ele introduzida como um argumento à Ip precedente. Essa interpretação se fortalece com a possibilidade de, utilizando-se o procedimento de inserção no texto de um conector argumentativo no lugar do *onde*, obter-se como resultado uma construção em que a relação argumentativa fica explicitada: *Derivação e composição são processos formadores de palavras que auxiliam o falante na sua necessidade de comunicação, contribuindo para a praticidade da língua, visto que não há a necessidade de decorarmos uma lista de palavras para cada situação, e sim combinarmos elementos já existentes.* A não necessidade de decorarmos uma lista de palavras para cada situação comunicativa, mas a possibilidade de combinarmos os elementos da língua os quais já conhecemos é que causam (ou contribuem para) a “praticidade da língua”. Nesse caso, é possível, eu diria ainda forte a interpretação de que o emprego do *onde* é argumentativo, na medida em que ele funciona como um elemento que conecta constituintes que se ligam por uma relação interativa argumentativa.

A descrição do percurso inferencial que conduz a essa interpretação se mostra um instrumento eficaz visto que expõe o cálculo inferencial do qual resulta a determinação da relação que se estabelece entre os constituintes ligados pelo *onde* nessa seqüência:

---

<sup>122</sup> A tentativa de substituir o *onde* por uma outra forma relativa é um instrumento bastante útil, visto que a sua substituição possibilita a melhor compreensão de seu papel no segmento em que se encontra.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que derivação e composição auxiliam o falante na sua necessidade de comunicação contribuindo para a praticidade da língua.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que não há necessidade de os falantes decorarem listas de palavras para usarem em cada situação comunicativa.
Premissa 3	informação lexical (instruções do <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado em certa forma de localização ou ainda retomar uma informação que pode ser uma causa/uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	A praticidade da língua, resultante da participação dos processos de derivação e composição na formação de palavras, consiste na possibilidade de o falante não ter necessidade de decorar listas de palavras para usar em cada situação comunicativa.
Premissa 5	informação referencial	Os processos de derivação e composição auxiliam o falante na sua necessidade de comunicação <b>porque</b> possibilitam que este não tenha necessidade de decorar listas de palavras para usar em cada situação comunicativa.
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que os processos de derivação e composição auxiliam o falante na sua necessidade de comunicação, contribuindo para a praticidade da língua, <b>porque, com a participação dos processos de derivação e composição na formação de palavras</b> , não há necessidade de o falante decorar listas de palavras para usar em cada situação comunicativa.

O acesso do leitor à informação referencial de que *a participação dos processos de derivação e composição na formação de palavras é que possibilita ao falante não precisar decorar listas de palavras para usar em cada situação comunicativa*, o que

consiste num auxílio na comunicação, é fundamental para a interpretação da relação semântica de causa entre os segmentos ligados pelo *onde*.

Assim, o *onde* é usado retomando uma informação ativada com a enunciação de (10), *contribuindo para a praticidade da língua*, e ainda introduzindo uma causa (ou motivo) para o fato de os processos de derivação e composição auxiliarem o falante na comunicação, contribuindo para a praticidade da língua. A sua presença restringe a interpretação do enunciado pela aplicação das suas instruções: **retomar uma informação X presente em contexto anterior e retomar uma informação que pode ser uma conclusão em relação à informação que ele introduz.**

Além desses casos em que a interpretação do funcionamento do *onde* se mostra dúbia no que diz respeito ao tipo de relação que existe ou que parece existir entre os constituintes por ele conectados, há outros em que interpreto o seu emprego como o de um conector cuja função é ligar constituintes numa relação argumentativa, visto que o constituinte introduzido por ele apresenta um argumento (causa, explicação, efeito, conclusão etc.) em relação a um constituinte anterior. Esses casos são tratados no próximo item.

### 3.2.2.3. O *onde* numa relação argumentativa

Em algumas de suas ocorrências, o *onde* é usado introduzindo um constituinte discursivo no qual se apresenta um argumento (em termos gerais) em relação ao constituinte precedente ou a um constituinte anterior. Nesses casos, o seu funcionamento me parece ir além do de um pronome (advérbio) relativo, na medida em que o seu papel me parece ser o de retomar uma informação dada anteriormente, explícita ou implicitamente, para apresentá-la como uma causa ou mesmo uma conclusão em relação a alguma informação presente no contexto ou dele inferida.

Na intervenção configurada abaixo, o *onde* encabeça uma intervenção que se liga ao ato anterior por uma relação que considero argumentativa.

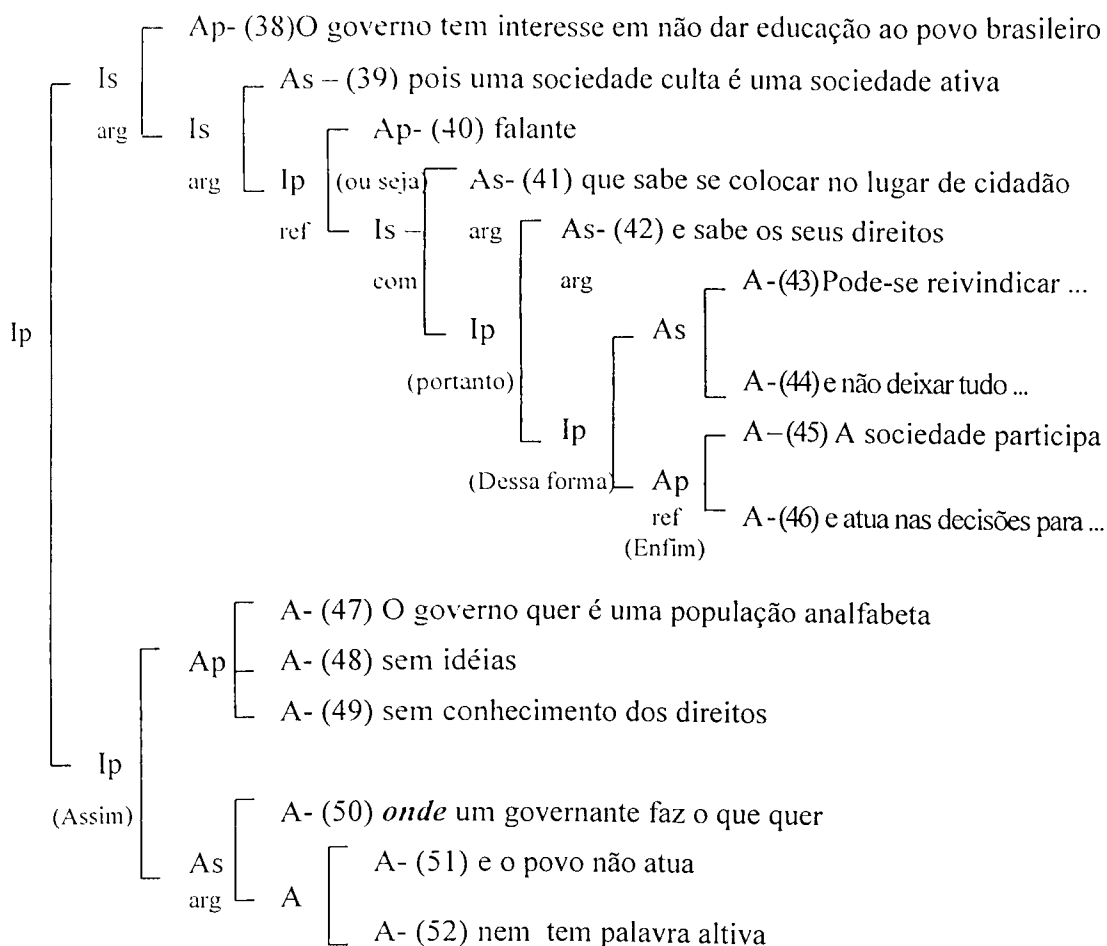


Figura 30: texto 1

Nessa grande intervenção, apenas o ato (39) é marcado pelo conector argumentativo *pois*. A ausência de marcas na explicitação das relações me leva, então, a lançar mão do instrumento heurístico que consiste em introduzir um conector interativo entre os constituintes, a fim de identificar a provável relação existente entre eles.

A primeira intervenção, constituída pelos atos (38) a (46), se mostra bastante elaborada. Ela começa com um Ap seguido de uma Is a qual traz um argumento para a afirmação contida no ato precedente. Essa Is, por sua vez, é formada por um As seguido de uma Ip, que consiste numa reformulação da expressão *ativa* usada em (39) e que é formada por um Ap seguido de uma Is, que se caracteriza por uma relação de comentário não só com o ato precedente, mas também com o ato (39). Essa Is, por sua vez, é constituída por um As-(41), que carrega consigo um comentário metadiscursivo, seguido de uma Ip a qual, embora introduzida pela conjunção “e”, se liga ao ato

precedente por uma relação argumentativa de consequência. Essa Ip é formada por um As seguido também de uma Ip, que poderia ter sido introduzida por um marcador do tipo “dessa forma/assim”, visto que mantém com o ato precedente uma relação argumentativa genérica. Finalmente, essa Ip é formada por dois atos, ambos compostos por atos coordenados, os quais mantêm entre si uma relação interativa de reformulação, na medida em que neles se opera uma retro-interpretação do ponto de vista expresso anteriormente sobre *uma sociedade culta e ativa*.

A segunda intervenção de estatuto de principal, visto que se liga à anterior por uma relação argumentativa que poderia ser marcada por conectores conclusivos como “assim/dessa forma”, se apresenta menos complexa, uma vez que ela é constituída por um As composto por três atos coordenados, (47)-(48)-(49), seguido por uma Ip, que é introduzida por *onde* e que mantém com o ato precedente uma relação argumentativa.

O *onde* atua nessa intervenção introduzindo-a e ligando-a ao ato precedente. Seu funcionamento aí não pode ser considerado como o de um pronome relativo tal qual prescrito pelas normas. Como apresentado anteriormente, o *onde* é classificado como um pronome relativo (ou advérbio relativo) que traz em si a idéia de lugar. Dessa forma, ele é descrito como um elemento que tem o valor semântico de lugar e que, sintaticamente, exerce a função de adjunto adverbial (ou de oblíquo). Analisando a sua atuação nesse trecho, não se pode insistir nesse seu funcionamento, uma vez que ele não exerce a função de adjunto adverbial na oração a que pertence e também não carrega o semantismo de lugar. Ele é anafórico, na medida em que remete a uma informação anterior (*en arrière*), a qual se encontra presente na memória discursiva, mas não a retoma como ela seria retomada pela forma relativa “em que”, considerada seu equivalente.

O *onde* parece se comportar mais, gramaticalmente falando, como uma conjunção subordinativa<sup>123</sup>, já que introduz uma oração que pode ser vista como exercendo a função sintática de adjunto adverbial da oração anterior e sendo assim analisada, nos moldes tradicionais, como uma subordinada adverbial causal. Pragmaticamente falando, ele se comporta como um conector que une segmentos entre os quais se interpreta uma relação argumentativa. Ora, o conector não pode ser

---

<sup>123</sup> O *onde* introduz uma oração que exerce, como uma subordinada adverbial, a função sintática de adjunto adverbial da oração anterior e não a função de adjunto adnominal ou de aposto, funções exercidas pelas orações relativas.

considerado como um morfema que articula conteúdos semânticos (Moeschler, 1989). O conector é tido como um elemento que explicita a relação entre dois segmentos consecutivos do mesmo discurso (Berrendonner, 1983). É ele que seleciona essa relação de sentido (*meaning relation*) entre os sentidos potenciais que são fornecidos pelo conteúdo do discurso e então a evidência (Roulet, 1995). Ao *onde*, então, não pode ser atribuída a função de conector interativo, marcador de relação argumentativa.

Mas a possibilidade de sua substituição por um marcador argumentativo responsável pela explicitação da relação entre os constituintes por ele ligados, vem confirmar a hipótese interpretativa de que existe entre os constituintes que ele articula uma relação argumentativa genérica. Substituindo-se o *onde* por um conector argumentativo, chega-se à seguinte construção: *O governo quer é uma população analfabeta, sem idéias, sem conhecimentos dos direitos, porque / visto que um governante faz o que quer (com uma população analfabeta, sem idéias, sem conhecimentos dos direitos) e o povo não atua nem tem palavra ativa*. Tem-se, assim, que uma proposição P, hierarquicamente representada pelos atos (47)-(49), se liga à proposição Q, representada pela Is-(50)-(52), numa relação do tipo “P porque Q”.<sup>124</sup>

Para avaliar a possibilidade de se interpretar a atuação do *onde* como a de um elemento que conecta segmentos que se ligam por uma relação de natureza argumentativa, procuro descrever o percurso interpretativo que, ligado à sua presença, conduz à determinação da relação interativa específica entre os constituintes textuais e as informações estocadas na memória discursiva. A partir do momento em que se está diante de uma construção cuja interpretação implica cálculos inferenciais, como essa aqui agora analisada, convém procurar investigar os mecanismos dedutivos ou inferenciais que permitam ao interlocutor (ou ao analista) chegar a uma interpretação possível (ou pelo menos defensável).

---

<sup>124</sup> P e Q são variáveis proposicionais que não coincidem necessariamente com os segmentos lingüísticos de superfície.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que o governo brasileiro quer dirigir uma população analfabeta, sem idéias, sem conhecimento dos direitos
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que uma população analfabeta não tem idéias nem conhecimento dos direitos.
Premissa 3	informação lexical (instruções ligadas ao <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado em certa forma de localização ou ainda retomar uma informação anterior apresentando-a como uma causa/uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	Numa sociedade cuja população é analfabeta, sem idéias, sem conhecimentos dos direitos, um governante faz o que quer.
Premissa 5	informação referencial	Como um governante poder fazer o que quer numa sociedade cuja população é analfabeta e não se manifesta, o governo prefere uma população analfabeta, sem idéias, sem conhecimentos dos direitos. (rel. genérica de argumento)
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que o governo quer uma população analfabeta, sem idéias, sem conhecimento dos direitos, visto que um governante faz o que quer com uma população analfabeta, sem idéias, sem conhecimento dos direitos e a população não se manifesta.

O percurso inferencial que é efetuado para se chegar à interpretação da atuação do *onde* no trecho *O governo quer é uma população analfabeta, sem idéias, sem conhecimento dos direitos, onde um governante faz o que quer e o povo não atua, nem tem palavra ativa* revela a existência de uma relação argumentativa do tipo causal entre os constituintes por ele conectados.

Embora não seja considerado um elemento capaz de articular proposições que se ligam por uma relação genérica de argumento, ou a ele não seja atribuída essa

função, o *onde* tem sido usado em contextos argumentativos <sup>125</sup>. Uma hipótese que levanto é a de que o seu uso pode se dever ao intuito do autor de buscar uma simplificação em termos estruturais da construção lingüística. Ou seja, a opção pelo uso desse item pode ser interpretada como uma escolha do autor de comunicar mais do que dizer. Com o uso desse item consegue-se uma compactação da estrutura lingüística <sup>126</sup>, a qual não seria obtida com o uso de um conector argumentativo convencional. <sup>127</sup>

Também em sua ocorrência descrita na figura 31, abaixo, o *onde* é usado conectando dois atos que estão ligados por uma relação genérica de argumento. Neste caso, porém, ele aparece introduzindo um ato de estatuto principal.

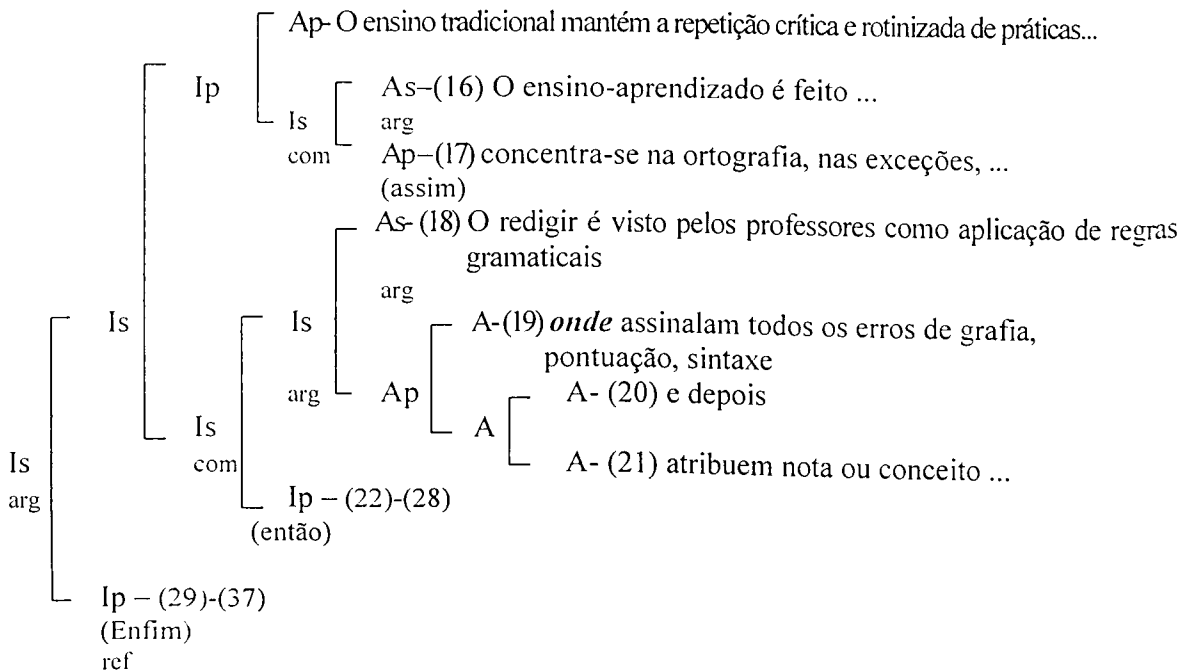


Figura 31: texto 3

<sup>125</sup> Já comentei na introdução deste trabalho o uso do *onde* em contextos argumentativos.

<sup>126</sup> O uso de uma proforma pronominal evita a repetição do seu antecedente cotextual. Embora a repetição facilite a compreensão do enunciado, sua ausência não apresenta problema para o leitor (cf. Perini, 1980).

<sup>127</sup> A idéia de que o uso do *onde* possibilita uma compactação da estrutura lingüística me surge a partir da analogia com os sistemas computacionais. Nesses sistemas, dados podem ser compactados através de algoritmos específicos de tal maneira que podem ser transportados mais facilmente de um emissor a um receptor em função de seu tamanho final. Embora a troca de dados ou informações seja facilitada, o processo de decodificação exige mais esforço do receptor, que deverá descompactar os dados para recuperar a informação original, de maneira total ou parcial. Como a investigação dessa idéia implica o domínio de outras áreas de conhecimento, o que não me é possível no momento, escolhi apenas apontar essa idéia e deixá-la em aberto.

A organização relacional desse trecho, por ser muito pouco marcada<sup>128</sup>, me leva novamente a lançar mão do instrumento que consiste em introduzir um conector interativo entre os constituintes, a fim de confirmar a interpretação que atribuo à relação existente entre eles. Os conectores aí colocados entre parênteses, a meu ver, poderiam ter sido inseridos no texto explicitando essas relações.

No trecho que compreende os atos (18)-(21) encontra-se o *onde*. Nessa ocorrência, ele liga dois atos, entre os quais se pode interpretar uma relação argumentativa do tipo “P de modo que Q”: *O redigir é visto pelos professores como aplicação de regras gramaticais, de modo que assinalam todos os erros de grafia, pontuação, sintaxe*. Mas, a relação entre as duas proposições P e Q não é marcada por *onde*, na medida em que não é a sua presença o que guia essa interpretação. Ela é desencadeada a partir de um saber enciclopédico partilhado pelos interlocutores que se encontra estocado na memória discursiva. Os professores, ao assinalarem os “erros” de ortografia, pontuação, concordância ou regência nos textos dos alunos, penalizando-os por esses “erros”, mostram que vêem o texto apenas como uma aplicação de regras gramaticais, e não como, nas palavras de Geraldi (1993:135), “ponto de partida (e ponto de chegada) de todo o processo de ensino-aprendizagem da língua”.

Na tentativa de confirmar essa interpretação e de mostrar que o *onde* é empregado articulando constituintes que se ligam por uma relação argumentativa, funcionando no lugar de um conector argumentativo (sem querer afirmar que ele desempenha o papel de um conector argumentativo), utilizo o método de estudo dos conectores de Rossari (inéd.), que consiste na análise dos contrastes entre os enunciados com ou sem conectores. Nessa seqüência de enunciados, se o *onde* for suprimido, a relação existente entre os atos por ele ligados continua podendo ser inferida: (P) *O redigir é visto pelos professores como aplicação de regras gramaticais*; (Q) *assinalam todos os erros de grafia, pontuação, sintaxe*. A relação argumentativa existente entre os enunciados P e Q pode ser interpretada mesmo sem a utilização dos conectores argumentativos, já que se ancora não num conector, mas nas informações que são inferidas dos conteúdos dos enunciados. O que o conector faria, então, como já dito

---

<sup>128</sup> Nesse trecho constituído pelos atos (15) a (37), pode-se dizer que não se encontram marcadores interativos. Os atos se encontram quase que apenas justapostos. Três deles se conectam ao anterior pela partícula “e”, nem sempre interpretada como conectivo coordenativo. Em (24), interpreto que “e” introduz um ato subordinado o qual representa um argumento potencial (“dependendo da nota adquirida”) e não um constituinte apenas coordenado ao anterior.

anteriormente, é selecionar e revelar ou explicitar a relação, ativando a interpretação para essa relação. No entanto, no caso da construção com o *onde*, não é ele o responsável pela explicitação dessa relação, embora ele também não impeça a sua inferência pelo interlocutor<sup>129</sup>.

Em ocorrências discutidas no item 3.2.1, em que o *onde* funciona como um conector relativo, que marca uma relação interativa de comentário, o mesmo não ocorre. A sua supressão acarreta prejuízo sintático à seqüência em que se encontra, tornando-a agramatical, acarreta prejuízo semântico, na medida em que compromete o seu sentido e ainda compromete a interpretação da hierarquia e da função dos constituintes. Apresento como exemplo uma seqüência extraída do texto 2 em que a supressão do *onde* compromete o enunciado: *\*A radicalização do ensino na sua forma tradicional, a gramática está em posição de destaque, deve ser revista*. A ausência de um elemento que ligue os constituintes prejudica a seqüência, na medida em que a torna agramatical e dificulta ou mesmo impede a interpretação da relação existente entre os seus constituintes<sup>130</sup>. Outro exemplo que pode ser apresentado para mostrar que a supressão do *onde* acarreta prejuízo ao enunciado em que se encontra é a seqüência extraída do texto 6: *\*O ensino deve imitar a Natureza. adotando um método, a intuição lingüística e a capacidade de recriação serão pontos chaves para o melhor desenvolvimento da gramática já internalizada*. A supressão desse item, mesmo quando ele se encontra no interior de um ato, acarreta prejuízos ao enunciado.

O *onde*, então, nessa ocorrência do texto 3, liga atos, segmentos autônomos, colocando-os em relação. Embora seja um conector, é difícil considerá-lo um conector argumentativo já que não é ele que explicita a relação entre esses atos. A interpretação da relação argumentativa não se prende à sua presença no enunciado. Ele também não atua como um pronome relativo que tem como antecedente um SN locativo presente no contexto o qual deveria retomar. Como dar conta então do seu uso no trecho em pauta?

Berrendonner (1990) defende que, numa gramática G1, a qual se caracteriza como macrossintática, um pronome relativo não reitera um SN antecedente e não concorda com ele, mas antes aponta para um objeto implícito construído por inferência.

---

<sup>129</sup> Como afirma Schifffrin (1987), a presença de um marcador discursivo seleciona uma relação entre dois segmentos e exclui a possibilidade de uma outra. A presença do *onde* no caso agora analisado, no entanto, não exclui a relação argumentativa.

<sup>130</sup> Todo o ato por ele introduzido é que pode ser suprimido.

Assim, retomando a seqüência *O redigir é visto pelos professores como aplicação de regras gramaticais, onde assinalam todos os erros de grafia, pontuação, sintaxe.*, tem-se que o *onde* pode ser interpretado como um tipo de relativo que é uma forma de *pointage* e não de *liage*. *Liage* e *pointage* são duas formas de funcionamento entre os anafóricos que designam a conexão interna à oração e a relação pressuposicional que se estabelece entre uma forma de *rappel*<sup>131</sup> e uma informação presente na memória discursiva, respectivamente.

Nessa ocorrência, o *onde* não pode ser substituído por nenhum termo antecedente, visto que não se encadeia num antecedente verbal, mas numa informação da memória discursiva que é ativada a partir da enunciação de P: *O redigir é visto pelos professores como aplicação de regras gramaticais*. Ao redigir, o aluno produz um texto e então o texto é que é visto pelos professores como o “lugar” da aplicação de regras gramaticais e nele é que os professores assinalam os “erros” cometidos pelos alunos.

O funcionamento do *onde*, dessa forma, pode ser interpretado como o de um pronome anafórico que não implica a ocorrência prévia de determinado significante verbal, mas que pressupõe simplesmente a presença na memória discursiva de um referente nocional, qualquer que tenha sido o seu modo de articulação (oração/*clause*, evidência perceptível ou inferência) (Berrendonner, op.cit.) e que, ao mesmo tempo, conecta segmentos que se ligam numa relação argumentativa (e não de comentário).

A descrição do percurso inferencial que explicita os processos de inferência que conduzem a essa interpretação do funcionamento desse item pode ajudar a precisar a relação específica entre ele e a informação na qual se encadeia.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que no ensino da língua materna os professores consideram o ato de redigir como o ato de aplicar regras gramaticais
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que os professores assinalam todos os erros de grafia, pontuação, sintaxe na redação/no texto do aluno.

<sup>131</sup> Os anafóricos são suscetíveis de funcionar como formas ligadas (*formes liées*), que intervêm numa combinatoria semântica interna à oração, e como formas de *rappel*, cujo funcionamento é externo à oração e implica um *pointage* sobre a informação situada na memória discursiva. (cf. Grobet, 1996 : 73)

Premissa 3	informação lexical (instruções ligadas ao <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado em certa forma de localização ou retomar uma informação anterior, apresentando-a como uma causa/ uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	A aplicação de regras gramaticais pode ser o “lugar”, além da causa, da sinalização dos erros de grafia, pontuação, sintaxe.
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que a redação é vista como aplicação de regras gramaticais <b>de modo que</b> os professores assinalam <b>nela</b> os “erros” de grafia, pontuação, sintaxe.

Nessa ocorrência, aplicando-se a instrução de base do *onde*, obtém-se que ele retoma uma informação que se encontra estocada na memória discursiva. Dessa forma, tem-se que ele funciona como um anafórico que pressupõe um referente nocional no ou em contexto anterior. Aplicando-se, ao mesmo tempo, sua instrução de segundo nível, em função das implicações contextuais, tem-se que ele funciona como um elemento que articula os constituintes que se ligam por uma relação argumentativa de tipo “P *de modo que* Q”.

Na seqüência que apresento a seguir, o *onde* funciona como um conector que liga constituintes discursivos que podem ser interpretados como segmentos ligados por uma relação argumentativa.

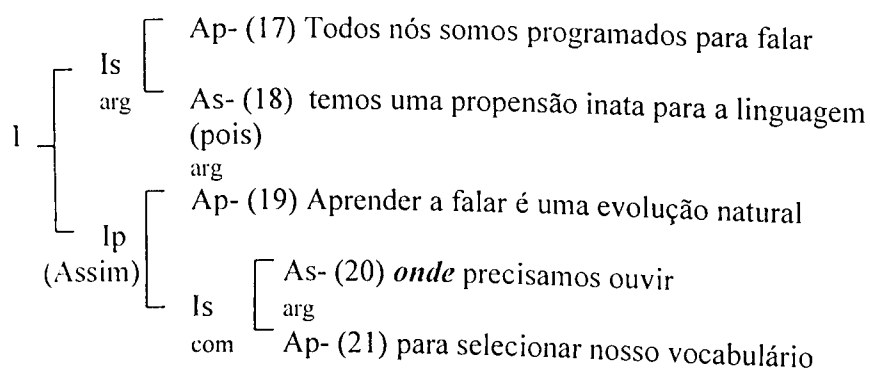


Figura 32: texto 9

A intervenção analisada na figura 32 é muito pouco marcada, fazendo-se necessária a introdução, entre os constituintes, dos conectores interativos que poderiam aí aparecer, explicitando ou marcando as relações entre eles. Aliás, vale ressaltar que todo o texto é muito pouco marcado. Os constituintes textuais são encadeados sem a ajuda de conectores ou muitas vezes por meio do conector “e”, que nem sempre expressa acréscimo ou adição de idéias ou argumentos, mas que muitas vezes deixa transparecer outras conotações, como as causais ou temporais, por exemplo. Essa característica do texto torna mais difícil a sua interpretação bem como a análise de sua organização relacional.

A descrição do funcionamento do *onde* nessa intervenção levanta alguns problemas. Na interpretação do enunciado, aplicando-se a instrução de base desse item (retomar uma informação anterior presente no cotexto ou na memória discursiva), atribuo-lhe inicialmente a função de relativo, o qual introduz um ato subordinado e indica uma relação de comentário com o constituinte principal precedente. Na seqüência em que se encontra, o *onde* retoma uma informação dada no constituinte anterior, *uma evolução natural*. O termo “evolução”, que é o núcleo desse SN, não pode ser considerado locativo, visto que não tem um valor locativo intrínseco e que também não se caracteriza por possuir um correlato numa relação continente/conteúdo. *Todos nós* não seria o correlato de *uma evolução natural* numa relação em que este termo seria o continente no qual se situa aquele. Dessa forma, não se pode também dizer que o *onde* possa alternar com a forma relativa a ele equivalente, “em que”: *?Aprender a falar é uma evolução natural em que/na qual (todos nós) precisamos ouvir para selecionar nosso vocabulário*.

Uma vez frustrada essa primeira interpretação, numa segunda tentativa procuro verificar a possibilidade de se interpretar o seu emprego numa relação argumentativa e a informação por ele retomada como uma causa ou um motivo, ou uma conclusão ou consequência em relação ao fato de que *precisamos ouvir para selecionar nosso vocabulário*. Se a informação que ele retoma representar uma conclusão (ou um resultado), torna-se possível a sua substituição por um conector do tipo “porque”: *Aprender a falar é uma evolução natural porque precisamos ouvir para selecionar nosso vocabulário*. O emprego do “porque”, nesse caso, é possível e a sua presença no enunciado pode ser interpretada como visando mais à apresentação de uma justificação

da afirmativa presente em (19), do que à explicitação de uma relação entre uma consequência e uma causa. Se, por outro lado, a informação que o *onde* retoma representa uma causa/um motivo em relação ao fato de que *precisamos ouvir para selecionar nosso vocabulário*, ele poderá ser substituído por um conector do tipo “portanto”, “assim”, “de modo que”, etc.: *Aprender a falar é uma evolução natural portanto precisamos ouvir para selecionar nosso vocabulário; Aprender a falar é uma evolução natural de modo que precisamos ouvir para selecionar nosso vocabulário.*

A representação da organização relacional dessa seqüência lingüística seria assim proposta segundo essa interpretação:

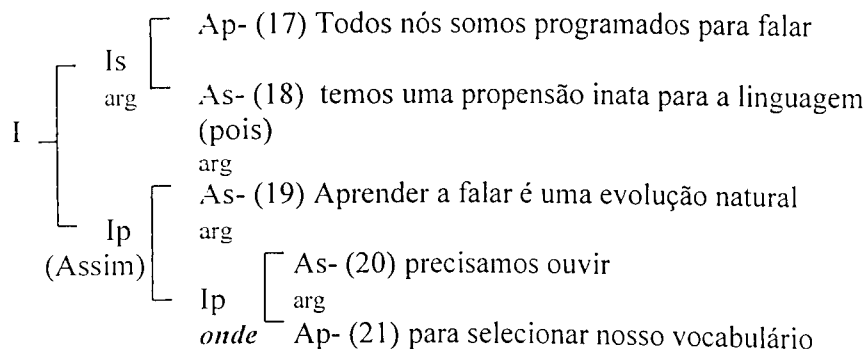


Figura 33: texto 9

Segundo essa interpretação, o ato (19) tem estatuto subordinado, havendo assim a possibilidade de sua supressão. Se quisermos reter apenas os atos que resumem o “recado” do autor nesse trecho, teríamos: *Todos nós somos programados para falar. Precisamos ouvir para selecionar nosso vocabulário.*

A descrição da atuação do *onde* nesse trecho se mostra assim bastante difícil. O constituinte por ele introduzido teria o estatuto subordinado ou principal? O *onde* estaria introduzindo uma causa ou uma consequência da afirmação de que *aprender a falar é uma evolução natural*? Como o *onde* não se enquadra nem entre os conectores argumentativos que marcam um constituinte subordinado nem entre os que marcam um principal, acredito que a resposta para essas questões poderá ser buscada com a descrição do cálculo inferencial da relação que possa existir entre os constituintes por ele ligados.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor afirma ao leitor que nós, falantes nativos, temos uma propensão inata para desenvolver a linguagem (tese do inatismo) e que aprender a falar é para os falantes nativos uma evolução natural/ um processo natural e espontâneo de aquisição da língua.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor afirma que é preciso ao falante ouvir a língua materna para desenvolver seu vocabulário.
Premissa 3	informação lexical (instruções ligadas ao <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado geralmente numa noção de localização, ou retomar uma informação que pode ser uma causa/uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	Uma vez que aprender uma língua é um processo natural e espontâneo, os falantes precisam ouvir a língua materna para depreender as regras da língua, adquirir e selecionar seu vocabulário. (rel. genérica de argumento)
Conclusão	interpretação	O autor afirma ao leitor que aprender a falar é para os falantes nativos uma evolução natural/ um processo natural e espontâneo de aquisição da língua falada <b>de modo que nesse processo</b> eles apenas precisam ouvir para depreender as regras da língua, adquirir e selecionar seu vocabulário.

A combinação das informações lingüísticas, das instruções ligadas ao *onde* e das informações referenciais conduz à interpretação de que o *onde* tem um emprego argumentativo na medida em que conecta constituintes numa relação argumentativa. A interpretação a que se chega com o cálculo inferencial é a de que o *onde* retoma uma informação anterior, que se encontra na memória discursiva, que pode ser um argumento para a afirmação de que precisamos apenas ouvir para depreender as regras da língua, adquirir e selecionar seu vocabulário.

No trecho que apresento a seguir, o *onde* se encontra introduzindo um As o qual, à primeira vista, pode ser visto como mantendo uma relação de comentário com o Ap precedente, uma vez que contém uma observação a respeito do *sistema de regras que formam a estrutura da língua pertencente a todos*. Mas, por meio de um mecanismo dedutivo do tipo “se P então Q”, é possível interpretar que a relação aí existente é argumentativa.

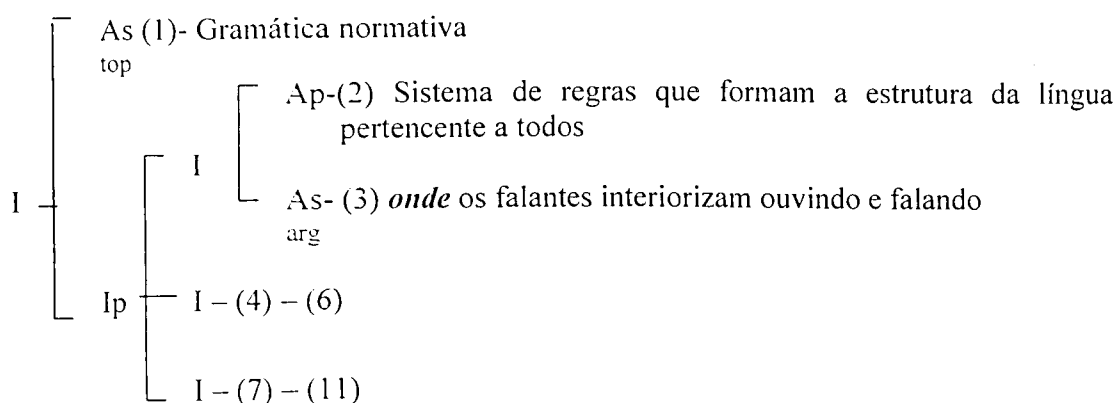


Figura 34: texto 10

O texto 10, tal como representado na figura 34, apresenta uma organização relacional bastante simples, visto que suas intervenções não são constituídas por outras intervenções encaixadas. O ato (1), marcado por um deslocamento do resto do texto, mantém uma relação de topicalização como a Ip, formada pelos atos (2) a (11). Esta é constituída de três intervenções coordenadas entre si. O *onde*, que aparece na primeira destas, parece ser usado como um relativo que introduz um ato subordinado o qual apresenta um comentário ao ato precedente.

Entretanto o seu funcionamento não é o de um relativo locativo que equivale a “em que”. Seu antecedente, *sistema de regras que formam a estrutura da língua pertencente a todos*, não é um termo locativo – não possui valor locativo intrínseco e nem se pode, através das informações contextuais, atribuir-lhe um valor locativo extrínseco. Além disso, do ponto de vista sintático, o *onde* não exerce a função de adjunto adverbial. Poderia ser atribuída a ele a função de complemento do verbo “interiorizam”: *os falantes interiorizam um sistema de regras que formam a estrutura da língua pertencente a todos*. Seu uso, nesse caso, estaria alternando com o do

pronome relativo “que”, evidenciando-se a perda total da preposição contida na forma *onde*.

Considerando as informações de ordem referencial, percebo que é possível interpretar a relação entre (2) e (3) como uma relação genérica de argumento, na medida em que em (3) o autor apresenta uma observação que seria uma explicação para o fato de a gramática natural (ou sistema de regras da língua) pertencer a todos: a gramática natural pertence a todos porque os falantes podem interiorizá-la ouvindo e falando, e não através do contato com os livros ou da frequência à escola, por exemplo.

A descrição do cálculo inferencial que conduz à interpretação do uso do *onde* nesse texto contribui para que se determine a relação existente entre os constituintes que ele conecta.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que a gramática natural é definida como um sistema de regras que formam a estrutura da língua e que esse sistema de regras pertence a todos os falantes.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que todos os falantes interiorizam as regras da língua ouvindo e falando.
Premissa 3	informação lexical (instruções ligadas ao <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado geralmente numa noção de localização, ou retomar uma informação que pode ser uma causa/uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	Porque os falantes interiorizam o sistema de regras que formam a estrutura da língua ouvindo e falando, esse sistema de regras pertence a todos.(rel. genérica de argumento)
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que a gramática natural é um sistema de regras que formam a estrutura da língua e que esse sistema pertence a todos <b>porque</b> os falantes o interiorizam ouvindo e falando.

A descrição desse percurso interpretativo permite determinar a relação específica entre (2) e (3) como uma relação explicativa. Ora, as chamadas relativas explicativas ou apositivas são descritas como orações que têm por função modificar um nome, dado anteriormente, introduzindo uma informação nova, que pode ser uma explicação ou uma observação sobre algum atributo desse nome, por exemplo. Nesse caso (3) acrescenta uma nota explicativa a respeito da gramática natural, citada em (1) e retomada em (2). Ainda, nas orações relativas, o pronome relativo não pode ser suprimido<sup>132</sup>. A supressão do *onde* em I –(2)-(3) acarreta prejuízo a essa seqüência visto que a torna agramatical e dificulta a interpretação da relação existente entre os seus constituintes: \* *Sistema de regras que formam a estrutura da língua pertencente a todos, os falantes interiorizam ouvindo e falando*. Pergunto-me então se o funcionamento do *onde* não seria o de um relativo que, em contextos explicativos, teria um emprego argumentativo.

No texto 11, o *onde* é usado por duas vezes ligando constituintes discursivos. Em sua primeira ocorrência ele introduz um ato que se liga ao anterior numa relação de comentário. Já em sua segunda ocorrência, ele encabeça uma intervenção que se liga ao ato que a precede numa relação argumentativa.

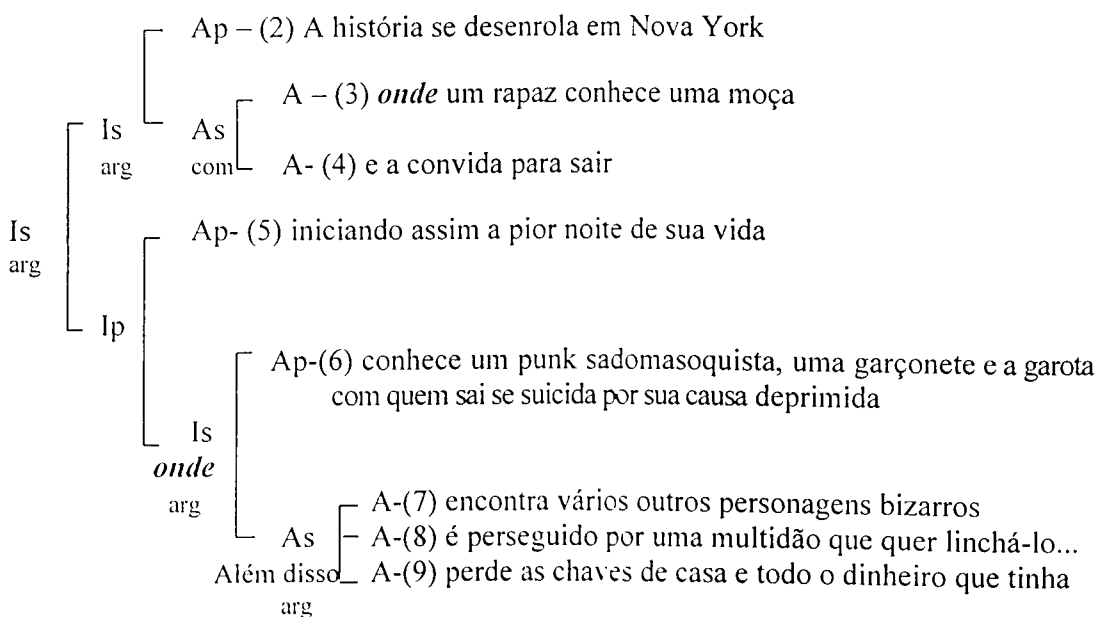


Figura 35: texto 11

<sup>132</sup> São consideradas orações adjetivas justapostas aquelas que se constroem com pronomes relativos sem antecedente.

Ao analisar esse trecho, procurando descrever a atuação do *onde* que se encontra introduzindo (6), tende-se inicialmente a considerá-lo um relativo, que faz referência a uma noção temporal (mais do que espacial), tendo como antecedente a informação *a pior noite de sua vida*. Essa interpretação é possível na medida em que, como assinala Pontes (1992), há no português uma dificuldade para se separar espaço e tempo. Segundo a autora, “nós concebemos o tempo como se ele fosse igual a espaço. Como o tempo é um conceito abstrato, nós o tornamos mais concreto, nós o vemos como se fosse outra coisa, neste caso, espaço” (p.75). Dessa forma, não é raro que os elementos indicadores de lugar possam ser usados para indicar tempo ou para se referir a tempo. Kersch (1996) inclusive defende que o pronome relativo *onde* pode retomar uma idéia de tempo, além de lugar nocional, evento e posse<sup>133</sup>.

Mas o termo *noite*, que é o seu referente, a meu ver não deve ser considerado antecedente do *onde* - embora se possa aceitar que ele não defina uma porção do espaço- visto que não contém um correlato numa relação continente/conteúdo, que constitui uma das indicações topológicas. Haddermann (1993) observa que, mesmo quando *onde* remete a noções temporais, os semas localizador e preposicional continuam presentes.

Dessa forma, proponho a representação hierárquico-relacional apresentada na figura 35, com a qual procuro mostrar que o *onde* tem um alcance que não se reduz ao ato precedente. Nessa ocorrência, o *onde* não se limita a fazer referência a um elemento textual presente no co-texto monológico, mas possui uma atuação mais ampla, com alcance muito maior. Ele encabeça uma intervenção - que é formada de dois atos, Ap-(6) e As-(7)-(8)-(9), que por sua vez é constituído de três atos coordenados entre si -, conectando-a com o ato anterior. Entre esses constituintes ligados pelo *onde* infere-se uma relação argumentativa. Tem-se assim que o *onde* participa no processo de encadeamento da cadeia discursiva, ligando constituintes entre os quais se pode interpretar uma relação argumentativa do tipo "P porque Q", que revela uma estratégia de justificação enunciativa: ... *iniciando assim a pior noite de sua vida porque conhece uma punk sadomasoquista, uma garçonete deprimida, e a garota com quem sai se suicida por sua causa. Além disso, encontra vários outros personagens bizarros, é perseguido por uma multidão que quer linchá-lo por roubos que não cometeu, perde as*

---

<sup>133</sup> A autora se apóia em dados percentuais para afirmar que há evidências favoráveis a se considerar que o *onde* pode retomar lugar, espaço físico, e ainda lugar, espaço nocional, tempo, evento e posse.

*chaves de casa e todo o dinheiro que tinha*. O autor, a meu ver, considera que se iniciou a pior noite da vida do rapaz porque, numa só noite, como num pesadelo, ele conhece personagens bizarros entre os quais uma punk sadomasoquista e uma garçonete deprimida, a garota com quem sai acaba suicidando por sua causa, ele é acusado de roubo e perseguido por uma multidão, perde as chaves de casa e ainda todo o dinheiro que tinha. O uso do adjetivo superlativo “pior”, com o qual ele qualifica aquela noite, a meu ver, demanda uma justificativa, o que reforça essa interpretação de que nesse segmento o uso do *onde* está associado a uma construção de justificação enunciativa.

A relação específica entre os constituintes textuais e uma informação da memória discursiva ativada com a enunciação de (5), ligada ao uso do *onde* nesse texto, pode ser determinada pelas inferências que se realizam visando-se a completar o texto com as informações de nosso conhecimento de mundo.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que a pior noite da vida de um rapaz tem início quando ele convida uma moça que conheceu em Nova York para sair.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que na pior noite da vida do rapaz ele conhece uma punk sadomasoquista, uma garçonete deprimida e a garota com quem sai se suicida por sua causa, além de ocorrerem vários outros problemas.
Premissa 3	informação lexical (instruções ligadas ao <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado geralmente numa noção de localização, ou retomar uma informação que pode ser uma causa/uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	Conhecer uma punk sadomasoquista, uma garçonete deprimida, ver a garota com quem sai se suicidar por sua causa, além de outros problemas, são motivos, a causa, que levam uma pessoa a considerar que esta é a pior noite da sua vida.

Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que tem início a pior noite da vida do rapaz, visto que numa só noite ele conhece uma punk sadomasoquista, uma garçonete deprimida e a garota com quem sai se suicida por sua causa, além de ocorrerem vários outros problemas.
-----------	---------------	---

A descrição do percurso inferencial que conduz à interpretação de que uma noite, durante a qual só aconteceram coisas ruins, pode ser considerada a pior noite na vida do rapaz é obtida principalmente em função das informações de natureza referencial, ou seja, em função do nosso conhecimento de mundo. A relação interativa que liga o constituinte introduzido pelo *onde* e uma informação inferida do contexto vai ser então determinada com a combinação das informações lingüísticas e referenciais e das instruções, tanto de base quanto de segundo nível, ligadas a esse item.

Em sua ocorrência que discuto a seguir, o *onde* tem um emprego que considero argumentativo, e não relativo, embora a presença de um termo locativo no constituinte que o precede possa ser pensado como sendo o seu antecedente.

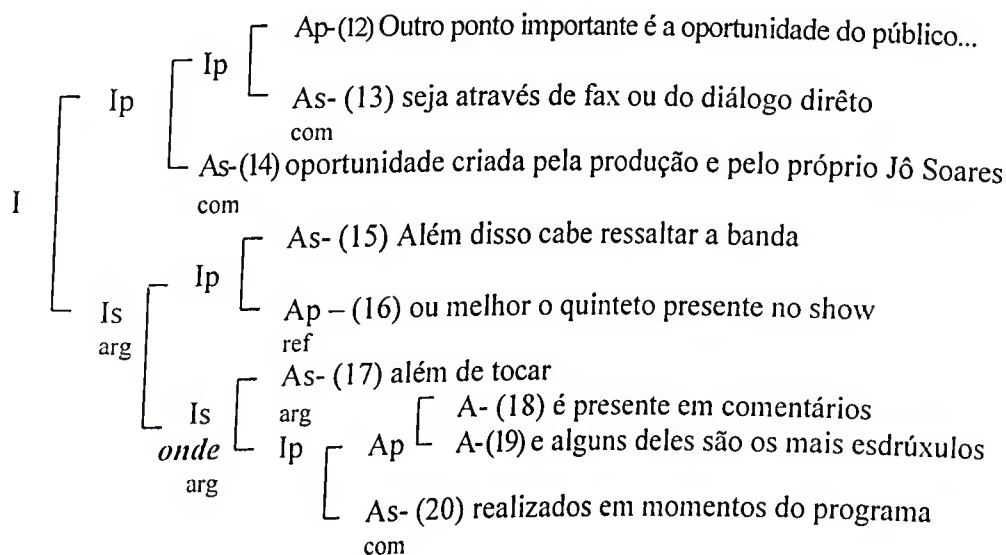


Figura 36: texto 12

Essa intervenção é formada por duas intervenções, Ip-(12)-(14) e Is-(15)-(20), que se ligam por uma relação interativa argumentativa. Essa relação é marcada pelo conector “além disso”, o qual indica uma continuidade a respeito dos pontos do programa Jô Soares Onze e Meia que são escolhidos pelo autor para serem comentados no seu texto.

A segunda intervenção, Is-(15)-(20), é constituída de duas outras intervenções ligadas pelo *onde*. A Ip-(15)-(16) é formada por dois atos ligados pelo conector reformulativo “ou melhor”. A Is-(17)-(20) é formada por um As-(17) e uma Ip-(18)-(20), que se ligam por uma relação argumentativa, marcada por meio de “além de”.

Quanto à descrição da atuação do *onde*, aqui também, num primeiro momento, pode-se tentar considerar o seu emprego como o de um relativo cujo antecedente seria o termo locativo “o show”<sup>134</sup>: “o quinteto presente no show *em que / no qual*, além de tocar, é (está) presente em comentários”.

Mas uma outra interpretação para o funcionamento do *onde* parece possível quando se percebe que ele pode ter um alcance diferente. *Além disso cabe ressaltar a banda ou melhor o quinteto presente no show porque, além de tocar (no show), é (está) presente em comentários.... O onde* pode ser considerado um elemento que encabeça não um ato, mas uma intervenção, encadeando-se não num termo de um constituinte anterior (como faz o relativo), mas na enunciação desse constituinte. Dessa forma, considero que esse item é usado nesse trecho com a função de introduzir uma justificação para a afirmação dada anteriormente de que *cabe ressaltar a banda ou melhor o quinteto presente no show* e não de simplesmente retomar um termo correferente, de valor locativo, já mencionado explicitamente em constituinte anterior. Essa interpretação revela uma estratégia usualmente presente nas interações discursivas - inclusive utilizada em outros textos do *corpus* como discutido anteriormente, que é a de justificar a atividade enunciativa: *Digo que cabe ressaltar a banda ou melhor o quinteto presente no show porque(no show) ela não só toca (músicas) mas ainda faz comentários, alguns deles os mais esdrúxulos.*

A relação interativa genérica entre os constituintes ligados pelo *onde* pode ser então descrita como uma relação de argumento. Para completar essa primeira etapa de descrição das relações discursivas, passo para a segunda etapa que consiste na descrição

---

<sup>134</sup> O “show” é um nome que se caracteriza como elemento topológico, visto que se apresenta como um lugar que possui um correlato contido nesse lugar: o quinteto se insere no show.

das inferências que determinam a relação específica entre o constituinte introduzido pelo *onde* e a informação na memória discursiva, constituída pelo conteúdo da intervenção precedente.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que, ao falar do programa Jô Soares Onze e Meia, cabe ressaltar a banda ou o quinteto que está presente no show/programa.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que a banda, além de tocar no show, faz comentários, alguns deles esdrúxulos.
Premissa 3	informação lexical (instruções ligadas ao <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado geralmente numa noção de localização, ou retomar uma informação que pode ser uma causa/uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	Porque a banda toca no show e ainda faz comentários esdrúxulos, é importante ressaltar a sua presença no show, como um outro ponto importante do programa.
Premissa 5	informação referencial	O show pode ser o lugar onde a banda, além de tocar, faz comentários.
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que, ao falar do programa Jô Soares Onze e Meia, cabe ressaltar a presença da banda no show <b>porque</b> ela, além de tocar <b>no show</b> , faz comentários, sendo alguns deles esdrúxulos.

Com a descrição desse percurso inferencial, busco explicitar o cálculo que realizo e que me conduz à interpretação do funcionamento do *onde* nesse caso. Embora possa ser interpretado como um anafórico que retoma um antecedente expresso anteriormente, pode também ser visto como um elemento que introduz uma intervenção que contém informações que justificam a afirmação do autor de que cabe ressaltá-las num texto que fala do programa Jô Soares Onze e Meia.

Ainda no texto 12 há uma outra ocorrência do *onde*. Nesta seqüência cuja representação hierárquico-relacional apresento na figura 37 abaixo, interpreto inicialmente que ele é colocado entre dois constituintes apenas encadeando-os, não oferecendo ao leitor instruções que possam contribuir para a interpretação do enunciado.

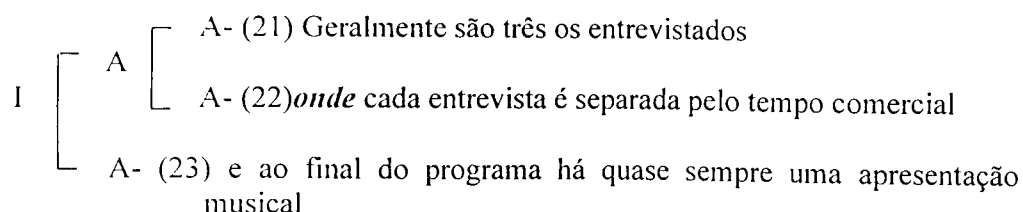


Figura 37: texto 12

Nesse esquema, o *onde* liga dois atos hierarquicamente independentes entre si, ou seja, a presença de um independe da de outro. Os atos por ele conectados não se ligam por uma relação interativa. Não pode ser apontado no cotexto imediato um termo que possa ser considerado seu antecedente. Além disso, do ponto de vista sintático, o *onde* não desempenha aí uma função definível. A sua supressão do enunciado ou a sua substituição por “e” ou por um ponto e vírgula pode acontecer sem comprometer o enunciado tanto sintática quanto semanticamente: *Geralmente são três os entrevistados e cada entrevista é separada pelo tempo comercial...* ou *Geralmente são três os entrevistados; cada entrevista é separada pelo tempo comercial...*<sup>135</sup>

Considerando que esse item anafórico não tem interpretação autônoma, mas se associa semanticamente a um referente, levanto a hipótese de que ele esteja retomando não uma informação expressa no ato precedente, mas uma informação que pode ser inferida com a enunciação de (21). Assim, o *onde* pode estar se referindo a uma informação que não tenha sido verbalizada, mas que se encontra presente em nossa memória discursiva (M). Dessa forma, proponho uma outra representação da organização relacional dessa seqüência, como na figura abaixo:

<sup>135</sup> Foi essa interpretação que, em Marinho (1998), dei ao funcionamento do *onde* no texto 9.

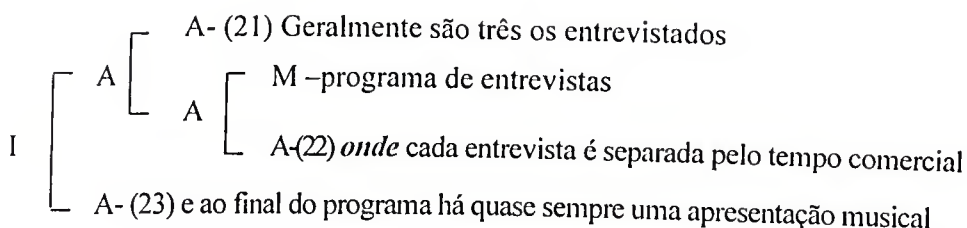


Figura 38: texto 12

Essa estrutura mostra que o *onde* se encadeia numa informação da memória discursiva. O enunciado em que ele se encontra otimiza os efeitos contextuais, na medida em que oferece instruções sobre como tirar as implicações contextuais dele inferíveis. A presença da informação *são três os entrevistados* possibilita inferir a existência de três entrevistas no programa Jô Soares Onze e Meia. Assim, a presença do *onde* pode ser interpretada como o recurso utilizado pelo autor para introduzir um comentário, ou uma observação sobre as entrevistas realizadas no programa.

Ainda há a possibilidade de se propor uma outra interpretação da relação interativa aí existente, visto que se pode interpretar também, em função do nosso conhecimento sobre o referido programa, que o *onde* teria um valor semelhante ao do conector “de (tal) forma que”: *Geralmente são três os entrevistados (são três entrevistas) de (tal) forma que cada entrevista é separada pelo tempo comercial e ao final do programa há quase sempre uma apresentação musical. (Como são três os entrevistados no programa, cada entrevista é separada pelo tempo comercial).*

A partir da interpretação de que o *onde* se refere ao programa de entrevistas, é possível considerar que o ato introduzido pelo *onde* se liga ao anterior por uma relação interativa, como pode ser mostrado na seguinte figura:

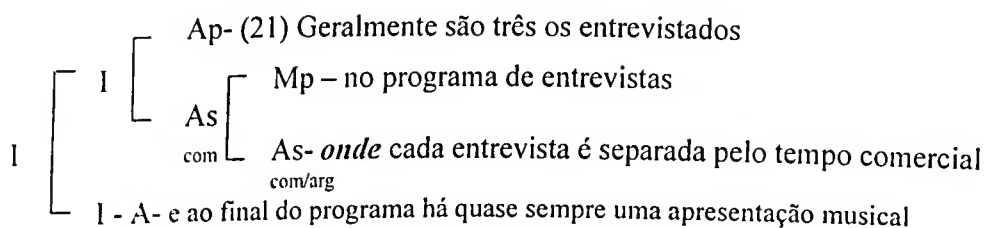


Figura 39: texto 12

Essa intervenção é formada de duas intervenções coordenadas, sendo a segunda constituída de apenas um ato. A primeira é formada por dois atos ligados por uma relação de comentário<sup>136</sup>. Esse comentário a meu ver seria aí apresentado pelo autor com o intuito de acrescentar mais informações a respeito do programa. O funcionamento do *onde*, então, pode ser considerado o de um *pointeur*, que pressupõe a presença na memória discursiva de um referente nocional.

Essa relação entre o *onde* e a informação na qual ele se encadeia pode ser assim obtida com o seguinte cálculo inferencial:

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que geralmente são três o número de pessoas entrevistadas no programa Jô Soares Onze e Meia.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que cada uma das três entrevistas é separada pelo tempo comercial.
Premissa 3	informação lexical (instruções ligadas ao <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado geralmente numa noção de localização, ou retomar uma informação que pode ser uma causa/uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	Jô Soares geralmente faz três entrevistas que são separadas uma da outra pelos comerciais.
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que são três os entrevistados que concedem entrevistas ao Jô Soares no seu programa e que cada entrevista é separada da outra pelos comerciais.

A descrição do percurso inferencial é interessante para a determinação da relação específica entre o constituinte introduzido pelo *onde* e a informação por ele retomada. A informação referencial mais acessível para a interpretação desse enunciado,

<sup>136</sup> Se, no entanto, considerarmos que o *onde* introduz um ato como o faria o conector “de forma que”, teríamos que a relação que liga (21) e (22) é do tipo argumentativa e que o constituinte introduzido por ele teria o estatuto principal.

de que Jô Soares, em seu programa, faz três entrevistas, permite dar-lhe uma interpretação, satisfazendo o princípio de pertinência.

Em uma outra ocorrência, o *onde* aparece encabeçando uma intervenção, formada por dois atos (24) e (25), que se ligam numa relação contra-argumentativa marcada pelo conector “mas”, a qual se liga ao ato anterior por uma relação genérica argumentativa.

O critério da supressão de constituintes, que permite o estabelecimento da estrutura hierárquica exposta na figura 40, põe em evidência a relação de dependência entre os constituintes. O estatuto subordinado do ato (23) é confirmado pelo fato de ele poder ser suprimível sem comprometer a conclusão a que o autor chega no texto 14: *O conceito definitivo para palavra é como a própria língua, não há o definitivo, mas sim definições não definitivas.*

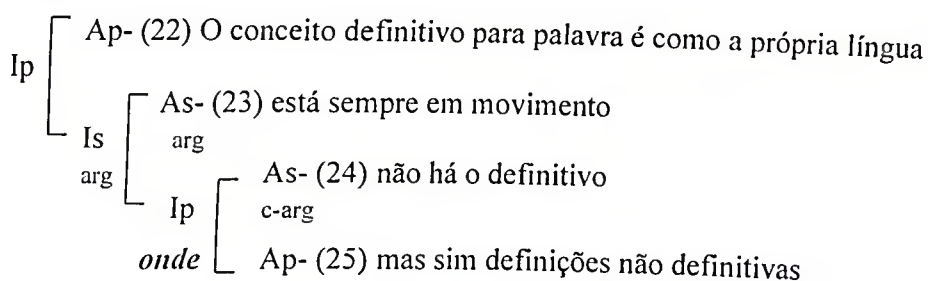


Figura 40: texto 14

Descrevo o papel do *onde* nesse trecho, como o de um elemento cujo alcance não se restringe ao ato que o precede, visto que ele faz mais do que se referir à idéia ativada na memória discursiva com a enunciação do termo *em movimento*, na medida em que introduz as implicações de o conceito de palavra, assim como a língua, estar sempre em movimento, que são as *definições não definitivas*.

A relação que liga os constituintes As-(23) e Ip-(24)-(25) pode ser interpretada como sendo do tipo “P portanto/de modo que Q”: *O conceito definitivo para palavra é como a própria língua, está sempre em movimento, portanto / de modo que não há o definitivo, mas sim definições não definitivas.*

Essa seqüência de enunciados pode ser traduzida num raciocínio lógico que segue a fórmula “se P então Q”: “se o conceito está sempre em movimento, então não

há o (conceito) definitivo”, mas sim definições não definitivas, o que reforça a interpretação a ela atribuída.

A explicitação do cálculo inferencial permite mostrar como se pode chegar a essa interpretação do funcionamento do *onde*:

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que o conceito definitivo para palavra está sempre em movimento.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que não há definições definitivas para palavra.
Premissa 3	informação lexical (instruções ligadas ao <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado geralmente numa noção de localização, ou retomar uma informação que pode ser uma causa/uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	Por que o conceito definitivo para palavra está sempre em movimento, não há definições definitivas para palavra. (rel. genérica de argumento)
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que o conceito definitivo para palavra está sempre em movimento, e <b>por isso</b> não há definições definitivas para palavra.

Para se chegar a essa interpretação da relação interativa entre os constituintes ligados pelo *onde*, conta-se com a informação referencial mais facilmente acessível nesse contexto que é: se algo está sempre em movimento, então ele não é definitivo. O acesso a essa informação de natureza referencial bem como a aplicação de sua instrução de segundo nível – retomar uma informação anterior (*estar em movimento*) que pode ser uma causa em relação a um efeito ou resultado - possibilitam a interpretação de que o *onde* possui um emprego argumentativo nessa seqüência.

Também em sua ocorrência no texto 15, o funcionamento do *onde* pode ser interpretado como argumentativo, na medida em que introduz um constituinte subordinado que mantém com o precedente uma relação de argumento.

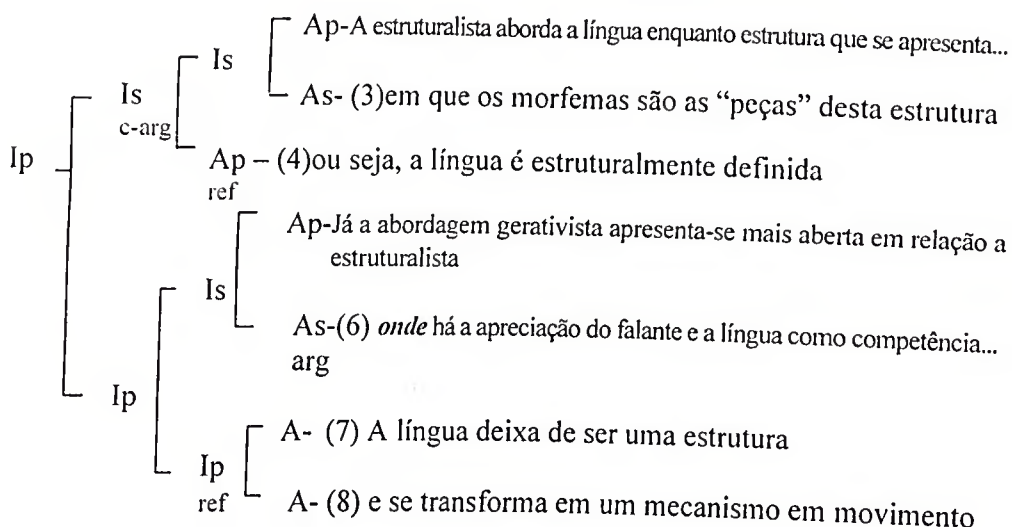


Figura 41: texto 15

Nessa seqüência, cuja organização relacional se encontra representada na figura 41, o autor contrapõe as abordagens estruturalista e gerativista, apresentando as características de uma em contraste com as da outra, sinalizando essa relação contra-argumentativa com o uso do marcador “já”. Em (4), tem-se o conector “ou seja” que é um conector reformulativo, cuja presença no texto explicita a relação de reformulação que liga o ato (4) à Is-(2)-(3). Essa relação também pode ser interpretada como presente entre as intervenções Is-(5)-(6) e Ip-(7)-(8), embora não seja marcada por um conector. Trata-se de uma reformulação parafrástica, que consiste numa relação de equivalência entre duas formulações ou numa reprise de um aspecto da primeira formulação, ou seja, do enunciado - explícito ou implícito - no qual ancora a operação de reformulação (Rossari, 1993). Em (7) e (8) o autor retoma a questão da concepção de língua adotada pela abordagem gerativista, e procura formular novamente o seu discurso tendo em vista essa questão, visando, acredito, a expor de maneira mais clara o conhecimento ou o domínio que possui sobre o assunto<sup>137</sup>.

Outra relação que percebo aí presente, embora não esteja convencionalmente marcada, é a de argumento que liga os atos (5) e (6). O *onde* é empregado em (6) introduzindo uma observação à afirmativa apresentada no segmento precedente, em que se comparam as duas abordagens, que teria por objetivo justificar essa comparação. Ou

<sup>137</sup> Ele teria essa preocupação uma vez que sabe que o seu leitor vai avaliá-lo em função também do seu conhecimento sobre o assunto.

seja, por meio dele o autor justifica a sua afirmação de que *a abordagem gerativista apresenta-se mais aberta que a estruturalista*. Dessa forma, a seqüência constituída pelos atos (5) e (6) pode ser assim interpretada: *Digo que a abordagem gerativista apresenta-se mais aberta em relação à estruturalista, porque (naquela abordagem) há a apreciação do falante e a língua como competência deste*. De acordo com essa interpretação, o *onde* incide não sobre um antecedente co-textual<sup>138</sup>, mas sim sobre a enunciação de (5). Ele se encadeia assim numa asserção.

A descrição do percurso inferencial que conduz a essa interpretação da atuação do *onde* na seqüência em pauta pode explicar a origem da relação específica entre os constituintes por ele ligados.

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que a abordagem gerativista apresenta-se mais aberta que a estruturalista.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que na abordagem gerativista há a apreciação do falante e a língua como competência do falante.
Premissa 3	informação lexical (instruções ligadas ao <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado geralmente numa noção de localização, ou retomar uma informação que pode ser uma causa/uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	Porque na abordagem gerativista há a preocupação com o falante e considera-se a língua como competência do falante, pode-se dizer que a abordagem gerativista apresenta-se mais aberta que a estruturalista. (rel. genérica de argumento)

<sup>138</sup> Se se quiser considerar o emprego do *onde* como de um relativo, depara-se com um problema de ambigüidade estrutural. visto que, da forma como foi estruturada a seqüência, o termo "a estruturalista", cuja menção se encontra mais próxima, imediatamente anterior a esse item, é que seria apontado como o seu antecedente. A ambigüidade deixa de existir quando interpretamos, em função de nosso conhecimento enciclopédico, que o autor, ao dizer que "há a apreciação do falante e a língua como competência deste", está se referindo à abordagem gerativista e não à estruturalista.

Conclusão	Interpretação
	O autor diz ao leitor que a abordagem gerativista apresenta-se mais aberta que a estruturalista <b>porque na abordagem gerativista</b> há a preocupação com o falante e considera-se a língua como competência do falante.

A relação argumentativa que une os atos (5) e (6) tem a origem no cálculo inferencial que se ancora nas informações lingüísticas, referenciais e nas instruções ligadas ao *onde*.

Ainda em outra ocorrência, extraída do texto 19, esse item é empregado introduzindo um ato que se liga ao precedente numa relação genérica de argumento.

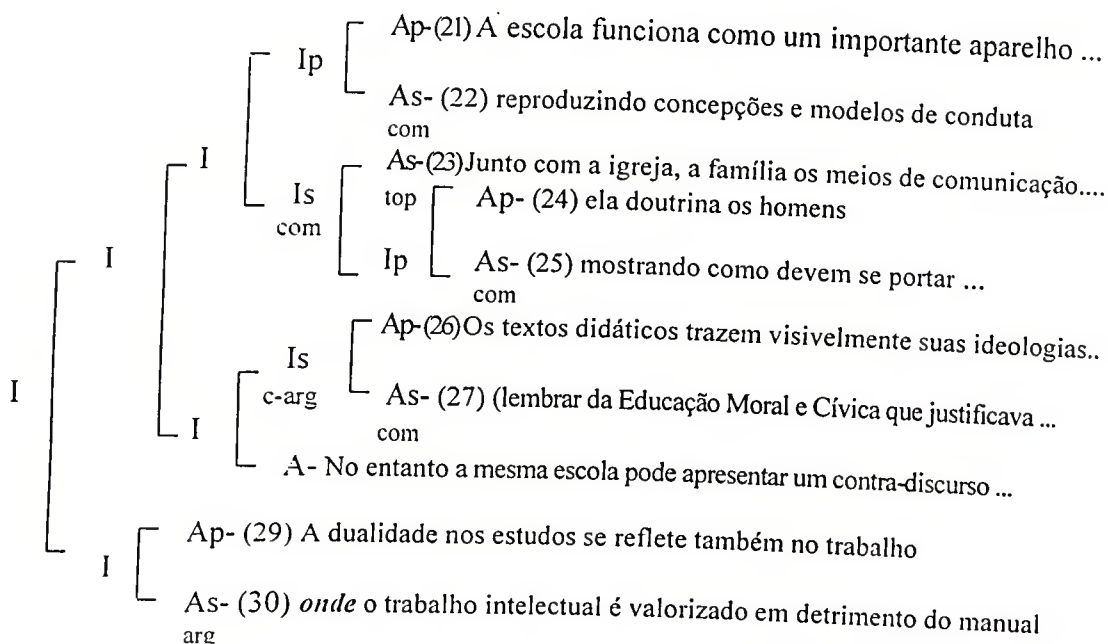


Figura 42: texto 19

Essa intervenção apresenta uma organização relacional pouco marcada por conectores, visto que predominam as construções reduzidas em que os verbos estão em suas formas nominais. Tem-se apenas o conector contra-argumentativo “no entanto”, que conduz a interpretar como contra-argumento o conjunto formado pela Is -(26)-(27), e o *onde*, que conecta dois atos os quais se ligam por uma relação argumentativa.

Em (27) tem-se o uso de parênteses que, a meu ver, servem de marcas da relação entre os constituintes, já que indicam a inserção de um comentário ou uma observação que se deseja fazer em relação ao que foi enunciado anteriormente.

Quanto ao *onde*, tem-se que ele não pode ser substituído pela forma relativa “em que/no qual” a ele equivalente: \*?*A dualidade nos estudos se reflete também no trabalho. no qual o trabalho intelectual é valorizado em detrimento do manual.* O resultado de sua eventual substituição é uma construção que me parece agramatical e inaceitável em português. Dessa forma, seu papel não pode ser considerado o de marcador de uma relação de comentário, como ocorre quando é empregado como relativo.

O termo *no trabalho*, no entanto, poderia ser apontado como seu antecedente, visto que *o trabalho intelectual* pode nele se situar, numa relação continente/conteúdo. O trabalho intelectual é uma modalidade de trabalho, daí pode ser considerado uma parte dentro de um todo. Porém, mais do que sendo usado para localizar *o trabalho intelectual* no *trabalho*, acredito que o *onde* esteja sendo usado para introduzir um argumento, que pode ser uma causa ou uma explicação para o que se enuncia em (29). A valorização do trabalho intelectual em detrimento do manual reflete a dualidade que ocorre na escola. Esta que pode ter o papel de transformadora, *desmascarando a doutrina ideológica*, desempenha também o papel de reprodutora do sistema, *reproduzindo concepções e modelos de conduta*. Assim, pode-se parafrasear o enunciado formado pelos atos (29) e (30) obtendo-se: *A dualidade nos estudos se reflete também no trabalho, visto que o trabalho intelectual é valorizado em detrimento do manual.* A possibilidade de inserção de um conector argumentativo ligando (29) a (30) evidencia a existência de uma relação de natureza argumentativa entre eles.

A relação específica entre esses constituintes e uma informação da memória discursiva que pode estar ligada à presença do *onde* resulta de um cálculo inferencial, que pode ser assim explicitado:

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que a dualidade do ensino praticado na escola se reflete também no trabalho.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que o trabalho intelectual é valorizado pela escola em detrimento do manual.
Premissa 3	informação lexical (instruções ligadas ao <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado geralmente numa noção de localização, ou retomar uma informação que pode ser uma causa/uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	Porque o trabalho intelectual é valorizado em detrimento do trabalho manual, acentua-se a dicotomia entre a teoria e a práxis. (rel. genérica de argumento)
Conclusão	interpretação	O autor diz ao leitor que a dualidade do ensino (a dicotomia entre a teoria e a práxis) se reflete também no trabalho, <b>porque</b> o trabalho intelectual é valorizado pela escola em detrimento do manual.

A descrição do percurso inferencial que conduz à interpretação do funcionamento do *onde* num contexto argumentativo contribui para a determinação da relação interativa entre os constituintes por ele ligados.

Concluindo a apresentação dos casos em que o *onde* atua na conexão de constituintes ligados por relações argumentativas, tem-se que, em sua ocorrência no texto 20, o *onde* é usado introduzindo uma intervenção que se liga ao ato que a precede numa relação que pode ser interpretada como uma relação de argumento.

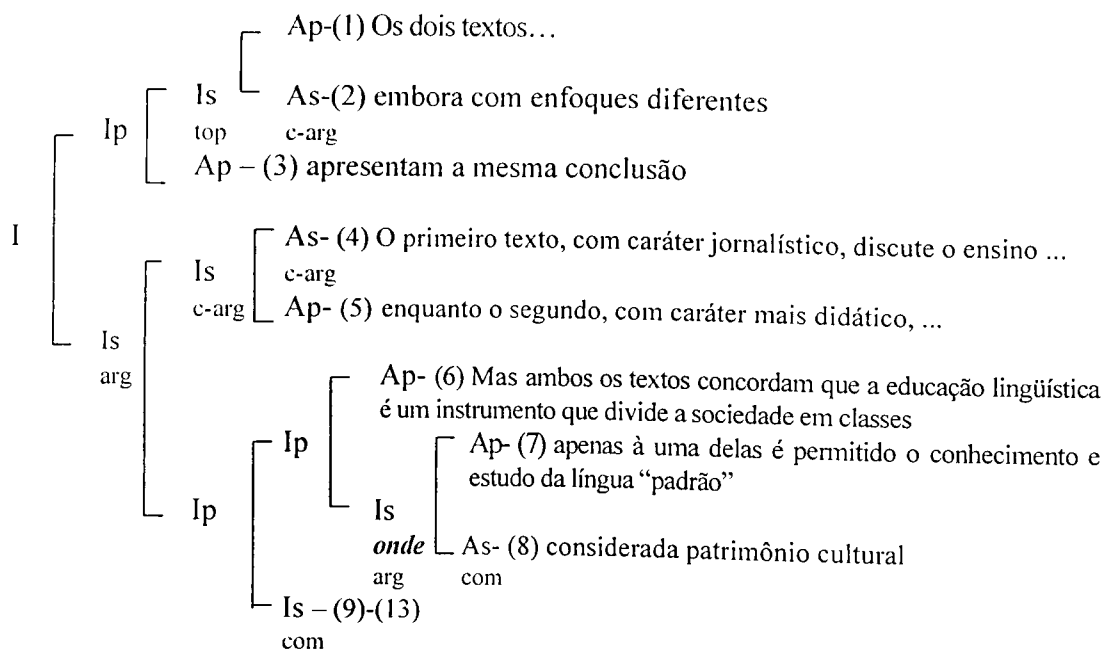


Figura 43: texto 20

O texto começa com a apresentação e a contraposição dos dois textos entre os quais o autor vai procurar estabelecer uma relação. Em seguida inicia-se a discussão sobre os seus pontos comuns. Essa mudança de perspectiva é assinalada pelo conector contra-argumentativo “mas”.

O *onde* é usado encabeçando a intervenção formada pelos atos (7) e (8). Essa intervenção de estatuto subordinado se liga ao ato principal precedente por uma relação que considero argumentativa, na medida em que se tem uma relação causal entre as proposições expressas em (6) e (7). A possibilidade de substituição desse item por um conector argumentativo convencional reforça essa interpretação, além de ser um indício de que ao *onde* podem-se ligar instruções semelhantes às ligadas aos conectores argumentativos causais: *Mas ambos os textos concordam que a educação lingüística é um instrumento que divide a sociedade em classes, pois/porque apenas a uma delas é permitido o conhecimento e estudo da língua padrão.* O acesso às informações lingüísticas e contextuais possibilita a geração de inferências que conduzem à seguinte interpretação do enunciado: “se apenas a uma classe é permitido o conhecimento da língua padrão, então a educação lingüística (o ensino da língua) é um instrumento que divide a sociedade em classes”.

O cálculo inferencial que realizo para chegar a essa interpretação pode ser assim representado:

Premissa 1	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que a educação lingüística (o ensino de língua) é um instrumento que divide a sociedade em classes.
Premissa 2	informação lingüística enriquecida	O autor diz ao leitor que apenas a uma das classes sociais é permitido o conhecimento e estudo da língua padrão.
Premissa 3	informação lexical (instruções ligadas ao <i>onde</i> )	Se se utiliza <i>onde</i> é para retomar uma informação dada pelo constituinte anterior ou presente na memória discursiva e estabelecer com ela um elo de correferência, fundado geralmente numa noção de localização, ou retomar uma informação que pode ser uma causa/uma conclusão.
Premissa 4	informação referencial	Se apenas a uma das classes sociais é permitido o conhecimento da variante de prestígio, se apenas uma das classes recebe educação lingüística, então a educação lingüística é um instrumento que divide a sociedade em classes.
Conclusão	interpretação	A autor diz ao leitor que a educação lingüística é um instrumento que divide a sociedade em classes <i>porque</i> apenas uma delas pode estudar e ter o conhecimento da língua padrão.

Com essa descrição são explicitadas as etapas do raciocínio que conduz à interpretação da relação existente entre os constituintes ligados pelo *onde*. As inferências necessárias à interpretação desse enunciado resultam da combinação das informações lingüísticas, das instruções ligadas ao *onde* e principalmente das informações de ordem referencial.

### 3. 3. Conclusão

Neste capítulo focalizo o funcionamento do *onde* do ponto de vista da organização relacional. Por meio das análises hierárquico-relacionais que proponho para os vários trechos extraídos dos textos do *corpus* em que ele ocorre, procuro inicialmente identificar as relações interativas que ligam os constituintes por ele introduzidos às informações estocadas na memória discursiva, e em seguida, a fim de poder determinar a relação específica aí existente bem como a sua função na determinação dessa relação, procedo à explicitação dos cálculos inferenciais que conduzem à interpretação de cada uma de suas ocorrências.

Todo esse trabalho aqui apresentado permitiu que eu chegasse à seguinte sistematização dos dados quanto ao funcionamento do *onde* :

1<sup>o</sup>) Em algumas ocorrências, discutidas em 3.2.2.1., o *onde* funciona como um conector relativo, que retoma uma informação X dada, explícita ou implicitamente, em contexto anterior, e com ela mantém um elo de (cor)referência, fundado numa ampla noção de localização (espacial ou nocional). Nesses casos considero-o um conector que poderia pertencer à categoria dos conectores “comentativos”<sup>139</sup>, visto que tem por função marcar uma relação interativa de comentário que une os constituintes às informações da memória discursiva;

2<sup>o</sup>) Em outras ocorrências, discutidas em 3.2.2.2, ele é usado como um elemento cujo funcionamento pode ser interpretado de forma dúbia. Pode-se considerar o seu emprego como o de um conector “comentativo”, que se relaciona ao estabelecimento de uma relação de comentário. Pode-se também considerar o seu emprego como o de um conector que une constituintes ligados por uma relação que interpreto como argumentativa. O contexto assim como a presença no texto de determinados indícios (como a presença de suposições – verbo no condicional ou no subjuntivo-, o uso de atos diretivos – formas diretivas do tipo “deve-se”), conduzem-me ao prosseguimento do percurso interpretativo motivado pelo uso do *onde*, levando à interpretação da possibilidade de que exista entre os constituintes unidos por ele e as informações situadas na memória discursiva uma relação genérica argumentativa;

---

<sup>139</sup> Sugestão dada por Roulet: “... il faut se contenter de les [les formes relatives] ranger dans la catégorie (que je croyais vide jusqu'ici) des connecteurs commentatifs.” (e-mail enviado em 20/08/2001)

3º) Em outras ocorrências, discutidas em 3.2.2.3., o *onde* é usado na articulação de segmentos discursivos que se ligam por uma relação argumentativa genérica, e não por uma relação de comentário. O estatuto hierárquico e relacional do constituinte que ele introduz pode ser determinado através do cálculo inferencial que conduz à interpretação dessas ocorrências. Para a interpretação de seu funcionamento nessas ocorrências, aplicam-se as suas instruções de segundo nível, e não apenas as de base, segundo as quais ele retoma uma informação que pode ser uma causa/explicação ou um efeito/conclusão. Nesses casos o seu papel deve ser descrito como o de um elemento que atua na articulação de seqüências discursivas, encadeando-as em texto, numa relação argumentativa. Defendo que o seu emprego possa ser considerado argumentativo, na medida em que nessas ocorrências, utilizando o método da sua substituição por um outro elemento, considero que ele equivale a um conector argumentativo e não a um “comentativo”.

Dessa sistematização então, posso concluir que o *onde* se caracteriza como um conector que apresenta mais de um funcionamento no discurso. Um complicador na sua descrição é o fato de ele não se caracterizar como um conector que pertença a uma classe, como ocorre com os conectores que sinalizam sempre um tipo de relação discursiva de maneira convencional<sup>140</sup>. Ele se mostra um elemento que, além de um funcionamento tradicionalmente reconhecido – o de relativo -, apresenta um funcionamento na junção de constituintes discursivos numa relação argumentativa. Por permitir ser empregado na conexão de segmentos ligados por relações interativas de naturezas diversas – não argumentativas e argumentativas - ele se mostra um elemento que não se enquadra entre os conectores que marcam as relações interativas. Nos segmentos em que aparece, pode desempenhar papéis diferentes, carregando instruções diferentes. Mas a sua função nos textos, quando em fronteira de ato, é mesmo a de conectar esses segmentos. Dessa forma, não resta dúvida de que o seu uso em suas diversas ocorrências é motivado pela capacidade que possui de articular constituintes, contribuindo dessa forma para a organização do discurso.

Tendo em vista essa sua função, digo que ele pode ser considerado um conector que tem um emprego “comentativo”, quando atua no estabelecimento da relação

---

<sup>140</sup> Distinguem-se os conectores interativos nas seguintes classes: argumentativos, contra-argumentativos, reformulativos e topicalização (cf. Roulet, 1999: 77).

interativa de comentário, a qual poderá ser subdividida em dois tipos: comentário do tipo metadiscursivo e comentário do tipo parentético.

Digo também que ele pode ser empregado como um conector que funciona em contextos argumentativos. Mas, por introduzir ora um constituinte de estatuto principal ora um de estatuto subordinado, ou seja, por não restringir o estatuto hierárquico do constituinte que introduz, apresentará um funcionamento sempre diferenciado dos conectores propriamente argumentativos.

Para dar prosseguimento à investigação do funcionamento do *onde* no discurso, visando, quem sabe, a poder chegar a uma melhor compreensão de seu papel, considero necessário analisá-lo do ponto de vista das formas de organização informacional e tópica, visto que, por ele ser uma expressão referencial anafórica, poderá exercer um papel importante no encadeamento das informações na progressão temática. Como anafórico, o *onde* poderá funcionar como traço de ponto de ancoragem tópica no qual se encadeiam os objetos de discurso (as informações ativadas em cada ato) e assim poderá ter ainda uma atuação que merece ser estudada.

Dessa forma, passo no próximo capítulo para o estudo desse item, em primeiro lugar, na forma de organização informacional, com o objetivo de investigar a sua atuação no fluxo de informações dos textos e, em segundo lugar, na forma de organização tópica, com o intuito de analisar o seu funcionamento na gestão dos objetos de discurso no desenvolvimento dos textos.

## Capítulo 4. A organização informacional e a organização tópica

O *onde*, como já foi exposto anteriormente, exprime uma indeterminação de lugar, contendo dessa forma um valor lacunar e pronominal, que é preenchido anafóricamente por um referente. Ele é, pois, um anafórico<sup>141</sup>; ele remete a informações situadas na memória discursiva, e por isso merece ser estudado também sob a perspectiva da dimensão informacional do discurso, visto que expressões referenciais anafóricas desempenham importante papel no desenvolvimento temático do discurso, problemática que é tratada na organização informacional e na organização tópica do discurso.

A sua análise sob a perspectiva da organização relacional, desenvolvida no capítulo anterior, evidenciou o seu funcionamento como conector relativo marcador de relação interativa de comentário, ou seja, como um elemento que introduz um comentário – metadiscursivo ou parentético - que se encadeia numa informação situada na memória discursiva a qual pode ou não ter sua fonte no cotexto. Evidenciou ainda a sua atuação na conexão de constituintes que se ligam por uma relação argumentativa genérica, ou seja, evidenciou a sua atuação como um elemento que pode também introduzir um constituinte que porta uma informação sobre uma causa, uma justificação ou mesmo uma conclusão ou uma consequência em relação a uma informação da memória discursiva que possua uma fonte cotextual ou que possa ser inferida sobre a base de conhecimentos enciclopédicos e da situação de interação.

Do ponto de vista da organização relacional, o *onde* funciona como um conector que se encadeia em informações da memória discursiva, seja quando atua como um marcador “comentativo” e marca a relação interativa de comentário seja quando, em outras ocorrências, articula constituintes numa relação argumentativa. Do ponto de vista da organização informacional, o *onde* é também focalizado como elemento que se encadeia em informações da memória discursiva. Ele é visto como um anafórico que

---

<sup>141</sup> O termo anafórico é tradicionalmente descrito como um termo que substitui ou representa um antecedente, mas ele não deve ser assim concebido. A anáfora designa uma relação que se estabelece entre um anafórico e seu antecedente por intermédio de uma informação estocada na memória discursiva (Grobet, 1996).

pode funcionar como ponto de ancoragem de uma informação da memória discursiva na qual se ancora um objeto de discurso ou propósito.

A abordagem genebrina estuda a complexidade da organização tópica do discurso em duas etapas de análise. A primeira, a da organização informacional, pode ser descrita, grosso modo, como observa Grobet (2000: 65), como um modelo que se inspira nos trabalhos desenvolvidos pelos lingüistas da Escola de Praga para dar conta da estrutura informacional do discurso. Nessa etapa, estabelece-se a estrutura informacional de cada ato, apoiando-se nos índices de tipo lingüístico e referencial. Procura-se compreender a estrutura de cada ato em toda sua complexidade, considerando sua inserção na estrutura do discurso. A segunda, a da organização tópica, trata da análise tópica de segmentos discursivos, visando a dar conta da hierarquia e das relações de derivação entre os objetos de discurso, de forma a ultrapassar a linearidade da análise da organização informacional.

Os principais objetivos do estudo da organização tópica são apreender essa forma de organização em toda sua complexidade e ultrapassar a separação entre as abordagens frásticas e discursivas, para articular essas duas perspectivas no seio de uma mesma análise (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001).

Neste capítulo interessa, então, estudar como o *onde* se manifesta na organização informacional, se constitui ou não traço de ponto de ancoragem sobre o qual se ancora uma informação ativada, e como contribui para a organização do desenvolvimento tópico dos textos, se intervém direta ou indiretamente nessa organização.

Dessa forma, apresento o estudo do *onde* nesses dois níveis de análise, que procuro desenvolver a fim de investigar o seu papel na organização tópica dos textos do *corpus*. No item (4.1) trato da forma de organização informacional, que dá conta da estrutura informacional de cada ato, tomado em seu contexto discursivo; já no item (4.2) abordo a organização tópica, “que descreve a articulação da estrutura informacional com os outros planos de organização do discurso” (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001: 252).

#### 4.1. A organização informacional

A análise da organização informacional tem por objetivo tratar da continuidade tópica (ou temática) bem como da progressão das informações que são ativadas no texto ou no diálogo. A continuidade tópica – explícita ou implícita - diz respeito ao “fio do texto”, à sua unidade e manutenção temática. A progressão informacional se refere ao encadeamento das informações no discurso.

Uma primeira concepção do módulo informacional no sistema de análise modular do discurso apoiou-se na abordagem de Combettes et Tomassone (1988)<sup>142</sup> e Combettes (1992) que se inspira nos trabalhos da Escola de Praga<sup>143</sup>. Nessa abordagem, distinguem-se as noções de tema (informação dada ou o ponto de partida do enunciado) e rema (informação nova)<sup>144</sup> e também se propõe que a conexidade textual se represente pela progressão temática. Daneš (1974: 114) define a progressão temática como o esqueleto da estrutura do texto (*the skeleton of the plot*). Para o autor, por progressão temática quer-se significar a escolha e a ordenação dos temas dos enunciados, sua concatenação e hierarquia mútuas bem como seu relacionamento com os hipertemas de unidades textuais superiores (como parágrafo, capítulo...), com todo o texto, e com a situação.

A partir de análises de textos científicos e profissionais escritos em tcheco e de algum material nas línguas alemã e inglesa, este autor verifica três principais tipos de progressão temática, que devem ser tomados como princípios abstratos, modelos ou construtos : (1) a progressão linear (o rema do enunciado torna-se o tema do enunciado seguinte), que representa o tipo mais elementar; (2) a progressão com um tema constante (um mesmo tema aparece numa série de enunciados, ou seja, a um mesmo tema são acrescentadas novas informações remáticas em enunciados que se sucedem); (3) a progressão com temas derivados de um hipertema (ou hipertópico). Esses tipos de progressão temática podem ser empregados em várias combinações. Algumas delas podem ser consideradas progressões temáticas de uma ordem superior, representando

---

<sup>142</sup> Apud Grobet (1999).

<sup>143</sup> Combettes e Tomassone são dois lingüistas franceses que aplicaram em sua teoria as noções de tema e rema para a análise de textos informativos em francês.

<sup>144</sup> O problema relacionado às noções de tema/dado e rema/novo é discutido por Daneš (1974: 106-114) e retomado por Grobet (2000: 49-51). Em português, num trabalho em que examina diferentes fenômenos da língua portuguesa à luz da articulação tema-rema, Ilari (1992) aborda essa questão de se considerar o tema como elemento dado.

uma estrutura formal para o emprego dos tipos básicos. Segundo Daneš (op.cit.), a mais importante de tais estruturas pode ser chamada de exposição de um rema fracionado (ou subdividido)<sup>145</sup>. Esse tipo de progressão, resultante da combinação de (1) e (2), consiste no “desenvolvimento das partes de um rema superordenado” (Koch, 1990: 59). Outro tipo de progressão resultante da modificação do tipo (1), é a chamada progressão temática com um *link* omitido (ou progressão com salto temático<sup>146</sup>), que consiste na omissão de um enunciado na cadeia de progressão temática cujo conteúdo é tão evidente, tão plenamente implicado pelo contexto, que parece redundante, desnecessário e conseqüentemente pode ser omitido (Daneš, 1974:121).

A abordagem inspirada nas progressões temáticas descritas por Daneš se mostra aplicável para o tratamento de textos monológicos e monogerados, mas se mostra problemática para a análise de diálogos orais. Ela suscita a dificuldade de se determinar a unidade de referência. A unidade tomada por Daneš e pela maior parte dos trabalhos que se utilizam de sua abordagem é o enunciado. Como assinala Grobet (2000), o autor utiliza a frase, cujas fronteiras são sinalizadas topograficamente no texto escrito por uma letra maiúscula e por um ponto final, para reconhecer o enunciado. Além disso, tal abordagem não dá conta da gestão interacional da organização temática, só podendo ser aplicada à macroestrutura temática de uma intervenção, visto que a macroestrutura temática de um discurso dialógico possui uma dimensão interacional ou poligerada que levanta problemas mais complexos, pouco estudados até então (Roulet, 1991). Um outro problema dessa abordagem ainda levantado por Grobet (1999) diz respeito ao fato de ela não permitir o tratamento dos constituintes temáticos implícitos, que são bastante freqüentes nos diálogos orais<sup>147</sup>.

Esses problemas motivaram a proposição de mudanças na abordagem da organização informacional no sistema de análise modular do discurso, conduzindo ao enfoque dos fenômenos de tematização em termos de ancoragem. Assim, no modelo

---

<sup>145</sup> Koch (1990) nomeia-o de progressão por desenvolvimento de um rema subdividido.

<sup>146</sup> Koch (1990 : 59).

<sup>147</sup> “Toutefois, son inconvénient principal est certainement qu’elle (l’analyse en termes de thème et rhème) n’est pas adaptée à l’étude du discours dialogique: elle ne permet pas de rendre compte de thèmes implicites, et à tendance à réduire la progression informationnelle des dialogues à une progression à thèmes constants. On pourrait effectuer d’autres critiques, comme le fait que cette théorie, qui se limite à des observations au fil du discours, ne permet pas, dans la plupart des cas, de rendre compte du thème global du discours, qui est pourtant intuitivement évident.” (trecho extraído do *hand-out* do curso L’analyse informationnelle et l’analyse des dialogues, ministrado por Grobet, na Universidade de Genebra, em 2001)

desenvolvido a partir de 1995, o estudo da organização informacional passou a descrever a ativação sucessiva dos objetos de discurso bem como sua ancoragem sobre as informações situadas na memória discursiva (Grobet, 1999).

O estudo da forma de organização informacional do discurso visa assim a tratar dos encadeamentos entre os constituintes textuais e as informações previamente introduzidas na memória discursiva pelo cotexto ou pelo contexto (Roulet, 1999). Concordando com Berrendonner (1983), Roulet (op.cit.) admite ser necessário ultrapassar a etapa de observação dos encadeamentos entre os constituintes do texto sozinhos para passar à de descrição dos encadeamentos entre esses constituintes e as informações estocadas na memória discursiva. Esta, como já exposto anteriormente, é entendida como um conjunto de saberes necessários à interpretação de um discurso, um conjunto que “compreende os conhecimentos culturais enciclopédicos e é permanentemente alimentada pelos acontecimentos extralingüísticos e as enunciações sucessivas do discurso” (Grobet, 1999: 408).

A partir da distinção estabelecida por Chafe<sup>148</sup> entre informações inativa, semi-ativa e ativa ou ativada<sup>149</sup>, e da hipótese que este formula de que somente uma idéia é ativada a cada vez (“*only one idea constraint*”), Roulet defende que cada ato da estrutura hierárquica ativa uma informação, que ocupa temporariamente o centro da atenção dos interlocutores, um só objeto de discurso<sup>150</sup>, e que a ativação dessa

---

<sup>148</sup> Apud Roulet (1996) e Grobet (2000). A informação ativa é entendida como a informação que já se encontra no foco de consciência do interlocutor num determinado momento; a informação semi-ativa é a que se encontra na consciência periférica do interlocutor, um conceito do qual se tem *background awareness*, mas que não está sendo diretamente focalizada; a informação inativa é a que se encontra na memória de longo termo, e não está focalizada nem direta nem periféricamente.

<sup>149</sup> A noção de informação dada é retomada por Chafe sob um ângulo cognitivo com a ajuda da noção de “estado de ativação”, que remete ao estatuto presumido de um referente na consciência do interlocutor, que ele completa pela noção de “identificabilidade”, que remete à presença presumida dessa informação no saber enciclopédico do interlocutor (Grobet, 2000).

<sup>150</sup> Esse termo “objeto de discurso” passa a ser evitado por Grobet na última versão do modelo, exposta em Roulet, Fillietaz e Grobet (2001). Tal como concebida por Mondada (1994: 62) – “é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos, transformados, os objetos de discurso que não lhe preexistem e que não têm uma estrutura fixa, mas que ao contrário emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva”- essa noção de objeto de discurso faz referência a entidades discursivas que não são ligadas ao ato. Esse termo objeto de discurso “designa na sua acepção mais ampla as entidades semântico-discursivas independentes da unidade do ato” (Roulet, Fillietaz e Grobet, 2001:255). Mas a informação chamada de “objeto de discurso” na organização informacional é intrinsecamente ligada a essa unidade. Assim se renuncia a esse termo e adota-se outro, “o propósito” (*le propos*), que, segundo Grobet (2000), dá conta da relação que liga o propósito ao tópico: o propósito pode ser definido como “aquilo que se diz” a respeito do tópico, sendo que o tópico e o propósito são complementares e se definem mutuamente. Como a proposta de mudança desse termo se encontra ainda em período de transição – emprega-se em trabalhos recentes ainda o termo “objeto de discurso” – e como ela surgiu quando eu já havia iniciado esta tese, optei por tomar neste trabalho uma e outra terminologia.

informação se dá através de pelo menos um ponto de ancoragem na memória discursiva, sob a forma de uma informação semi-ativa, já presente na memória discursiva dos interlocutores, que pode ou não ser verbalizada. Esse ponto de ancoragem pode ser extraído do cotexto ou da situação de enunciação (contexto), ou ainda das inferências de ambos.

Grobet (1999, 2000) assinala que um objeto de discurso pode ter diversos pontos de ancoragem situados em diferentes níveis da memória discursiva, e que todo objeto de discurso tem ao menos um ponto de ancoragem imediato – constituído pela informação<sup>151</sup> mais diretamente acessível na qual ele se encadeia –, que é chamado de **tópico**<sup>152</sup>. A autora assinala ainda que é igualmente levantada a hipótese de que existem pontos de ancoragem situados em níveis mais profundos da memória discursiva – são chamados de pontos de ancoragem *d'arrière-fond*<sup>153</sup>. Esses pontos de ancoragem normalmente são constituídos de informações acessíveis, mas que não atuam diretamente no encadeamento dos objetos de discurso. Os pontos de ancoragem podem geralmente ser marcados no texto por uma anáfora, por uma expressão definida, por repetição de palavras, por expressões sinônimas, etc. Esses termos ou expressões constituem os traços de ponto de ancoragem.

A organização informacional é compreendida como o estudo do conjunto desses elementos que intervêm na continuidade e na progressão do fluxo discursivo (Grobet, 1999a). A análise da organização informacional de cada ato, então, visa à identificação dos pontos de ancoragem nos quais se encadeiam os constituintes discursivos, para que se possa descrever as diferentes formas de progressão informacional que são extraídas da sucessão desses atos no discurso. Mas o reconhecimento dos traços de pontos de ancoragem e da informação semi-ativa imediatamente acessível se faz, segundo Grobet (1996: 72), de uma maneira ainda muito intuitiva.

Os anafóricos, por exemplo, são tidos como traços de ponto de ancoragem, mas nem todo anafórico é necessariamente um traço de ponto de ancoragem. Procurando

---

<sup>151</sup> Grobet usa a palavra “informação” para designar o tópico, porque esta pode ser tanto referencial quanto proposicional.

<sup>152</sup> Sobre a complexidade da noção de tópico, ver Grobet (1999b: 334-335 e 2000:16-33).

<sup>153</sup> Um problema para a análise informacional é que a diferença entre o ponto de ancoragem imediato e os pontos de ancoragem *d'arrière-fond* não é clara. Tentando contorná-lo, Grobet (2000: 96-104) busca precisar essas noções e mostra que as características de “identificabilidade” e de estado de ativação bem como a relação de “a propósito”, quando consideradas simultaneamente, possibilitam a identificação de um ponto de ancoragem imediato ou tópico.

precisar quais são os anafóricos suscetíveis de funcionar como traços de ponto de ancoragem, apoiando-se na distinção estabelecida por Berrendonner (1990) entre *formes de rappel* e *formes liées*, Grobet (1996: 73) mostra que somente os anafóricos que constituem formas de *rappel*, porque apontam para uma informação situada na memória discursiva, podem ser considerados traços de ponto de ancoragem. As formas *liées*, porque não implicam uma passagem pela memória discursiva (não admitem a substituição nominal sem que haja uma perda do elo anafórico), não são então marcadores de ponto de ancoragem.

Os termos anafóricos que constituem formas de *rappel* agrupam uma classe heterogênea de expressões. São suscetíveis de possuir uma referência anafórica os pronomes, os sintagmas definidos, os advérbios, os tempos gramaticais, etc. Berrendonner (1983) considera que os conectores são um caso particular de anáforas, visto que têm por antecedente um saber partilhado que é elemento da memória discursiva, ou seja, o que eles conectam com a sua própria enunciação é uma informação que já se encontra na memória discursiva. Dessa forma, enquanto anafóricos, os conectores poderiam ser considerados elementos que funcionam como traços de ponto de ancoragem. Grobet (op. cit.: 75), no entanto, não os inclui entre esses elementos argumentando que a assimilação dos conectores aos termos anafóricos não se justifica se se considera que a sua função primeira não é tanto a de marcar um apontamento<sup>154</sup> para uma informação situada na memória discursiva, mas, sim, a de marcar uma relação entre o ato que esses conectores introduzem e essa informação.

Mesmo não sendo esta a sua função primeira, não se pode negar que tenham a propriedade de encadear-se sobre informações implícitas e inferíveis a partir dos conhecimentos acessíveis situados na memória discursiva. Assim, os conectores discursivos, cujas relações ou funções discursivas são especificadas na organização relacional, podem ser considerados, a meu ver, na forma de organização informacional, como elementos que participam da continuidade tópica, a qual assegura a relação entre dois constituintes discursivos, ainda que não sejam eles que marquem os pontos de ancoragem imediatos<sup>155</sup>.

A análise da organização informacional visa, como já mencionado, à identificação dos pontos de ancoragem. O que a distingue da análise da organização

---

<sup>154</sup> O autores utilizam o termo *pointage*, que traduzo como *apontamento*.

<sup>155</sup> Eles podem ser considerados traços de ponto de ancoragem entre outros.

relacional no sistema modular de análise do discurso é o fato de que, no nível relacional, descrevem-se as relações interativas marcadas pelos conectores, que caracterizam os constituintes discursivos e, no nível informacional, descrevem-se as informações nas quais se encadeiam os constituintes discursivos. Essas duas formas de organização do discurso se aproximam, uma vez que em ambas intervêm informações implícitas estocadas da memória discursiva. As informações estocadas na memória discursiva participam tanto na determinação das relações de discurso como na análise dos encadeamentos dos objetos de discurso. Mas as relações discursivas marcadas pelos conectores não são diretamente pertinentes no nível informacional. Nesse nível, procede-se somente ao levantamento dos pontos de ancoragem marcados pelos termos anafóricos (Grobet, 1999a).

Um ponto de ancoragem pode ser verbalizado por um traço anafórico, mas pode acontecer também de ele ficar implícito. Nesse caso, como mostra Grobet (1999), levanta-se a hipótese de que ele será constituído pela informação mais recentemente ativada. Se não for este o caso, procuram-se outras soluções recorrendo-se às dimensões hierárquica e referencial. Se ainda assim não se conseguir identificar o ponto de ancoragem tópica, considera-se num último recurso que o tópico é resultante da situação de enunciação.

Reproduzo abaixo um fragmento do diálogo estudado por Grobet (op.cit.) neste artigo, extraído de uma entrevista radiofônica entre Jacques Chancel (C) e a escritora Michele Maurois (M), o qual foi analisado visando à representação de sua organização informacional. As informações entre colchetes dizem respeito aos tópicos marcados por um traço de ponto de ancoragem; as informações entre parênteses dizem respeito aos pontos de ancoragem implícitos; os termos em negrito representam os traços de ponto de ancoragem imediato e os termos em *itálico* representam os traços de ponto de ancoragem *d'arrière-fond*. Neste fragmento se pode exemplificar o ponto de ancoragem imediato verbalizado por um traço anafórico e o ponto de ancoragem que se encontra implícito.

8. M: (on va chez um éditeur) c'est c'est plus facile *d'avoir un nom commu*
9. C: (c'est plus facile...) la première fois

10. M. (c'est plus facile...) la première fois
11. (la première fois) mais ensuite *on vous* demande plus . peut-être qu'à un autre auteur
12. C: on a un complexe euh **dans dans ces temps là** [ensuite]
13. M. (on a un complexe) oui *on* a un complexe évidemment
14. (oui on a ... ) seulement *j'*ai eu un père
15. euh *ça l'*[père] amusait énormément *que j'ecrive*
16. e **qui** [père] *m'*a encouragée beaucoup
17. et . finalement **ça** [un complexe/porter un grand nom] ne m'a pas pesé

O ponto de ancoragem imediato do ato (12) é constituído pela informação *ensuite* ativada pelo ato (11) e verbalizada pela expressão *dans dans ce temps là*. O ponto de ancoragem imediato do ato (15) é constituído por *père*, ativado por (14), e é verbalizado pelo traço *l'*. Como o ponto de ancoragem do objeto de discurso ativado por Jacques Chancel em (9) está implícito, considera-se que ele foi ativado por Michele Maurois no ato precedente, ou seja, em (8). Considerando-se este ponto de ancoragem como satisfatório, não se faz necessário procurar por qualquer outro ponto. Cessa-se assim o processo de identificação do tópico.

O tópico nunca deve ser definido antecipadamente. Ele pode se originar (i) no propósito ativado pelo ato precedente, o que não é necessário, mas ocorre com frequência; (ii) na situação de interação: por exemplo, os pronomes de primeira e segunda pessoas funcionam como tópicos situacionais ou ainda os advérbios que remetem à situação (aqui, agora, amanhã) são pontos de ancoragem resultantes da situação - eles funcionam como pontos de ancoragem *d'arrière-fond*, mas podem também ser mobilizados como tópicos (em diálogos que se inscrevem no quadro de interações finalizadas) -; (iii) no conteúdo dos discursos (o dito) ou no discurso mesmo (o dizer). por meio de marcadores preliminares metadiscursivos como a expressão “a propósito” ou por meio de atos ilocucionários do tipo: “Queria te perguntar”, “Voltando ao que eu dizia ontem”; e finalmente (iv) na memória discursiva (Grobet, 2000).

A continuidade na organização informacional se estabelece na combinação das noções de ato, tópico e objeto de discurso e resulta de um processo que se realiza em

duas etapas: primeiro introduz-se uma entidade para poder em seguida utilizá-la como tópico. Cada ato ativa um objeto de discurso que incrementa a memória discursiva, a qual passa a conter as informações nas quais o ato posterior pode se encadear (os pontos de ancoragem). Certos referentes podem ser introduzidos pela situação de interação. Cada ato seleciona retroativamente um tópico entre os pontos de ancoragem (Grobet, op.cit.). O tópico é então selecionado em função de sua característica de se ligar de forma mais diretamente pertinente à informação ativada.

Nessa análise intervêm informações provenientes das dimensões hierárquica (para a unidade do ato), lingüística (para o estudo dos traços de ponto de ancoragem) e referencial (para os mecanismos de inferência que entram em jogo na procura pelos pontos de ancoragem) (Grobet, 1999: 410). A organização informacional, portanto, resulta da acoplagem (*couplage*) das informações obtidas com a análise do módulo hierárquico e com as informações sintáticas e lexicais do texto – traços dos pontos de ancoragem e, na ausência desses traços tópicos, lança-se mão das informações obtidas com a análise da dimensão referencial.

A representação da análise dessa forma de organização se faz da seguinte forma: os atos, já numerados, são transcritos um em cada linha; neles marcam-se em negrito os traços dos pontos de ancoragem imediatos (os tópicos), e em itálico os pontos de ancoragem *d'arrière-fond*<sup>156</sup>; entre colchetes explicitam-se os tópicos marcados por um traço e, entre parênteses, no início do ato, restituem-se os tópicos não marcados por traços lingüísticos, mas presentes na memória discursiva<sup>157</sup>. Os objetos de discurso, que não podem ser diretamente ligados aos elementos lingüísticos, não são transcritos.

A partir da identificação dos tópicos<sup>158</sup>, que podem estar marcados por uma expressão anafórica ou dêitica ou podem estar implícitos - devendo nesse caso ser recuperados a partir da informação ativada pelo ato imediatamente precedente ou pelo contexto de enunciação ou até mesmo a partir de uma informação mais distante, porém

---

<sup>156</sup> Roulet e Grobet, em seus trabalhos mais recentes, marcam apenas os traços de ponto de ancoragem imediatos (ou traços tópicos) nas diversas estruturas informacionais, não se ocupando com a marcação dos traços de ponto de ancoragem *d'arrière-fond*. Faço o mesmo neste trabalho, embora marque o *onde*.

<sup>157</sup> Convenções de transcrição da organização informacional adotadas pela equipe genebrina dirigida por Roulet.

<sup>158</sup> Seguindo Grobet (2000), procedo à identificação dos tópicos a partir das seguintes características: informação identificável por ter sido mais recentemente introduzida e estar mais acessível na consciência; informação com baixo custo ou esforço de ativação; informação percebida como “a mais imediatamente pertinente” a respeito do que é trazido pelo propósito (objeto de discurso).

acessível -, pode-se passar para a descrição dos modos de encadeamento ou dos tipos de progressão informacional.

Os modos de encadeamento considerados pelo modelo genebrino<sup>159</sup> são a **progressão** ou o **encadeamento linear**, quando o tópico é resultante de uma informação que acaba de ser ativada, e a **progressão** ou o **encadeamento com tópico constante**, quando os atos sucessivos se encadeiam num mesmo tópico. Esses dois tipos de progressão são distinguidos por Daneš (1974), e são evocados nos modelos que descrevem a organização informacional do discurso, independentemente do quadro teórico adotado, como afirma Grobet (2000). A progressão linear é a mais freqüente. Ela pode implicar um tópico explícito ou implícito (sem a presença do traço tópico). Já a progressão com tópico constante implica geralmente (mas não necessariamente) um tópico explícito, verbalizado por um pronome ou por uma retomada lexical.

A progressão com temas derivados, o terceiro tipo de progressão temática descrita por Daneš (1974), rebatizada por Grobet de progressão com tópicos derivados, é considerada pelos genebrinos como uma variante das progressões linear e com tópico constante, visto que é possível analisar esse tipo de progressão graças às progressões linear e com tópico constante. A progressão com tópicos derivados se estabelece quando de um hipertema (ou hipertópico) são derivados temas parciais. Para exemplificar esse tipo de progressão, transcrevo o exemplo apresentado por Koch (1990: 59):

*O Brasil é o maior país da América do Sul. A região norte é ocupada pela bacia Amazônica e pelo Planalto das Guianas. A região nordeste caracteriza-se, em grande parte, pelo clima semi-árido. As regiões sul e sudeste são altamente industrializadas.*

O hipertópico “O Brasil”, verbalizado por uma expressão definida, constitui o ponto de partida do enunciado e o todo. Dele são derivados os tópicos “a região norte”, “a região nordeste” e “as regiões sul e sudeste”, que constituem as partes. Pode-se considerar que estas sejam retomadas do tópico inicial, em progressão com tópico constante. Dessa forma, é possível analisar essa progressão com tópicos derivados como uma variante da progressão com tópico constante.

---

<sup>159</sup> Expostos em Roulet (1996, 1999) e Roulet, Filliettaz e Grobet (2001).

Em outro exemplo<sup>160</sup>, tem-se que a progressão com tópicos derivados pode ser vista como um tipo particular de progressão linear:

*O livro apresenta uma visão atualizada dos processos de formação de palavras. A derivação e a composição são inicialmente contrastadas. A derivação regressiva é discutida numa oposição à abreviação. A derivação parassintética é descrita em detalhes. A mudança de classe ou derivação imprópria é também abordada, por meio da exemplificação de alguns casos.*

O hipertópico “os processos de formação de palavras”, verbalizado por uma expressão definida, se situa numa posição pós-verbal, integrada ao propósito. Dele são derivados os tópicos “a derivação e a composição”, “a derivação regressiva”, “a derivação parassintética”, “a mudança de classe ou derivação imprópria”. Uma vez que o hipertópico é constituído por uma informação ativada num propósito ou objeto de discurso, propõe-se que se descreva essa progressão temática como um tipo de progressão linear. Dessa forma, procura-se dar conta das diferentes progressões informacionais de maneira simples e homogênea (Grobet, 2000).

O terceiro tipo de progressão considerado no modelo modular é o **encadeamento à distância**, descrito como uma variante da progressão linear, que ocorre quando o tópico retoma um propósito introduzido em atos anteriores, e não no imediatamente precedente.

A descrição da estrutura informacional visa a reconhecer e explicitar o tópico de cada ato e, a partir de sua identificação, determinar os tipos de progressão informacional, procurando dar conta do encadeamento entre as informações ativadas sucessivamente no discurso.

A descrição da organização informacional dos textos do *corpus* se faz seguindo esses procedimentos a fim de que se possa investigar como o *onde* atua nesse nível de análise. Teria ele um papel importante na progressão informacional, funcionando na explicitação do tópico de cada ato, como traço de ponto de ancoragem imediato, determinando o encadeamento das informações, ou desempenharia um papel

---

<sup>160</sup> Este exemplo foi criado por mim para a discussão de um outro tipo de progressão temática.

secundário, na medida em que não marcaria um ponto de ancoragem tópica, mas se ocuparia prioritariamente da conexão de constituintes discursivos que se ligam numa relação interativa? Antes de proceder a essa análise, entretanto, discuto ainda uma dificuldade com a qual se pode deparar no desenvolvimento desse tipo de investigação, como a que se relaciona com a identificação do tópico.

A identificação dos tópicos, como já apontado anteriormente, se faz ainda de maneira bastante intuitiva. Tentando contornar o inconveniente de uma abordagem exclusivamente intuitiva<sup>161</sup>, visto que ela pode trazer dificuldades para a explicação ou a justificação da análise da estrutura informacional, já se propuseram testes aos quais se pode recorrer para dar conta da identificação do tópico e também do propósito<sup>162</sup>. Entre eles tem-se o da interrogação, o da negação e o da reformulação.

O teste da interrogação se apóia na hipótese de que se pode propor ao menos uma pergunta para cada frase assertiva, e o elemento chamado pela expressão interrogativa corresponde ao elemento remático da frase. Por meio dele se pode achar, indiretamente, o tópico da frase dada. Daneš (1974) considera esse teste viável, visto que ele é objetivo, puramente lingüístico e envolve tanto o contexto quanto o aspecto temático da FSP (perspectiva funcional da frase). Mas ele é criticado porque se podem propor questões a uma frase cujas respostas não contribuem para a identificação do tópico. O teste da negação se apóia no fato de que o tópico não é afetado com a negação da sentença. Esse teste também evidencia os elementos remáticos. Assim, tanto ele quanto o teste da interrogação não se mostraram satisfatórios para a identificação do tópico, já que permitem a identificação do tópico apenas indiretamente.

O terceiro teste, o da reformulação, diz respeito ao tópico e permite explicitar uma interpretação prévia da estrutura informacional bem como um tópico implícito resultante do contexto. Ele consiste numa paráfrase que se aplica ao constituinte discursivo, em especial aos sintagmas nominais, por meio de marcas como “quanto a”, “no que se refere a”, “a propósito de”, etc. (Grobet, 2000).

---

<sup>161</sup> Segundo Grobet (2000), a intuição deve ser apenas o ponto de partida

<sup>162</sup> v. Grobet (2000 : 122-127) sobre os testes utilizados e criticados por diversos autores.

Ilari (1992: cap.2), procurando encontrar um teste operacional que, aplicado a orações do português, dê sua articulação em tema e rema, investiga testes tais como: anteposição das expressões “quanto a”, “por falar em” às orações; contraste de orações; transposição da frase para o discurso indireto; associação às orações de paráfrases que exprimem o mesmo conteúdo na forma de uma identificação; proposição de uma pergunta natural.

É justamente com a aplicação desse último teste que se pode explicitar o tópico de (38) do texto 1, como exemplifico abaixo:

Texto 1

- (38) (quanto ao ensino de gramática na escola) O governo tem interesse em não dar educação ao povo brasileiro,
- (39) (O governo tem interesse em não dar educação ao povo brasileiro) pois uma sociedade culta é uma sociedade ativa,
- (40) (sociedade culta) falante,
- (41) **que** [sociedade culta] sabe se colocar no lugar de cidadão
- (42) (sociedade culta) e sabe os seus direitos.

Esse ato se liga ao precedente por um tópico implícito resultante do contexto para cuja identificação considero necessário recorrer à reformulação, visto que o SN definido *o governo* - que poderia ser considerado uma marca lexical do tópico-, por não ter sido ativado anteriormente no texto e dessa forma não marcar um referente que está acessível na consciência<sup>163</sup>, não deve ser apontado como o traço de ponto de ancoragem tópica.

Esse teste é também útil para pôr o tópico em evidência. Por exemplo, no enunciado que compreende o ato (15) do texto 3:

Texto 3

- (15) **O ensino tradicional** mantém a repetição crítica e rotinizada de práticas e crenças vulgares.

*Quanto ao ensino tradicional, ele mantém a repetição crítica e rotinizada de práticas e crenças vulgares.*

---

<sup>163</sup> O SN definido se caracteriza pela possibilidade de marcar indiretamente um ponto de ancoragem, admitindo a anáfora associativa, como por exemplo em : “Nós entramos em uma igreja. Os vitrais eram modernos” (Berrendonner, 1995). No entanto, o SN *o governo* é introduzido no texto 1 sem estar retomando nenhuma informação ativada anteriormente, nem de maneira indireta.

Embora o teste não possa determinar objetivamente o tópico, ele apresenta a vantagem de permitir a explicitação de uma interpretação intuitiva prévia da estrutura informacional (Grobet, 2000).<sup>164</sup>

Para a identificação do tópico convém ainda estudar os elementos lingüísticos que podem verbalizá-lo e que conduzem assim indiretamente a sua identificação. Entre esses elementos se encontram as expressões referenciais anafóricas e dêiticas. Essas expressões se associam freqüentemente aos referentes acessíveis e dessa forma desempenham importante papel na identificação do tópico<sup>165</sup>.

O item *onde* é um elemento lingüístico que pode verbalizar o tópico. Considero-o uma expressão referencial, na medida em que marca um apelo a um elemento presente na memória discursiva e que pode ter sua fonte no contexto (ambiente lingüístico de uma expressão, entendido como superior ao enunciado onde a expressão se encontra) ou na situação comunicativa (conjunto de circunstâncias não lingüísticas, que compreende a localização espaço-temporal da fala, a identidade dos interlocutores, o estoque de conhecimentos que eles compartilham) (cf. Ducrot & Schaeffer, 1999). Enquanto advérbio interrogativo ou enquanto advérbio pronominal relativo ele é usado para retomar um referente relacionado à noção de lugar (ou localização). Ele é definido como um locativo, ou seja, como um elemento que se refere a uma informação, um antecedente, que tem valor locativo, ou um elemento que estabelece um elo locativo entre seres e objetos. A noção de lugar é então uma noção que deve ser compreendida para que se possa dar conta da definição do *onde* como locativo.

Lugar pode ser definido como “espaço ocupado”, “espaço determinado”, “ponto no espaço”, “porção no espaço”. Tem assim uma relação estreita com *espaço*, uma noção mais ampla na medida em que descreve não só o lugar, mas também uma extensão de lugar ou uma extensão de tempo ou um meio indefinido em que se situam os seres, os objetos, as percepções, as idéias, etc. No espaço se situam os seres e os

---

<sup>164</sup> Ilari (1992) opta pelo teste da pergunta natural, que consiste na formulação de uma interrogação que começa por uma palavra interrogativa (pronomes interrogativos e locuções formadas por verbos de conteúdo genérico mais uma palavra interrogativa), porque considera que cada um dos testes comporta restrições peculiares de aplicação, mas este se aplica a um conjunto de orações mais amplo. Entretanto o próprio autor observa que, para a aplicação desse teste, surgem dificuldades como a formulação de perguntas que contenham duas ou mais palavras interrogativas ou a formulação de perguntas que possam eliciar menos do que um “termo da oração” ou ainda a revelação, com a aplicação do teste da ambigüidade, de orações que compartilham o mesmo “conteúdo nocional”.

<sup>165</sup> Sobre a descrição detalhada de algumas expressões referenciais freqüentemente presentes no discurso oral, como “ele”, “isso”, os SN definidos e os SN demonstrativos, v. Grobet (2000:157-191).

objetos e, para que um objeto seja situado no espaço, é preciso considerar a sua natureza assim como a de outros elementos presentes num enunciado.

Entre os elementos que participam nos fenômenos de localização tem-se os *topônimos*, nomes próprios que particularizam ao máximo a referência (Mondada, 1994). Podem participar também os objetos *topográficos*, que são os objetos que se caracterizam pela sua imobilidade e por seu aspecto maciço, e os elementos *topológicos*, os que não podem ser descritos como locativos sem que se considere o contexto em que se encontram (Hadermann, 1993).

Topônimos tais como *Brasil, Belo Horizonte, Barroca*, que são geograficamente reconhecíveis e conservam o traço [+ locativo] em todas as suas funções gramaticais, se distinguem de nomes topográficos como *salão, restaurante, degrau*, cujo semantismo locativo provém de sua imobilidade e de seu aspecto maciço.

Ao lado desses, tem-se nomes que não podem ser descritos como porções do espaço e que não são nem necessariamente imóveis nem maciços.

Em exemplos como:

*Onde está o livro? O livro está na estante.*

*Aquela é a estante onde está o livro.*

*Onde está o prato? O prato está sobre a mesa.*

*A mesa onde está o prato foi presente da minha mãe.*

as palavras *estante* e *mesa*, às quais o *onde* se refere, são nomes que designam objetos referenciais e se distinguem dos lugares referidos, tanto que se pode referir a uma variedade de lugares mantendo-se o objeto referencial constante:

*O livro está perto da estante. / O livro está dentro da estante.*

*O prato está debaixo da mesa. / O prato está na mesa.*

A esses nomes, chamados de topológicos, se atribui um semantismo locativo pelo fato de poderem ser considerados nomes de lugar ocasionais, sob a influência do contexto. Eles têm papel no estabelecimento de uma relação de localização, embora não possuam um valor locativo intrínseco – não são geograficamente reconhecíveis nem apresentam o traço [+ locativo] em todas as suas funções gramaticais. São também

chamados de topológicos os nomes que permitem uma recuperação espacial abstrata, como por exemplo: *interior, centro, esquerda, alto*, etc. e ainda os nomes abstratos ou de conteúdos nocionais que podem ter emprego locativo ao permitirem situar um correlato numa relação continente/conteúdo (cf. Hadermann, 1993).

Essa relação continente/conteúdo, que já foi abordada no capítulo anterior, tem papel importante na caracterização de uma relação de localização. Em enunciados como<sup>166</sup>:

*Os textos retratam situações do dia-a-dia das crianças e não uma história onde existe aquele herói inatingível e invencível.*

*Portanto a classificação de Luft não dá conta desses casos, onde os complementos adverbiais não são sintagmas preposicionados.*

*Fernanda Scalzo narra com detalhes o dia extressante de um empresário repleto de palavras importadas e discorre sobre diversas situações cotidianas, onde o idioma inglês é usado com tanta freqüência e naturalidade, que denota como o inglês vem progressivamente sendo inserido na cultura do Brasil e dos demais países.*

os antecedentes<sup>167</sup> retomados pelo *onde*, *história*, *casos* e *situações*, podem ser considerados topológicos, visto que a eles se pode atribuir um semantismo locativo na medida em que atuam como um correlato numa relação continente/conteúdo: o *herói* existe na *história*, os *complementos adverbiais* se situam nos *casos*, o uso do *idioma inglês* faz parte das *situações cotidianas*. *História*, *casos* e *situações* são os continentes, pois neles é que estão contidos os conteúdos correlatos *herói*, *complementos verbais* e *idioma inglês*, respectivamente. A presença da preposição “em” nas descrições da relação entre os correlatos continente e conteúdo contribui para sua interpretação.

---

<sup>166</sup> Estes exemplos foram extraídos de textos produzidos por alunos de graduação e por vestibulandos e foram colhidos entre 1995 e 1997 quando comecei a me interessar pelo estudo do *onde*.

<sup>167</sup> Por antecedente se entende o segmento ou a expressão lingüística à qual remete o anafórico. Por referente se entende aquilo que existe além da fala, aquilo que se situa na memória discursiva a que remete o anafórico.

Igualmente importante numa relação de localização é a preposição. Pontes (1992), analisando a conceituação de espaço na língua portuguesa, examina as preposições (e também as locuções prepositivas) que são usadas para indicar espaço. A preposição “em” indica situação, “de” indica proveniência, “para”, direção e “por”, trajeto. A preposição “em”, como assinala a autora, é a usada para indicar lugar de uma maneira geral, podendo ser assim considerada “a preposição não-marcada para lugar” (Pontes, 1992: 25). É ela que se usa quando se quer indicar um lugar sem especificá-lo muito. É ela também que está contida virtualmente no *onde* e que permite assim que ele possa atuar numa relação de localização. Mas o *onde* tem sido empregado também numa alternância com uma outra forma relativa, como mostrei no capítulo anterior. Nesse caso perde-se a precisão quanto à relação espacial que se quer estabelecer entre os objetos, o que contribui para aumentar o esforço a ser despendido na interpretação do enunciado.

O estudo do *onde* mostra que ele é um elemento que participa no estabelecimento de uma relação de localização. No seu emprego interrogativo, ele é utilizado para a recuperação de referentes que são verbalizados por expressões cuja função sintática é a de complemento circunstancial de lugar. O seu traço [+ indefinido] só será saturado com a resposta, que conterà a informação relativa à recuperação do referente circunstancial. No seu emprego relativo, ele retoma um antecedente (explícito ou implícito), que deverá saturar o seu traço [+ indefinido]<sup>168</sup>. Esse antecedente pode ter valor locativo intrínseco (como os topônimos e os topógrafos) ou extrínseco (como os topológicos). Porque pode ter diferentes tipos de antecedentes, o seu traço [+ locativo] é necessariamente um traço abstrato que não necessita de relação espacial concreta (Hadermann, 1993).

O *onde*, no entanto, nem sempre é empregado estabelecendo exclusivamente uma relação de localização. Em algumas de suas ocorrências, esse item, além de sinalizar uma relação de localização entre objetos, ainda atua na conexão de entidades ou proposições que se ligam numa relação do tipo argumentativa genérica. E nesses casos, quando se encontra conectando constituintes que se ligam numa relação argumentativa, o seu componente fórico bem como o traço [+ locativo] são explorados pela referência a uma informação que se encontra na memória discursiva cuja fonte

---

<sup>168</sup> *Onde* relativo tem um valor lacunar que é preenchido anaforicamente pela referência ao antecedente.

muitas vezes não está no cotexto, mas no contexto. É válido lembrar que no francês, como mostra Hadermann (op.cit.), quando aparece como parte de locuções conjuntivas, ou seja, quando ocorre em seu emprego conjuncional, o *onde* perde a sua foricidade e o seu semantismo locativo. Segundo a autora, as locuções conjuncionais com *où* podem exprimir entre *P* e *Q* uma relação de condição, de restrição, de finalidade hipotética, de implicação em função de diversos fatores sintáticos e morfológicos, como os elementos constitutivos da locução, a preposição que inicia a conjunção, a ordem das proposições, o tempo do verbo empregado em *P* e a perda do valor relativo de *où*.

Para analisar a atuação do *onde* na estrutura informacional, é preciso verificar se ele pode ser um elemento que intervém ou não na marcação dos pontos de ancoragem imediatos e de segundo plano. Os anafóricos, que reúnem uma classe heterogênea de expressões suscetíveis de ter uma referência anafórica (pronomes, advérbios, SN definidos, SN demonstrativos), são considerados traços de ponto de ancoragem, visto que podem fornecer indicações sobre o ponto de ancoragem a que remetem (Grobet, 1999).

Como já foi colocado, o *onde* é uma expressão referencial – tanto em seu emprego interrogativo quanto em seu emprego relativo-, que se caracteriza pelo conteúdo locativo (em sentido amplo) indefinido (que será preenchido numa referência a uma outra informação). Assim, é um elemento que em princípio pode funcionar como traço de ponto de ancoragem tópica. Mesmo quando é empregado na articulação de constituintes que se ligam por uma relação argumentativa, o *onde* é considerado uma expressão referencial, visto que remete a uma informação dada anteriormente, já então presente em nossa memória discursiva, ao mesmo tempo em que realiza a função de conectar argumentativamente os constituintes discursivos.

Sua instrução referencial de base indica que ele, como uma proforma relativa, retoma uma informação anterior (dada explícita ou implicitamente) e com ela estabelece uma relação de correferência fundada numa noção de localização. A sua instrução de base eu resumiria na expressão “lugar em que”, lembrando que aqui se considera o lugar num sentido amplo (localização espacial física e também nocional). Considera-se, então, por seu conteúdo semântico, que o *onde* pode marcar um ponto de ancoragem, ou seja, que ele pode constituir um traço de ponto de ancoragem na memória discursiva.

No exemplo:

Texto 11

- (2) (a propósito do filme) A história se desenrola em Nova York,  
(3) *onde* [em Nova York] um rapaz conhece uma moça e a convida  
para sair...

o *onde* remete a um referente que pode ser facilmente identificado pelo interlocutor, visto que ele é manifesto ou saliente, ou seja, disponível ou presente no foco de atenção do leitor<sup>169</sup>. Esse referente é o tópico, o ponto de ancoragem mais imediatamente pertinente no qual se encadeia o propósito. Um teste que proponho para confirmar a interpretação de que o *onde* funciona como traço de ponto de ancoragem tópica é o da formulação de uma pergunta, utilizando o próprio *onde*, cuja resposta constituirá o tópico, seu referente: *Onde um rapaz conhece uma moça e a convida para sair? Em Nova York.*

Já no próximo exemplo,

Texto 9

- 17) **Todos nós** somos programados para falar,  
(18) (Todos nós) temos uma propensão inata para a linguagem.  
(19) (quanto à propensão inata para a linguagem) Aprender a falar é uma  
evolução natural  
(20) (aprender a falar é uma evolução natural) *onde* precisamos ouvir  
(21) (precisamos ouvir) para selecionar nosso vocabulário.

o *onde* pode ser interpretado como um elemento que não constitui uma marca de tópico, visto que não remete a uma entidade tópica, mas a um referente como « *evolução natural* »<sup>170</sup>, que se integra ao tópico mais imediato para o ato iniciado pelo *onde*, o qual é formado pela informação *aprender a falar é uma evolução natural*, ativada no propósito do ato precedente<sup>171</sup>.

---

<sup>169</sup> cf. Grobet (2000 : 159).

<sup>170</sup> Utilizo os símbolos « . . . » para indicar uma informação que pode ser inferida como referente do *onde*.

<sup>171</sup> A aplicação do teste da interrogação com o *onde* confirma a interpretação dada neste caso: ? *Onde precisamos ouvir para selecionar nosso vocabulário? Na evolução natural.* A interrogação antes do enunciado é usada para mostrar a sua estranheza (ou inaceitabilidade).

Para analisar o funcionamento do *onde* na organização informacional, proponho como hipótese de partida que esse item pode constituir o traço de ponto de ancoragem tópica na medida em que ele, enquanto expressão referencial anafórica, é um elemento que pode fornecer indicações sobre um ponto de ancoragem ao qual remete. A hipótese que levanto para a análise do funcionamento do *onde* no nível informacional é a de que ele constitui um traço de ponto de ancoragem (TPA) tópica nos casos em que, do ponto de vista da organização relacional, atua como um “comentativo”, que introduz um constituinte ligado ao anterior por uma relação interativa de comentário. Nesses casos, tem-se que ele equivale à forma relativa “em que” ou a uma outra forma relativa preposicionada, podendo por elas ser substituído. No entanto ele não constitui um TPA-tópica nos casos em que atua conectando constituintes que se ligam por uma relação interativa argumentativa. Nesses casos, proponho que ele, em vez de se comportar como o elemento que intervém na marcação do ponto de ancoragem tópica, funciona apenas como um elemento que remete a uma informação situada em *arrière-fond*, tendo dessa forma um papel secundário na organização informacional<sup>172</sup>.

A verificação dessa hipótese se faz importante, uma vez que ela se relaciona com a hipótese levantada na introdução deste trabalho de que o *onde* atua na organização do discurso como conector que liga constituintes discursivos. Nos casos em que ele constitui um TPA-tópica, a sua função anafórica teria papel mais importante na organização do discurso do que a sua função conectiva<sup>173</sup>. Já nos casos em que ele não intervém na marcação do ponto de ancoragem tópica, a sua função mais importante na organização do discurso seria então a de atuar na conexão de constituintes ligados por uma relação argumentativa.

Como neste capítulo estudo a organização informacional do discurso com meu interesse voltado para a investigação do funcionamento do *onde* nesse nível de análise, focalizo os diversos trechos em que ele ocorre, a fim de avaliar o seu papel na progressão informacional a partir da hipótese inicialmente colocada. Para a descrição das análises informacionais, utilizo quadros que se dividem em duas colunas. Na primeira, à esquerda, tem-se a transcrição da organização informacional de cada trecho em que o *onde* se encontra, representada segundo os critérios de representação da

---

<sup>172</sup> Não é ele que reativa a informação mais acessível, ou seja, o tópico.

<sup>173</sup> Justamente porque constitui o traço tópico, ele não pode ser suprimido (como aconteceria se fosse apenas um conector) sem comprometer a gramaticalidade da seqüência em que se encontra.

estrutura informacional anteriormente citados; na segunda, à direita, apresento os principais tipos de progressão informacional que podem ser determinados a partir da identificação do tópico.

Segundo Grobet (1996), como mencionado anteriormente, somente os termos anafóricos que constituem formas de *rappel*, ou seja, os que têm funcionamento externo ao constituinte e que implicam um apontamento para uma informação situada na memória discursiva, podem ser considerados traços de ponto de ancoragem tópica. Assim pode funcionar como traço de ponto de ancoragem tópica o item *onde* que se encontra em fronteira de ato e não o que se encontra no interior de um ato. Dessa forma, vou desconsiderar nessa análise as duas ocorrências desse item no interior do ato.

A análise das ocorrências do *onde* que desenvolvo sob a perspectiva da organização informacional confirma de certa forma a hipótese inicialmente colocada. O *onde* tem a propriedade de funcionar como traço tópico quando empregado como um conector “comentativo” que, do ponto de vista relacional, introduz um constituinte que se liga ao anterior por uma relação interativa de comentário. Já nos casos em que o seu emprego é argumentativo, ou seja, nos casos em que atua na conexão de constituintes entre os quais se infere uma relação do tipo argumentativa, ele perde essa propriedade, devendo ser considerado apenas como um traço de ponto de ancoragem *d’arrière-fond*.

No próximo item 4.1.1, apresento as descrições das análises das ocorrências em que ele funciona como traço de ponto de ancoragem tópica e em seguida, no item 4.1.2, apresento as análises das ocorrências em que o seu papel na estrutura informacional seria apenas o de um traço de ponto de ancoragem *d’arrière-fond*.

#### **4.1. 1. O *onde* como traço de ponto de ancoragem tópica**

No capítulo anterior, quando analisava o funcionamento do *onde* na organização relacional dos textos em que ele ocorre, propus que a apresentação das descrições das suas ocorrências fosse feita em três momentos, conforme (1) o seu emprego como um relativo marcador de uma relação interativa de comentário, (2) o seu emprego como elemento que introduz um constituinte de estatuto subordinado cuja relação com o constituinte precedente pode ser interpretada tanto como de comentário quanto como de

argumento, e finalmente (3) o seu emprego como um elemento que introduz um constituinte cuja relação com o precedente é interpretada como uma relação argumentativa genérica.

Uma vez que a hipótese inicial que proponho para a análise da atuação do *onde* na organização informacional se apóia no seu emprego como elemento que introduz um constituinte numa relação de comentário ou numa relação argumentativa, escolho apresentar a descrição das análises da organização informacional dos trechos em que ele ocorre considerando inicialmente (neste item 4.1.1.) as ocorrências focalizadas em (1) e (2), em que o seu funcionamento é o de um relativo, anafórico, que marca uma relação interativa de comentário, do ponto de vista relacional, e encadeia informações da memória discursiva, do ponto de vista informacional. Posteriormente (no item 4.1.2.), analiso as ocorrências focalizadas em (3), em que o seu funcionamento é o de um elemento que conecta constituintes ligados por uma relação argumentativa, do tipo causal ou principalmente do tipo consecutiva, e que, do ponto de vista informacional, não atua de forma direta na reativação da informação mais imediatamente pertinente sobre a qual se diz alguma coisa.

Utilizo como critério que possibilita a identificação do tópico de cada ato analisado o teste da reformulação, uma vez que ele permite que se coloque o tópico em evidência e que se explicita a interpretação intuitiva da estrutura informacional.

Para avaliar a atuação do *onde* como traço de ponto de ancoragem tópica, inicialmente me apóio na saliência do seu referente. Se o seu referente for a informação mais saliente, ou seja, mais recentemente ativada e mais acessível na memória discursiva, ou ainda mais imediatamente pertinente sobre a qual se diz alguma coisa, o *onde* constitui um traço de ponto de ancoragem tópica. Para a determinação do referente do *onde*, utilizo alguns critérios a que chego a partir das colocações de Grobet (2000) sobre as marcas lexicais do tópico<sup>174</sup>, tais como: a proximidade entre o *onde* e seu antecedente; a semântismo do antecedente (ou do referente); o conteúdo da frase-hóspede do *onde*, que diz respeito à facilidade de acesso ao antecedente (ou do

---

<sup>174</sup> Ao tratar das instruções referenciais do pronome *il*, apoiando-se no trabalho de Kleiber intitulado *Anaphores et pronoms*, Grobet (2000: 160-161) menciona que, em lugar de definir a saliência e a situação que a implica, Kleiber passa ao exame dos critérios que permitem encontrar o referente textual do pronome *il*, que podem ser: o critério da proximidade do referente, o da função sintática (*il* mostra uma preferência por um antecedente que exerce igualmente a função de sujeito sintático), o da manutenção temática (considerado corolário da saliência da situação que implica o referente do pronome), o do conteúdo da frase-hóspede do pronome. Esses critérios não são sempre suficientes e nem são decisivos.

referente) a partir da frase-hóspede. Uma vez identificado o seu referente, proponho o teste da formulação de uma interrogação, utilizando como palavra interrogativa o próprio *onde*, o qual permitirá a confirmação da identificação do tópico (v. item anterior). Pode-se propor ainda o teste da reformulação, o qual deverá colocar o tópico em evidência.

Em sua ocorrência no texto 2, o *onde*, que atua do ponto de vista relacional como um “comentativo”, constitui um traço de ponto de ancoragem imediato, na medida em que remete explicitamente a uma informação ativada no constituinte anterior:

#### Texto 2

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(14) (quanto ao ensino de gramática na escola) A radicalização do ensino na sua forma tradicional,	progressão linear
(15) <i>onde</i> [(n)o ensino na sua forma tradicional] a gramática está em posição de destaque,	progressão linear
(16) (a radicalização do ensino na sua forma tradicional) deve ser revista,	encadeamento à distância
(17) (a radicalização do ensino na sua forma tradicional deve ser revista) de forma a dedicar maior parte do tempo para trabalhos com obras e textos de todos os níveis,	progressão linear
(18) <b>os quais</b> [os trabalhos] a gramática encontra-se implícita	progressão linear
(19) e (nos trabalhos) o aluno possa desenvolver seu raciocínio.	tópico constante
(20) (nos trabalhos) sem censuras,	tópico constante
(21) (o aluno) tornando-se um brilhante escritor,	encadeamento à distância
(22) <b>os</b> (o aluno) que possuem talento,	tópico constante
(23) (o aluno) e verdadeiros conhecedores da língua materna.	tópico constante

Nesse trecho, tem-se os atos (14)-(15) e (16)-(17)-(18) encadeando-se numa progressão linear, visto que o propósito (ou objeto de discurso) ativado por um ato se encadeia num tópico que tem sua fonte no propósito do ato precedente. Já os atos (18)-(19)-(20) e (21)-(22)-(23), se ligam por um encadeamento com tópico constante, « os trabalhos » e « o aluno », respectivamente, visto que os propósitos ativados por esses atos sucessivos se encadeiam num mesmo tópico.

O *onde* marca um ponto de ancoragem. Ele evoca uma informação presente na memória discursiva, a qual está explicitada entre os colchetes. Para a determinação

desse referente, apóio-me no conteúdo semântico de seu antecedente. O *onde* relativo carrega a instrução de que se deve procurar o seu referente numa situação de correferência fundada numa noção de localização, que pode ser resumida em “lugar em que”. Por meio dessa instrução, pode-se identificar o seu referente. Outro critério que se pode aplicar para a identificação do referente do *onde* é o da proximidade entre esse item e o termo a ser apontado como o seu antecedente. Finalmente, com a formulação da questão, pode-se confirmar o tópico de (15): *Onde a gramática está em posição de destaque? No ensino na sua forma tradicional.*

O referente do *onde* pode ser considerado o tópico ou o ponto de ancoragem imediato. Isso pode ser comprovado também pela utilização do teste da reformulação da estrutura, que põe em evidência a informação mais saliente situada na memória discursiva: *quanto ao ensino na sua forma tradicional, a gramática está em posição de destaque nele.*

O item *onde* nessa ocorrência funciona como um traço de ponto de ancoragem tópica, desempenhando assim um papel importante na progressão do fluxo informacional. Ele marca uma ancoragem linear, visto que remete a uma informação que acaba de ser ativada, ou seja, que é ativada no propósito do ato precedente.

Em sua primeira ocorrência no texto 5, tem-se também a atuação do *onde* como traço de ponto de ancoragem tópica. E também nesse caso, esse item marca uma ancoragem linear.

#### Texto 5 i

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(11) (quanto ao aprendizado da língua) Se o precoce domínio da linguagem falada acontece justamente	progressão linear
(12) (acontece o precoce domínio da linguagem falada) porque somos expostos, desde a infância, à prática auditiva e de conversação,	progressão linear
(13) <i>onde</i> [na prática auditiva e de conversação] a repetibilidade e a correção dos erros representam fatores determinantes ao completo domínio da oratória,	progressão linear
(14) é de se esperar que o mesmo sucesso [o domínio da linguagem] seja alcançado <i>no ensino</i> da linguagem escrita,	encadeamento à distância
(15) (o mesmo sucesso) bastando <i>a intensiva exposição</i> do aluno à leitura e confecção de textos,	tópico constante
(16) (o mesmo sucesso) aplicando-se <i>a correção</i> quando necessário	tópico constante

Os critérios que aplico para achar o antecedente textual do *onde* são os mesmos utilizados na análise do trecho anterior: a proximidade entre esse item e seu antecedente e o semantismo locativo desse antecedente, que pode ser verificado inclusive por meio da formulação da interrogação que utiliza o próprio *onde* ou a sua instrução: *Onde/Em que lugar a repetibilidade e a correção dos erros representam fatores determinantes ao completo domínio da oratória? Na prática auditiva e de conversação.* Para verificar se esse referente constitui o ponto de ancoragem imediato, utilizo o teste da reformulação da estrutura informacional: *quanto à prática auditiva e de conversação, a repetibilidade e a correção dos erros representam nela fatores determinantes ao completo domínio da oratória.*

Nessa ocorrência, o *onde* constitui a marca de uma informação mais imediatamente acessível na memória discursiva que constitui um ponto de ancoragem tópica.

Em sua segunda ocorrência no texto 16, o *onde* novamente pode ser interpretado como traço de ponto de ancoragem tópica. Nesse caso ele marcaria uma ancoragem sobre um tópico constante, já que o tópico é proveniente do tópico do ato precedente. Mas essa interpretação pode ser colocada em xeque ao levarmos em conta nosso conhecimento de que a formação da palavra *brasileiro* é resultante do processo de derivação, e de que o contexto em que ela apareça não interfere na consideração desse processo.

Texto 16 ii

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(13) (quanto à derivação e à composição) Derivação e composição podem participar na formação de uma palavra,	encadeamento à distância
(14) (derivação e composição podem participar na formação de uma palavra) como no exemplo: - luso-brasileiro	progressão linear
(15) Neste exemplo [luso-brasileiro] existem duas bases,	progressão linear
(16) (neste exemplo existem duas bases) portanto composição,	tópico constante
(17) onde [neste exemplo] “brasileiro” é formado por derivação.	tópico constante

Nesse trecho a distância que se verifica entre o *onde* e o seu antecedente impõe um afastamento que interfere na avaliação da saliência do seu referente, causando maior dificuldade na interpretação. O critério da proximidade então já não pode ser utilizado na identificação do seu antecedente. O critério do conteúdo semântico do antecedente também não me parece satisfatório tendo em vista que a palavra *brasileiro* é formada por derivação e seu processo de formação é independente do exemplo em que aparece. Mas o critério do conteúdo da frase-hóspede pode intervir na identificação do referente, na medida em que *um exemplo* pode ser um “lugar” em que se encontra a palavra *brasileiro* e que a interpretação de que o *onde* se refere a *neste exemplo* é mais acessível do que a de que ele se refere a *composição*.

O teste da reformulação da estrutura, em que se coloca em evidência o referente « *neste exemplo* », auxilia na confirmação da interpretação de que esse referente constitui o ponto de ancoragem imediato: *a propósito desse exemplo, em que “brasileiro” é composto por derivação, existem duas bases, havendo, portanto, também a participação da composição na formação dessa palavra.* Essa paráfrase do enunciado permite identificar o referente do *onde* como o tópico.

Em sua ocorrência no texto 13, o referente do *onde* pode ser interpretado tanto como o tópico proveniente do propósito do ato precedente, quanto como o tópico proveniente do tópico precedente. Como se vê, a identificação do referente ao qual ele remete apresenta ao menos inicialmente alguma dificuldade.

### Texto 13

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(2) Na <i>charge</i> em questão,	progressão linear
(3) (na <i>charge</i> ) há uma aglutinação de operários e múltiplos “Fernandos Henriques”,	tópico constante
(4) <i>onde</i> [numa aglutinação de operários e múltiplos “Fernandos Henriques”] os trabalhadores estão formando a palavra <i>emprego</i> ;	progressão linear
(5) e (numa aglutinação de operários e múltiplos “Fernandos Henriques”) os presidentes à esquerda dos empregados, formam o prefixo de negação “ <i>des</i> ”.	tópico constante

OU

(2) Na <b>charge</b> em questão.	progressão linear
(3) (na charge) há uma aglutinação de operários e múltiplos “Fernandos Henriques”.	tópico constante
(4) <b>onde</b> [na charge] os trabalhadores estão formando a palavra emprego;	tópico constante
(5) (na charge) e os presidentes à esquerda dos empregados, formam o prefixo de negação “des”.	tópico constante

Aplicando-se o critério da proximidade do referente, que freqüentemente se apresenta como um critério pertinente para a identificação do referente, já que a informação mais saliente à qual o pronome remete costuma ser a mais recentemente ativada, tem-se que o *onde* remete a « *uma aglutinação de operários e múltiplos “Fernandos Henriques”* ». O termo *aglutinação*, que é o núcleo do SN que precede o *onde*, pode ser visto como um termo de valor locativo extrínseco, se se considerar que ele é um nome abstrato que representa um espaço nocional. Dessa forma, interpreta-se que esse item funciona como traço de ponto de ancoragem tópica que marca um encadeamento linear.

Mas, aplicando-se o critério do conteúdo da frase-hóspede, tem-se que o referente mais saliente é « *a charge* ». Dizer que *na aglutinação de operários e múltiplos “Fernandos Henriques” os trabalhos estão formando a palavra emprego; e os presidentes à esquerda dos empregados, formam o prefixo de negação “des”* parece fazer menos sentido do que dizer que *na charge/no desenho em questão os trabalhadores estão formando a palavra emprego; e os presidentes à esquerda dos empregados, formam o prefixo de negação “des”*. Dessa forma, julgo ser mais pertinente a interpretação de « *a charge* » como referente do *onde*. Além disso, formulando-se a interrogação a partir do conteúdo semântico do *onde* ou parafraseando-se a estrutura em que ele se encontra, confirma-se a interpretação de que ele se refere a « *a charge* » e não a « *uma aglutinação de operários e múltiplos “Fernandos Henriques”* »: *Onde/em que lugar os trabalhadores estão formando a palavra emprego? Na charge ; e a propósito da charge, nela os trabalhadores estão formando a palavra emprego...* Assim, prevalece a interpretação de que o *onde* funciona como traço de ponto de ancoragem tópica que marca um encadeamento com tópico constante.

Essa interpretação, no entanto, não invalida, a meu ver, a interpretação de que por meio desse item se consegue um desvio do foco de atenção do leitor, passando-se da

referência a um elemento textual para a referência ao objeto extratextual, como apresentei no capítulo anterior.

Nos casos que discuto a seguir, o *onde* funciona como traço de ponto de ancoragem tópica que marca um encadeamento linear. A particularidade desses casos em relação aos anteriormente analisados relaciona-se principalmente ao conteúdo semântico de seu antecedente, que não pode ser caracterizado como locativo. O *onde* então não atua como um relativo equivalente a “em que lugar”, mas como um relativo equivalente a outra forma relativa preposicionada.

#### Texto 14 i

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(13) Esta estrutura [estrutura complexa] desenvolve-se	progressão linear
(14) (esta estrutura desenvolve-se) à medida que se formam palavras novas através da combinação de elementos,	progressão linear
(15) onde [devido à/por meio da combinação de elementos] a palavra se transforma em estrutura possível de divisão em diferentes níveis.	progressão linear

Se a análise do referente do *onde* é baseada no critério da proximidade do antecedente, tem-se que o referente mais saliente é « *a combinação de elementos* ». O *onde* remete a essa informação ativada no propósito do ato precedente, porém sem retomá-la como um “lugar em que” *a palavra se transforma em estrutura possível de divisão em diferentes níveis*, mas como o “motivo” que possibilita à palavra se transformar *em estrutura possível de divisão em diferentes níveis* ou então como o “meio” pelo qual *a palavra se transforma em estrutura possível de divisão em diferentes níveis*.

A impossibilidade da formulação da interrogação com o *onde* reforça essa interpretação: ? *Onde a palavra se transforma em estrutura possível de divisão em diferentes níveis? Na combinação de elementos*<sup>175</sup>. Já o teste da reformulação pode confirmá-la: *Quanto à combinação de elementos, graças a ela/por meio dela a palavra se transforma em estrutura possível de divisão em diferentes níveis*.

<sup>175</sup> Por outro lado, a formulação da interrogação seria possível se se considerasse que é feita referência a um processo que consiste na combinação de elementos. O processo seria tido como o “lugar” em que se dá a combinação de elementos.

Em sua ocorrência no texto 18, o *onde* remete explicitamente a uma informação ativada no propósito do ato precedente, a qual se refere àquilo que possibilita ao aluno sua familiarização com as variedades do português.

Texto 18

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(6) Portanto, o ensino da gramática é necessário	encadeamento à distância
(7) (o ensino da gramática é necessário) e as atitudes diante a matéria devem ser reformuladas pelos professores,	progressão linear
(8) (as atitudes diante a matéria devem ser reformuladas pelos professores) de modo que os alunos trabalhem, primeiramente, com a gramática internalizada,	progressão linear
(9) isto é, que o aluno possa perceber e saber usar os dados intuitivamente	progressão linear
(10) e (o aluno) mais adiante ter um contato com a gramática descritiva,	tópico constante
(11) onde [por meio do contato com a gramática descritiva], o aluno vai se familiarizar com as diversas variedades da língua e com as regras do português,	progressão linear
(12) (o aluno vai se familiarizar com as diversas variedades da língua e com as regras do português) porém sem ser imposto a qualquer variedade.	progressão linear
(13) É importante que os alunos no primeiro e segundo graus trabalhem com atividades de leitura e produção de textos	encadeamento à distância
(14) (é importante que os alunos no primeiro e segundo graus trabalhem com atividades de leitura e produção de textos) para que possam conhecer diversas variedades da língua.	progressão linear
(15) (o aluno) E por último,	encadeamento à distância
(16) o aluno se depara com a gramática normativa	tópico constante
(17) (o aluno) afim de que possa ser capaz de produzir textos cultos	tópico constante
(18) e (o aluno) utilizar da norma culta padrão nos momentos apropriados.	tópico constante

O referente do *onde* nesse trecho pode ser apontado com a aplicação do critério da proximidade do antecedente, que é *um contato com a gramática descritiva*. Mas o *onde* não o retoma como um “lugar em que” e sim como o “meio pelo qual” se dá a familiarização do aluno com as variedades do português: *Por meio do contato com a gramática descritiva, o aluno vai se familiarizar com as diversas variedades da língua e com as regras do português.*

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que, segundo essa interpretação, o uso do *onde* ocasiona uma certa descontinuidade na seqüencialização temática. Ele

introduz uma estrutura do tipo parentética, que causa uma interrupção temporária do tópico *o aluno*, que vinha se mantendo em (9) e (10), sendo depois retomado em (13) e mantido de (15) a (18). A inserção desse parêntese pode ser interpretada como uma necessidade de o autor desenvolver um pouco mais a idéia de *o aluno mais adiante ter um contato com a gramática descritiva*.

No trecho apresentado a seguir, o *onde* remete a um referente o qual é ativado explicitamente no ato anterior, atuando dessa forma num encadeamento tópico linear.

#### Texto 6 i

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(14) (quanto ao ensino de LP) Muitas vezes foi constatado que os alunos.	encadeamento à distância
(15) (os alunos) mesmo sabendo uma quantidade considerável de regras.	progressão linear
(16) (os alunos) ainda apresentavam dificuldades ao se expressar oralmente ou na escrita.	tópico constante
(17) Isto [os alunos apresentavam dificuldade ao se expressar oralmente ou na escrita] porque o “princípio da unidade na variedade lingüística”,	progressão linear
(18) onde [segundo o princípio da unidade na variedade] “os diversos dialetos não são mais do que faces da mesma língua”. (Luft 1995),	progressão linear
(19) (o princípio da unidade na variedade) eram totalmente desprezados pelos educadores.	tópico constante

O referente do *onde* também nesse trecho pode ser encontrado com a consideração do critério da proximidade. O antecedente mais próximo tem sua origem no ato precedente. Mas a sua retomada pelo *onde*, também neste caso, não se faz pela retomada de um “lugar em que”, tanto que a colocação da interrogação com o *onde* não conduz a uma resposta em que se evidenciaria a relação que se pode estabelecer entre as informações conectadas pelo ele: ? *Onde/em que lugar os dialetos não são mais do que faces da mesma língua? No princípio da unidade na variedade lingüística*. Faz-se necessário que a pergunta seja formulada a partir da forma como pode ser retomado o referente: *Segundo qual/de acordo com qual princípio os dialetos não são mais do que faces da mesma língua? Segundo/de acordo com o princípio da unidade na variedade lingüística*.

Nesses três casos que acabo de abordar, o *onde* pode ser interpretado como traço de ponto de ancoragem tópica, desde que se considere que ele retoma a informação mais diretamente acessível na qual se encadeia o propósito de cada ato como faz uma outra forma relativa preposicionada.

Em sua ocorrência no texto 7, como mostro abaixo, o *onde* funciona como um traço de ponto de ancoragem tópica, visto que verbaliza o tópico ou a informação mais imediatamente saliente na qual encadeia o propósito, que é « diálogos ». Mas ele, também neste caso, não retoma a informação sob a forma de “lugar em que”.

#### Texto 7

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(1) A língua portuguesa, assim como todas as outras línguas, tem como objetivo possibilitar que as pessoas se compreendam mutuamente.	encadeamento à distância (questão do professor)
(2) Entretanto, a língua [a língua portuguesa] sofre várias mudanças durante cada geração, e em diferentes regiões do Brasil,	tópico constante
(3) (a língua sofre mudanças) causando, muitas vezes, certo desentendimento em diálogos,	progressão linear
(4) onde [dos diálogos] os participantes possuam uma grande diferença de idade	progressão linear
(5) ou (os participantes dos diálogos) pertençam a regiões diferentes do país.	progressão linear

Aplicando-se o critério da proximidade do antecedente, identifica-se a informação « diálogos » como o referente do *onde*. Mas a aplicação de outros critérios, como o conteúdo de sua frase-hóspede ou também a formulação da interrogação utilizando-se a expressão “em que lugar”, não possibilita que se chegue à identificação de seu referente a menos que se considere a possibilidade de ele estar sendo usado numa alternância com uma outra forma relativa, como: *a língua sofre mudanças causando certo desentendimento em diálogos cujos participantes possuam grande diferença de idade*. Como mencionado no capítulo anterior, pode-se inferir que o autor do texto, por meio do uso do *onde*, busca afirmar que as mudanças lingüísticas causam desentendimento nos diálogos, *quando* ou *se* os participantes dos diálogos, ou seja, os interlocutores que se situam nesse tipo de interação, possuem idades bem diferentes ou pertencem a diferentes regiões do país.

O *onde* nesse trecho pode ser interpretado como um traço de ponto de ancoragem tópica, na medida em que evoca a informação « diálogos », ativada no propósito do ato precedente. Dessa forma, ele marca uma progressão informacional linear.

Em suas ocorrências nos textos 12 e 17, o *onde* funciona como traço de ponto de ancoragem tópica, visto que verbaliza a informação mais diretamente acessível na qual se encadeia o propósito. Nesses dois casos, ele não remete a uma informação que foi verbalizada no ato anterior, mas sim a uma informação que pode ser inferida a partir da enunciação desse ato.

Texto 12 ii

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(21) (quanto ao programa Jô Soares Onze e Meia) Geralmente são três os entrevistados	encadeamento à distância
(22) <i>onde</i> [no programa de entrevistas] cada entrevista é separada pelo tempo comercial	tópico constante
(23) e ao final do programa [programa Jô Soares Onze e Meia] há quase sempre uma apresentação musical.	tópico constante

O referente do *onde* nesse trecho pode ser identificado se o analista se basear não na proximidade do antecedente, mas na instrução referencial do *onde*. Formulando-se a interrogação utilizando-se a sua instrução obtém-se: *Onde/em que lugar cada entrevista é separada pelo tempo comercial? No programa de entrevistas Jô Soares Onze e Meia* (e não em: *Nos entrevistados*). Aplicando-se o teste da reformulação da estrutura, chega-se também à determinação desse referente: *Quanto ao programa Jô Soares Onze e Meia, nele cada entrevista é separada pelo tempo comercial.*<sup>176</sup>

Já no texto 17, a identificação do referente do *onde* se faz mais custosa, na medida em que esse item remete a uma informação que deverá ser inferida com o auxílio de nossos conhecimentos de mundo – devemos recorrer a informações de ordem referencial-, visto que esta não chega a ser em nenhum momento explicitada no texto.

<sup>176</sup> Esse caso foi focalizado no capítulo anterior juntamente com os descritos no terceiro momento da apresentação das descrições das suas ocorrências – item 3.2.2.3. -, visto que interpretei inicialmente que o *onde* apenas encadeava dois constituintes, sem marcar qualquer tipo de relação.

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(4) (quanto ao que significa saber português) Hoje,	encadeamento à distância
(5) (quanto ao que significa saber português) através de uma análise mais profunda e crítica,	tópico constante
(6) (quanto ao que significa saber português) sei que saber Português é a capacidade que as pessoas possuem de se comunicar,	tópico constante
(7) <b>onde</b> [no processo de comunicação] o transmissor passa ao receptor a mensagem	progressão linear
(8) e este <b>a</b> [a mensagem] entende com clareza.	progressão linear

Também nesse trecho, aplicando-se os testes da formulação da interrogação utilizando-se a instrução do *onde* bem como da reformulação da estrutura de que ele participa, obtém-se que o seu referente é algo semelhante a « *no processo de comunicação* » : *Onde/em que lugar o transmissor passa ao receptor a mensagem e este a entende com clareza? No processo de comunicação; A propósito do processo de comunicação, nele o transmissor passa ao receptor a mensagem e este a entende com clareza.*

As análises da atuação do *onde* na organização informacional, descritas até o momento, em que se combinam uma abordagem pragmática e uma análise semântica do *onde*, mostram que ele remete a um referente identificável como tópico, funcionando dessa forma como um traço de ponto de ancoragem tópica. Ele remete a referentes que são identificáveis<sup>177</sup> pelo interlocutor ou recuperáveis pela sua saliência na consciência do interlocutor. Alguns desses referentes foram evocados textualmente, enquanto outros foram inferidos. O *onde* na maioria das vezes marca uma ancoragem linear, tendo podido também noutras vezes marcar um encadeamento com tópico constante.

O *onde* se mostra assim, nesses casos, uma expressão referencial que desempenha um papel na continuidade do fluxo informacional dos textos, ou seja, dos encadeamentos entre as informações que são, a todo o momento, ativadas nos textos. Eu diria que nesses casos a sua função anafórica se mostra a sua função primeira na organização do discurso.

<sup>177</sup> A noção de “identificabilidade” remete à presença de uma informação no saber enciclopédico do interlocutor (Grobet, 2000: 20).

#### 4.1.1.1. O *onde* seria traço de ponto de ancoragem tópica?

Já nos casos que passo a analisar a partir deste momento, não se faz evidente qual seria a sua função primeira na organização do discurso, visto que a sua atuação pode ser interpretada como a de uma expressão que remete ao tópico, se se considera que, do ponto de vista relacional, o *onde* é um “comentativo” que tem a função de marcar uma relação interativa de comentário, ou pode ser interpretada como a de uma expressão que se encadeia em pontos de ancoragem situados em níveis mais profundos da memória discursiva, caso se considere que não seja essa a sua função primeira.

A consideração desses casos sob a perspectiva da organização informacional se mostra de alguma forma interessante para que se possa buscar mais subsídios à interpretação do papel do *onde* no discurso.

Começo a tratar desses casos com as suas ocorrências no texto 3.

#### Texto 3 i

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(15) O ensino tradicional mantém a repetição crítica e rotinizada de práticas e crenças vulgares.	encadeamento à distância
(16) O ensino-aprendizado [ensino tradicional] é feito através da gramática normativa;	tópico constante
(17) (o ensino tradicional) concentra-se na ortografia, nas exceções, nos verbos irregulares, regras de crase, muita decoreba e pouca compreensão.	tópico constante
(18) (o ensino tradicional) O redigir é visto pelos professores como aplicação de regras gramaticais,	tópico constante
(19) onde [na redação/no texto] assinalam todos os erros de grafia, pontuação, sintaxe.	progressão linear
OU	
(18) (o ensino tradicional) O redigir é visto pelos professores como aplicação de regras gramaticais,	tópico constante
(19) (o redigir é visto pelos professores como aplicação de regras gramaticais) onde assinalam todos os erros de grafia, pontuação, sintaxe,	progressão linear
(20) (os professores assinalam todos os erros de grafia, pontuação, sintaxe) e depois,	progressão linear
(21) (os professores) atribuem nota ou conceito por subtração	tópico constante

O *onde* remete a uma informação ativada pela enunciação de (18), que seria o resultado do ato de redigir, ou seja, uma « *redação* » ou um « *texto* ». Aplicando-se o

critério do conteúdo da frase-hóspede, tem-se que « *redação* » ou « *texto* » parece ser o referente mais pertinente desse item - e não « *aplicação de regras gramaticais* », expressão que verbaliza a informação mais próxima do *onde* -, visto que é na *redação* ou no *texto* produzido pelo aluno que os professores podem assinalar todos os “erros” cometidos por ele. E nesse caso se pode interpretar que a informação ativada pelo *onde* constitui o tópico mais imediatamente pertinente. A questão que parece problemática é a consideração dessa informação ou como um tópico implícito ou como um ponto de ancoragem *d’arrière-fond*.

Na organização informacional, o tópico é definido como uma informação situada na memória discursiva, assim como os pontos de ancoragem *d’arrière-fond*. Mas o que o opõe aos pontos de ancoragem *d’arrière-fond* é: (1º) o fato de ele ser obrigatório - é preciso que haja ao menos um tópico em cada ato-; (2º) o fato de ele ser o ponto de ancoragem imediato, ou seja, o mais recentemente ativado e por isso o que exprime a idéia de maior acessibilidade na consciência; e (3º) o fato de possuir maior importância na organização informacional, visto que está diretamente envolvido no fluxo da informação no texto.

Grobet (2000) assinala que o tópico e os pontos de ancoragem *d’arrière-fond* se separam por uma diferença nocional. O tópico é construído expressando uma relação de “a propósito” com o objeto de discurso, ou seja, é a respeito dele que se diz alguma coisa. O tópico então constitui a informação percebida como a mais imediatamente pertinente sobre a qual se diz alguma coisa.

Assim, re-analisando esse trecho, considerando-se as características do tópico de se ligar ao objeto de discurso por uma relação de “a propósito” e de constituir a informação percebida como “a mais imediatamente pertinente a propósito do que se diz”, pode-se interpretar que a informação mais provável de ser apontada como o tópico de (19) seria o propósito ativado em (18): *o redigir ser visto pelos professores como aplicação de regras gramaticais*.

O *onde* nesse caso não constituiria um traço de ponto de ancoragem tópica, ou seja, ele não estaria marcando o ponto de ancoragem imediato, mas funcionaria como um conector capaz de ligar constituintes que se encadeiam numa relação argumentativa genérica, o qual constituiria um traço de ponto de ancoragem *d’arrière-fond*, na medida em que por meio dele se verbaliza um ponto de ancoragem na memória discursiva do

interlocutor. Ele assim não desempenharia um papel direto no encadeamento dos objetos de discurso<sup>178</sup>.

Também neste outro trecho extraído do texto 3, o *onde* remete ao referente « aulas », porém surge a dúvida se esse referente deveria ou não ser apontado como o ponto de ancoragem imediato.

Texto 3 ii

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(38) (quanto ao ensino de gramática) Não é preciso “ensinar” gramática.	encadeamento à distância
(39) (quanto ao ensino de gramática) Deve-se dar ao aluno de 1º e 2º grau a oportunidade de crescer linguisticamente,	tópico constante
(40) (a oportunidade de crescer linguisticamente) através da prática constante em aulas que sejam um prazer e uma descoberta a cada instante,	progressão linear
(41) <i>onde</i> [em aulas que sejam um prazer e uma descoberta a cada instante] tenham oportunidade de manifestação individual espontânea,	progressão linear
(42) (oportunidade de manifestação individual espontânea) sem ser reprimido nem humilhado por constantes correções de seus erros.	progressão linear
OU	
(39) (quanto ao ensino de gramática) Deve-se dar ao aluno de 1º e 2º grau a oportunidade de crescer linguisticamente,	tópico constante
(40) (a oportunidade de crescer linguisticamente) através da prática constante em aulas que sejam um prazer e uma descoberta a cada instante,	progressão linear
(41) (através da prática constante) <i>onde</i> tenham oportunidade de manifestação individual espontânea,	progressão linear
(42) (oportunidade de manifestação individual espontânea) sem ser reprimido nem humilhado por constantes correções de seus erros.	progressão linear

A interpretação de que o referente do *onde* constitui o ponto de ancoragem imediato me parece bastante defensável, visto que esse item oferece a instrução de base para se procurar o referente numa situação de correferência fundada numa noção de localização. Como já exposto anteriormente, a noção « aulas » carrega a idéia de lugar físico, visto que designa sala ou classe, ou de lugar nocional, visto que também designa

<sup>178</sup> Ele inclusive pode ser suprimido sem comprometer a gramaticalidade da seqüência, o que reforça a interpretação de que ele não constitui o traço tópico.

lição ou exposição. Assim, esse referente se apresenta como a informação “mais imediatamente pertinente sobre a qual se diz algo”.

A interpretação de que a informação *através da prática constante*, ativada em (40) seja apontada como o ponto de ancoragem imediato de (41) se enfraquece quando se propõe como aqui se faz uma análise mais local, que se atém aos traços ou pistas de ponto de ancoragem. Por exemplo, a resposta que se obtém da interrogação formulada com o *onde* não conduziria a essa informação: *Onde o aluno tem oportunidade de manifestação individual espontânea sem ser reprimido nem humilhado por constantes correções de seus erros? \* Através da prática constante.*

O modo de encadeamento tópico se caracteriza como uma progressão linear, sendo o *onde* interpretado tanto como TPA-tópica quanto como TPA-*d'arrière-fond*, visto que ambas as informações apresentadas como seus possíveis referentes se encontram ativadas no propósito do ato anterior.

No trecho analisado a seguir, o *onde* foi considerado, do ponto de vista da organização relacional, um elemento que apresentava um comportamento dúbio, visto que poderia estar marcando uma relação interativa de comentário ou então introduzindo uma justificação à suposição inicialmente colocada no texto a respeito do melhor aproveitamento do tempo nas aulas de português. A análise que se faz agora busca verificar como ele se manifesta na organização informacional.

#### Texto 4 i

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(27) O primeiro aspecto [dois aspectos do ensino da gramática],	tópico constante
(28) <b>que</b> [o primeiro aspecto] não deve ser desprezado	tópico constante
(29) (o primeiro aspecto não deve ser desprezado) por constituir a base deste raciocínio,	progressão linear
(30) (o primeiro aspecto) é o fato de todos nós possuímos uma gramática implícita,	tópico constante
(31) (todos nós possuímos uma gramática implícita) como já foi abordado acima.	progressão linear
(32) Se partirmos <b>desse pressuposto</b> [todos nós possuímos uma gramática implícita],	tópico constante
(33) (se partirmos desse pressuposto) fica logo evidente que está se perdendo tempo demais nas aulas de gramática normativa	progressão linear
(34) (está se perdendo tempo nas aulas de gramática) ao se ensinar regras que todos já conhecemos.	progressão linear

(35) O tempo [nas aulas de gramática] poderia ser melhor aproveitado na análise de textos, por exemplo,	progressão linear
(36) onde [na análise de textos] o aluno seria levado a descobrir nas frases que o compõe as regras implícitas.	progressão linear
OU	
(35) O tempo [nas aulas de gramática] poderia ser melhor aproveitado na análise de textos, por exemplo,	progressão linear
(36) onde o aluno seria levado a descobrir nas frases que o compõe as regras implícitas.	tópico constante (derivado)

Nessa estrutura informacional apresenta-se a dúvida sobre se a informação à qual o *onde* remete constitui um ponto de ancoragem no qual se ancora a informação ativada em (36).

Seu referente « *atividades de análise de textos* » pode ser facilmente identificado a partir da aplicação do critério da proximidade entre o *onde* e o seu antecedente e ainda a partir da instrução referencial desse item. A resposta que se obtém com a interrogação com o *onde* é: *Onde o aluno seria levado a descobrir as regras implícitas nas frases que compõem os textos? Na análise de textos.*

Essa expressão pode ser interpretada como a informação saliente, que acaba de ser ativada no propósito do ato precedente e sobre a qual se diz algo: *Quanto à análise de textos, nela/por meio dela o aluno seria levado a descobrir as regras implícitas nas frases que os compõem.* Se o referente do *onde* for apontado como o tópico, considera-se que esse item funciona, na organização informacional, como um traço de ponto de ancoragem tópica que marca um encadeamento linear.

Mas o SN definido *o aluno* pode ser também interpretado como a verbalização de uma informação semi-ativa situada na memória discursiva na qual se ancora o propósito de (36), na medida em que essa expressão remete a uma informação já ativada a qual pode ser facilmente inferida do tópico *aulas de gramática*, ativado em (33). Neste caso, o *onde* não seria apontado como TPA-tópica, e o modo de encadeamento tópico não seria o mais elementar, que é o linear, mas o encadeamento com tópico derivado, aqui tratado como uma variante da progressão com tópico constante.

Em sua segunda ocorrência no texto 4, o *onde* foi também interpretado como um elemento que, do ponto de vista relacional, poderia estar marcando uma relação de comentário ou introduzindo uma justificação a uma afirmação colocada anteriormente. Do ponto de vista da organização informacional, esse item se manifesta como um TPA,

mas a dificuldade na determinação de seu referente e ainda a incerteza quanto ao nível do ponto de ancoragem por ele introduzido – se seria a informação mais acessível na qual se ancora o propósito do ato por ele introduzido ou se seria uma informação *d'arrière-fond* - trazem problemas para a avaliação do seu funcionamento.

Texto 4 ii

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(53) (quanto ao ensino de gramática) Percebe-se, portanto, que a gramática da língua portuguesa, como muita coisa no Brasil, é utilizada de forma incorreta.	encadeamento à distância
(54) (a gramática da língua portuguesa é utilizada de forma incorreta) Parte-se do mais difícil	progressão linear
(55) (parte-se do mais difícil) para se chegar ao mais fácil.	progressão linear
(56) <b>Isto</b> [partir do difícil para se chegar ao mais fácil] me faz recordar uma indagação do explorador britânico Richard Burton	progressão linear
(57) (o explorador britânico Richard Burton) quando aqui esteve em 1867	progressão linear
(58) (o explorador britânico Richard Burton) fazendo uma expedição pelo rio São Francisco,	tópico constante
(59) <b>onde</b> [numa expedição pelo rio São Francisco] ele dizia não compreender por que no Brasil costuma-se usar os recursos naturais na ordem inversa da dificuldade em obtê-los.	progressão linear
OU	
(56) <b>Isto</b> [partir do difícil para se chegar ao mais fácil] me faz recordar uma indagação do explorador britânico Richard Burton	progressão linear
(57) (o explorador britânico Richard Burton) quando aqui esteve em 1867	progressão linear
(58) (o explorador britânico Richard Burton) fazendo uma expedição pelo rio São Francisco,	tópico constante
(59) <b>onde</b> [na indagação] ele dizia não compreender por que no Brasil costuma-se usar os recursos naturais na ordem inversa da dificuldade em obtê-los.	encadeamento à distância
OU AINDA	
(56) <b>Isto</b> [partir do difícil para se chegar ao mais fácil] me faz recordar uma indagação do explorador britânico Richard Burton	progressão linear
(57) (o explorador britânico Richard Burton) quando aqui esteve em 1867	progressão linear
(58) (o explorador britânico Richard Burton) fazendo uma expedição pelo rio São Francisco,	tópico constante
(59) <b>onde ele</b> [o explorador britânico Richard Burton] dizia não compreender por que no Brasil costuma-se usar os recursos naturais na ordem inversa da dificuldade em obtê-los.	tópico constante

Aplicando-se os critérios da proximidade entre o *onde* e o seu antecedente e do semantismo locativo do antecedente, tem-se que *uma expedição pelo rio São Francisco* seria o termo mais indicado como o seu antecedente. Por outro lado, com a aplicação do critério do conteúdo da frase-hóspede, chega-se à proposição de « *indagação* » como seu referente, visto que *ele (Richard Burton) dizia na sua indagação não compreender por que no Brasil costuma-se usar os recursos naturais na ordem inversa da dificuldade em obtê-los*. O uso do verbo *dizia* no imperfeito parece também indício de que o “lugar” em que Richard Burton expressou sua incompreensão acerca da utilização dos recursos naturais pelos brasileiros seria um “lugar nocional”, como numa indagação, que permanece (daí o aspecto inconcluso) mesmo depois de a expedição pelo rio São Francisco ter terminado.

Assim, podem-se apontar como referente do *onde* a informação « *indagação* », e também a informação « *expedição pelo rio São Francisco* ». Levando-se em conta o modo de encadeamento informacional, tem-se que, para a interpretação de que a informação « *expedição pelo rio São Francisco* » seja referente do *onde*, despende-se menor esforço, visto que essa é uma informação ativada no propósito do ato imediatamente anterior, enquanto a informação « *indagação* » é ativada em (56), o que implicaria um encadeamento com tópico distante, e portanto maior esforço interpretativo.

A questão que se levanta em seguida é se essa informação que constitui o referente do *onde* é a percebida como a mais imediatamente pertinente sobre a qual se diz alguma coisa. Para respondê-la, utilizo o meio heurístico que consiste na reformulação da estrutura por meio da marca de topicalização “quanto a”: (a) *quanto à expedição pelo rio São Francisco, nela ele (Richard Burton) dizia não compreender por que no Brasil costuma-se usar os recursos naturais na ordem inversa da dificuldade em obtê-los*; (b) *quanto à indagação de Richard Burton, nela ele dizia não compreender por que no Brasil costuma-se usar os recursos naturais na ordem inversa da dificuldade em obtê-lo*; (c) *quanto ao explorador Richard Burton, ele dizia não compreender por que no Brasil costuma-se usar os recursos naturais na ordem inversa da dificuldade em obtê-los*.

A reformulação das estruturas tomadas isoladamente não parece possibilitar que se aponte uma das interpretações como a mais pertinente. Ficam então essas

possibilidades de interpretação. No entanto, considerando as estruturas inseridas no discurso, tem-se a partir de (56) a inserção de um comentário cujo objetivo seria, por meio da citação do viajante inglês, sustentar o raciocínio de que o uso da gramática da língua portuguesa se faz de forma incorreta. O enunciador recorre a Richard Burton, num recurso a uma autoridade, visando a fortalecer seu argumento e, ao fazê-lo, causa uma certa descontinuidade na progressão temática, com o deslocamento do tema *o ensino de gramática* para o *explorador britânico Richard Burton*. Essas considerações reforçam então a terceira interpretação, ou seja, a de que o tópico de (58) seja o *explorador britânico Richard Burton*, verbalizado pelo pronome anafórico *ele*, e de que o *onde* funciona como TPA-*d'arrière-fond*, tendo papel secundário no fluxo informacional do texto.

Em sua segunda ocorrência no texto 5 o *onde* verbaliza um ponto de ancoragem, porém ele pode ser interpretado tanto como um TPA imediato quanto como um TPA-*d'arrière-fond*.

Texto 5 ii

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(29) (quanto ao ensino da língua materna) Então, necessário se faz uma verdadeira revolução na metodologia de ensino da língua pátria,	encadeamento à distância
(30) <i>onde</i> [numa verdadeira revolução na metodologia de ensino da língua pátria] os educadores	progressão linear
(31) (os educadores) ao assumirem as rédeas de um movimento renovador do ensino,	progressão linear
(32) (os educadores) baseando-o em intensiva atividade de leitura e prática escrita,	tópico constante
(33) (os educadores) estariam direcionando a nação aos caminhos literários pertencentes à uma verdadeira democracia,	tópico constante
(34) (direcionando a nação aos caminhos literários pertencentes a uma verdadeira democracia) pois somente um povo conhecedor de seus direitos é capaz de exercer os princípios legítimos da cidadania.	progressão linear
OU	
(29) (quanto ao ensino da língua materna) Então, necessário se faz uma verdadeira revolução na metodologia de ensino da língua pátria,	encadeamento à distância
(30) <i>onde os educadores</i>	progressão linear
(31) (os educadores) ao assumirem as rédeas de um movimento renovador do ensino,	tópico constante
(32) (os educadores) baseando-o em intensiva atividade de	tópico constante

leitura e prática escrita, (33) (os educadores) estariam direcionando a nação aos caminhos literários pertencentes à uma verdadeira democracia, (34) (direcionando a nação aos caminhos literários pertencentes a uma verdadeira democracia) pois somente um povo conhecedor de seus direitos é capaz de exercer os princípios legítimos da cidadania.	tópico constante  progressão linear
--	---

O referente do *onde* pode ser identificado pelo critério da proximidade entre ele e o antecedente *uma verdadeira revolução na metodologia de ensino da língua pátria*. Esse referente seria uma informação do tipo « *revolução na metodologia de ensino da língua* ». No entanto, pelo semantismo do *onde* e pelo conteúdo da frase-hóspede, esse referente seria retomado pelo *onde* não como um “lugar em que”, mas como um meio que possibilita aos educadores direcionar a nação a outros caminhos: *a propósito de uma verdadeira revolução na metodologia de ensino da língua pátria, por meio dela/grças a ela os educadores estariam direcionando a nação...* . Considerando que esse referente constitui uma informação recentemente ativada, ele pode ser visto como o tópico de (30) e dessa forma se pode interpretar que o *onde* funciona como um TPA imediato, que marca uma progressão informacional linear.

Mas o SN definido *os educadores* também pode ser visto como o TPA-tópica na medida em que ele marca a organização informacional desse trecho ao remeter a uma informação semi-ativa situada na memória discursiva, resultante da ativação da informação *ensino da língua pátria* no ambiente cognitivo imediato. A consideração desse SN como o TPA imediato é respaldada pelo fato de esse tópico constituir a informação mais imediatamente pertinente sobre a qual o discurso fala (os educadores é que estariam direcionando a nação aos caminhos pertencentes a uma democracia) e ainda pelo fato de ele se manter nos três atos seguintes. Segundo Givón (1983), uma das medidas discursivas com a qual se pode avaliar a continuidade tópica de um discurso é a persistência, medida que leva em conta o discurso conseqüente. Segundo supõe o autor, “tópicos discursivos mais importantes aparecem mais freqüentemente no registro, isto é, eles têm uma probabilidade maior de persistir por mais tempo no registro depois de um ponto de medida relevante” (p.15)<sup>179</sup>.

<sup>179</sup> “More important discourse topics appear more frequently in the register, i.e. they have a higher probability of persisting longer in the register after a relevant measuring point”.

Sendo assim, a segunda interpretação, segundo a qual *os educadores* verbalizam o tópico e o *onde* verbaliza um ponto de ancoragem *d'arrière-fond*, parece ser a mais defensável.

No trecho abordado a seguir, surge novamente a dificuldade na avaliação do papel do *onde* na organização informacional do discurso. Tanto se pode defender que ele verbalizaria o tópico no qual se ancora o propósito do ato por ele introduzido, quanto se pode defender que sua atuação seria mais próxima da de um conector cujo principal papel consiste na ligadura de constituintes numa relação argumentativa.

Texto 16 i

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(9) (quanto aos processos de derivação e composição) Derivação e composição são processos formadores de palavras que auxiliam o falante na sua necessidade de comunicação, (10) (os processos de derivação e composição) contribuindo para a praticidade da língua, (11) <b>onde</b> [nos processos de derivação e composição] não há necessidade de decorarmos uma lista de palavras para cada situação, (12) (nos processos de derivação e composição não há necessidade de decorarmos uma lista de palavras para cada situação) e sim combinarmos elementos já existentes.	encadeamento à distância  tópico constante  tópico constante  tópico constante
OU (9) (quanto aos processos de derivação e composição) Derivação e composição são processos formadores de palavras que auxiliam o falante na sua necessidade de comunicação, (10) (os processos de derivação e composição) contribuindo para a praticidade da língua, (11) (contribuindo para a praticidade da língua) <i>onde</i> não há necessidade de decorarmos uma lista de palavras para cada situação	encadeamento à distância  tópico constante  progressão linear

Segundo a primeira interpretação, o *onde* remete à informação « *os processos de derivação e composição* ». Mas esse referente não é identificado por meio do critério de proximidade do *onde* com seu antecedente. Também o critério do semantismo locativo bem como o do conteúdo da frase-hóspede não parecem interessantes para essa identificação, tendo em vista a impossibilidade de formulação da interrogação com *onde*: ? *Onde não há necessidade de decorarmos uma lista de palavras para cada situação? Nos processos de derivação e composição.*

Essa primeira interpretação, no entanto, se apóia na progressão com tópico constante. A manutenção do tópico permite um fluxo informacional contínuo, rápido e com baixo custo de ativação. Em todo esse trecho está-se tratando dos processos de derivação e composição e a informação na qual se ancora cada propósito que vai sendo ativado pode ser interpretada como sendo sempre a mesma, « *os processos de derivação e composição* ».

Mas considerando que o propósito do ato introduzido pelo *onde* se encadeia na informação mais recentemente ativada, deduzo que ele não se ancora nesse referente, e sim na informação *contribuindo para a praticidade da língua*. Dessa forma, o *onde* não funciona como TPA-tópica, mas como um conector, TPA-*d'arrière-fond*, que nesse caso atua na conexão de constituintes ligados por uma relação argumentativa: Derivação e composição são processos que contribuem para a praticidade da língua, visto que graças a eles os falantes não têm necessidade de decorar uma lista de palavras para cada situação, mas podem apenas combinar os elementos já existentes.

Finalmente, em sua primeira ocorrência no texto 12<sup>180</sup>, o *onde* pode ser interpretado como TPA-tópica, embora também se possa interpretar que o propósito ou objeto de discurso ativado no ato por ele introduzido não se ancora no seu referente, mas sim num ponto de ancoragem, já ativado antes da menção de seu referente.

#### Texto 12 i

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(12) (quanto ao programa Jô Soares Onze e Meia) Outro ponto importante é a oportunidade do público participar do programa	encadeamento à distância
(13) (a oportunidade de o público participar) seja através de fax ou do diálogo dirêto;	progressão linear
(14) oportunidade [a oportunidade de o público participar] criada pela produção e pelo próprio Jô Soares.	tópico constante
(15) Além disso [da oportunidade de o público participar] cabe ressaltar a banda	tópico constante
(16) (a banda) ou melhor o quinteto presente no show,	progressão linear
(17) onde [no show] além de tocar	progressão linear
(18) (a banda/o quinteto) é presente em comentários,	encadeamento à distância
(19) e alguns deles [comentários] são os mais esdrúxulos,	progressão linear
(20) (comentários) realizados em momentos do programa.	tópico constante
OU	

<sup>180</sup> Esse caso foi também analisado no item 3.2.2.3, do capítulo anterior, mas é focalizado aqui neste momento devido à possibilidade de se interpretar “o show” como o antecedente do *onde*.

(15) Além <b>disso</b> [da oportunidade de o público participar] cabe ressaltar a banda	tópico constante
(16) (a banda) ou melhor o quinteto presente no show,	progressão linear
(17) (a banda/o quinteto) <i>onde</i> além de tocar	tópico constante
(18) (a banda/o quinteto) é presente em comentários,	tópico constante
(19) e alguns <b>deles</b> [comentários] são os mais esdrúxulos,	progressão linear
(20) (comentários) realizados em momentos do programa.	tópico constante

A informação « *show* » constitui o referente do *onde*. Sua identificação é favorecida pela proximidade entre esse item e o antecedente e pelo semantismo locativo da palavra *show*. A avaliação desse referente como TPA-tópica se vale dos testes da interrogação com o *onde* e da reformulação da estrutura em que se encontra: *Quanto ao show, nele (a banda) além de tocar é(está) presente em comentários ; Onde (a banda/o quinteto) além de tocar é (está) presente em comentários? No show.*

Esse referente, numa primeira interpretação, poderia ser visto como o PA imediato. Mas, essa interpretação a meu ver não se mostra satisfatória na medida em que a informação « *show* » não pode ser vista como algo a propósito do que se fala em (17), que ativa a informação *além de tocar*. Além disso, a inserção de um tópico *no show* em (17) implicaria uma ruptura no fluxo informacional – ainda que pouco acentuada-, e contribuiria para dificultar a retomada do tópico de (18) *a banda/o quinteto*, que é feita inclusive por meio da anáfora zero. Segundo Givón (1983), em encadeamentos à distância, uma vez que ocorre alguma distância referencial, mesmo pequena, como nesse caso, aumenta a dificuldade de identificação do tópico, e dessa forma, este, por estar pouco acessível na memória discursiva, necessita ser marcado por retomadas lexicais, de preferência, ou pronominais, mas não pela anáfora zero.

Sendo assim, proponho uma segunda interpretação para a organização informacional desse trecho, ou seja, a de se considerar o tópico do ato iniciado pelo *onde* como sendo o mesmo do ato anterior. De acordo com esta segunda interpretação, o objeto de discurso ativado em (17) se ancora na informação implícita *a banda/o quinteto*, sobre a(o) qual se fala: *Quanto à banda/ao quinteto, além de ela/ele tocar, é (está) presente em comentários*. Essa interpretação é favorecida pela acessibilidade do tópico *a banda/o quinteto*. Dessa forma o *onde* não funcionaria como TPA imediato, mas como um TPA-*d'arrière-fond*, não desempenhando então um papel direto no encadeamento dos objetos de discurso.

#### 4.1.2. O *onde* não constitui traço de ponto de ancoragem tópica

Passo a tratar agora dos casos em que o *onde* verbaliza não um ponto de ancoragem imediato, mas um ponto de ancoragem que se situa num nível mais profundo na memória discursiva. Nestes casos ele funciona como um TPA *d'arrière-fond*, que remete a uma informação que já se encontra no foco de consciência do interlocutor. Nestes casos, como visto no capítulo anterior, o funcionamento do *onde* é o de um elemento que atua na conexão de constituintes discursivos que se ligam por uma relação interativa a qual pode ser interpretada como sendo de argumento. Nestes casos, então, tem-se que ele atua em contextos argumentativos, e sua função primeira não é a de um anafórico que funciona como traço de ponto de ancoragem tópica, mas é a de um conector que une segmentos numa cadeia discursiva os quais se ligam por uma relação argumentativa, mesmo que não se considere que ele marque essa relação interativa.

Nestas ocorrências o *onde* não desempenha o papel de TPA-tópica, visto que não é ele o responsável pela ativação do ponto de ancoragem imediato, ou seja, da informação semi-ativa mais imediatamente pertinente sobre a qual trata o propósito ou objeto de discurso. Ele poderia ser caracterizado apenas como um TPA-*d'arrière-fond*, na medida em que verbaliza um ponto de ancoragem situado num nível mais profundo da memória discursiva, o qual não atua diretamente no encadeamento dos objetos de discurso. E ainda, o seu referente nesses casos normalmente não se encontra explícito, ou seja, não se manifesta lingüisticamente no texto, consistindo numa informação implícita, que poderá ser inferida do cotexto ou do contexto.

Em sua ocorrência no texto 1, o *onde* introduz um ato que ative um propósito o qual se ancora numa informação ativada em (47) e mantida em (48) a (52).

Texto 1:

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(38) (quanto ao ensino da gramática na escola) O governo tem interesse em não dar educação ao povo brasileiro,	encadeamento à distância
(39) (o governo não tem interesse...) pois uma sociedade culta é uma sociedade ativa,	progressão linear
(40) (sociedade culta) falante,	progressão linear
(41) <b>que</b> [sociedade culta] sabe se colocar no lugar de cidadão	tópico constante
(42) (sociedade culta) e sabe os seus direitos.	tópico constante
(43) (sociedade culta) Pode-se reivindicar por aquilo que se	tópico constante

quer	tópico constante
(44) (sociedade culta) e não deixar tudo como os governantes querem que seja.	tópico constante
(45) <b>A sociedade</b> [sociedade culta] participa	tópico constante
(46) (sociedade culta) e atua nas decisões para o <i>seu</i> próprio bem.	tópico constante
(47) <b>O governo</b> quer é uma população analfabeta,	encadeamento à distância
(48) (uma população analfabeta) sem idéias,	progressão linear
(49) (uma população analfabeta) sem conhecimento dos direitos	tópico constante
(50) (uma população analfabeta) <i>onde</i> um governante faz o que quer	tópico constante
(51) <b>e o povo</b> [uma população analfabeta] não atua	tópico constante
(52) (uma população analfabeta) nem tem palavra altiva.	tópico constante

Como se pode ver por essa transcrição, não é o *onde* que verbaliza o tópico no qual se encadeia o objeto de discurso ativado em (50). A informação *uma população analfabeta*, que constitui o tópico de (50), é ativada em (47), onde se tem uma construção chamada de pseudo-clivada, por meio da qual o autor marca a topicalização de *o governo*.

Dessa forma esse item não funciona nesse trecho como TPA-tópica. Essa interpretação se apóia na consideração de que o autor optou por construir esse trecho utilizando o encadeamento com tópico constante, em que a constância ou persistência da informação se relaciona com a sua importância no discurso. O tópico *uma população analfabeta* é importante e bastante acessível, tanto que a sua ativação se dá em (48), (49) e (50) sem a necessidade de manifestação verbal, ou seja, por meio da marca zero<sup>181</sup>. Pode-se ainda levantar a hipótese de que esse tipo de construção em que prevalece o encadeamento com tópico constante seja uma característica do estilo do autor do texto, haja vista a sua presença nesse texto em vários trechos (de (3) a (6); de (15) a (18); de (27) a (36); de (40) a (46), entre outros).

O teste da formulação da interrogação com o *onde* pode ser utilizado para confirmar a interpretação de que ele não atua como TPA-tópica. A resposta que se obtém com a formulação da pergunta não constitui o tópico de (50): *Onde um governante faz o que quer? Num país cuja população é analfabeta, sem idéias, etc.* A informação mais saliente em (50), ou seja, aquela a propósito do que se fala, não se

<sup>181</sup> Quanto mais acessíveis as representações mentais a que remetem as expressões referenciais, menor a necessidade de sua verbalização, segundo propõe a escala de acessibilidade de Ariel (apud Grobet, 2000).

refere a um lugar (*um país*, por exemplo) em que um governante realiza alguma ação, o qual seria o retomado pelo *onde*. Ela se refere a *uma população analfabeta* na qual se encadeia uma informação que traz uma razão ou um motivo em relação ao que foi enunciado em (47): *O governo quer uma população analfabeta, uma vez que (num país cuja população é analfabeta) um governante faz o que quer*. O *onde*, então, pode ser visto como um elemento que funciona nesse trecho não como um traço de TPA imediato, mas como um traço TPA-*d'arrière-fond* que verbaliza uma informação que se apresenta como um efeito (o governo querer uma população analfabeta) em relação a uma causa (um governante fazer o que quer com uma população analfabeta). Sua atuação nesse trecho aproxima-se assim da de um conector de tipo argumentativo.

O seu emprego no texto 9 pode ser analisado da mesma forma. O *onde* funciona como um conector cuja participação no encadeamento tópico é secundária visto que, embora constitua um TPA, ele não verbaliza o tópico no qual se encadeia o objeto de discurso.

#### Texto 9

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(17) <b>Todos nós</b> somos programados para falar,	encadeamento à distância tópico constante
(18) (Todos nós) temos uma propensão inata para a linguagem.	
(19) (quanto à propensão inata para a linguagem) Aprender a falar é uma evolução natural	progressão linear
(20) (aprender a falar é uma evolução natural) <i>onde</i> precisamos ouvir	progressão linear
(21) (precisamos ouvir) para selecionar nosso vocabulário.	progressão linear

A interpretação de que o *onde* tem como referente a informação « *evolução natural* », que se encontra mais próxima a ele, pode ser descartada com a aplicação dos critérios do semantismo do *onde* e do conteúdo da frase-hóspede. O que se pode inferir como seu referente seria algo próximo a « *processo natural e espontâneo de aquisição da linguagem* », como proposto por mim no capítulo anterior. Esse referente, de qualquer maneira, não constitui o ponto no qual se ancora o propósito ativado em (20). A informação mais saliente na qual o objeto de discurso de (20) se ancora é *aprender a falar é uma evolução natural*, ou seja, todo o propósito ativado em (19). Dessa forma, o

*onde* não verbaliza essa informação, não atuando assim como TPA-tópica. O seu emprego nesse trecho é o de uma expressão referencial que verbaliza uma outra informação situada num nível mais profundo da memória discursiva. Ele ainda exerce o papel de introduzir um constituinte que se encadeia numa informação que pode ser vista como uma causa em relação ao que se enuncia em (20): *Aprender a falar é uma evolução natural por causa disso/assim (no processo natural e espontâneo de aquisição da linguagem) precisamos ouvir para selecionar nosso vocabulário.*

Também em sua ocorrência no texto 10, o *onde* não constitui o traço de ponto de ancoragem imediato.

Texto 10

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(2) (quanto à gramática natural) Sistema de regras que formam a estrutura da língua pertencente a todos,	progressão linear
(3) <i>onde os falantes</i> [todos] interiorizam ouvindo e falando.	progressão linear

O seu referente, que pode ser interpretado como sendo a informação « *sistema de regras que formam a estrutura da língua* », ao qual, a propósito, o *onde* não remete sob a forma de “lugar em que”, constitui um ponto de ancoragem *d’arrière-fond* enquanto a informação « *todos* » parece constituir o ponto de ancoragem imediato. O teste da reformulação permite a confirmação dessa interpretação. A paráfrase que se constrói com a topicalização da informação mais imediatamente ativada exprime o conteúdo da estrutura inicial quando proposta a partir de *os falantes*: ***Quanto aos falantes, eles interiorizam (o sistema de regras) ouvindo e falando.*** O mesmo, no entanto, não ocorre quando se topicaliza a informação « *sistema de regras que formam a estrutura da língua* »: ? ***Quanto ao sistema de regras que formam a estrutura da língua, nele os falantes interiorizam ouvindo e falando.***

O tópico do ato iniciado pelo *onde* é então verbalizado pelo SN definido *os falantes*, que marca uma progressão tópica linear. O *onde*, então, apresenta nesse trecho uma atuação secundária em termos informacionais. Como defendido no capítulo anterior, do ponto de vista da organização relacional, o seu funcionamento é o de um conector que liga constituintes que se unem numa relação interativa argumentativa e não o de um “comentativo”, marcador de uma relação de comentário.

No trecho apresentado a seguir, o *onde* é empregado por duas vezes. Na primeira o seu funcionamento é o de um anafórico que constitui TPA-tópica: *Quanto a Nova York, lá um rapaz conhece uma moça*. Na segunda, entretanto, ele não funciona, a meu ver, como TPA imediato, na medida em que não é o seu referente que constitui o ponto de ancoragem no qual se encadeia o propósito ativado no ato por ele iniciado, mas sim todo o propósito ativado no ato precedente.

Texto 11

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(2) (a propósito do filme) A história se desenrola em Nova York,	progressão linear
(3) <i>onde</i> [em Nova York] um rapaz conhece uma moça	progressão linear
(4) e a [moça] convida para sair,	progressão linear
(5) (um rapaz conhece uma moça e a convida para sair) iniciando assim a pior noite de sua vida,	progressão linear
(6) (iniciando assim a pior noite de sua vida) <i>onde</i> conhece uma punk sadomasoquista, uma garçonete deprimida	progressão linear
(7) e a <i>garota com quem sai</i> [a moça] se suicida por sua causa.	encadeamento à distância

Essa interpretação pode ser contestada por aqueles que considerarem que o referente « *noite* », o qual é retomado pelo *onde*, deve ser apontado como o tópico de (6). Mas esse referente não constitui por si só o ponto de ancoragem imediato. Considero que o propósito ativado em (6) se ancora no tópico constituído por todo o propósito de (5), ou seja, na informação de que *teve início a pior noite da vida do rapaz*, e não apenas em parte dele. Dessa forma, participa do encadeamento tópico linear essa informação que tem sua fonte em todo o propósito do ato anterior.

O modo de encadeamento linear, considerado o modo mais elementar de progressão temática, devido à maior facilidade de identificação do tópico quanto menor for a distância referencial (Givón, 1983), é o que prevalece nesse trecho, reforçando, pois, essa minha interpretação.

O *onde*, então, em sua segunda ocorrência nesse texto, pode ser considerado como um traço de ponto de ancoragem *d'arrière-fond*, com uma atuação menos importante em termos da organização informacional. Mas ele possui papel relevante em termos da organização relacional, visto que encabeça uma intervenção, ligando-a ao

constituente anterior numa relação do tipo argumentativa, como já exposto no capítulo anterior.

Em uma outra ocorrência do *onde*, a segunda no texto 14, ele também não constitui o traço tópico. Nesta ocorrência, ele é usado introduzindo um ato em que é ativado um propósito (ou objeto de discurso) que se ancora não no seu referente, mas no propósito do ato anterior, numa progressão linear.

Texto 14 ii

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(22) <b>O conceito definitivo para palavra</b> é como a própria língua, (23) (o conceito definitivo para palavra) está sempre em movimento, (24) (está sempre em movimento) <i>onde</i> não há o definitivo (25) (não há o definitivo) mas sim definições não definitivas.	encadeamento à distância tópico constante  progressão linear progressão linear

Pela proximidade entre o antecedente *movimento* e a palavra *onde*, e ainda considerando-se o conteúdo da frase-hóspede desse anafórico, identifica-se a informação « *movimento* » como o referente desse item. Esse referente, embora tenha sido ativado no ato imediatamente anterior, e embora constitua a resposta à interrogação com o *onde*, não deve ser apontado como ponto de ancoragem imediato, visto que o propósito ativado em (24) não se ancora propriamente nele, mas em toda a informação ativada em (23). Chega-se a essa interpretação buscando-se a identificação do tópico por meio da ativação dos mecanismos inferenciais envolvidos nesse processo. Como mostrado por Grobet (2000), a identificação do tópico pode estar ligada aos mecanismos inferenciais que fazem intervir ao mesmo tempo os dados lingüísticos e os dados referenciais. Assim, com a ajuda de informações de ordem lingüística e referencial, interpreto que o objeto de discurso ativado pelo ato (24) se ancora não no referente do *onde*, mas no objeto de discurso ativado em (23), ou seja, na informação « *está sempre em movimento* ». Dessa forma, interpreto que o que se pretende afirmar nesse trecho é que *não há o (conceito) definitivo (para palavra) porque o conceito definitivo para palavra está sempre em movimento*. Em outras palavras, caso se considere a interpretação de que o *onde* tenha o papel de TPA imediato, deve-se entender que o autor esteja dizendo ao leitor que *no movimento não há o definitivo, mas definições não*

*definitivas* (e não que o conceito definitivo não existe uma vez que o conceito de palavra está sempre em movimento), o que consistiria num discurso vazio, ou no mínimo tautológico.

Outro caso em que o *onde* é usado introduzindo um ato no qual é ativado um propósito que se ancora numa informação ativada no ato anterior e não no referente desse item é encontrado no texto 15.

#### Texto 15

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(5) Já a abordagem gerativista, apresenta-se mais aberta em relação a estruturalista,	encadeamento à distância
(6) (a abordagem gerativista apresenta-se mais alerta em relação a estruturalista) <i>onde</i> há a apreciação do falante e a língua como competência deste.	progressão linear

O referente do *onde* pode ser aqui identificado pelo conteúdo da frase-hóspede. A abordagem gerativista, e não a estruturalista, é que considera a competência do falante como objeto da descrição lingüística. Esse referente « *a abordagem gerativista* » não deve ser apontado como o ponto de ancoragem imediato de (6), embora possibilite a reformulação da estrutura e constitua a resposta à interrogação com o *onde*, visto que o propósito ativado neste ato se encadeia na informação ativada no ato precedente e não apenas na informação « *a abordagem gerativista* ».

O papel do *onde* nesse trecho se mostra então secundário, do ponto de vista da organização informacional, uma vez que ele não atua como TPA-tópica, responsável pelo encadeamento das informações no discurso.

Também no texto 19 o *onde* não tem como função primeira na organização informacional marcar um apontamento sobre uma informação ativada na mente do interlocutor, ou seja, verbalizar o ponto de ancoragem tópica.

Texto 19

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(28) No entanto, <b>a mesma escola</b> [a escola] pode apresentar um contra-discurso que desmascara a doutrinação ideológica. (29) <b>A dualidade nos estudos</b> se reflete também no trabalho, (30) <i>onde o trabalho intelectual</i> é valorizado em detrimento do manual.	encadeamento à distância  progressão linear progressão linear

O referente do *onde* pode ser identificado com o auxílio do critério da proximidade do antecedente bem como com o auxílio dos critérios do semantismo locativo desse antecedente e do conteúdo da frase-hóspede. Esse referente pode ser interpretado como a informação « *no trabalho* ».

O propósito ativado no ato introduzido pelo *onde* se ancora não no seu referente « *no trabalho* », mas no SN definido *o trabalho intelectual*, que atua como TPA imediato. O teste da reformulação da estrutura pode ser utilizado para a sustentação dessa interpretação: *Quanto ao trabalho intelectual, ele é valorizado em detrimento do manual.*

O *onde*, dessa forma, não pode ser considerado um TPA imediato que marca um tipo de encadeamento tópico, mas um TPA-*d'arrière-fond*, visto que remete a uma informação ativa situada num nível mais profundo da memória discursiva.

Finalmente, em sua ocorrência no texto 20, o *onde* também não atua como TPA-tópica. Assim como nos demais casos discutidos nesta seção, ele pode ser avaliado como um TPA-*d'arrière-fond*, já que remete não à informação mais acessível, mas a uma informação já ativada, situada num nível mais profundo na memória discursiva.

Texto 20

Transcrição da organização informacional	Progressão informacional
(4) <b>O primeiro texto</b> [os dois textos] com caráter jornalístico, discute o ensino público do estado de Minas Gerais, (5) enquanto <b>o segundo</b> [os dois textos], com caráter mais didático, discute a maneira como a linguagem deve ser utilizada no cotidiano. (6) Mas <b>ambos os textos</b> [os dois textos] concordam que a educação lingüística é um instrumento que divide a sociedade em classes, (7) (a educação lingüística divide a sociedade em classes) <i>onde</i> apenas à uma delas é permitido o conhecimento e estudo da língua "padrão", (8) (língua padrão) considerada patrimônio cultural.	progressão linear  tópico constante tópico constante progressão linear progressão linear

A identificação do referente do *onde* nesse trecho apresenta alguma dificuldade. Pelo critério da proximidade do antecedente, aponta-se a informação « *sociedade em classes* », como o seu referente, mas pelos critérios do semantismo desse antecedente e do conteúdo da frase-hóspede pode ser apontada uma informação como « *divisão da sociedade em classes* », que por sua vez seria retomada pelo *onde* sob a forma de “devido a”: *Devido à divisão da sociedade em classes, apenas a uma delas é permitido o conhecimento e estudo da língua padrão.*

Esse referente não constitui a informação na qual se ancora o propósito ativado (7). A informação a propósito do que se diz alguma coisa não é o referente do *onde*, ativado no ato anterior, mas uma informação também proveniente do propósito ativado no ato precedente, *a educação lingüística divide a sociedade em classes.*

O *onde* assim, também nesse caso, atua como TPA-*d'arrière-fond*, não funcionando, portanto, como um elemento que marca um modo de encadeamento tópico.

As análises desenvolvidas neste item 4.1. mostraram que o *onde*, do ponto de vista informacional, constitui um traço ponto de ancoragem tópica, desempenhando importante papel no encadeamento das informações no texto, nos casos em que sua função anafórica prevalece sobre a função conectiva. Nesses casos ele verbaliza a informação mais recentemente introduzida na memória discursiva do interlocutor. Já nos casos em que a sua função primeira parece ser a conectiva, ele não constitui um traço ponto de ancoragem tópica, mas um traço de ponto de ancoragem *d'arrière-fond*, na medida em que remete a uma informação que não é o tópico, não é considerada a mais importante na organização informacional, mas que é considerada secundária em relação ao tópico (Roulet, 1996). A meu ver, essas análises vêm confirmar a hipótese levantada quanto ao funcionamento do *onde* no nível informacional (cf. p. 206)

O estudo desenvolvido até o momento permitiu o tratamento da estrutura informacional, que é unicamente linear. Ele, então, se limitou ao levantamento dos pontos de ancoragem e dos objetos de discurso ativados a cada ato, bem como ao funcionamento do *onde* nessa forma de organização, numa análise estática das relações entre as informações ativadas nos textos. Para dar prosseguimento a esse estudo, visando a alcançar uma análise mais dinâmica do fluxo informacional, proponho combinar as informações extraídas dessa primeira etapa de análise com as informações

resultantes das dimensões hierárquica e referencial. Dessa forma, conforme a hipótese proposta pelo Modelo de Análise Modular, busco dar conta do conjunto dos fenômenos informacionais, a saber: quais são os objetos de discurso ou propósitos principais e quais são os secundários (ou subordinados); como se explica a continuidade dos encadeamentos ou as rupturas ou descontinuidades; como distinguir os objetos de discurso primitivos e os derivados; qual a contribuição do *onde* para a organização do desenvolvimento tópico das intervenções em que se encontra etc.

#### 4.2. A organização tópica

O estudo da organização tópica visa a desenvolver a análise da organização informacional por meio da combinação das informações nela fornecidas com as extraídas das análises das dimensões hierárquica e referencial, a fim de que se possa dar conta da hierarquia dos objetos de discurso (objeto de discurso principal ou subordinado) bem como dos elos de derivação entre eles (objeto de discurso primitivo ou derivado), com o propósito de se compreender como os interlocutores geram a escolha e o encadeamento desses objetos de discurso no desenvolvimento da interação (Roulet, 1999).

Para a abordagem da organização tópica, faz-se então necessário um estudo dos textos na perspectiva das dimensões hierárquica e referencial. Já expus em capítulo anterior a análise dos textos do *corpus* do ponto de vista da dimensão hierárquica, mas não expus uma abordagem desses textos do ponto de vista da dimensão referencial. Visando a alcançar meu objetivo nesse capítulo, que é o de analisar o papel do *onde* na organização tópica dos textos, sem contudo necessitar abrir um grande parêntese no qual desenvolveria uma análise de cada um dos textos do ponto de vista da dimensão referencial, optei por selecionar os três primeiros textos do *corpus* e analisá-los sob a perspectiva dessa dimensão, para que possa então desenvolver o estudo da organização tópica desses três textos.

Procederei, então, de forma sumária ao estudo da dimensão referencial dos textos com o objetivo de, em seguida, poder tratar da organização tópica desses três textos cuja descrição deverá possibilitar a análise do funcionamento do *onde*.

#### 4.2.1. A dimensão referencial

Uma problemática da referência discursiva pode ser colocada a partir de uma base sólida, a qual é constituída pelos resultados adquiridos nas ciências da linguagem e nas ciências cognitivas (Filliettaz, 1996). A dimensão referencial, que “define as representações e as estruturas praxeológicas e conceituais das ações, seres e objetos que constituem o universo do discurso, ou seja, o universo no qual o discurso se inscreve e do qual ele fala” (Roulet, 1999b :11), se situa num terreno interdisciplinar, por fazer intervirem noções provenientes da psicologia cognitiva, das ciências sociais, da filosofia.

O módulo referencial pode ser definido como o componente do modelo modular que estuda os elos que o discurso mantém com o mundo no qual ele é produzido, bem como as relações que o ligam com o(s) mundo(s) que ele representa. Segundo Roulet (1996), numa concepção cognitivista do referencial, esses mundos podem ser analisados em termos de representações mentais ligadas às ações, aos conceitos e aos agentes implicados no discurso. O módulo referencial visa assim a dar conta, de um lado, das ações languageiras e não languageiras que são realizadas ou designadas pelos locutores e, de outro lado, dos conceitos implicados em tais ações. Como essas ações e esses conceitos são parcialmente regulados por expectativas tipificantes e negociadas em situação comunicativa, este módulo descreve não só as representações esquemáticas (praxeológicas e conceituais) subjacentes ao discurso, mas também as estruturas ou configurações emergentes (praxeológicas e conceituais) que resultam de realidades discursivas particulares (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001).

A dimensão referencial do discurso pode então ser expressa sob a forma de uma representação mental do tipo **praxeológica**, que consiste em esquemas de ações e apresentação dos diferentes percursos operacionais possíveis numa dada situação, ou do

tipo **conceitual**, que consiste na explicitação das diferentes propriedades dos objetos de que fala o discurso e na descrição dessas propriedades (Filliettaz, 1996). Tais representações ativadas na mente dos interlocutores são independentes de uma interação particular<sup>182</sup>. Ou seja, elas podem explicitar um conjunto de características reconhecidas a um objeto independentemente da prática em que esse objeto é implicado.

Para a produção de textos acadêmicos, como os que compõem o *corpus* de minha pesquisa, em que normalmente se segue um mesmo padrão ou modelo, em função das diversas orientações comumente apresentadas para os alunos sobre como se estrutura ou se organiza um texto dissertativo, como já mostrado em capítulo anterior, pode-se propor uma representação praxeológica que consiste num esquema de ações prototípico, ativado durante o processo, o qual seria assim representado: introduzir o tema proposto; apresentar/discutir um ponto de vista em relação a ele; apresentar outros pontos de vista – contrários ou iguais ao apresentado; concluir/avaliar o ponto de vista.<sup>183</sup>

Essa representação praxeológica, construto coletivo que é interiorizado pelos agentes, como ressalta Filliettaz (1997), corresponde à descrição das ações que se realizam para a produção desse tipo texto. Ela não determina as ações, mas opera como um guia cognitivo subjacente. Ela serve para mostrar que os sujeitos falantes (neste caso os alunos) adquirem e dominam um conjunto de representações prototípicas<sup>184</sup> ligadas à noção do que seja produzir uma dissertação. E chega-se a tal noção não por acaso, mas porque, desde as séries iniciais nas nossas escolas, é esse o esquema (ou um muito semelhante a ele) que se lhes apresenta como representativo desse gênero textual. Ela é, então, uma representação independente de uma interação particular.

Numa determinada interação, em função da situação de interação<sup>185</sup> e dos objetivos acionais visados, os interlocutores não ativam necessariamente os dados

---

<sup>182</sup> As representações conceituais, à imagem das representações praxeológicas, não procuram reter o conjunto de propriedades que possam afetar uma entidade conceitual num contexto particular, mas somente um subconjunto de propriedades que se distinguem por seu forte grau de tipicidade (Roulet, Filliettaz e Grobet, 2001).

<sup>183</sup> Escolhi essa representação influenciada pelos manuais de técnicas de redação, que regularmente apresentam esse esquema como o padrão de um texto acadêmico do tipo dissertativo, como mostrado no quadro da p. 71.

<sup>184</sup> “Quando os sujeitos reconhecem um objeto como prototípico de uma categoria, é provável que esse julgamento se fundamente na existência de propriedades típicas que se supõe que esse objeto apresente. Assim, como observa G.Kleiber, a noção de protótipo é indissociável da de propriedade típica” (Filliettaz, 1996:47).

<sup>185</sup> As interações, assim como outras fontes de experiência dos indivíduos, contribuem para enriquecer ou modificar a representação prototípica.

contidos nessa representação prototípica. Em outras palavras, o conjunto dos dados contidos numa representação prototípica não é necessariamente ativado; os interlocutores ativam uma parte dos traços virtuais ou latentes contidos no protótipo em função da situação comunicativa e dos objetivos acionais almejados<sup>186</sup>. Assim, para uma situação particular, para descrever uma determinada interação e mostrar como os interlocutores geram as etapas progressivas ligadas às manobras que organizam a sua interação, propõe-se uma estrutura praxeológica.

Essa estrutura, então, deverá representar como se realiza a interação. Ou seja, através de uma estrutura que corresponde à dimensão emergente de determinada interação, descrevem-se as ações e as operações que se sucedem. Uma ação pode ser definida como “a menor unidade acional percebível no nível estratégico, e portanto guiada cognitivamente por um objetivo consciente ou uma intenção” (Filliettaz, 1997: 63). Uma operação pode ser definida como “um conjunto formado de uma pluralidade de ações ou de outras operações” (idem, idem). Essas duas unidades da estrutura praxeológica, a unidade mínima e a unidade complexa, mantêm relações acionais que, segundo a hipótese levantada por Filliettaz (op.cit.), podem ser de quatro tipos (especificação, reformulação, interrupção ou realização por etapas) e podem se combinar para formar unidades superordenantes, disso resultando uma estrutura operacional<sup>187</sup>. As estruturas operacionais implicam a ativação de representações praxeológicas subjacentes. As representações mentais, que oferecem instruções sobre a organização das atividades languageiras ou não languageiras, guiam-nas cognitivamente em todos os níveis e cada nível operacional constitui um percurso elaborado a partir de uma representação mental subjacente. Enfim, as representações mentais subjacentes e as estruturas emergentes estão em constante interrelação, visto que as primeiras guiam a realização das segundas.

Os três textos do *corpus* que agora focalizo sob a perspectiva da dimensão referencial tratam de um mesmo tema, “o ensino de gramática na escola”, e as suas

---

<sup>186</sup> Existe uma diferença entre representações mentais comuns e sua manifestação no discurso, o que justifica a consideração de um segundo nível de análise, ou seja, o das representações individuais numa interação particular.

<sup>187</sup> A partir da reflexão sobre as unidades e as relações acionais, pode-se propor uma *estrutura operacional*, a qual explicita a organização hierárquica e seqüencial de uma atividade complexa particular, languageira ou não languageira, e permite estabelecer o percurso acional efetivamente realizado. (v. Filliettaz, 1997: 61-67)

condições de produção foram sempre as mesmas, como já comentado na introdução deste trabalho.

O texto 1 pode ser interpretado como um texto que se organiza com as seguintes ações:

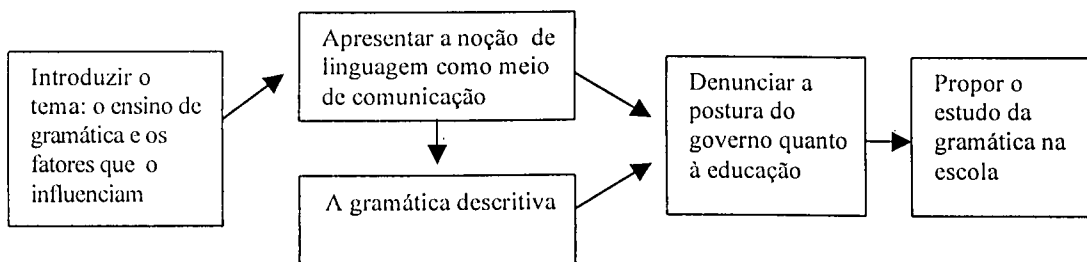


Figura 44: Estrutura praxeológica do texto 1

Por meio dessa representação praxeológica, procuro apresentar as ações realizadas pelo autor nesse processo de negociação, que consiste na produção de seu texto, a fim de alcançar a completude interativa. A noção de ação neste caso constitui uma atividade de textualização, que se manifesta na estruturação dos constituintes textuais, e não uma ação em geral ou uma atividade no mundo<sup>188</sup>. Para tratar da questão colocada sobre o ensino de gramática na escola, o autor introduz o tema citando os fatores envolvidos nesse assunto. Em seguida, apresenta a linguagem como meio de comunicação e cita a gramática descritiva, a qual é por ele considerada a nova gramática, cujo objetivo é possibilitar aos alunos a liberdade de se expressar, oralmente ou por escrito. Sua próxima ação é denunciar o governo por não ter interesse em dar educação ao povo brasileiro para finalmente concluir que a gramática deve ser estudada na escola.

Para o texto 2, proponho a seguinte estrutura praxeológica:

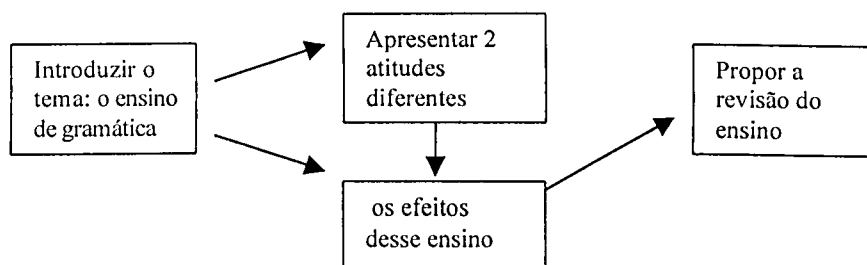


Figura 45: Estrutura praxeológica do texto 2

<sup>188</sup> Sobre a problemática que gira em torno da noção de ação ver Filliettaz (1997, 2000).

Com esse esquema, represento o percurso acional seguido pelo autor, ou seja, as ações por ele realizadas na produção de seu texto. Como se pode ver, o autor introduz o tema do texto já apresentando diferentes pontos de vista e atitudes em relação ao assunto. Em seguida, discute os efeitos (negativos) causados pela ênfase que se dá ao ensino da gramática para, finalmente, poder concluir propondo a revisão do ensino na sua forma tradicional.

Para o texto 3, proponho a seguinte estrutura praxeológica a ele subjacente:

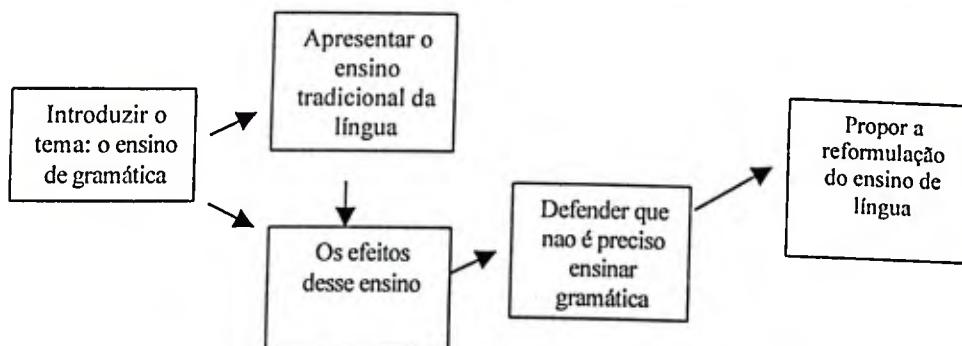


Figura 46: Estrutura praxeológica do texto 3

Esse esquema ilustra a escolha de um outro percurso, semelhante ao traçado pelo autor do texto 2. Ao introduzir a questão sobre o ensino de gramática, o autor discorre sobre o ensino tradicional e os efeitos desse ensino sobre os estudantes e, em seguida, afirma que a gramática não precisa ser ensinada. Na conclusão de seu texto, o autor propõe que o ensino de língua seja reformulado, ficando o estudo da gramática restrito ao professor.

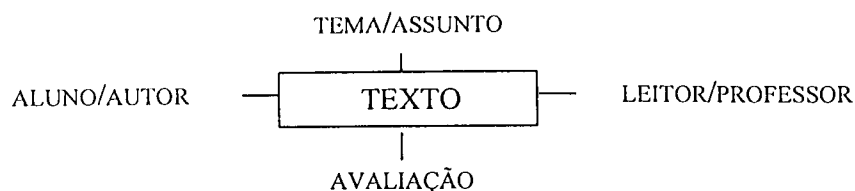
Essas estruturas apresentadas nas figuras 44, 45 e 46 exemplificam atividades efetivas, evidenciando as diferenças entre as representações mentais prototípicas e as suas manifestações no discurso. As semelhanças entre os percursos acionais, por sua vez, reforçam a hipótese de que, embora as representações possam variar de um interlocutor para outro, existem entre os membros de uma comunidade representações relativamente estáveis dos referentes (Filliettaz, 1996).

Outro tipo de representação mental que os sujeitos falantes adquirem é a representação conceitual. Segundo Filliettaz (1996), a função da representação conceitual é a de inventariar e organizar as diferentes propriedades reconhecidas a um referente. Mas essas propriedades não devem ser compreendidas como traços objetivos

e inerentes ao objeto, e sim como características a ele atribuídas pelos sujeitos na sua interrelação com o objeto. Essas propriedades então não são atributos intrínsecos ao objeto, mas resultam da forma como os interlocutores o percebem ou o imaginam, da forma como estes organizam a informação que porta sobre esse objeto e da forma como se interrelacionam com ele.

As representações conceituais<sup>189</sup> são propostas a partir de um inventário de um certo número de características de determinado objeto independentemente de uma interação particular. Pode-se tomar um objeto e propor uma representação que englobe um conjunto de propriedades a ele ligadas.

Por exemplo, o esquema prototípico de uma representação conceitual de um texto acadêmico, como os que compõem o *corpus* desta pesquisa, pode ser assim proposto:



**Figura 47: Representação conceitual de um texto acadêmico**

Nessa representação o objeto TEXTO é ligado a propriedades típicas como os conceitos de AUTOR, LEITOR, ASSUNTO, AVALIAÇÃO.

Também pode ser proposta uma representação ativada na mente dos sujeitos para uma noção como a de ENSINO DA GRAMÁTICA NA ESCOLA, que seria expressa a partir de propriedades tipicamente associadas a ela:

---

<sup>189</sup> As representações conceituais se distinguem das representações semânticas visto que elas consideram propriedades que escapam ao sentido estritamente lingüístico da palavra, propriedades que são provenientes do módulo referencial (cf. Filliettaz, 1996: 39-40).

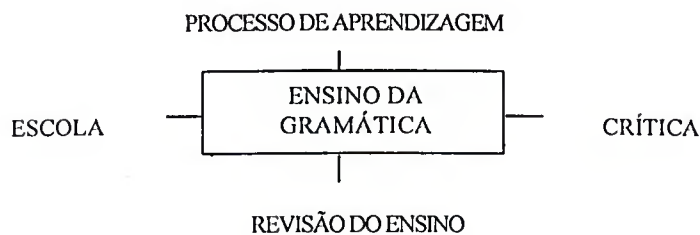


Figura 48: Representação conceitual de um texto sobre o ensino de gramática

Com uma representação conceitual, pode-se, então, levantar e organizar as propriedades que se atribuem a um referente, visando-se a descrever como se concebe normalmente esse objeto. Os elementos que compõem a representação da noção de ENSINO DE GRAMÁTICA são essas propriedades que a ela atribuo<sup>190</sup>.

Numa interação particular, entretanto, não é necessariamente todo o conjunto das propriedades contidas nas representações prototípicas que é ativado, mas apenas algumas das propriedades, em função da situação de interação e dos objetivos acionais visados. Impõe-se uma distinção entre as propriedades ou características virtuais ou latentes, que são contidas nas representações prototípicas, e as pertinentes<sup>191</sup>, que são ativadas por um locutor numa interação particular:

Representações mentais prototípicas	Representações individuais
características virtuais ou latentes	características pertinentes

A representação individual, ou a estrutura conceitual consiste na combinação dos elementos da representação conceitual de uma determinada maneira, numa interação particular.

<sup>190</sup> Tal esquema reflete minha hipótese sobre quais seriam as propriedades típicas dessa noção. Isso significa que se pode propor outro esquema no qual será apresentado outro feixe de propriedades. Como discute Filliettaz (1996) as representações mentais relacionadas a um objeto de discurso podem variar de um interlocutor para outro, embora existam, entre os membros de uma comunidade, representações mentais dos referentes prototípicas, relativamente estáveis. As representações conceituais, então, procuram levantar um conjunto de propriedades que se distinguem por seu forte grau de tipicidade, e não abarcar todo o conjunto das propriedades que se podem atribuir a um objeto.

<sup>191</sup> Filliettaz (1996 :52) esclarece que o termo pertinente implica necessariamente a tomada em consideração de uma prática, de uma utilização do objeto na qual a propriedade em questão pode desempenhar um papel. As características pertinentes são propriedades ativadas num contexto interacional particular.

A estrutura conceitual que eu proponho para o texto 1 é apresentada na figura 49 abaixo:

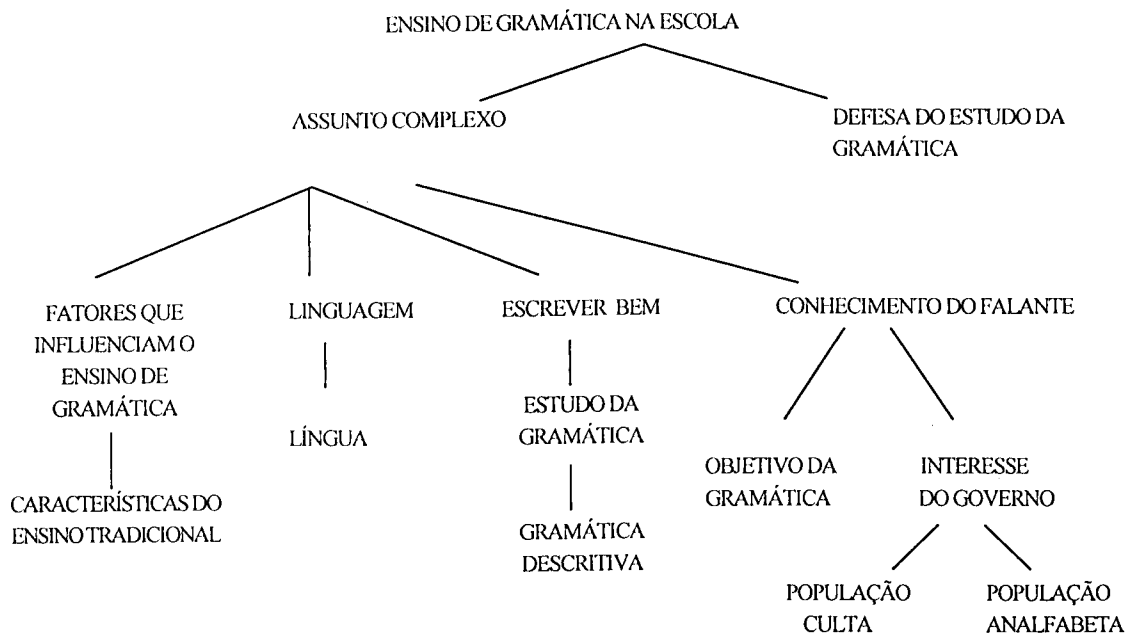


Figura 49: Estrutura conceitual do texto 1

Para o texto 2, proponho o seguinte esquema através do qual procuro descrever sua estrutura conceitual:

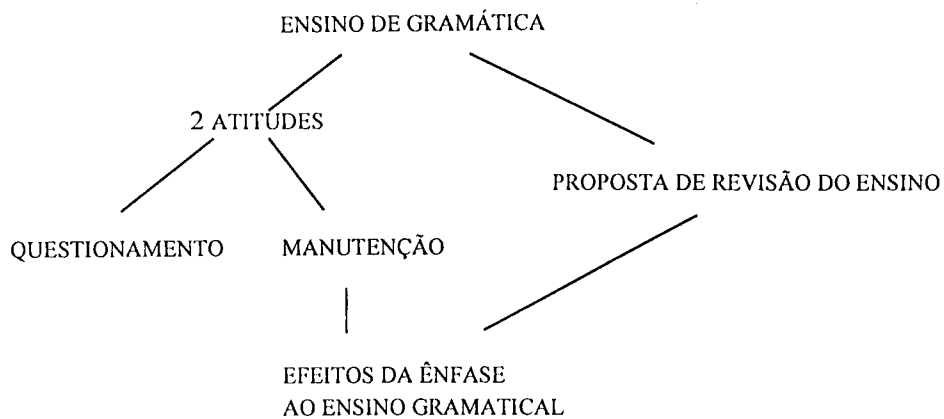


Figura 50: Estrutura conceitual do texto 2

O autor começa seu texto logo apontando duas diferentes atitudes em relação ao ensino da gramática: por um lado há os que o questionam e o condenam, mas por outro lado existem os gramáticos que insistem na sua manutenção. A partir daí, ele lança a idéia de que o ensino gramatical não tem surtido efeito e dá o exemplo do que ocorre com os alunos nas escolas. Finalmente, assumindo uma posição, ele conclui seu texto afirmando que se deve rever o ensino da gramática para que se possa permitir ao aluno o domínio da língua materna.

A estrutura conceitual do texto 3 pode ser configurada através do seguinte esquema:

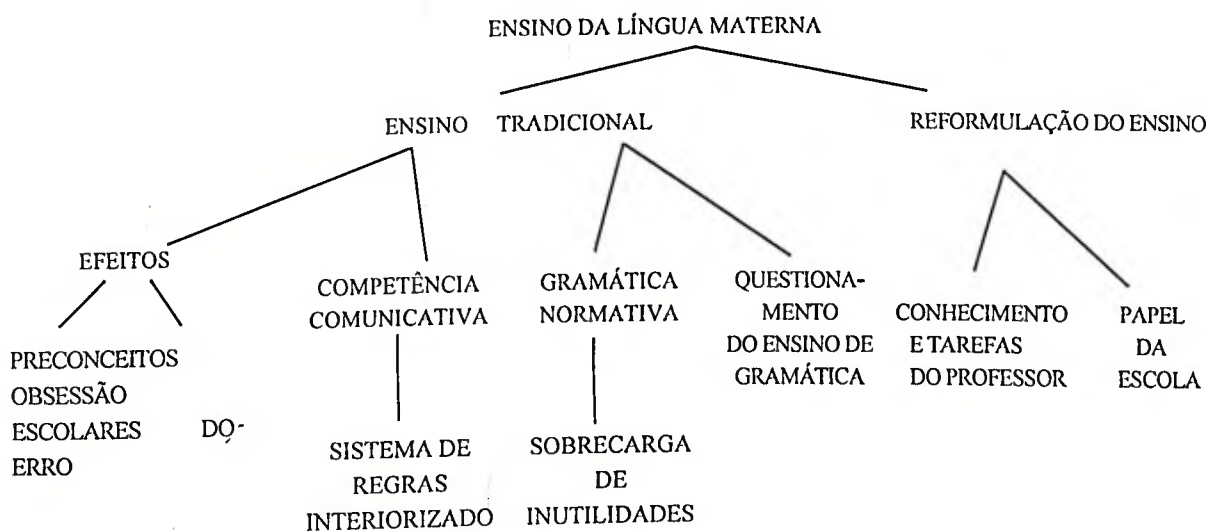


Figura 51: Estrutura conceitual do texto 3

O objeto primeiro desse texto corresponde ao conceito de ENSINO DA LÍNGUA MATERNA. Ao introduzir essa questão, o autor denuncia a maneira tradicional do ensino, que cria os preconceitos escolares de que os falantes não sabem sua língua e reforçam a adoção da gramática normativa no ensino, o que acarreta uma sobrecarga de inutilidades, impedindo o crescimento lingüístico do aluno. Na conclusão de seu texto, propõe a reformulação do ensino de língua materna.

A apresentação dessas estruturas conceituais serve para mostrar que os autores de textos acadêmicos que tratam de um mesmo tema, tendo portanto o mesmo referente, tendem a compô-los com os mesmos elementos, embora articulando-os cada um a seu modo. Pelas estruturas aqui exemplificadas, tem-se que as propriedades ou os elementos

levantados pelos autores e por eles organizados nos textos são: o ensino de língua/de gramática; efeitos/criticas desse ensino; revisão/reformulação do ensino. A recorrência dessas propriedades sustenta a hipótese de que as pessoas de uma mesma comunidade adquirem e dominam representações conceituais comuns.

O propósito (ou objeto de discurso) primitivo, ou seja, o objeto que ocupa lugar mais elevado na estrutura conceitual, em todos os três textos, bem como nos demais que tratam desse tema<sup>192</sup>, corresponde ao conceito de ENSINO (DA GRAMÁTICA, DA LÍNGUA MATERNA). Desse objeto primeiro derivam-se outros objetos como CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO, FATORES QUE O INFLUENCIAM, MÉTODOS DE ENSINO, QUESTIONAMENTO OU CRÍTICA, REAÇÃO e finalmente PROPOSTA DE REVISÃO (ou de REFORMULAÇÃO ou até de ELIMINAÇÃO) do ensino de gramática.

Da análise dos textos sob a perspectiva dessa dimensão referencial procuro extrair então informações que deverão ser combinadas e completadas com as extraídas da análise textual expressa pelas estruturas informacionais para que eu possa dar conta da organização tópica do discurso.

#### **4.2.2. A organização tópica dos textos**

A organização tópica é agora estudada visando inicialmente a desenvolver a análise estática da organização informacional, completando-a com a análise dinâmica da maneira como os interlocutores geram a escolha e o encadeamento dos objetos de discurso (ou propósitos) no desenvolvimento da interação (Roulet, 1999).

Com o estudo da forma de organização tópica, pretende-se dar conta da hierarquia, do encadeamento, da continuidade informacional e ainda das relações de derivação existentes entre os objetos de discurso que são ativados no texto, bem como se pretende explicar a gestão desses objetos de discurso no desenvolvimento das interações (Roulet, 1999, 1999b).

---

<sup>192</sup> V. textos 1 a 8, 17 e 18.

Combinando as informações obtidas com as análises anteriormente feitas, procuro descrever inicialmente a hierarquia dos objetos de discurso, em seguida, a continuidade do fluxo informacional<sup>193</sup> - a progressão tópica -, as relações entre os objetos de discurso primeiros e derivados e, finalmente, procuro apresentar uma explicação para as escolhas e os encadeamentos dos objetos de discursos feitos pelos autores dos três textos.

Pretendo neste momento apresentar o estudo da organização tópica que desenvolvo dos três primeiros textos do *corpus* em itens separados. Nesse estudo, seguindo a orientação proposta pelo modelo de análise modular, procedo inicialmente à combinação das informações extraídas das análises das estruturas hierárquico-relacionais com as extraídas das análises das estruturas informacionais visando, principalmente, a verificar a atuação o *onde* na estrutura resultante dessa combinação. Em seguida, procedo à acoplagem das estruturas conceituais e das estruturas informacionais objetivando verificar como o *onde* interfere na progressão dos tópicos discursivos.

#### 4.2.2.1. A organização tópica do texto 1

Como mencionado anteriormente, o estudo da organização tópica permite tratar da hierarquia dos objetos de discurso, ou seja, permite determinar os objetos principais dos objetos subordinados. Segundo Roulet (1999: 61), “um objeto de discurso é principal ou subordinado em relação a um outro em função do lugar ocupado na estrutura hierárquica pelo ato que o ativa”.

Para descrever a hierarquia dos objetos de discurso deve-se fazer a acoplagem (*couplage*) das informações de ordem hierárquica e informacional. Como já exposto no capítulo 2 deste trabalho, a análise da estrutura hierárquica está estreitamente ligada à análise do papel dos conectores no discurso, da qual se ocupa a organização relacional. Dessa forma, é em respeito aos aspectos que constituem a estrutura hierárquica e relacional que proponho estudar o funcionamento do *onde* na organização tópica dos

---

<sup>193</sup> A análise da marcação lingüística que permite a delimitação da estrutura informacional também é tratada neste momento.

textos. Procedo assim, neste momento, à combinação das informações extraídas das análises hierárquico-relacionais e das informacionais. O relacionamento da organização informacional e da dimensão hierárquico-relacional permite determinar os objetos de discurso principais e os subordinados, bem como o tipo de relação interativa que liga os constituintes discursivos às informações estocadas na memória discursiva.

Acoplando as estruturas informacionais e hierárquico-relacionais obtenho uma configuração por meio da qual podem ser indicados os objetos principais e subordinados bem como as relações discursivas que intervêm na organização tópica e ainda podem ser explicados certos encadeamentos informacionais. No esquema<sup>194</sup> a seguir, apresento o resultado dessa acoplagem. Tomo a estrutura hierárquico-relacional do trecho em que o *onde* se encontra e indico entre aspas, em cada ato, o objeto de discurso que ele ativa<sup>195</sup> :

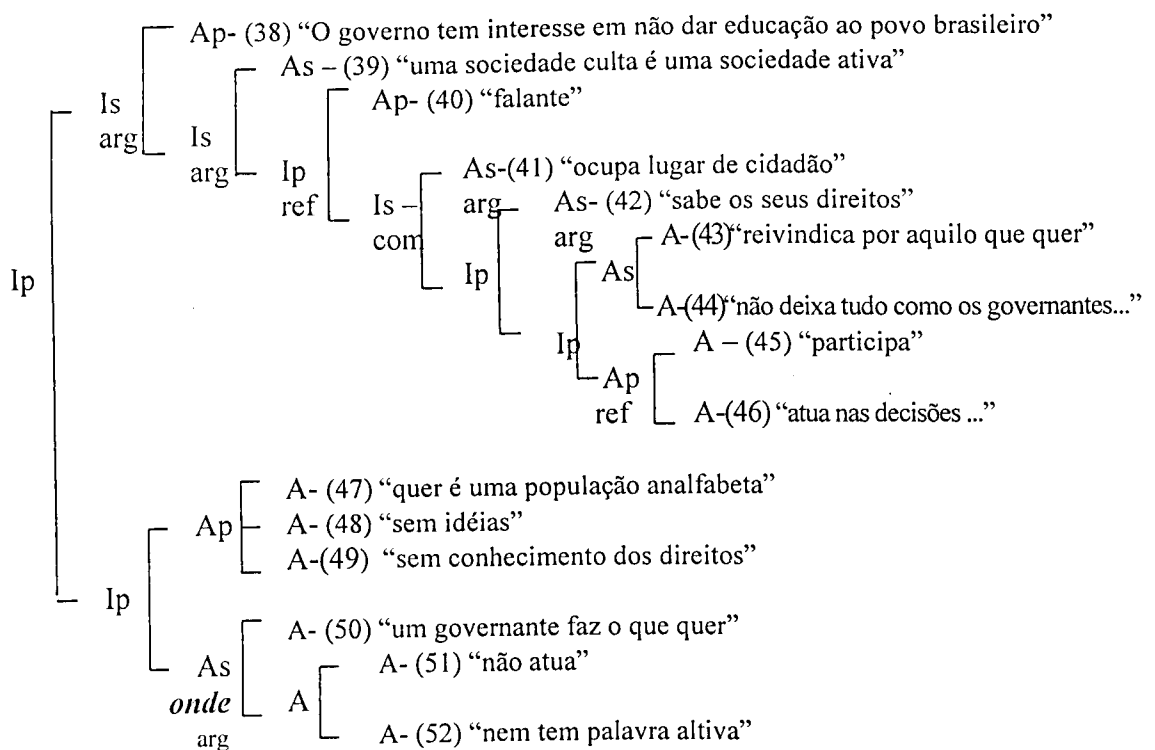


Figura 52: Relacionamento das estruturas hierárquico-relacional e informacional do Texto 1

<sup>194</sup> Apresento também neste capítulo apenas os esquemas propostos aos trechos com o *onde*.

<sup>195</sup> Tal como o faz Roulet em seus trabalhos.

Esse esquema evidencia que, nesse trecho, “o governo tem interesse em não dar educação ao povo brasileiro” é um objeto de discurso principal e que os objetos de discurso ativados sucessivamente nos atos que constituem a intervenção subordinada a esse ato, (39) a (46), a ele se subordinam, como argumentos em favor da afirmação que o autor faz sobre o interesse do governo.

Evidencia ainda que o objeto de discurso principal ativado na intervenção (47)-(52), “quer é uma população analfabeta, sem idéias, sem conhecimentos dos direitos”, é um objeto composto por informações ativadas em três atos sucessivos e coordenados e que este objeto é introduzido como um argumento conclusivo, tendo assim o estatuto de principal não só em relação ao objeto ativado em (50), mas também em relação aos objetos de discurso ativados na intervenção precedente.

O que essa acoplagem nos revela, então, é que a informação de que *o governo quer é uma população analfabeta* é apresentada pelo autor como uma informação principal, que tem importância no texto, na medida em que é o argumento que recebe mais força na denúncia que se faz quanto ao descaso do governo brasileiro com relação à educação. Essa é uma informação que não pode, pois, ser suprimida.

Essa acoplagem permite também uma explicação para o encadeamento à distância, revelado no capítulo anterior, entre os tópicos de (39) e (47): o tópico *o governo tem sua fonte no tópico de (39), constituído pela informação implícita o governo tem interesse em não dar educação ao povo brasileiro*. Esse encadeamento à distância pode ser explicado pelo fato de todos os atos que se encontram entre (39) e (47) terem o estatuto de subordinado<sup>196</sup>. A não interferência de um outro tópico principal nesse trecho contribui para a possibilidade da retomada de *o governo* num encadeamento à distância.

Quanto à atuação do *onde* nessa estrutura, considero que ele é usado introduzindo um ato subordinado, formado por três atos coordenados, que se articula ao anterior numa relação que pode ser interpretada como argumentativa, uma vez que carrega uma informação que pode ser vista como uma causa ou um motivo em relação ao que foi enunciado em (47)-(48)-(49). A acoplagem das estruturas hierárquico-

---

<sup>196</sup> O fato de a introdução do objeto de discurso *o governo tem interesse em não dar educação ao povo brasileiro* ter sido ativado num ato principal e de o traço tópico *o governo* se inscrever também num ato principal favorece a ancoragem à distância de (47). Segundo Roulet (1996), a facilidade de acesso a um ponto de ancoragem na memória discursiva pode ser determinada não só pela proximidade imediata na linearidade do texto como também pela proximidade de um dado nível da estrutura hierárquica.

relacional e informacional permite a consideração do *onde* como um elemento que tem uma função anafórica - ele retoma uma informação inferida pelo contexto, « *num país cuja população é analfabeta* » -, mas que não constitui o traço de ponto de ancoragem tópica. A sua função primeira nessa ocorrência eu diria que é então conectiva, uma vez que o *onde* atua na conexão de dois atos que se ligam por uma relação argumentativa, como faz um conector, e não atua como traço de ponto de ancoragem tópica, como o faria se a sua função primeira fosse a anafórica.

O estudo da organização tópica me permite ainda tratar da continuidade do fluxo informacional e das relações de derivação dos objetos de discurso (Roulet, 1999). Procedendo à combinação da estrutura conceitual, que traz os conceitos ativados e combinados pelo discurso, com a organização informacional, posso analisar os encadeamentos conceituais, bem como as progressões dos tópicos no discurso.

No esquema abaixo, procedo a essa acoplagem, focalizando apenas o trecho em tela. Juntamente com os conceitos ativados, apresentados em maiúsculas, indico o número relativo aos atos que ativam os objetos de discurso a eles correspondentes.

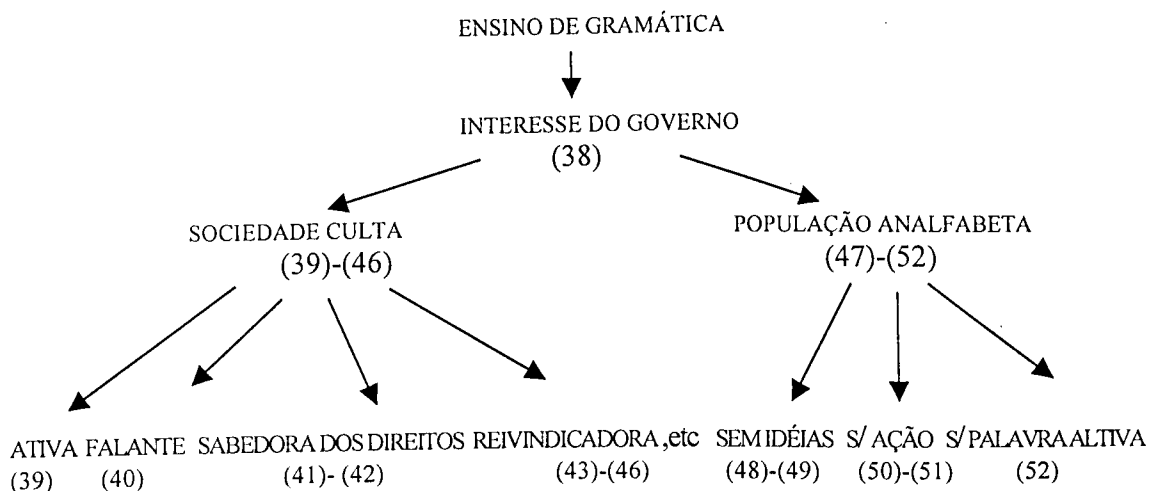


Figura 52: Relacionamento da estrutura conceitual e da organização informacional

Essa apresentação dos conceitos ativados nesse trecho, feita aqui de forma abreviada, por uma questão de espaço, me permite mostrar o percurso conceitual realizado pelo autor na organização dos objetos de discurso. A ativação sucessiva dos objetos de discurso corresponde à construção dessa estrutura. O autor, ao discutir sobre

o ensino de gramática na escola, escolhe denunciar o interesse do governo brasileiro em relação ao ensino da língua materna. Assim, afirma que o governo não se interessa em oferecer educação ao povo brasileiro e explica que isso se deve ao fato de uma sociedade culta e educada ser ativa, reivindicadora, sabedora de seus direitos e que, portanto, sabe se fazer respeitar, e *atua nas decisões para o seu próprio bem*. A essa explicação ele acrescenta uma afirmativa na qual enfatiza, por meio da pseudo-clivagem, que o governo então quer é uma população analfabeta, de forma que ele possa governar como quer, privilegiando os seus interesses e não os da população, que, por ser analfabeta e não ter as qualidades que ele atribui à população educada, *não atua nem tem palavra ativa*.

Esse esquema me permite ainda estabelecer a distinção entre os objetos primitivos e os derivados. Segundo Roulet (1999), um objeto de discurso que domina um outro objeto de discurso numa estrutura conceitual é primitivo em relação a este, que é derivado em relação ao primitivo. Os objetos de discurso correspondentes aos conceitos de SOCIEDADE CULTA e POPULAÇÃO ANALFABETA<sup>197</sup> são derivados em relação ao correspondente ao conceito de INTERESSE DO GOVERNO e são primitivos em relação aos objetos de discurso correspondentes aos conceitos apresentados no nível mais baixo desta figura.

Os dois conceitos SOCIEDADE CULTA e POPULAÇÃO ANALFABETA são introduzidos no texto, como uma informação nova, por meio de um SN indefinido. O primeiro deles é ativado num ato introduzido pelo conector *pois*. Koch (1997), ao tratar das estratégias de tematização e rematização na construção do texto falado, menciona que os conectivos semânticos, ao relacionarem duas unidades discursivas, abrem a possibilidade da introdução de uma informação nova no elemento tematizado, mesmo que isso se dê apenas em relação ao contexto imediatamente precedente, e não em relação a todo o texto. O segundo é ativado numa construção pseudo-clivada, em que ocorre a marcação do elemento que traz a informação nova: é uma população analfabeta que o governo quer.

---

<sup>197</sup> Segundo minha interpretação, os termos “sociedade”, “população” e “povo” foram usados pelo autor como sinônimos numa reiteração. Dessa forma, o *onde* não pode mesmo referir-se a esse termo como “lugar em que”.

Quanto ao *onde*, considero que ele, à maneira de um conector, introduz um ato no qual é ativada uma informação nova<sup>198</sup>, verbalizada pelo SN indefinido *um governante*. Também à maneira de um conector, ele atua na conexão de objetos de discurso e esses objetos são derivados em relação ao objeto de discurso correspondente ao conceito de UMA POPULAÇÃO ANALFABETA. Ele se mostra, assim, um elemento que a meu ver intervém no percurso conceitual representado na figura 10 não como um elemento que verbalizaria um dos conceitos gerados, mas como um conector que atua na junção entre os conceitos.

A análise da organização tópica do trecho em questão me permite tratar da geração dos objetos de discurso. O que emerge dessa análise diz respeito ao encadeamento informacional escolhido pelo autor. Para chegar a uma conclusão quanto ao ensino de gramática na escola - que ele apresentará em (53)-(54) - o autor denuncia que o governo não se interessa em oferecer educação (escolar) ao povo brasileiro, inicialmente explicando que uma população educada/escolarizada é ativa e, portanto, capaz de interferir nas ações do governo, e em seguida concluindo que uma população analfabeta é a desejada pelo governo uma vez que, por ser ignorante, não age da mesma forma, permitindo que um governante tome as atitudes que bem quiser.

#### **4.2.2.2. A organização tópica do texto 2**

No esquema abaixo, apresento o resultado da combinação das informações de ordem hierárquico-relacional com as de ordem informacional relativas ao trecho, extraído do texto 2, em que o *onde* é usado. Nele estão indicados os objetos de discurso principais e os subordinados e ainda as relações discursivas intervenientes na organização deste trecho:

---

<sup>198</sup> A informação pode ser considerada nova tendo em vista que não foi expressa anteriormente, embora se possa defender que já estivesse presente na mente do interlocutor.

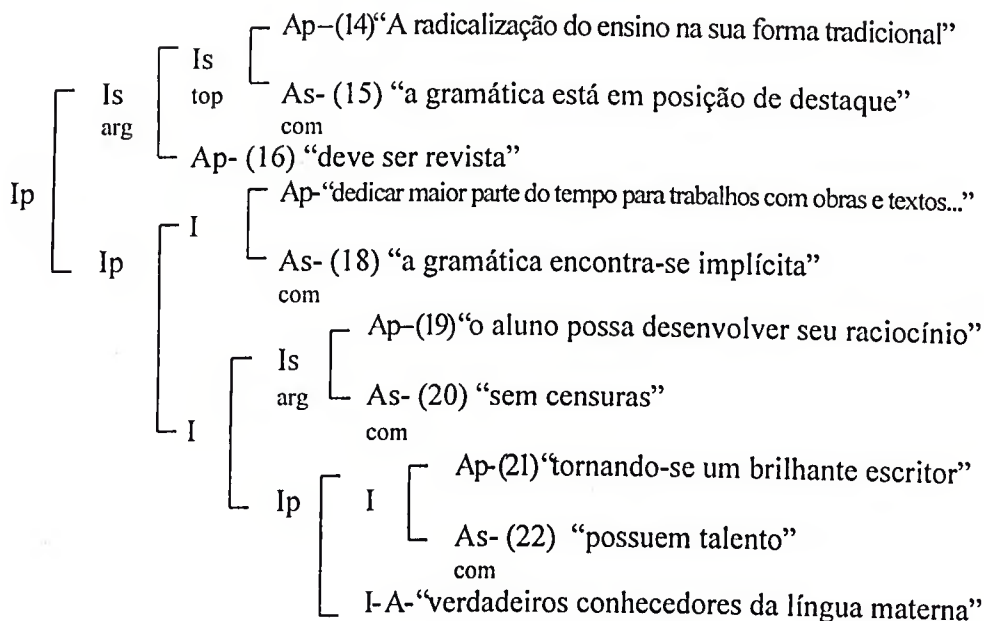


Figura 54: Relacionamento das estruturas hierárquico-relacional e informacional do Texto 2

Através desse esquema, em que apresento os objetos de discurso em seus devidos lugares na estrutura hierárquico-relacional, posso analisar o estatuto de principal ou subordinado de cada objeto de discurso em relação a um outro objeto de discurso. A análise da hierarquia dos objetos de discurso me permite perceber a maior ou menor acessibilidade das informações que serão ativadas no texto, uma vez que os objetos de discurso ativados por atos principais são os que se caracterizam por uma maior acessibilidade ulterior numa seqüência lingüística (Gobet, 1999).

A informação *a radicalização do ensino na sua forma tradicional* é proeminente nesse trecho, já que foi ativada num primeiro ato principal dessa intervenção. E ela vai permanecer acessível na memória discursiva, constituindo o ponto de ancoragem imediato dos atos posteriores (15) e (16). Esse objeto de discurso, no entanto, é subordinado em relação ao propósito ativado em (16), "deve ser revista"<sup>199</sup>. Outra observação que faço com relação a esse esquema é que os objetos de discurso expressos nos atos subordinados desse trecho podem ser considerados objetos de discurso secundários, na medida em que constituem um comentário que visa a fazer alguma

<sup>199</sup> Esse fato evidencia que a distinção entre um propósito principal e um secundário não é absoluta, mas relativa.

observação sobre o que se afirma nos atos principais que os precedem, funcionando como apoio desses atos principais.

A acoplagem das informações de ordem hierárquico-relacional e informacional, exposta nesse esquema, revela ainda que o ato (15), introduzido pelo *onde*, tem estatuto de subordinado e se liga à intervenção anterior por uma relação interativa de comentário. O objeto de discurso nele ativado se mostra, dessa forma, menos acessível, não sendo por isso posteriormente retomado. O item *onde* atua, no interior desse ato, como um traço de ponto de ancoragem tópica, como mostrado na descrição da análise informacional desse trecho. Ele marca uma ancoragem sobre uma informação ativada em (14), ao retomar parte da informação expressa no SN. O encadeamento informacional por ele marcado é a progressão linear.

A interpretação de seu funcionamento nesse trecho como o de um elemento cuja função anafórica se faz proeminente é favorecida pela conjugação de todas as informações de ordem lingüística, hierárquica, relacional e informacional. Esse item anafórico se encontra introduzindo um ato subordinado que mantém uma relação de comentário com a intervenção anterior, e aponta para uma informação estocada na memória discursiva – « *ensino (de gramática) na sua forma tradicional* » -, informação que pode ser considerada a mais saliente de todo o trecho, já que foi ativada no ato principal da primeira intervenção dessa estrutura, e que constitui o ponto de ancoragem imediato de outros atos desse trecho, como mostro com o esquema abaixo:

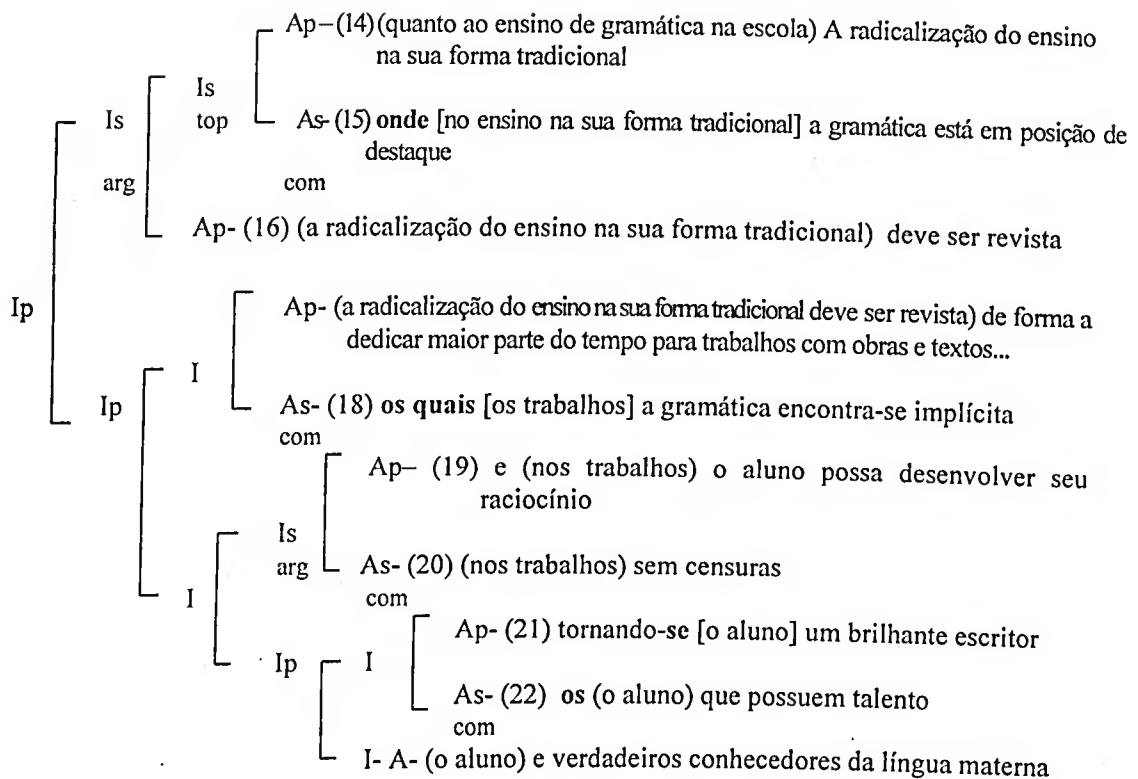
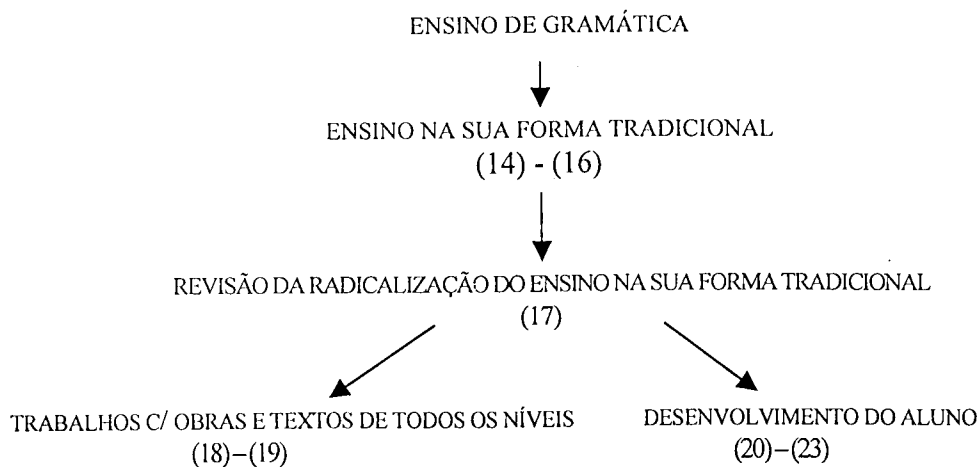


Figura 55: Relacionamento da organização informacional e da estrutura hierárquico-relacional do Texto 2

O *onde*, assim, se mostra um elemento que desempenha um papel importante na organização tópica desse trecho, visto que atua como traço tópico ao verbalizar a informação « *o ensino na sua forma tradicional* », que é bastante acessível, uma vez que tem sua fonte no objeto de discurso ativado no ato precedente, que por sua vez tem o estatuto de principal.

Dando continuidade ao estudo da organização tópica desse trecho, procedo à combinação dos conceitos que compõem a estrutura conceitual a ele proposta com as informações extraídas da análise da sua organização informacional.



**Figura 56: Relacionamento da estrutura conceitual e da organização informacional**

No trecho em pauta, as informações são introduzidas numa progressão relativamente simples e ordenada. O objeto de discurso primitivo corresponde ao conceito de ENSINO DA GRAMÁTICA, que a propósito é retomado na introdução de cada parágrafo do texto e que domina os objetos derivados correspondentes aos conceitos de ENSINO NA SUA FORMA TRADICIONAL, REVISÃO DA RADICALIZAÇÃO DO ENSINO, TRABALHOS, ALUNO. Acredito que a escolha dessa ordenação na geração dos objetos de discurso se deve ao desejo de o autor conduzir o leitor para o fechamento do texto, em que defende a mudança no ensino visando à formação de alunos *conhecedores da língua materna*, buscando a sua concordância ou aprovação.

O percurso conceitual desse trecho apresentado na figura 13 pode ser representado numa reta, tendo em vista a sua linearidade. Os conceitos são ativados nesse trecho num encadeamento majoritariamente linear: ENSINO DE GRAMÁTICA; ENSINO NA SUA FORMA TRADICIONAL; REVISÃO DA RADICALIZAÇÃO DO ENSINO NA SUA FORMA TRADICIONAL; TRABALHOS COM OBRAS E TEXTOS DE TODOS OS NÍVEIS; DESENVOLVIMENTO DO ALUNO.

A explicitação desse percurso possibilita esclarecer os elos conceituais subjacentes aos encadeamentos das informações no texto. No trecho em questão, fica evidente que o ENSINO DE GRAMÁTICA constitui o ponto de partida desse trecho; o ENSINO NA SUA FORMA TRADICIONAL constitui o motivo da proposta de revisão do ensino no qual a gramática recebe destaque; a REVISÃO DA RADICALIZAÇÃO DO ENSINO

NA SUA FORMA TRADICIONAL constitui o motivo para maior dedicação a trabalhos com textos etc.

Além de possibilitar o esclarecimento sobre os elos conceituais, o esquema configurado acima permite que se distingam os objetos de discurso primitivos e os derivados. Essa distinção se torna importante na medida em que o objeto de discurso correspondente ao conceito de ENSINO NA SUA FORMA TRADICIONAL, derivado em relação ao ENSINO DE GRAMÁTICA, é retomado por meio de um traço anafórico: o item *onde*.

#### 4.2.2.3. A organização tópica do texto 3

Como o texto 3 apresenta duas ocorrências do *onde*, escolhi, para a análise de sua organização tópica, trabalhar o trecho que abarca essas duas ocorrências em vez de focalizá-las separadamente. Início o estudo da organização tópica desse texto com a apresentação de um esquema que traz o resultado da combinação das informações extraídas da análise de sua estrutura hierárquico-relacional com as extraídas da análise de sua organização informacional.

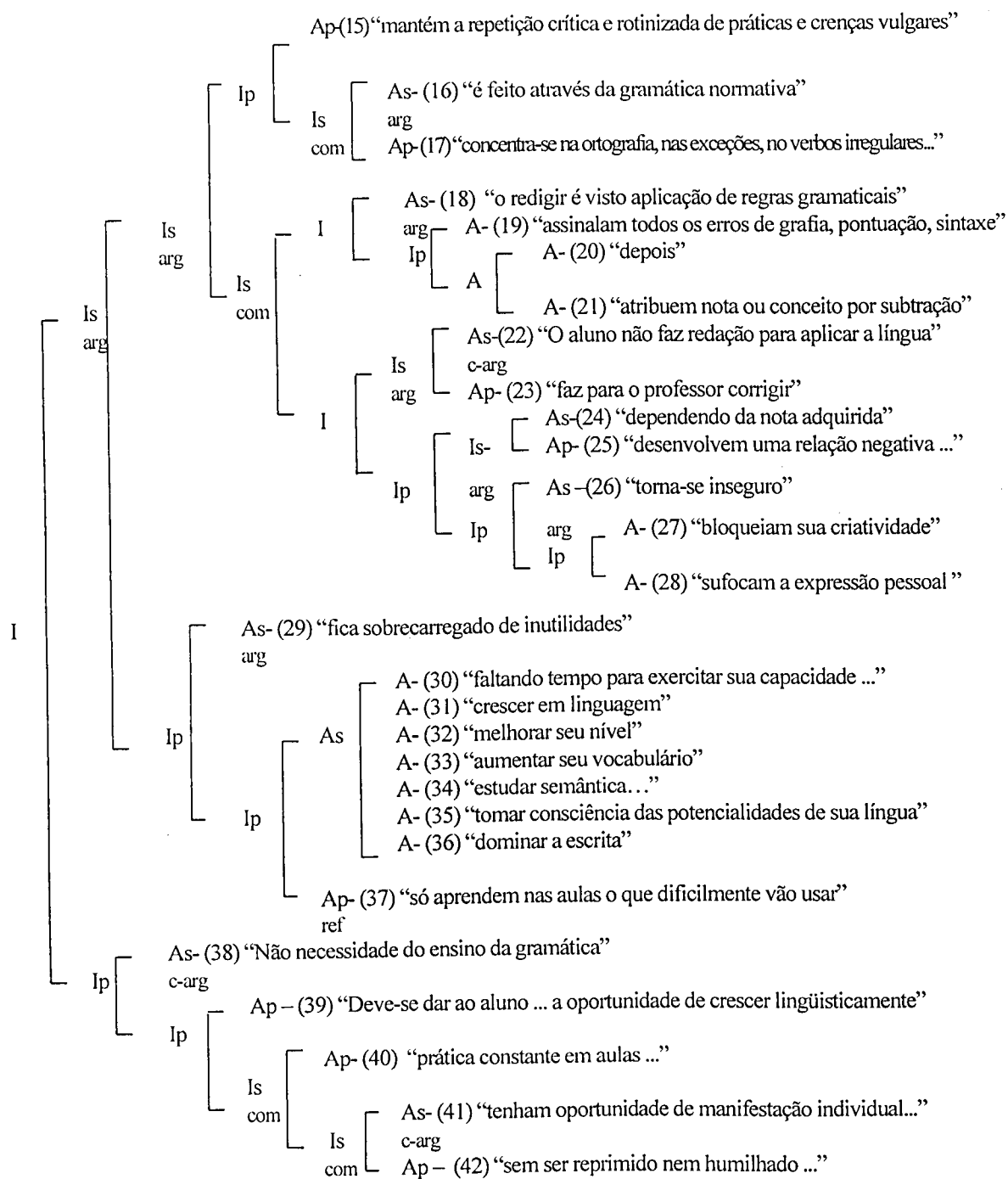


Figura 57: Relacionamento das estruturas hierárquico-relacional e informacional do Texto 3

Através desse esquema, posso distinguir como o objeto de discurso de maior importância no trecho em pauta o ativado no ato (39). Ele pode ser identificado como principal por se tratar de um objeto ativado num ato principal o qual, por sua vez, é um

constituente de uma intervenção principal. Considero também importantes os objetos de discurso “só aprendem nas aulas o que dificilmente vão usar” e “mantém a repetição crítica e rotinizada de práticas e crenças vulgares”, pois são ativados também por atos de estatuto principal, constituintes de intervenções principais. Observo ainda, nesse esquema, que entre o objeto de discurso principal ativado por (15) e o objeto de discurso principal ativado por (37) há a inserção de vários outros objetos de discurso subordinados. A inserção desses objetos ocorre em função da abertura pelo autor de comentários como em (16)-(17) e em (18) a (26), da introdução de um argumento com o qual critica o ensino tradicional, como em (29), e, ainda, da inserção de enumerações das atividades que poderiam ser exercidas pelo estudante, como em (30) a (36). Interpreto que essas inserções representam uma grande preparação para se chegar à conclusão a que o autor quer conduzir seu interlocutor/leitor. Acredito que se pode supor que autor considere tal preparação necessária, uma vez que a conclusão à qual quer chegar – de que o ensino da língua materna deve ser reformulado com a abolição do ensino da gramática - vai de encontro ao pensamento das pessoas de nossa sociedade, de modo geral, e principalmente ao ensino a que possivelmente foi submetido nas aulas de português quando cursava o 1º e o 2º graus.<sup>200</sup>

A conjugação de todas as informações de ordem lingüística, hierárquica, relacional e informacional, expostas na estrutura informacional hierarquizada representada na figura 13 me conduz à interpretação do funcionamento do *onde*, nesse trecho, como o de conector, cuja função primeira é a conectiva e não a anafórica. Esse item, nas duas ocorrências, se encontra encabeçando uma intervenção que está ligada ao ato precedente por uma relação interativa do tipo argumentativa. Do ponto de vista da organização informacional, ele não se configura como traço de ponto de ancoragem tópica, característica dos itens anafóricos. Não é ele que, em cada uma das seqüências em que se encontra, marca a ancoragem de uma informação da memória discursiva cuja ativação vai permitir a continuidade do fluxo informacional do texto.<sup>201</sup>

---

<sup>200</sup> Uma outra interpretação que me ocorre é a de que ele pode estar tentando se convencer de que deverá concordar com a conclusão a que vai chegar, visto que ela está em consonância com a defendida pelos autores dos livros que tratam do ensino de gramática na escola, trabalhados em aula.

<sup>201</sup> Pode-se discutir essa afirmação dizendo que na segunda ocorrência o *onde* retoma a informação « aulas » ativada no ato anterior e que dessa forma tem valor anafórico. Mas, como afirma Grobet (1996), nem todo anafórico é considerado traço de PA, e o que quero defender sobre esse item é justamente essa propriedade que ele parece ter de poder funcionar como conector argumentativo mantendo seu valor anafórico.

O relacionamento da organização informacional e dos conceitos ativados pelo discurso é ainda outro recurso que permite a análise da organização tópica desse trecho, e conseqüentemente do funcionamento do *onde* nessas duas ocorrências. Procedo assim, neste momento, à combinação da estrutura conceitual e da organização informacional, ou seja, busco aproximar as informações de ordem informacional, os objetos de discurso, com as de ordem conceitual, visando ao tratamento da continuidade do fluxo informacional e das relações entre os objetos de discurso primeiros e derivados.

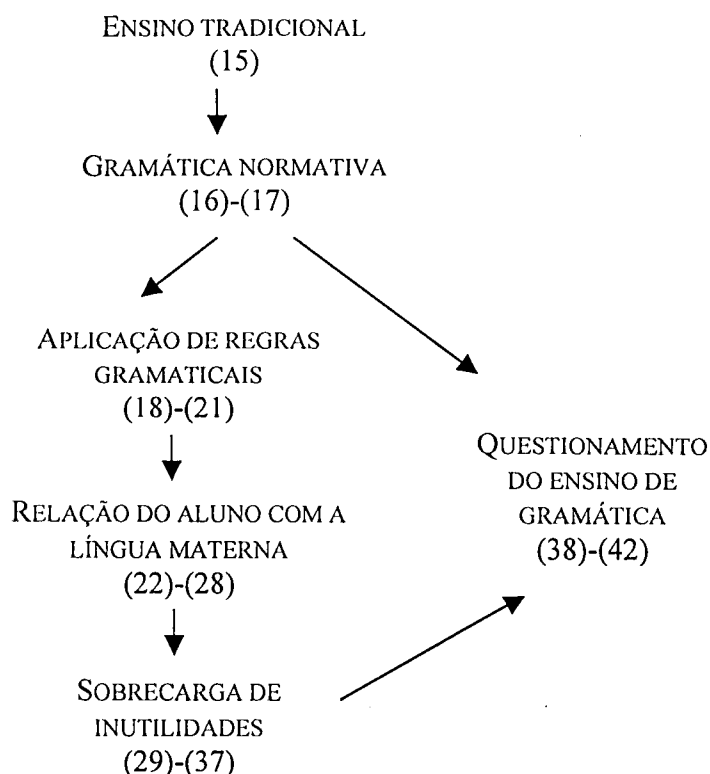


Figura 58: Relacionamento da estrutura conceitual e da organização informacional

De acordo com essa apresentação dos conceitos ativados no trecho analisado, tem-se que o percurso escolhido pelo autor segue uma ordenação diferente em relação aos percursos conceituais propostos para os trechos extraídos dos textos 1 e 2. Ele introduz inicialmente o tópico “ensino tradicional”, apresentando uma crítica a esse ensino bem como alguns comentários sobre os problemas relacionados ao ensino da língua materna (a consideração da produção de texto como aplicação de regras

gramaticais; o desenvolvimento no aluno de uma relação negativa com o aprendizado da língua materna). Em seguida, denuncia ou critica o fato de haver no ensino tradicional uma sobrecarga de inutilidades sobre o aluno, para, então, concluir a intervenção questionando esse ensino e afirmando que o ensino da gramática não é necessário.

Os objetos de discurso correspondentes ao conceito de ENSINO TRADICIONAL e GRAMÁTICA NORMATIVA são primitivos em relação aos objetos correspondentes ao conceito de QUESTIONAMENTO DO ENSINO DE GRAMÁTICA, ou seja, estes são ativados num momento posterior ao daqueles. No entanto, em termos hierárquicos, estes são principais em relação aos anteriores, visto que são ativados no constituinte principal (Ip-(38)-(42)) dessa grande intervenção. Essa observação me permite perceber que os objetos correspondentes ao questionamento do ensino gramatical constituem os mais importantes dessa grande intervenção. O percurso conceitual escolhido pelo autor expõe assim a sua estratégia argumentativa, que é a de apresentar o assunto – o ensino tradicional da língua materna - e, logo em seguida, denunciar os problemas a ele relacionados para então, como uma conclusão natural, propor uma mudança em relação a esse ensino. Com esse percurso, o autor espera conseguir a aprovação do seu interlocutor/leitor quanto à necessidade de reformulação de um ensino que já se consolidou há muitos anos.

Quanto à atuação do *onde* nesse percurso conceitual, não considero que se possa atribuir a ele uma participação importante como a que apresentaria caso sua função primeira fosse a anafórica, assumindo dessa forma a responsabilidade pela marcação da ancoragem tópica. O seu funcionamento, nas duas ocorrências, é o de um conector, cuja função mais específica é a conectiva, que por isso se ocupa da ligação de constituintes que mantêm entre si uma relação interativa argumentativa, mais do que da marcação da ancoragem tópica.

### 4.2.3. Conclusão

Procurei analisar os trechos extraídos dos três primeiros textos do *corpus*, em que o *onde* é usado, quanto à organização tópica do discurso, com o objetivo de, focalizando mais de perto as ocorrências desse item nos textos, verificar como ele contribui para a organização do desenvolvimento tópico dos textos. As análises que desenvolvi possibilitaram-me chegar à conclusão de que esse item ora atua na ativação da informação situada na memória discursiva que constitui o tópico, comportando-se então como um elemento importante no reconhecimento da estrutura informacional e, portanto, na continuidade e progressão do discurso, ora atua de forma mais específica na conexão de constituintes discursivos, desempenhando assim um papel menor nessa forma de organização do discurso.

O *onde* pode desempenhar um papel importante na organização tópica, nas ocorrências em que ele serve de traço de ponto de ancoragem imediato, ou de traço tópico, sobre o qual se apóia a informação já ativada na mente dos interlocutores. Nesses casos, o seu funcionamento é o de um elemento cuja função mais evidente é a anafórica. Do ponto de vista da organização relacional, nessas ocorrências ele tem a propriedade de marcar uma relação interativa de comentário entre os constituintes por ele ligados, podendo assim ser chamado de “comentativo”.

O *onde* pode também, em outras ocorrências, ter uma atuação secundária na organização tópica dos textos, visto que não vai estar exercendo uma influência direta na progressão informacional, pois não estará constituindo um traço de ponto de ancoragem imediato na memória discursiva. Nesses casos, ele pode ser considerado um elemento que verbaliza uma informação que se situa num nível mais profundo da memória discursiva. Ele ativa uma informação já conhecida pelo interlocutor independentemente do caráter mais ou menos recente de sua ativação no discurso. A sua função primeira nesses casos, então, pode ser considerada a de conectar constituintes que se ligam numa relação argumentativa, como faz um conector discursivo, mais do que a de, como elemento anafórico, verbalizar um ponto de ancoragem.

A combinação das informações extraídas da análise da dimensão referencial dos textos com as extraídas com a análise da sua organização informacional, outro passo da

análise da organização tópica dos textos, revelou que o *onde* tanto pode intervir no percurso conceitual como elemento anafórico, na medida em que por meio dele é possível a retomada de conceitos que são ativados ao longo do texto, como pode também intervir nesse percurso conceitual como um conector que atua na junção entre os conceitos.

O estudo dos textos sob o ponto de vista das formas de organização informacional e tópica se fez então importante, na medida em que possibilitou mostrar como o *onde* pode influenciar a organização tópica. Ele apresenta atuações diferentes no discurso também nesse nível de análise, e não só no nível relacional. Como mostro através das análises desenvolvidas neste trabalho, ele pode desempenhar o papel de um item anafórico, responsável pela ativação da informação mais recentemente ativada na qual se encadeia um objeto de discurso, ou seja, como traço tópico, quando empregado como um relativo. Ele pode, ainda, desempenhar o papel de um conector, que não atua diretamente no encadeamento dos objetos de discurso, ou seja, que constitui um traço de ponto de ancoragem *d'arrière-fond*, ao atuar na conexão entre constituintes discursivos, quando empregado como um conector argumentativo.

Neste trabalho tive a oportunidade de expor a análise que procurei desenvolver do funcionamento discursivo do item *onde* no texto acadêmico escrito à luz da Análise Modular do discurso. A hipótese levantada para dar início a este trabalho foi a de que o *onde*, comumente considerado um advérbio relativo, que atua no interior de um enunciado, pode ter uma atuação mais ampla, ou seja, pode atuar na organização do discurso, articulando constituintes discursivos.

Com o meu interesse centrado na descrição e na explicação do funcionamento do *onde* na organização do discurso, e objetivando testar a hipótese inicialmente levantada, escolhi abordar a atuação desse item sob a perspectiva da organização relacional e inferencial, da organização informacional, e finalmente da organização tópica dos textos.

Ao tratar do funcionamento desse item sob a perspectiva da organização relacional, pude mostrar que ele atua como um conector, ou seja, como um elemento que garante uma função na estruturação do discurso (Roulet et al., 1985). O *onde* pode ser empregado em fronteira de ato, servindo de índice para a segmentação do texto em unidades discursivas. Ele pode estar introduzindo um constituinte subordinado ao constituinte principal que o precede. O constituinte subordinado que ele introduz é ligado ao precedente por uma relação interativa caracterizada como de comentário. Nesses casos, em que introduz um constituinte subordinado que pode ser designado sintaticamente de oração relativa explicativa ou apositiva, ele pode ser considerado um marcador “comentativo”, cuja função discursiva é marcar uma relação interativa de comentário. Nos casos em que então o *onde* marca uma relação interativa de comentário, a ele estão associadas as suas instruções de base: retomar uma informação dada anteriormente (explícita ou implicitamente) e estabelecer com ela um elo de (cor)referência, fundado numa noção de localização.

O *onde* se mostrou ainda, do ponto de vista relacional, um conector que pode funcionar na articulação de constituintes discursivos que se ligam por uma relação interpretada não como de comentário, mas como argumentativa. Nesses casos, o seu funcionamento não pode ser visto como o de um “comentativo”, já que a relação que

articula o constituinte por ele introduzido e uma informação situada na memória discursiva é de natureza argumentativa. Para a interpretação de sua atuação nesses casos, aplicam-se suas instruções de nível mais profundo: retomar uma informação anterior apresentando-a como uma causa ou como uma conclusão.

Houve ainda outros casos em que a interpretação do emprego do *onde* se mostrou mais complexa. Ele pôde ser inicialmente interpretado como um “comentativo”, na medida em que introduzia um constituinte de estatuto subordinado que se ligava ao constituinte principal precedente por uma relação de comentário. Mas, dando continuidade ao processo interpretativo -em função da presença de determinados elementos comuns em contextos argumentativos ou explicativos, como suposições ou ordens, por exemplo, as quais normalmente são acompanhadas de justificações/argumentações/explicações-, buscando-lhe então um outro valor, propus que o seu emprego pudesse ser interpretado como o de um conector responsável pela articulação de constituintes numa relação genérica argumentativa.

Do ponto de vista da organização relacional, então, as análises do funcionamento do *onde* revelaram que esse item pode aparecer em empregos diferentes, como “comentativo” e como conector numa relação argumentativa. Para a descrição de seu funcionamento aplicam-se as suas instruções. Cada emprego desse item demanda a aplicação de uma ou de várias instruções, como presume Luscher (1989).

Com a investigação do seu funcionamento sob a perspectiva da organização informacional, tendo em vista a sua característica de elemento anafórico, que tem a propriedade de remeter a uma informação presente na memória discursiva, cuja fonte se encontra no contexto ou pode ser dele inferida, pude concluir que o *onde* constitui um traço de ponto de ancoragem tópica em algumas de suas ocorrências, mas não em outras. Nos casos em que ele constitui um traço de ponto de ancoragem tópica, a sua função anafórica se mostra mais evidente na organização do discurso do que a sua função conectiva. Nesses casos em que constitui um traço tópico ele é empregado como um relativo que, do ponto de vista relacional, pertence à classe dos conectores “comentativos”.

Já nos casos em que ele não intervém na marcação do ponto de ancoragem tópica, ou seja, nos casos em que ele não constitui um traço tópico, a sua função primeira na organização do discurso não é a anafórica, sendo assim a conectiva. A sua

função pode ser apontada como sendo a de atuar na articulação de constituintes ligados por uma relação genérica argumentativa.

A combinação das informações de ordem relacional com as de ordem informacional que ocorreu quando da análise da organização tópica dos textos se fez importante, como o passo seguinte neste percurso de análise, na medida em que contribuiu para mostrar que o *onde* se manifesta nessas duas formas de organização como um elemento cujo emprego pode ser interpretado de duas maneiras diferentes, de acordo com a consideração de qual seria a sua função primeira na organização do discurso.

Nos casos em que a sua função primeira pareceu ser a anafórica, interpretei que ele funciona como relativo, como marcador “comentativo” e como traço de ponto de ancoragem tópica, dependendo do nível da análise. Já nos casos em que essa sua função primeira pareceu ser a conectiva, ou seja, nos casos em que houve alguma dificuldade com a determinação da informação à qual ele remete ou então em que houve a possibilidade de se interpretar que os constituintes por ele conectados se ligavam numa relação do tipo argumentativa, já que essa informação representaria uma causa, explicação, conclusão, finalidade, etc. em relação ao constituinte que ele introduz, interpretei que o *onde* não funciona como relativo, nos moldes tradicionais, nem como marcador “comentativo”, nem como traço de ponto de ancoragem tópica<sup>202</sup>.

A combinação das informações de ordem referencial com as de ordem informacional, também realizada para a análise da organização tópica dos textos, me permitiu mostrar que o *onde* tanto pode intervir no percurso conceitual, na medida em que por meio dele é possível a retomada de conceitos que são ativados ao longo do texto, como parece poder intervir nesse percurso conceitual não como um elemento que verbaliza um dos conceitos ou objetos de discurso gerados, mas como um conector que atua na junção entre os conceitos.

A interpretação de sua atuação na geração dos objetos de discurso se mostrou relacionada também com a sua função discursiva primeira, que pode ser a anafórica ou a conectiva.

O trabalho aqui desenvolvido sobre a interpretação do funcionamento discursivo do *onde* nos textos do corpus se conclui, então, com a proposta de se considerar que

---

<sup>202</sup> Os casos dúbios seriam aqueles em que não se faz evidente qual seria a sua função primeira na organização do discurso.

esse item anafórico tem a propriedade de se empregar como um relativo e marcador de uma relação interativa de comentário e ainda como um conector que pode atuar em contextos argumentativos, tendo em vista a possibilidade de se interpretar a existência de uma relação argumentativa genérica entre os constituintes por ele ligados.

Diferentemente dos conectores argumentativos, no entanto, o *onde* não se comporta como um elemento que especifica ou marca a relação discursiva. Ele também não restringe sempre o estatuto hierárquico do constituinte que introduz. Como mostrado por meio das configurações hierárquico-relacionais apresentadas no capítulo 3, ele pode ser empregado introduzindo um constituinte subordinado, o que ocorre com maior frequência, mas pode também estar introduzindo um constituinte de estatuto principal. O que será determinante na interpretação do estatuto do constituinte por ele introduzido, bem como na interpretação da relação que articula os segmentos textuais por ele ligados serão outras informações lingüísticas presentes no texto e as informações referenciais.

Uma característica do *onde* que considero importante ressaltar, visto que pode ser ela a grande motivadora de seu emprego em contextos argumentativos, é a de ele, em seu funcionamento como conector em contextos argumentativos, se apresentar como um elemento capaz de compactar a estrutura em que se encontra, visto que através dele é possível uma condensação de informações (a retomada de um referente e, ao mesmo tempo, a inferenciação de uma relação argumentativa).

Neste trabalho, enfim, procurei investigar o funcionamento discursivo do *onde* no texto acadêmico escrito, adotando o Modelo de Análise Modular do discurso desenvolvido na Universidade de Genebra. Graças a essa abordagem modular, que permite um tratamento transversal dos diferentes aspectos do discurso, foi-me possível escolher um percurso de análise consoante com a natureza do *corpus* escolhido, bem como com o meu objetivo neste estudo, que se centrava na descrição e na explicação do funcionamento desse item na organização do discurso. Acredito que pude alcançar o objetivo proposto, na medida em que, através das interpretações das várias ocorrências desse item nos textos do *corpus*, nos diferentes níveis de análise, mostrei como se pode compreender o seu funcionamento na organização do discurso.

## Bibliografia :

- ALMEIDA, Napoleão M. de (1983). *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 32<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude & DUCROT, Oswald (1983). *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles : Pierre Mardaga Editeur.
- AUHLIN, Antoine (1996). Approche expérientielle de la communication écrite (présentation). *Cahiers de Linguistique Française*. n.18. p.331-338.
- \_\_\_\_\_. (1996a). Du texte à la compétence discursive: le diagnostic comme opération emphatico-inductive. *Cahiers de Linguistique Française*. n.18. p. 339-355.
- \_\_\_\_\_. (1997). L'analyse pragmatique du discours et la qualité du dialogue: arguments pour une approche systémique de la compétence discursive. In: LUZZATTI et al. (éds.) *Le Dialogue*. Berne: Lang. p. 123-135.
- \_\_\_\_\_. (1998). Les dimensions de l'analyse pragmatique du discours dans une approche expérientielle et systémique de la compétence discursive. In: VERSCHUEREN, J. (éd.) *Pragmatics in 1998: Selected papers from the 6<sup>th</sup> International Pragmatics Conference*, vol.2, Anvers, IPra. p. 1-21.
- AUHLIN & FERRARI (1994). Structuration Prosodique, syntaxe, discours: évidence et problèmes. *Cahiers de Linguistique Française*. n.15. p. 187-216.
- BAKHTIN, M. (1986). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3<sup>a</sup> ed. trad. M. Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec.
- BALLY, C. (1965). *Le langage et la vie*. 3<sup>ème</sup> ed. Genève: Librairie Droz.
- BECHARA, Evanildo (s. d.). *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_. (1978). *Lições de Português pela análise sintática*. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Grifo.
- BENVENISTE, E. (1989). *Problemas de Linguística Geral II*. trad. E. Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Problemas de Linguística Geral I*. 3<sup>a</sup> ed. trad. M. G. Novak e M. Luiza Néri. Campinas, SP: Pontes.
- BERRENDONNER, A. (1983). Connecteurs pragmatiques et anaphore. *Cahiers de Linguistique Française*. n.5. p.215-246.
- \_\_\_\_\_. (1990). Pour une macro-syntaxe. *Travaux de linguistique* 21. p.25-36.

- \_\_\_\_\_. (1995). Anaphore associative et méréologie. *Recherches sur la philosophie et le langage*, n. 16. p.237-255.
- BERRENDONNER, Alain & REICHLER-BÉGUELIN, Marie-José (1995). Accords "associatifs". *Cahiers de Praxématique*, n. 24. p.21-42.
- BLAKEMORE, Diane (1992). *Understanding Utterances: an introduction to pragmatics*. Oxford: Blackwell Publishers.
- BRAIT, Beth (org.) (1997). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP.
- BRANDÃO, Helena H.N. (1995). *Introdução à Análise do Discurso*. 4ª ed. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP.
- BRONCKART, Jean-Paul (1999). *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. trad. Anna Raquel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC.
- BURGER, Marcel (1997). Positions d'interaction: une approche modulaire. *Cahiers de Linguistique Française*. n.17.p. 7-46.
- BURGER, M. et al. (inéd.). La mise en forme du "brouillage" dans *Le Libera* de Robert Pinget. (version provisoire)
- CARONE, Flávia de Barros (1988). *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática.
- CASTILHO, Ataliba de (1989). Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In: \_\_\_\_\_. *Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1998). *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto.
- CEGALLA, D.P.( 1984). *Novíssima Gramática*. 25a ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional.
- CHAFE, W. (ed.) (1980). *The Pear Stories. Cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production*. New Jersey, Ablex.
- CHARAUDEAU, Patrick (1996). Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (org.). *O Discurso da Mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor.
- CHAROLLES, Michel (1994). Anaphore associative, stéréotype et discours. *Recherches Linguistiques: L'Anaphore associative (aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)*. Centre d'analyse Syntaxique – Université de Metz. p.67-92
- \_\_\_\_\_. (1990). Coût, surcoût et pertinence. *Cahiers de Linguistique Française*. n.11. p.127-147.

- COMBETTES, Bernard (1992). Hiérarchie des référents et connaissance partagée : les degrés dans l'opposition connu/nouveau. *L'information grammaticale* 54, p.11-14.
- COSCARELLI, Carla V. (1999). *Leitura em Ambiente Multimídia e a Produção de Inferências*. Belo Horizonte. Tese de Doutorado - FAE/UFMG.
- COSTA VAL, Maria da Graça (1996). *Entre a oralidade e a escrita: o desenvolvimento da representação de discurso narrativo escrito em crianças em fase de alfabetização*. Belo Horizonte . Tese de Doutorado - FAE/UFMG.
- DANEŠ, Frantisek (1974). Functional sentence perspective and the organization of the text. In : DANEŠ, F.(ed.). *Papers on Functional Sentence Perspective*. Czechoslovakia: Academia. p.106-128.
- DELL'ISOLA, Regina L. P. (1988). *Leitura: inferências e contexto sócio-cultural*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária.
- DUCROT, O. (1977). *Princípios de semântica lingüística* (dizer e não dizer). São Paulo: Cultrix.
- \_\_\_\_\_. (1983). Operateurs argumentatifs et visée argumentative. *Cahiers de Linguistique Française*.n.5. p.7-36.
- \_\_\_\_\_. (1987). *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1998). Sémantique linguistique et analyse de textes. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. n.35. Campinas. Jul/dez. p. 19-36.
- DUCROT, O. & SCHAEFFER, J-M. (1995). *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Éditions du Seuil.
- FÁVERO, Leonor Lopes (1991). *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo: Ática.
- FERRARI, Angela (1992). Encore à propos de *parce que*, à la lumière des structures linguistiques de la séquence causale. *Cahiers de Linguistique Française*. n.13. p-183-214.
- FERRARI, A. & ROSSARI, C. (1994). De *donc* à *dunque* et *quindi*: les connexions par raisonnement inférentiel. *Cahiers de Linguistique Française*.n.15. p.7-49.
- FILLIETTAZ, Laurent (1996). Vers une approche interactionniste de la dimension référentielle du discours. *Cahiers de Linguistique Française*. n. 18.p.33-64.
- \_\_\_\_\_. (1997). Des enjeux actionnels dans les interactions verbales: une définition de la dimension référentielle du discours. *Cahiers de Linguistique Française*. n.19. p.47-82.
- \_\_\_\_\_. (1999). La structure actionnelle et la structure textuelle des interactions verbales. *Cahiers de Linguistique Française*. n.21. p.79-100.

- \_\_\_\_\_. (2000). *Actions, activités et discours*. Thèse de Doctorat. Université de Genève.
- FRANCHI, Carlos (1988). O que é Linguagem. In: SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta Curricular - ensino de língua portuguesa*. 3ed. São Paulo, SE/CENP. Cap.1. p.12-14.
- FULGÊNCIO, Lúcia (1983). *O Problema da Interpretação dos Elementos Anafóricos*. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado - FALE/UFMG.
- GERALDI, João W.( 1993). *Portos de Passagem*. 2ed. São Paulo: Martins Fontes.
- GIVÓN, Talmy (1983). Topic continuity in discourse: an introduction. In: GIVÓN, Talmy.(ed.). *Topic continuity in discourse: quantitative cross-language studies*. Amsterdam/Philadephia: John Benjamins Publishing Company.
- GROBET, Anne (1996). Phénomènes de continuité: anaphoriques et traces de points d'ancrage. *Cahiers de Linguistique Française*. n. 18.p.68-93.
- \_\_\_\_\_. (1997) La ponctuation prosodique dans les dimensions périodique et informationnelle du discours. *Cahiers de Linguistique Française*. n.19. p.83-123.
- \_\_\_\_\_. (1999). L'organisation informationnelle du discours dialogique: la thématization comme phénomène d'ancrage. In: GUIMIE, C. (éd.) *La thématization dans les langues*. Berne : Lang. p.405-420.
- \_\_\_\_\_. (1999a). La continuité topicale dans les dialogues radiophoniques: quelques relations de discours. *Cahiers de Linguistique Française*. n.21. p.102-120.
- \_\_\_\_\_. (1999b). L'organisation topicale de la narration. Les interrelations de l'organisation topicale et des organisations séquentielle et compositionnelle. *Cahiers de Linguistique Française*. n.21. p. 329-367.
- \_\_\_\_\_. (2000). *L'identification des topiques dans les dialogues*. Thèse de Doctorat. Université de Genève.
- \_\_\_\_\_. (inéd.). Une approche modulaire des marques d'extraction et d'ordre dans le débat médiatique. L'exemple de *notamment*.
- ILARI, Rodolfo (1992). *Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa*. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- HADERMANN, Pascale (1993). *Étude morphosyntaxique du mot où*. Paris: Duculot.
- JUBRAN, Célia Cândida Abreu Spinardi (1996). Para uma descrição textual-interativa das funções de parentetização. In: KATO, Mary (org.) *Gramática do Português Falado V: Convergências*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp.

- \_\_\_\_\_. (1999). Funções textuais interativas dos parênteses. In: NEVES, Maria Helena de Moura. (org.) *Gramática do Português Falado VII: novos estudos*. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp,.
- JUBRAN, C.C.A.S., URBANO, H. et alii. (1992). Organização tópica da conversação. In: ILARI, Rodolfo. (org.) *Gramática do Português Falado II*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp.
- KATO, Mary (1986). *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática.
- KERSCH, Dorotea Frank (1996). *A Palavra Onde no Português do Brasil*. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado - UFRGS.
- \_\_\_\_\_. (1996a). Onde - uma questão de lugar? In: LIMA, Marília dos Santos e GUEDES, Paulo Coimbra (orgs). *Estudos de Linguagem*. Porto Alegre: Sagra - D.C. Luzzato (eds).
- KLEIBER, Georges (1990). Marqueurs référentiels et processus interprétatifs: pour une approche "plus sémantique". *Cahiers de Linguistique Française*. n.11. p. 241-258.
- KOCH, Ingedore V. (1987). Dificuldades na leitura/produção de textos: Conectores interfrásticos. In. KIRST, Marta, CLEMENTE, Ivo (orgs.). *Linguística Aplicada ao Ensino de Português*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- \_\_\_\_\_. (1990). *A coesão textual*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_. (1992). *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_. (1996). Questões de Coesão e Coerência Textuais. *Boletim da ABRALIN* (18).
- \_\_\_\_\_. (1997). *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.
- KOCH, Ingedore V. e MARCUSCHI, Luiz Antônio. (1998). Processos de Referenciação na Produção Discursiva. *D.E.L.T.A.* vol..14, São Paulo.
- LUSCHER, Jean-Marc (1989). Connecteurs et marques de pertinence: l'exemple de *d'ailleurs*. *Cahiers de Linguistique Française*.n.10. p. 101-145.
- LUSCHER, J.-M & MOESCHLER, J. (1991). Approches dérivationnelles et procédurales des opérateurs et connecteurs temporels: les exemples de *et* et de *enfin*. *Cahiers de Linguistique Française*.n.11. p.77- 104.
- MAINGUENEAU, Dominique (1993). *Novas tendências em Análise do Discurso*. 2ª ed. trad. Leda Indursky. Campinas, SP: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Pragmática para o discurso literário*. trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio (1998). *Da Fala para a Escrita: Processos de Retextualização*. (versão em disquete)
- \_\_\_\_\_. (2000). Quando a referência é uma inferência. (versão preliminar em disquete)
- MARINHO, Janice Helena Chaves (1990). *Situação Atual do Pronome Sujeito no Discurso Coloquial Espontâneo*. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado - FALE/UFMG.
- \_\_\_\_\_. (1998). Coesão textual: o articulador *onde*. *Boletim do Centro de Estudos Portugueses*. v.18, n.23. Belo Horizonte, UFMG, jul/dez. p. 209-222.
- \_\_\_\_\_. (1999). O uso do *onde* no texto acadêmico. *Revista de Estudos da Linguagem*. v.8, n.1. Belo Horizonte: FALE/UFMG, jan/jun. p.159-170.
- \_\_\_\_\_. (2001). Relações Discursivas do *onde* em textos acadêmicos. In: MENDES, Eliana A. M., Paulo M. OLIVEIRA, Veronika BENN-IBLER. (ors.) *O novo milênio: interfaces lingüísticas e literárias*. Belo Horizonte: UFMG/FALE. p.89-98.
- MELO, Gladstone Chaves de (1978). *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa: de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico.
- MICHE, Elisabeth (1994). Description sémantico-pragmatique de la marque espagnole *pues*. *Cahiers de Linguistique Française*.n.15. p. 51-76.
- \_\_\_\_\_. (iné.). Description de fonctionnement argumentatif de *en plus* et *de plus* dans une approche modulaire du discours.
- MIRA MATEUS, Maria Helena et al. (1989). *Gramática da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: ed. Caminho.
- MOESCHLER, J. & REBOUL, A. (1994). *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique*. Paris: Seuil.
- MOESCHLER, Jacques (1986). Connecteurs pragmatiques, lois de discours et stratégies interprétatives: parce que et la justification énonciative. *Cahiers de Linguistique Française*.n.7. p. 149-167.
- \_\_\_\_\_. (1989). Marques linguistiques, interprétation pragmatique et conversation. *Cahiers de Linguistique Française*.n.10. p. 43-76.
- \_\_\_\_\_. (1991). L'analyse pragmatique des conversations. *Cahiers de Linguistique Française*.n.12. p. 7-30.
- \_\_\_\_\_. (1996) Enchaînement et interprétation dans la conversation. In: MOESCHLER, J. *Théorie pragmatique et pragmatique conversationnelle*. Paris: Armand Colin. p.217-232.

- MOESCHLER et al. (1995). Procédures interprétatives et savoir partagés. In : VERONIQUE, D. & VION, R. (eds.) *Modèles de l'interaction verbale*. Publication de L'Université de Provence. p.235-260.
- MONDADA, Lorenza (1994). *Verbalization de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets de discours*. Lausanne. Université de Lausanne.
- MUZZI, Eliana S. (1999). Do enunciado à enunciação: Benveniste. In: MARI, Hugo et al. (org.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges.p.201-210.
- NEVES, Maria Helena de Moura (1993). Os advérbios circunstanciais (de lugar e de tempo). In: ILARI, R. (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol. II. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP. p. 263-296.
- \_\_\_\_\_. (1999). As construções causais. In: NEVES, M.H.M. (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol. VII. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP. p. 461-496.
- ORLANDI, Eni (2001). Análise de Discurso e Interpretação. In: \_\_\_\_\_. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes. p.19-29.
- PERINI, Mário A.(1980). A função da repetição no reconhecimento de sentenças. In: PONTES, E. e DECAT, M.B. (orgs). *Ensaio de Lingüística*, Belo Horizonte: FALE/UFMG, ano II, n.3, dez. p. 111-123.
- PEZZATI, Erotilde G.(2001). O advérbio *Então* já se gramaticalizou como conjunção? *D.E.L.T.A.* v.17, n.1.p. 81-95.
- PIRES, Maria Sueli O. (1997). *Estratégias discursivas na adolescência*. São Paulo : Arte e Ciência./UNIP.
- \_\_\_\_\_. (2000). A co-construção do domínio referencial na cena textual. In: MARI, Hugo (org.) *Categorias e práticas de análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE-UFMG. p.23-34.
- PONTES, Eunice (1986). *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática / Brasília: INL/Fundação Nacional Pró-Memória.
- \_\_\_\_\_. (1987). *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1992). *Espaço e tempo na Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Pontes.
- REBOUL, A. & MOESCHLER, J. (1998). *Pragmatique du discours*. De l'interprétation de l'énoncé à l'interprétation du discours. Paris: Armand Colin.
- RISSO, Mercedes S. (1993). "Agora ... o que eu acho é o seguinte": um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, Ataliba T.

(org.). *Gramática do Português Falado*. Vol III: As Abordagens. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, São Paulo: FAPESP. p.31-60.

\_\_\_\_\_. (1996). O Articulador discursivo “então”. In: CASTILHO, Ataliba T. & BASÍLIO, Margarida. (orgs). *Gramática do Português Falado*. Vol IV: Estudos Descritivos. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, São Paulo: FAPESP. p. 423-451.

RODRIGUES, Andréa (1995). Os Níveis da Atuação do *Mas* no Discurso. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, UNICAMP, n. 28, jan./jun.

ROSSARI, Corinne (1992). Essai d'analyse linguistique d'un texte littéraire. *Cahiers de Linguistique Française*. n.13. p.215-231.

\_\_\_\_\_. (1993). *Les opérations de reformulation: Analyse du processus et des marques dans une perspective contrastive français-italien*. Berne: Peter Lang.

\_\_\_\_\_. (1996). Identification d'unités discursives: les actes et les connecteurs. *Cahiers de Linguistique Française*. n. 18.p.157-177.

\_\_\_\_\_. (1999). Les relations de discours avec ou sans connecteurs. *Cahiers de Linguistique Française*, n.21. p.181-192.

\_\_\_\_\_. (inéd.). *Du cognitif au lexical. L'éclairage des relations de discours par les connecteurs*.

ROULET, Eddy et al. (1985). *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang.

ROULET, Eddy (1987). Complétude Interactive et Connecteurs Reformulatifs. *Cahiers de Linguistique Française*. n.7. p. 189-206.

\_\_\_\_\_. (1990). Et si, *après tout*, ce connecteur pragmatique n'était pas un marqueur d'argument ou de prémisses impliquées? *Cahiers de Linguistique Française*. n. 11. p.329-343.

\_\_\_\_\_. (1991). Vers une approche modulaire de l'analyse du discours. *Cahiers de Linguistique Française*. n.12. p.53-81.

\_\_\_\_\_. (1995). The description of discourse markers in a modular model of discourse [first draft]. Workshop on discourse markers. University of Amsterdam, Egmond aan Zee, 9-11 jan.

\_\_\_\_\_. (1995a). Vers une approche modulaire de l'analyse de l'interaction verbale. In: VÉRONIQUE, Daniel & VION, Robert (ed.). *Modèles de l'interaction verbale*. Publications de l'Université de Provence.

\_\_\_\_\_. (1996). Une description modulaire de l'organisation topicale d'un fragment d'entretien. *Cahiers de Linguistique Française*. n. 18.p.11-32.

- \_\_\_\_\_. (1997). A modular approach to discourse structures. *Pragmatics*. Vol.7, n.2. jun.p.125-146.
- \_\_\_\_\_. (1997a). L'organisation polyphonique et l'organisation inférentielle d'un dialogue romanesque. *Cahiers de Linguistique Française*. n.19. p.149-179.
- \_\_\_\_\_. (1999) *La description de l'organisation du discours: du dialogue au texte*. Paris : Didier.
- \_\_\_\_\_. (1999a). Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. trad. Sueli Pires. In: MARI, Hugo et al. (org.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges. p.139-171.
- \_\_\_\_\_. (2000). Une approche modulaire de la complexité de l'organisation du discours. In : ADAM & NOLKE (éds). *Approches modulaires : de la langue au discours*. Lausanne : Delachaux & Niestlé. p.187-257.
- \_\_\_\_\_. (2000a) Enoncé, tour de parole et projection discursive. In: BERTHOUD, A-C, MONDADA, L. (éds). *Modèles du discours en confrontation*. Berne, Lang. p.5-22.
- \_\_\_\_\_. (2001). De la nécessité de distinguer des relations de discours sémantiques, textuelles et praxéologiques. Colloque international de l'Université d'Aarhus. Mai.
- \_\_\_\_\_. (inéd.) De la linguistique de la langue à l'analyse du discours. Chapitre d'un ouvrage collectif en préparation.
- \_\_\_\_\_. (inéd. a). Le problème de la définition des unités à la frontière entre le syntaxique et le textuel. *Verbum*.
- ROULET E., FILLIETTAZ, L. & GROBET, A. (2001). *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang.
- SCHIFFRIN, Deborah (1987). *Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SILVEIRA, Jane R. C. & FELTES. Heloísa P.M. (1999). *Pragmática e Cognição: a textualidade pela relevância*. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre (1986/95). *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford, Cambridge: Blackwell.
- TARALLO, Fernando (1983). *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Ph.D. thesis, University of Pennsylvania.
- TANNEN, D. (1982). Oral and literate strategies in spoken and written narratives. *Language*, 58, 1. p.1-21.

- TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1999). O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. In: NEVES, Maria Helena de Moura. (org.) *Gramática do Português Falado VII: novos estudos*. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp.
- VAN DIJK, Teun A. (1977). The Pragmatics of Discourse. In: \_\_\_\_\_ *Text and context: explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. Londres: Longman. p.210-218.
- \_\_\_\_\_. (1978). *La ciencia Del texto: um enfoque interdisciplinario*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- \_\_\_\_\_. (1979), Pragmatic Connectives. *Journal of Pragmatics* 3. p. 447-456.
- VOGT, Carlos (1989). Indicações para uma análise semântico-argumentativa das conjunções *porque, pois e já que*. In: \_\_\_\_\_. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec. p.43-60.
- WILSON, D. & SPERBER, D. (1990) . Forme linguistique et pertinence. *Cahiers de Linguistique Française*. n.11. p.13-35.
- \_\_\_\_\_. (1991). Inference and Implicature. DAVIS, Steven (ed.) *Pragmatics: a reader*. New York/Oxford: Oxford University Press. p. 376-393.
- \_\_\_\_\_. (1997). Pragmatics and time. In: CARSTON, R. & UCHIDA, S. (eds.) *Relevance Theory: applications and implications*. Amsterdam: John Benjamins. p.1-21.
- YULE, George (1996). *Pragmatics*. Oxford, UK: Oxford University Press.

## Lista de Figuras

Figura 1: Modelo de Análise Modular	38
Figura 2: Representação do processo de negociação	46
Figura 3: Representação da negociação entre professor e aluno	47
Figura 4: Texto acadêmico escrito: nível e posição de interação	49
Figura 5: Representação genérica	65
Figura 6: Esquema hierárquico genérico	67
Figura 7: Estrutura hierárquica do texto 1	68
Figura 8: Estrutura hierárquica do texto 2	70
Figura 9: Esquema de um texto dissertativo	71
Figura 10: Esquema instrucional	88
Figura 11: Esquema instrucional do <i>onde</i>	90
Figura 12: texto 8	101
Figura 13: texto 6	104
Figura 14: texto 2	106
Figura 15: texto 14	108
Figura 16: texto 18	112
Figura 17: texto 6	114
Figura 18: texto 5	116
Figura 19: texto 13	120
Figura 20: texto 17	123
Figura 21: texto 17	125
Figura 22: texto 16	127
Figura 23: texto 7	130
Figura 24: texto 3	133
Figura 25: texto 3	134
Figura 26: texto 4	137
Figura 27: texto 4	140
Figura 28: texto 5	143
Figura 29: texto 16	147
Figura 30: texto 1	151

Figura 31: texto 3	155
Figura 32: texto 9	159
Figura 33: texto 9	161
Figura 34: texto 10	163
Figura 35: texto 11	165
Figura 36: texto 12	168
Figura 37: texto 12	171
Figura 38: texto 12	172
Figura 39: texto 12	172
Figura 40: texto 14	174
Figura 41: texto 15	176
Figura 42: texto 19	178
Figura 43: texto 20	181
Figura 44: Estrutura praxeológica do texto 1	245
Figura 45: Estrutura praxeológica do texto 2	245
Figura 46: Estrutura praxeológica do texto 3	246
Figura 47: Representação conceitual de um texto acadêmico	247
Figura 48: Representação conceitual de um texto sobre o ensino de gramática	248
Figura 49: Estrutura conceitual do texto 1	249
Figura 50: Estrutura conceitual do texto 2	249
Figura 51: Estrutura conceitual do texto 3	250
Figura 52: Relacionamento das estruturas hierárquico-relacional e informacional do Texto 1	253
Figura 53: Relacionamento da estrutura conceitual e da organização informacional	255
Figura 54: Relacionamento das estruturas hierárquico-relacional e informacional do Texto 2	258
Figura 55: Relacionamento da organização informacional e da estrutura hierárquico-relacional do Texto 2	260
Figura 56: Relacionamento da estrutura conceitual e da organização informacional	261
Figura 57: Relacionamento das estruturas hierárquico-relacional e informacional do Texto 3	263
Figura 58: Relacionamento da estrutura conceitual e da organização informacional	265

## Anexos

## Corpus recortado

### TEXTO 1

Por que não ensinar gramática na escola?

(1) É um assunto muito complexo de se tratar (2) e envolve vários fatores que influenciam o modo de se ensinar gramática na escola (3) como: a questão social, a tradição do ensino, o medo a comodidade de não mudar o ensino, a liberdade de se expressar, etc.

(4) A maneira de se ensinar a língua materna, as noções falsas de língua e gramática, a obsessão gramaticalista, a distorcida visão de que ensinar uma língua seja ensinar a escrever “certo”, o esquecimento a que se relega a prática da língua, (5) e mais que tudo: (6) a postura opressora e repressiva, alienada e alienante desse ensino, (7) como em geral de todo o nosso ensino em qualquer nível e disciplina. (8) Sair da rotina da tradição é inquietante, (9) não inovar é continuar (10) e persistir no erro do ensino da gramática.

(11) Qualquer linguagem é um meio de comunicação. (12) A linguagem dos alunos deveriam ser julgadas como atos de comunicação (13) e não como campo de purismo gramatical ou exercícios de ortografia. (14) A língua é autodeterminada pelos seus usuários. (15) Escrever bem é escrever claro, (16) não necessariamente certo. (17) Respeitadas algumas regras básicas da gramática, (18) para evitar os vexames mais gritantes, (19) as outras são dispensáveis. (20) O estudo da gramática é necessário, (21) porque há alguns termos gramaticais que se aprendem na escola (22) e que são usado no dia-a-dia, (23) sendo, portanto, úteis para toda a vida.

(24) A gramática descritiva não é estudada em sala, (25) de vez em quando é citada algumas áreas de estudo técnico da língua.

(26) Todo falante nativa “sabe” sua língua, (27) apenas precisa desenvolver, (28) crescer, (29) praticar em outros níveis e situações, (30) reforçar sua gramática implícita, (31) ler, (32) escrever, (33) e ter contato constante com bons textos.

(34) A liberdade de se expressar, (35) de escrever, (36) de falar, (37) este é o objetivo principal da nova gramática.

(38) O governo tem interesse em não dar educação ao povo brasileiro, (39) pois uma sociedade culta é uma sociedade ativa, (40) falante, (41) que sabe se colocar no lugar de cidadão (42) e sabe os seus direitos. (43) Pode-se reivindicar por aquilo que se quer (44) e não deixar tudo como os governantes querem que seja. (45) A sociedade participa (46) e atua nas decisões para o seu próprio bem. (47) O governo quer é uma população analfabeta, (48) sem idéias, (49) sem conhecimento dos direitos, (50) onde um governante faz o que quer (51) e o povo não atua, (52) nem tem palavra altiva.

(53) A gramática deve ser estudada na escola (54) na medida em que se reformule o modo de se ensinar.

(Letras/LP1)

## O QUE SIGNIFICA ENSINAR GRAMÁTICA?

(1)O ensino da gramática nas escolas tem sido questionado, atualmente, por muitos lingüistas e outros estudiosos da área.(2)Para muitos a fragilidade e decadência do ensino da língua portuguesa está pavimentada exatamente sobre esse modelo de ensino tradicional que focaliza a gramática em primeiro plano.(3) Já os gramáticos vê o ensino de gramática como forma de manter a “essência” do português (4) e colocam à margem todos aqueles que não o dominam na sua forma padrão.

(5)A ênfase que se dá ao ensino gramatical nas escolas, realmente não tem surtido o efeito que se deseja. (6)Em sua maioria, (7)os alunos concluem o ensino de 1º e 2º graus mostrando-se longe de atingirem um padrão mínimo no domínio gramatical da língua portuguesa, (8)o que apresentam são um emaranhado de regras que se perdem no dia-a-dia.(9) O aluno(10)quando se vê diante de um texto para ser analisado (11)ou até mesmo criar um, (12)ele se mostra incapaz (13)e não consegue nem mesmo expressar, por escrito, o que ele tem em mente.

(14)A radicalização do ensino na sua forma tradicional, (15)onde a gramática está em posição de destaque,(16)deve ser revista,(17) de forma a dedicar maior parte do tempo para trabalhos com obras e textos de todos os níveis,(18)os quais a gramática encontra-se implícita (19)e o aluno possa desenvolver seu raciocínio, (20) sem censuras, (21)tornando-se um brilhante escritor, (22)os que possuem talento, (23)e verdadeiros conhecedores da língua materna.

(Letras/LP1)

## O QUE SIGNIFICA ENSINAR GRAMÁTICA?

(1)A maneira tradicional de se ensinar a língua materna, faz com que as pessoas tenham preconceitos escolares que lhes bloqueiam a expressão.(2)O ensino tradicional leva o aluno a obsessão do erro, (3)em vez de lhe libertar os poderes de linguagem(4)e aprimorar sua competência comunicativa.

(5)Os falantes sabem de tudo que precisam (6)para falar em seu meio de comunicação, (7)apenas não sabem os termos técnicos,(8) os nomes daquilo que sabem.(9) Na infância (10)as crianças interiorizam um sistema de regras que é aperfeiçoado (11)à medida que o indivíduo cresce intelectualmente.(12)Estas regras,(13)que têm haver com o bem falar e escrever,(14)são aprendidas pela experiência, pela exposição a atos de fala e escrita, pela convivência constante com bons textos e livros, e não pela insistência gramaticalista das escolas.

(15)O ensino tradicional mantém a repetição crítica e rotinizada de práticas e crenças vulgares.(16)O ensino-aprendizado é feito através da gramática normativa;(17)concentra-se na ortografia, nas exceções, nos verbos irregulares, regras de crase, muita decoreba e pouca compreensão.(18)O redigir é visto pelos professores como aplicação de regras gramaticais, (19)onde assinalam todos os erros de grafia, pontuação, sintaxe, (20)e depois, (21)atribuem nota ou conceito por subtração.(22)O aluno não faz redação para aplicar a língua,(23)faz para o professor corrigir,(24)e dependendo da nota adquirida,(25)desenvolvem uma relação negativa com a língua materna,(26)torna-se inseguros(27)e bloqueiam sua criatividade,(28)sufocam a expressão pessoal.

(29)O estudante fica sobrecarregado de inutilidades,(30)faltando tempo para exercitar sua capacidade comunicativa,(31)crescer em linguagem,(32) melhorar seu nível,(33) aumentar seu vocabulário,(34) estudar semântica, sintaxe mais elaborada, recursos e técnicas de expressão, interpretação e redação de textos, (35)tomar consciência das potencialidades de sua língua (36)e dominar a escrita, (37)só aprendem nas aulas o que dificilmente vão usar.

(38)Não é preciso “ensinar” gramática.(39)Deve-se dar ao aluno de 1º e 2º grau a oportunidade de crescer linguisticamente, (40) através da prática constante em aulas que sejam um prazer e uma descoberta a cada instante, (41)onde tenham oportunidade de manifestação individual espontânea, (42)sem ser reprimido nem humilhado por constantes correções de seus erros.

(43)O ensino de língua precisa ser reformulado. (44)E quem deve saber gramática, linguística, noções corretas de língua e linguagem, variantes e registros, (45)de que não há língua que não evolua, (46)de que o uso e os fatos devem prevalecer sobre os preconceitos (47)e que a língua é um saber interior, (48)é o professor.(49)Para assim, poderem aplicar em suas aulas práticas, (50)desenvolver pesquisas com seus alunos, (51)buscar a expressividade das palavras e frases, (52)fazer agrupamentos pela forma ou pela significação, (53)trocar palavras em contextos determinados...(54)Ensinar seus alunos a ler e escrever, (55)fazer ler e escrever, (56)melhorar a expressão oral, (57)introduzir e aperfeiçoar a escrita.(58)As escolas devem levar o aluno a pensar com clareza, (59)a ordenar as idéias, (60)a pensar sem medo, com liberdade, com espírito crítico. (61)Elas devem formar cidadãos.

(Letras/LP1)

O QUE SIGNIFICA ENSINAR GRAMÁTICA

(1) Todo indivíduo, (2) seja ele jovem, velho, ou mesmo uma criança que domina a fala, (3) tem conhecimento de gramática. (4) É o que se chama gramática implícita. (5) É ela que permite aos indivíduos articular frases numa língua (6) sem nunca ter tido a oportunidade de estudá-la.

(7) Alguém poderia dizer que isto é absurdo, (8) mas veja que um analfabeto, por exemplo, consegue se expressar de modo a ser entendido por qualquer outro indivíduo, (9) seja ele do mesmo nível social ou não. (10) Ele articula as frases seguindo as regras básicas da gramática normativa, (11) isto é, colocando o sujeito, predicado, verbos, artigos, pronomes e conjunções nos locais corretos dentro da frase. (12) Não se ouve um brasileiro – ou um estrangeiro em seu país – dizer uma frase do tipo “O cabelo Maria tem branco”, (13) quando se quer dizer que “Maria tem o cabelo branco”. (14) Observe que o desconhecimento teórico das regras não impede que as pessoas formulem as frases corretamente. (15) Partindo desse pressuposto, (16) ou seja, de que todas as pessoas conhecem as regras da gramática de sua língua, (17) pergunta-se qual a finalidade de se ensinar gramática na escola. (18) Para que decorar regras que, na verdade, todo indivíduo já domina desde a infância? (19) Para que estudar, por outro lado, regras e conceitos que já não se usa mais? (20) Finalmente, por que costuma-se atribuir ao dialeto da classe dominante – (21) a que se diz culta – (22) o título de língua padrão, em desrespeito aos diversos dialetos e regionalismos existentes no país? (23) O que significa, então ensinar gramática?

(24) Tomando por base as idéias apresentadas em *Língua e Liberdade*, de Celso Pedro Luft, e *Por Que (não) Ensinar Gramática*, de Sírio Possenti, (25) passo a apresentar dois aspectos do ensino da gramática que deveriam ser observados por todos aqueles encarregados de ensinar gramática da língua portuguesa (26) para que o ensino da gramática possa significar “aprendizado das normas” e não “imposição das regras”.

(27) O primeiro aspecto, (28) que não deve ser desprezado (29) por constituir a base deste raciocínio, (30) é o fato de todos nós possuímos uma gramática implícita, (31) como já foi abordado acima. (32) Se partirmos desse pressuposto, (33) fica logo evidente que está se perdendo tempo demais nas aulas de gramática normativa (34) ao se ensinar regras que todos já conhecemos. (35) O tempo poderia ser melhor aproveitado na análise de textos, por exemplo, (36) onde o aluno seria levado a descobrir nas frases que o compõe as regras implícitas. (37) Ou seja, em vez de fazer o aluno decorar regras – (38) que ele nunca consegue fixar corretamente – (39) para aplicar na confecção de frases, (40) faríamos com que ele passasse a memorizar tais regras a partir do contato que ele tem com frases escritas dentro do padrão culto. (41) Desta forma, quando chegasse o momento de analisar frases mais aprofundadamente, (42) ele teria maior facilidade compreendê-las.

(43) O segundo aspecto que deve ser levado em conta ao ensinar gramática é não deixar que os alunos a tomem como um conjunto de regras a serem seguidos a qualquer preço (44) para que se possa falar e escrever corretamente. (45) Isto acaba dificultando o aprendizado (46) porque o aluno tem a impressão de que só conseguirá dominar a gramática quando tiver “decorado” todas as regras contidas naquele livro, (47) o que acaba desestimulando seu aprendizado no idioma. (48) É mais sensato trabalhar a gramática sem exageros, (49) deixando de lado aqueles conceitos e regras já em desuso, (50) e trabalhar as formas mais usuais, sem a obrigação de decorar, por exemplo, listas e listas de formas verbais. (51) É preciso trabalhar mais com a

gramática descritiva do que com a normativa,(52) pelo fato da primeira se identificar mais com a aluno.

(53)Percebe-se, portanto, que a gramática da língua portuguesa, como muita coisa no Brasil, é utilizada de forma incorreta.(54)Parte-se do mais difícil (55)para se chegar ao mais fácil.

(56)Isto me faz recordar uma indagação do explorador britânico Richard Burton (57) quando aqui esteve em 1867 (58)fazendo uma expedição pelo rio São Francisco,(59)onde ele dizia não compreender por que no Brasil costuma-se usar os recursos naturais na ordem inversa da dificuldade em obtê-los.(60)Assim, para se conquistar o interior do país (61)construíam-se estradas carroçáveis e estradas de ferro(62)ao invés de se usar o potencial da navegação dos grandes rios brasileiros.(63)Hoje percebemos o quanto ele estava certo.

(64)Será que ainda vamos ter que esperar muito tempo (65)para que se descubra o grande potencial que há em ensinar a língua portuguesa aos brasileiros da forma como ela realmente é, (66)ou seja, da maneira como os indivíduos a usam todos os dias?

(Letras/LP1)

O Ensino da Gramática na Escola

(1)O ensino da língua portuguesa,(2)centrado no estudo das regras gramaticais,(3)vem sendo difundido entre a sociedade brasileira como uma verdadeira tradição.(4)Tradicionalmente,(5)imputa-se aos alunos das séries iniciais variadas técnicas relacionadas à correção e análise gramatical,(6)que são de total irrelevância ao alcance dos reais objetivos que permeiam o aprendizado da língua materna;(7) a perfeita compreensão dos textos lidos e a capacidade de uma produção literária espelhada nas mensagens circulantes nos principais veículos de comunicação do País.(8)Certamente,(9)os interesses da escola brasileira em manter alienados os seus alunos de um completo domínio da linguagem culta padrão, estão estreitamente ligados à estagnação das possibilidades de ascensão política, social e econômica daqueles que buscam, através dos estudos, uma evolução na escala social.

(10)A eficácia do aprendizado de uma língua depende da metodologia aplicada no ensino, bem como da intensidade de exposição do aluno à variação dialetal ensinada.(11)Se o precoce domínio da linguagem falada acontece (12) justamente porque somos expostos, desde a infância, à prática auditiva e de conversação,(13) *onde* a repetibilidade e a correção dos erros representam fatores determinantes ao completo domínio da oratória,(14)é de se esperar que o mesmo sucesso seja alcançado no ensino da linguagem escrita, (15)bastando a intensiva exposição do aluno à leitura e confecção de textos, (16)aplicando-se a correção quando necessário.(17)Neste processo de aprendizagem,(18)a gramática estaria inserida como um elemento secundário,(19)a ser consultado (assim como os dicionários) sempre que necessário,(20)ou seja, quando surgirem dúvidas relacionadas à correção gramatical durante a produção literária.

(21)A formulação de um programa de ensino a ser ministrado em todo o País, constitui tarefa sob responsabilidade dos órgãos governamentais,(22)possuindo estes um amplo controle sobre a formação cultural do povo brasileiro.(23)Este fato vem sendo utilizado há longo tempo como um dos principais artifícios para a manutenção do poder, (24)pois, em um País com um acentuado índice de analfabetismo torna-se muito mais fácil o controle dos indivíduos (25)formando estes uma imensa massa de manobra, sem as mínimas condições de questionamento ou abordagem crítica do material informativo e documental veiculado através da mídia.(26)Portanto, interessa somente às classes dominantes, e especialmente às instituições governamentais, a imposição e manutenção do ensino tradicional,(27)pois enquanto nossos alunos continuarem se degladiando contra as normas e regras gramaticais,(28)não haverá espaço para a formação de homens detentores de amplo conhecimento e com total capacitação ao discernimento das falcatruas realizadas por nossos governantes.

(29)Então, necessário se faz uma verdadeira revolução na metodologia de ensino da língua pátria, (30)*onde* os educadores (31) ao assumirem as rédeas de um movimento renovador do ensino, (32)baseando-o em intensiva atividade de leitura e prática escrita,(33) estariam direcionando a nação aos caminhos literários pertencentes à uma verdadeira democracia,(34) pois somente um povo conhecedor de seus direitos é capaz de exercer os princípios legítimos da cidadania. (Letras/LP1)

O QUE SIGNIFICA ENSINAR GRAMÁTICA?

(1) O Ensino da Língua Portuguesa, fundamentava-se basicamente na teoria normativa, (2) ou seja um ensino mais teórico do que prático (3) e assim mais distante da realidade. (4) Os professores ensinavam a língua nacional para nativos como se estivessem ensinando para estrangeiros. (5) Partia-se do pressuposto de que os alunos não sabiam nada sobre essa. (6) Atualmente existe a preocupação de ensinar a língua de forma mais objetiva, (7) acreditando que todo nativo já nasce programado para falar (8) e que a teoria gramatical é um pressuposto de qualquer ato de fala. (9) Segundo Chomsky (1969) (10) “Podemos, com efeito, considerar a gramática internalizada por cada ser humano como uma teoria de sua língua (...)”.

(11) As escolas devem visar ao ensino da língua culta, (12) mas os métodos utilizados até então para chegar-se a este objetivo, (13) restringiam-se ao estudo (memorização) de regras normativas que muitas vezes não correspondiam à realidade do dia-a-dia de cada estudante. (14) Muitas vezes foi constatado que os alunos, (15) mesmo sabendo uma quantidade considerável de regras, (16) ainda apresentavam dificuldades ao se expressar oralmente ou na escrita. (17) Isto porque o “princípio da unidade na variedade lingüística”, (18) *onde* “os diversos dialetos não são mais do que faces da mesma língua”. (Luft 1995), (19) eram totalmente desprezados pelos educadores. (20) Explicando melhor, (21) a gramática já internalizada por estudantes entra em choque com as regras da gramática tradicional normativa que não corresponde a realidade vivida por eles. (22) Assim as aulas de Português se tornam enfadonhas (23) não despertando interesse nos alunos.

(24) É preciso eliminar-se totalmente esta superstição do ensino normativo nas escolas. (25) Estas devem limitar-se ao ensino da gramática costumeira e não do ensino de regras que nunca serão utilizadas na vida prática. (26) O ensino deve imitar a Natureza, (27) adotando um método *onde* a intuição lingüística e a capacidade de recriação serão pontos chaves para o melhor desenvolvimento da gramática já internalizada. (28) “Praticar a gramática é o que falta na escola”. (29) Ler, (30) debater, (31) e escrever. (32) “Tudo isso é gramaticar – (33) o melhor método de ampliar, (34) reforçar (35) e agilizar a gramática, a de todos e a de cada um em particular.” (Luft 1995)

(Letras/LP1)

## TEXTO 7

(1)A língua portuguesa, assim como todas as outras línguas, tem como objetivo possibilitar que as pessoas se compreendam mutuamente. (2)Entretanto, a língua sofre várias mudanças durante cada geração, e em diferentes regiões do Brasil, (3)causando, muitas vezes, certo desentendimento em diálogos, (4)onde os participantes possuam uma grande diferença de idade (5)ou pertençam a regiões diferentes do país. (6)Para que estas diferenças não se alastrem (7)e não tornem a língua portuguesa uma porção de dialetos incompreensíveis entre si, (8)existe um conjunto de regras que procura manter a língua padronizada, (9)para que qualquer falante possa ser compreendido (10)e qualquer ouvinte possa compreender: a gramática normativa.

(11)Porém, a gramática normativa é vista pela maioria da população brasileira como algo inútil e descartável, (12)e que não há a mínima necessidade de seu aprendizado. (13)De certa forma, realmente a gramática normativa e o seu ensino são inúteis, (14)uma vez que, mesmo sem o seu conhecimento (15)as pessoas podem se comunicar perfeitamente, (16)já que todos possuímos uma gramática internalizada, (17)que nos dita regras interiorizadas a partir do primeiro aprendizado que tivemos. (18)Mas por outro lado, a gramática normativa é necessária para auxiliar o falante na utilização de melhores termos, (19)para que possa ser realmente compreendido. (20)Tendo em vista as formas de avaliar a gramática descritas acima, (21)o que significa, então, o seu ensino?

(22)Ensinar a gramática normativa não é pura e simplesmente obrigar que as pessoas “decorem” um amontoado de regras, (23)que não lhes acrescentarão nada (24)para que elas possam aprender uma melhor forma de se comunicar e expressar o que acham e sentem através da língua portuguesa. (25)Ensinar gramática normativa é fazer com que as pessoas entendam a utilização da língua portuguesa (26)e com isso, melhorar sua fala e escrita, (27)baseando-se em algo que já sabem, (28)mas que, antes de aprender as regras da língua padrão, não entendiam. (29)E isso pode ser conseguido com o incentivo à leitura e escrita, (30)desenvolvendo a capacidade de interpretar e de opinar do aluno, (31)fazendo com que o próprio se interesse pelo aprendizado do padrão culto de linguagem, (32)de forma a melhorar seu desempenho na utilização da língua portuguesa.

(33)Sendo assim, o antigo e enfadonho método de ensino que deixa marcas vermelhas nos textos que os alunos tanto se empenharam para escrever (34)(apesar do seu pouco conhecimento da língua culta), (35)e que lhes corta o talento logo na sua primeira tentativa de expor suas idéias (36)deveria ser abolido, (37)tendo em seu lugar um método que ajudasse os alunos a escrever, falar e expor melhor suas idéias (38)sem que ele se sinta um ignorante que não sabe nem a sua própria língua.

(Letras/LP1)

## TEXTO 8

### O significado do ensino da Gramática:

(1) Ensinar Gramática é uma questão muito séria, (2) já que a maneira como ela é aprendida implicará em fator importante para a boa ou má aceitação pela língua materna.

(3) Aos profissionais da língua portuguesa é dada uma questão fundamental que diz respeito ao problema do ensino da gramática na escola. (4) Abordando este tema (5) nos deparamos com questões fundamentais (6) como por exemplo, a necessidade de se estudar gramática, (7) em que série este ensino deve ser efetuado, (8) se o problema é da gramática ou do ensino da mesma, (9) e se é necessário aprender gramática (10) para se aprender a língua portuguesa.

(11) O ensino da gramática não é de importância fundamental (12) já que os alunos não precisam saber gramática (13) para saberem falar e escrever corretamente. (14) Pessoas que escrevem bem, geralmente são pessoas que lêem muito, (15) e não as que estudam incansavelmente gramática. (16) Quanto a falar corretamente, (17) é um fato que se relaciona muito mais com o meio social em que a pessoa está inserida, do que uma questão de gramática. (18) Por exemplo, uma pessoa que convive com pessoas de nível social menos favorecido, irão ter uma tendência muito maior a falar de maneira incorreta, (19) do que uma pessoa que está inserida em um meio *onde* as pessoas tem um nível social e cultural melhor.

(20) Outra questão importante se refere a inadequação do ensino a alunos do primeiro grau. (21) Os alunos destas séries não possuem maturidade ainda (22) para entender as diversas variações da língua.

(23) A gramática em si pode ser vista como um problema, (24) é verdade que possui algumas imperfeições, como por exemplo a rigidez de suas regras, a falta de coerência interna e a falta de revisões constantes; (25) mas o que constitui um problema (26) e deve ser reformulado (27) é o ensino desta disciplina.

(28) No primeiro e no segundo graus, (29) é mais importante trabalhar com atividades de leitura e produção de textos com os alunos, (30) do que ensinar-lhes regras de gramática, (31) que sem aplicação prática, serão brevemente esquecidas.

(32) O maior desafio dos profissionais da língua nos dias de hoje, é o que ensinar então nas escolas ao invés de gramática. (33) Seria muito mais interessante para alunos de primeiro e segundo graus trabalharem com diferentes tipos de textos para leitura, temas mais amplos e livres para a produção da escrita. (34) Assim se estaria fazendo a melhor forma de se aprender gramática: na prática.

(Letras/LP1)

## TEXTO 9

### Resenha de Língua e Liberdade. Celso Pedro Luft.

(1) Luft mostra em seu trabalho a importância de se comunicar, (2) de expressar idéias, sentimentos, a vida através da linguagem. (3) E para isto faz uma crítica ao longo de seu livro a gramática. (4) Luft a considera preconceituosa e paradoxal. (5) A gramática (6) que seria um esqueleto para uma língua, (7) é tratada como uma norma para se escrever e falar corretamente.

(8) Um falante, (9) mesmo sem observar sua cultura, região ou situação social, (10) já possui sua gramática natural. (11) A criança (12) ao pronunciar as primeiras palavras (13) mostra sua precocidade gramatical. (14) Todos nós temos uma gramática internalizada, só nossa. (15) E a gramática normativa só a deturpa (16) e inibe o processo de criação.

(17) Todos nós somos programados para falar, (18) temos uma propensão inata para a linguagem. (19) Aprender a falar é uma evolução natural (20) *onde* precisamos ouvir (21) para selecionar nosso vocabulário.

(22) Luft discorre ainda sobre a teoria gramatical implícita e explícita. (23) Uma criança ao longo de sua vida, já possui uma gramática implícita (24) e a escola teria o objetivo de enriquecê-la com leituras e produção de textos. (25) Mas a gramática explícita prejudica este desenvolvimento. (26) A criança fica treinada a fazer análises (27) e perde sua capacidade de criação pelo medo da caneta vermelha dos professores.

(28) Chega-se a conclusão que é nocivo e inútil o ensino gramatical da língua em qualquer país. (29) Luft propõe que se jogue no lixo a gramática (30) e reestruture o ensino da língua materna. (31) A língua falada aprende-se ouvindo e falando, (32) a escrita aprende-se escrevendo e lendo.

(Letras/LP1)

## TEXTO 10

### Língua e Liberdade

#### (1)Gramática Natural

(2) Sistema de regras que formam a estrutura da língua pertencente a todos,(3) *onde* os falantes interiorizam ouvindo e falando. (4)É aprendida pela experiência, pela exposição a atos de fala e escrita modelares, convivência constante com boa linguagem. (5) É imanente à linguagem, (6)é algo vivo e flexível. (7)Ela começa e termina com o sistema de regras intuitivamente interiorizado desde a infância, (8) aperfeiçoado à medida que o indivíduo cresce intelectualmente, (9)compartilhado, também intuitivamente, pelos membros da comunidade – (10) mesmo os que não vão à escola (11) e nunca aprenderam a ler.  
(Letras/LP1)

## TEXTO 11

### Resenha Crítica

#### (1)Filme: Depois de Horas

(2) A história se desenrola em Nova York,(3)*onde* um rapaz conhece uma moça (4)e a convida para sair,(5) iniciando assim a pior noite de sua vida,(6)*onde* conhece uma punk sadomasoquista, uma garçõete deprimida, e a garota com quem sai se suicida por sua causa.

(7) Além disso, encontra vários outros personagens bizarros,(8) é perseguido por uma multidão que quer linchá-lo por roubos que não cometeu,(9) perde as chaves de casa e todo o dinheiro que tinha.

(10)O filme é valorizado pelo bom desempenho dos atores, além do ótimo enredo, envolvente e quase kafkafiano de tão absurdo.

(Computação/ITTC)

## TEXTO 12

(1) Jô Soares Onze e Meia

(2) Programa de TV transmitido pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) é um dos programas mais interessantes de nossa “telinha”.(3) Num ambiente de “talk show”,(4)consegue alcançar ótimos índices para seu horário noturno.

(5) Um dos responsáveis por tamanha audiência está em seu entrevistador, (6) sendo que seu nome deu o título ao programa.(7) Jô Soares é uma das pessoas mais cultas de nosso país (8)e sua experiência no humor, praticadas na Globo, outra emissora de TV,e no próprio SBT através de programas próprios para esta área, (9)o tornaram (10)e consequentemente faz com que o programa de entrevistas se torne mais alegre e estrovertido, (11) tanto, para o entrevistado quanto para o público que o assiste.

(12) Outro ponto importante é a oportunidade do público participar do programa (13)seja através de fax ou do diálogo dirêto; (14) oportunidade criada pela produção e pelo próprio Jô Soares. (15) Além disso cabe ressaltar a banda (16)ou melhor o quinteto presente no show, (17)*onde* além de tocar (18)*é* presente em comentários, (19)e alguns deles são os mais esdrúxulos, (20)realizados em momentos do programa.

(21)Geralmente são três os entrevistados (22)*onde* cada entrevista é separada pelo tempo comercial (23)e ao final do programa há quase sempre uma apresentação musical.

(24) Para aqueles que eram fãs desse “gordinho” nos programas humorísticos (25)tem a chance de revê-lo agora de uma forma instrutiva e divertida todas as noites, de segunda à sexta-feira, (26)sem dever nada em informação e entretenimento.

(Computação/ITTC)

## TEXTO 13

### Análise da charge “Desemprego”

(1) A charge, meio de comunicação não verbal, é uma crítica ou caricatura feita sobre algum fato ou contexto da atualidade.

(2) Na charge em questão, (3) há uma aglutinação de operários e múltiplos “Fernandos Henriques”, (4) *onde* os trabalhadores estão formando a palavra emprego; (5) e os presidentes à esquerda dos empregados, formam o prefixo de negação “des”. (6) Ficam, então, estes dois grupos de personagens, virados em lados opostos, (7) sendo que os presidentes olhando os operários com um olhar perverso e satírico; (8) enquanto os trabalhadores passam um olhar de tristeza e insatisfação.

(9) A charge procura mostrar a insatisfação atual dos trabalhadores com a ameaça do governo de desemprego generalizado (10) e que vem aumentando cada vez mais. (11) A ilustração proporciona uma leitura em que nós vivemos num país de desemprego em que há muitos insatisfeitos e apenas uma pequena parcela satisfeita  
(Comunicação Social/P1)

## TEXTO 14

(1) O conceito definitivo para a palavra é de difícil definição (2) e acompanha a própria língua, um mecanismo dinâmico em constante mudança.

(3) Na língua escrita é fácil perceber uma palavra, (4) mas, quando se trata da língua falada, (5) esta percepção torna-se obscura. (6) A língua falada organiza as palavras em grandes seqüências, (7) em que os intervalos presentes na escrita, não aparecem de forma clara. (8) Mas, apesar deste problema, (9) a percepção de uma palavra, “unidade lingüística básica”, não é difícil, (10) mesmo na fala, para os falantes nativos de determinada língua.

(11) No entanto, esta facilidade na percepção não se encontra na definição. (12) A palavra passou de unidade mínima na língua, definição dos estudos lingüísticos iniciais, para uma estrutura complexa. (13) Esta estrutura desenvolve-se (14) à medida que se formam palavras novas através da combinação de elementos, (15) *onde* a palavra se transforma em estrutura possível de divisão em diferentes níveis.

(16) A língua não é uma estrutura fechada e definida, (17) seus falantes estão agindo sempre, segundo suas necessidades de comunicação. (18) Neste momento de constante criação, (19) a definição de palavra altera-se (20) e ganha complexidade. (21) Margarida Basílio, em “Teoria Lexical”, apresenta problemas em definir palavras distintas e formas da mesma palavra, decorrentes dos processos de derivação e flexão, processos utilizados constantemente pelo falante na formação de palavras.

(22) O conceito definitivo para palavra é como a própria língua, (23) está sempre em movimento, (24) *onde* não há o definitivo, (25) mas sim definições não definitivas.  
(Letras/LP IV)

## TEXTO 15

Estruturalista: - abordagem de forma morfológica, em que a língua é uma estrutura. Esta análise morfológica, tendo a língua como estrutura, depreende morfemas a partir de suas combinações na formação de palavras;

- cria regras gerais para descrição das formações de palavras, com a análise da estrutura interna da palavra;
- não há uma relação entre morfologia e sintaxe.

Gerativista: - abordagem sintática, em que a língua é um objeto de competência do falante na descrição linguística;

- preocupa-se com o falante e seu conhecimento de sua língua nativa;
- há o relacionamento entre os ítems lexicais.

(1) As abordagens estruturalista e gerativista tomam a língua de diferentes pontos. (2) A estruturalista aborda a língua enquanto estrutura que se apresenta de forma definida, (3) em que os morfemas são as “peças” desta estrutura, (4) ou seja, a língua é estruturalmente definida. (5) Já a abordagem gerativista, apresenta-se mais aberta em relação a estruturalista, (6) *onde* há a apreciação do falante e a língua como competência deste. (7) A língua deixa de ser uma estrutura (8) e se transforma em um mecanismo em movimento.

(Letras/LP IV)

## TEXTO 16

(1) Derivação e composição são dois processos distintos.

(2) A derivação realiza-se pela combinação de elemento com caráter fixo, (3) pois utiliza afixos e bases em situações lingüísticas previsíveis.

(4) Já a composição faz a união entre bases, (5) formando palavras novas, a partir da junção de bases diferentes quanto ao significado.

(6) Apesar das distinções entre os processos de derivação e composição, (7) ambos são complementares, (8) pois participam na formação de palavras dentro do contexto dinâmico que é a língua. (9) Derivação e composição são processos formadores de palavras que auxiliam o falante na sua necessidade de comunicação, (10) contribuindo para a praticidade da língua, (11) *onde* não há necessidade de decorarmos uma lista de palavras para cada situação, (12) e sim combinarmos elementos já existentes.

(13) Derivação e composição podem participar na formação de uma palavra, (14) como no exemplo:

- luso-brasileiro

(15) Neste exemplo existem duas bases, (16) portanto composição, (17) *onde* “brasileiro” é formado por derivação.

(Letras/LP IV)

## TEXTO 17

### O que significa saber “Português”?

(1) Ao analisar, de forma superficial, (2) pensava que saber Português fosse a capacidade de comunicar, através da escrita ou da fala, (3) obedecendo, rigorosamente, aos padrões da norma culta.

(4) Hoje, (5) através de uma análise mais profunda e crítica, (6) sei que saber Português é a capacidade que as pessoas possuem de se comunicar, (7) *onde* o transmissor passa ao receptor a mensagem (8) e este a entende com clareza. (9) E isso pode ser realizado por meio da fala, escrita ou gestos dentro da nossa língua pátria, (10) a qual apresenta uma grande diversidade de vocábulos, (11) devido aos costumes e cultura regionais.

(12) Saber a nossa língua pátria significa também respeitar os diferentes modos existentes, (13) pelos quais ela é transmitida e entendida.

(Letras/ LPI)

## TEXTO 18

### O significado do ensino da gramática

(1) Na sociedade em que vivemos, infelizmente, (2) há uma discriminação para com aqueles que não dominam a norma culta padrão, (3) que na maioria dos casos, são pessoas de classes mais baixas e com pouca mobilidade social.

(4) Dessa forma, tais pessoas, precisam ter o conhecimento dessa variação culta, (5) para que, no futuro, possam alcançar uma maior mobilidade social. (6) Portanto, o ensino da gramática é necessário (7) e as atitudes diante a matéria devem ser reformuladas pelos professores, (8) de modo que os alunos trabalhem, primeiramente, com a gramática internalizada, (9) isto é, que o aluno possa perceber e saber usar os dados intuitivamente (10) e mais adiante ter um contato com a gramática descritiva, (11) *onde*, o aluno vai se familiarizar com as diversas variedades da língua e com as regras do português, (12) porém sem ser imposto a qualquer variedade. (13) É importante que os alunos no primeiro e segundo graus trabalhem com atividades de leitura e produção de textos (14) para que possam conhecer diversas variedades da língua. (15) E por último, (16) o aluno se depara com a gramática normativa (17) afim de que possa ser capaz de produzir textos cultos (18) e utilizar da norma culta padrão nos momentos apropriados.

(19) O ensino da gramática deve evoluir no mesmo ritmo e direção que a maturidade dos alunos. (20) Dessa forma, a gramática teria um significado muito maior na vida dos brasileiros.

(Letras/LPI)

TRABALHO DE PORTUGUÊS

(1) Os autores explicitam as diferenças entre o senso comum (conjunto de crenças e valores herdados de gerações anteriores) e o bom senso (crítica e reelaboração do senso comum). (2) Também comentam a dualidade do ensino (formação humanística acadêmica para os favorecidos e formação técnica para o resto), (3) que não oferece condições para os desfavorecidos estudarem, (4) geralmente abandonando o curso antes da conclusão. (5) Um alerta é dado: (6) qualquer pessoa tem condições de exercer um senso crítico adequado, (7) sem ter necessariamente uma confiança mágica no saber dos especialistas.

(8) Um dos grandes obstáculos à elaboração do bom senso é a ideologia, (9) que traz modos de pensar, agir e reagir prontos para o indivíduo, (10) não lhe oferecendo liberdade de questionamento. (11) A ideologia dominante visa garantir a continuidade da situação, (12) apagando as diferenças de classe (13) e camuflando os conflitos sociais, (14) dando a tudo uma aparência de naturalidade. (15) Ela também traz por vezes uma imersão ideológica, (16) justificando as causas da realidade social através dos efeitos.

(17) Pode existir também um discurso devassador das ideologias existentes, (18) ou uma teoria supostamente neutra baseada na observação da realidade. (19) O discurso não-ideológico deve ter um fundamento prático justificando a teoria, (20) a fim de que não se torne um discurso vazio e reprodutor de ideologias.

(21) A escola funciona como um importante aparelho ideológico, (22) reproduzindo concepções e modelos de conduta. (23) Junto com a igreja, a família e os meios de comunicação, entre outros, (24) ela doutrina os homens (25) mostrando como devem se portar perante a sociedade. (26) Os textos didáticos trazem visivelmente suas ideologias implícitas (27) (lembrar da Educação Moral e Cívica que justificava o aparelho repressor do estado militar ditatorial). (28) No entanto, a mesma escola pode apresentar um contra-discurso que desmascara a doutrinação ideológica. (29) A dualidade nos estudos se reflete também no trabalho, (30) *onde* o trabalho intelectual é valorizado em detrimento do manual.

(31) Outro importante meio de doutrinação ideológica são os quadrinhos, (32) que reproduzem apenas alguns aspectos da vida social, (33) propagando esses valores como universais ao mesmo tempo que escamoteia outros. (34) Há também os quadrinhos alternativos que visam abrir os olhos da população para o que está acontecendo política, cultural e ideologicamente.

(35) A propaganda também traz uma ideologia implícita, (36) associando produtos a situações e *modus vivendi* não condizentes, muitas vezes, com estes. (37) Pode, por outro lado, manipular um fato situação (38) de modo a alterar seu significado (39) e exigir diferentes meios de ação. (40) Assim, a propaganda também nos orienta sobre como agir, o que vestir, o que consumir, o que preferir, etc.

ARANHA e MARTINS, Filosofando. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.  
(Comunicação Social/P1)

## TEXTO 20

Relação entre os textos “Minas leva bomba em educação” e “Linguagem, poder e discriminação”

(1)Os dois textos, “*Minas leva bomba em educação*” e “*Linguagem, poder e discriminação*”, (2)embora com enfoques diferentes, (3) apresentam a mesma conclusão. (4)O primeiro texto, com caráter jornalístico, discute o ensino público do estado de Minas Gerais, (5)enquanto o segundo, com caráter mais didático, discute a maneira como a linguagem deve ser utilizada no cotidiano. (6)Mas ambos os textos concordam que a educação lingüística é um instrumento que divide a sociedade em classes, (7) *onde* apenas à uma delas é permitido o conhecimento e estudo da língua “padrão”, (8)considerada patrimônio cultural. (9)Aquelas classes excluídas de tal patrimônio acabam por ser consideradas inferiores, (10) não lhes sendo permitido o acesso a serviços básicos, inclusive formação escolar para seus descendentes,(11) gerando, assim, um “ciclo perverso”: (12)filho de pobre continua pobre, sem acesso à escola (13)e, portanto, sem chances de ascender-se socialmente.

(Comunicação social/P1)

## Exemplos de motivação independente

1. Segundo GAREBER E GOLDSTEIN (1996), quando uma barra teste de porcelana é submetida a uma carga de flexão que excede o limite elástico da barra, a porcelana não é capaz de vergar e vem a falhar. Entretanto, se a porcelana receber suporte de um material rígido como na união adesiva ao dente, produz resistência adequada para sustentar a função, *onde* o vergamento é evitado, e a porcelana não falha. (monografia – PG Odontologia/UFMG)
2. As inclusões de superfície são importantes na resistência da cerâmica, pois nas inúmeras forças de flexão presentes no meio bucal, a carga máxima ocorre na superfície da restauração. Este é um dos motivos pelo qual há necessidade de vitrificação e/ou polimento da cerâmica. Principalmente após o ajuste da coroa cimentada, *onde* a vitrificação é removida deixando uma superfície áspera e causando enfraquecimento da cerâmica. Uma cerâmica polida suporta muito mais as tensões. (monografia – PG Odontologia/UFMG)
3. Segundo PHILLIPS (1991), o módulo de ruptura ou resistência flexural é parâmetro normalmente usado para avaliar a resistência das cerâmicas, *onde* o módulo de resistência flexural é resultado do suporte dental. O aumento da espessura de cimento, cria distância entre coroa/suporte dental, enfraquecendo a coroa e podendo causar fratura. (monografia – PG Odontologia/UFMG)
4. SCHEERER & RIJK (1993) avaliaram a resistência de fratura das coroas de cerâmica em relação ao módulo elástico das estruturas de suporte. Foi concluído que a resistência de fratura de uma coroa totalmente cerâmica depende do módulo de elasticidade do material de suporte, *onde* a força de fratura aumenta com o aumento do módulo elástico. De um ponto de vista clínico, este estudo sugere que o módulo de elasticidade das estruturas de suporte pode ter um efeito significativo sobre a longevidade e durabilidade das restaurações cerâmicas, devendo ser um fator de consideração ao se selecionar um material para o núcleo. (monografia – PG Odontologia)
5. SORENSEN et al. (1992) mostram que o InCeram produz excelente adaptação marginal, com linha de cimento de 25µm. A coroa de InCeram é considerada moderna, *onde* combina alta resistência com alto resultado estético, e ainda precisão de adaptação. (monografia – PG Odontologia)
6. Quando é dito processo ensino/aprendizagem, está-se referindo à postura do professor na relação professor/aluno, *onde* não há um “sabor de conhecimentos” e outro “copo vazio” (Antunes, 2000), mas duas pessoas que se interagem trocando conhecimentos, *onde* um desperta no outro a vontade de aprender sempre mais, de ver os fatos com olhar crítico, saber escutar, opinar, para que possam crescer juntos. (Monografia - PG Engenharia de Produção/EFEI)

7. Para se mensurar a durabilidade podem ser feitos estudos de caso, utilizando como ferramenta de estudo dados e fatos do dia a dia do educando *onde* se possa aplicar o conteúdo estudado. Para que este estudo de caso seja assimilado na forma de “registro eterno” o tema deve ser de utilidade do educando, deve fazer parte de sua realidade, a escolha deve partir de seu interesse. A durabilidade dependerá do interesse e da motivação constante do estudante em relação ao estudo. (Monografia - PG Engenharia de Produção/EFEI)
8. Independente desta discussão, a Ciência da Informação contém elementos que demonstram a sua relação com outras ciências. Com as ciências naturais, a Ciência da Informação tem uma forte relação, *onde* algumas das mais importantes pesquisas resultam desta interação, principalmente no que se refere à formulação de problemas e utilização de métodos. Além disto, constata-se também uma relação importante com as tecnologias de informação, computadores e teorias relacionadas a elas, principalmente no aspecto cognitivo, quando utiliza conceitos e métodos da ciência da computação em estudos de informação. (Dissertação de Mestrado – PG Biblioteconomia/UFMG)
9. É característico dos contos de fadas colocar um dilema existencial de forma breve e categórica. Isso permite à criança aprender o problema em sua forma mais essencial, *onde* uma trama mais complexa confundiria o assunto para ela. O conto de fadas simplifica todas as situações. Suas figuras são esboçadas claramente; e detalhes, a menos que muito importantes, são eliminados. Todos os personagens são mais típicos do que únicos. (BETTELHEIM, Bruno. *A Psicanálise dos Contos de Fadas*. trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.)
10. Desse modo, o padrão de um sujeito ideal centrado no enunciado foi descartado em favor de um sujeito descentrado, *onde* a individualidade cede lugar à alteridade, *onde* o universo da linguagem torna-se a partilha da fala entre o eu e o outro. Com esse descentramento, as pretensões sobre a univocidade de um sujeito no plano do enunciado foram repensadas em favor de sua proliferação no plano da enunciação; daí a necessidade de extrapolarmos da estrutura do enunciado para a emergência enunciativa; daí a necessidade de fazer da atividade discursiva um lugar de trocas em decorrência da presença de interlocutores agindo uns sobre os outros.” (MARI, Hugo. Análise do discurso e semântica: das diferenças e das implicações. In: MARI et al. (org). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges- Núcleo de Análise do Discurso. FALE-UFMG, 1999. 239-258.)
11. Por outro lado, já que a repetição devida a hesitação não tem nada a ver com as limitações perceptuais, sua ausência nos textos escritos não apresenta qualquer problema para o leitor. Do mesmo modo é fácil ver que a ausência da repetição não contígua nos textos escritos é causa do aparecimento de ‘nódulos’, *onde* o mecanismo usado pelo leitor para decodificar o texto enfrenta uma tarefa especialmente dura. É esta uma das diferenças entre o estilo falado e o escrito às quais me referi anteriormente como fonte de dificuldades de leitura. (PERINI, Mário A. A função da repetição no reconhecimento de sentenças. In: PONTES,

E. e DECAT, M.B. (orgs). *Ensaio de Linguística*, Belo Horizonte: FALE/UFGM, ano II, n.3, dez de 1980.111-123)

12. Na verdade, pode-se estudar yoga mais objetivamente em um determinado horário, mas a prática só faz sentido quando incorporada ao cotidiano. Isso tem muito a ver com a capacidade de transformar emoções, evitando os automatismos que tendem a fazer com que a reação à raiva seja mais raiva, que medo gere mais medo e assim por diante. Yoga verdadeiro é praticado 24 horas por dia. Deve fazer parte do trabalho, *onde*, diante de um problema tem-se a certeza de que será melhor resolvê-lo com a mente calma e observação serena do que espalhando ansiedade entre os colegas.” (PAULA, Caco. Com você, o Yoga. Revista *Superinteressante*. Ano 15, n.6, jun. 2001)
13. A Distak Informática é uma empresa que tem por objetivo atender seus clientes com produtos de qualidade e preços acessíveis, conta também com entrega rápida e segura via SEDEX.  
Caso queira se cadastrar e receber uma lista com nossos produtos mande um email [distakinf@ieg.com.br](mailto:distakinf@ieg.com.br) solicitando!

#### Formas de Pagamento

Enviamos os produtos via SEDEX A COBRAR para todo o BRASIL, *onde* você só paga o preço do produto mais despesa do sedex na hora da retirada no CORREIO.

O pagamento é somente à VISTA.

O envio é em 5 dias úteis.

Caso não queira receber mais nossos emails, mande um email para [removeinf@ieg.com.br](mailto:removeinf@ieg.com.br) com o assunto "Remover".

Esta mensagem é enviada com a complacência da nova legislação sobre correio eletrônico (e-mail), Seção 301, Parágrafo (a)(2)(c) Decreto S. 1618, Título Terceiro, aprovado pelo 105º Congresso de Base das Normativas Internacionais sobre o SPAM. Este e-mail, não poderá ser considerado SPAM, quando o mesmo oferece recursos para ser excluído ou removido.

Agradecemos a compreensão de todos.

(enviado por e-mail)